UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
VICE-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM CIÊNCIA JURÍDICA – PPCJ
CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CDCJ
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONSTITUCIONALISMO, TRANSNACIONALIDADE E PRODUÇÃO DO DIREITO

SUSTENTABILIDADE HUMANISTA E CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS: DESAFIOS DA SOCIEDADE LÍQUIDA

ALESSANDRA VANESSA TEIXEIRA

Itajaí-SC, dezembro 2020.

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
VICE-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM CIÊNCIA JURÍDICA – PPCJ
CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CDCJ
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONSTITUCIONALISMO, TRANSNACIONALIDADE E PRODUÇÃO DO DIREITO

SUSTENTABILIDADE HUMANISTA E CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS: DESAFIOS DA SOCIEDADE LÍQUIDA

ALESSANDRA VANESSA TEIXEIRA

Tese submetida ao Curso de Doutorado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência Jurídica.

Orientadora: Professora Doutora Carla Piffer

Itajaí-SC, dezembro 2020.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus amores Gabriel Teixeira Pilau e Liton Lanes Pilau Sobrinho, por estarem sempre ao meu lado, por acreditarem em mim, pela paciência, carinho e motivação. Liton, agradeço por ter sido sempre meu maior incentivador e por possibilitar que eu chegasse até aqui.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica da UNIVALI, na pessoa do Prof. Dr. Paulo Márcio Cruz, pela oportunidade.

À minha orientadora, Profa. Dra. Carla Piffer, pelos ensinamentos, apoio, empréstimo de materiais e livros, orientações, motivação e amizade, que foi imprescindível para a realização desta Tese.

Aos professores membros da banca de defesa, Prof. Dr. Angelo Viglianisi Ferraro (Università Mediterranea Di Reggio Calabria/Itália), Prof. Dra. Cleide Calgaro (UCS), Prof. Dr. Marcos Leite Garcia (UNIVALI) e Prof. Dr. Benedito Antonio Alves (UNIVALI), pela honrosa presença, disponibilidade em fazer parte da banca e, principalmente, pelas exímias avaliações e sugestões ao aprimoramento desta Tese.

Aos professores membros da banca de qualificação, Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch (UFSM), Prof. Dr. Marcos Leite Garcia (UNIVALI), Prof. Dr. Clóvis Demarchi (UNIVALI) e Prof. Dr. Rafael Padilha dos Santos (UNIVALI), pelas excelentes contribuições ao desenvolvimento desta Tese.

À minha mãe Ivone Sostizzo e à querida Idima Solagna – meu “braço direito”, pelo apoio e suporte incondicional em todos os momentos de ausência.

Aos meus pais Irapuan Jorge Teixeira e Ivone Sostizzo, por mostrarem, desde sempre, que o estudo é o melhor caminho.

Aos colegas de curso, em especial Daisy Eberhardt, Geovana da Conceição, Priscilla Linhares Albino, Francine Cansi, Yhon Tostes, Alexandre Waltrick, Jardel Casanova, pelo carinho e momentos agradáveis durante a jornada de aulas (e pós-aulas), Seminários e Congressos.

À Cristina de Oliveira Gonçalves Koch, Secretária do PPCJ-UNIVALI, pela atenção e auxílio prestados.

À Profa. Dra. Cleide Calgaro (UCS), pelas conversas esclarecedoras, pelos livros e pela motivação, que foram preciosos em muitos momentos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo fomento econômico necessário que viabilizou a minha dedicação exclusiva à pesquisa.

Por fim, aos meus familiares, amigos e demais pessoas, que contribuíram das mais diversas formas e que, em muitos momentos, foram fundamentais durante esse período, agradeço sincera e profundamente pelo carinho e apoio.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao Gabriel e ao Liton, com todo o meu amor e a minha mais profunda gratidão.

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, isentando a Universidade do Vale do Itajaí, a Coordenação do Curso de Doutorado em Ciência Jurídica, a Banca Examinadora e o Orientador de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Itajaí-SC, dezembro 2020.

Alessandra V. Teixeira

Alessandra Vanessa Teixeira

Doutoranda

P Á G I N A D E A P R O V A Ç Ã O

DOUTORADO

Conforme Ata da Banca de Defesa de Doutorado, arquivada na Secretaria do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica - PPCJ/UNIVALI, em 15/12/2020, às 14 horas, a doutoranda ALESSANDRA VANESSA TEIXEIRA fez a apresentação e defesa da Tese, sob o título “SUSTENTABILIDADE HUMANISTA E CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS: DESAFIOS DA SOCIEDADE LÍQUIDA”.

A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes professores: Doutora Carla Piffer (UNIVALI) como presidente e orientadora, Doutor Marcos Leite Garcia (UNIVALI) como membro, Doutor Benedito Antonio Alves (UNIVALI) como membro, Doutora Cleide Calgaro (UCS), como membro, Doutor Angelo Viglianisi Ferraro (UNIVERSITÀ MEDITERRANEA DI REGGIO CALABRIA/ITÁLIA) como membro, Doutora Heloise Siqueira Garcia (UNIVALI) como membro suplente e Doutora Denise Schmitt Siqueira Garcia (UNIVALI) como membro suplente. Conforme consta em Ata, após a avaliação dos membros da Banca, a Tese foi Aprovada.

Por ser verdade, firmo a presente

Itajaí (SC), 15 de dezembro de 2020.



PROF. DR. PAULO MÁRCIO DA CRUZ
Coordenador/PPCJ/UNIVALI

ROL DE CATEGORIAS

Capitalismo Humanista: "significa uma forma de economia humanista que se verifica em uma economia de mercado, em que ao objetivo de extrair lucro e do respeito aos princípios do livre mercado (como da concorrência, da livre iniciativa privada, da livre formação dos preços, da livre escolha de consumo) une-se o compromisso de realização de valores humanos promotores da riqueza existencial, social, ética, científica, artística e cultural, em respeito e aplicação em ato do princípio da dignidade da pessoa humana"[1].

Corporações Transnacionais: são aquelas empresas que "actúan en varios países, según fórmulas diversas (grupos de empresas, filiales, sucursales, adquisición de empresas nacionales, etc.), pero tienen una lógica común de actuación. En efecto, la empresa matriz, responsable de las inversiones directas que se hacen en otros países, es también la responsable última de la gestión (propiedad, producción, ventas) del conjunto"[2].

Crise Econômica: é "uma fase de recessão caracterizada por falta de investimentos, diminuição da produção, aumento do desemprego, um termo que tem significado geral de circunstâncias desfavoráveis com frequência ligadas à economia"[3].

Desenvolvimento Sustentável: é o "development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs"[4].

---

[1] PADILHA DOS SANTOS, Rafael. **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como regulador da economia no espaço transnacional:** uma proposta de economia humanista. 2015. Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Itajaí. Disponível em: https://www.univali.br/Lists/TrabalhosDoutorado/Attachments/69/Tese%20-%20RAFAEL%20PADILHA%20-%202015%20-%20Dupla.pdf. Acesso em: 30 out. 2020. p. 464.

[2] "Atuam em vários países, de acordo com diferentes fórmulas (grupos de empresas, subsidiárias, filiais, aquisição de empresas nacionais, etc.), mas têm uma lógica de atuação comum. Com efeito, a empresa matriz, responsável pelos investimentos diretos realizados em outros países, é também, em última instância, responsável pela gestão (propriedade, produção, vendas) do todo" (tradução livre). BARBÉ, Esther. **Relaciones Internacionales**. Madrid: Tecnos, 1995. p. 190.

[3] BORDONI, Carlo. In: BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de Crise**. Tradução de Renato Aguiar. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. p. 9.

[4] "Desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades" (tradução livre). UNITED NATIONS. **Our Common Future**. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

Desglobalização: trata-se de um processo, cujo termo "é designado para denominar tendências que surgiram contrárias aos processos de globalização, que são percebidas cada vez mais nos discursos políticos da pós-modernidade"[5].

Dignidade da Pessoa Humana: é a "qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos"[6].

Direitos Humanos: são "todos aquellos derechos subjetivos que corresponden universalmente a 'todos' los seres humanos en cuanto dotados del *status* de personas, de ciudadanos o personas con capacidad de obrar; entendiendo por 'derecho subjetivo' cualquier expectativa positiva (de prestaciones) o negativa (de no sufrir lesiones) adscrita a un sujeto por una norma jurídica; y por '*status'* la condición de un sujeto, prevista asimismo por una norma jurídica positiva, como presupuesto de su idoneidad para ser titular de situaciones jurídicas y/o autor de los actos que son ejercicio de éstas"[7].

Estado: trata-se de "uma forma histórica de organização jurídica do poder dotada de *qualidades*, que a distinguem de outros "poderes" e "organizações de poder". Quais são essas qualidades? Em primeiro lugar a qualidade de *poder soberano"*[8].

---

[5] DUGNANI, Patricio. Globalização e Desglobalização: Outro Dilema da Pós-Modernidade. **Revista FAMECOS**, *25*(2), ID27918. Disponível em: https://doi.org/10.15448/1980-3729.2018.2.27918. Acesso em: 27 jul. 2020.

[6] SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015. p. 70-71.

[7] "Todos os direitos subjetivos que correspondem universalmente a "todos" os seres humanos, dotados de *status* de pessoa, cidadão ou pessoa com capacidade de agir; compreendendo por 'direito subjetivo' qualquer expectativa positiva (de benefícios) ou negativa (de não sofrer lesões) atribuída a um sujeito por uma norma legal; e por '*status*' a condição de sujeito, também prevista em norma legal positiva, como pressuposto da sua idoneidade para ser titular de situações jurídicas e/ou autor dos atos que delas decorrem" (tradução livre). FERRAJOLI, Luigi. **Los fundamentos de los derechos fundamentales**. Madrid: Editorial Trotta, 2001. p. 19.

[8] CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7. Ed. Coimbra: Almedina, 2003. p. 89.

Globalidade: “significa o desmanche da unidade do Estado e da sociedade nacional, novas relações de poder e de concorrência, novos conflitos e incompatibilidades entre atores e unidades do Estado nacional por um lado e, pelo outro, atores, identidades, espaços sociais e processos sociais transnacionais”[9].

Globalismo: “designa a concepção de que o mercado mundial bane ou substitui, ele mesmo, a ação política; trata-se, portanto, da ideologia do império do mercado mundial, da ideologia do neoliberalismo. O procedimento é monocausal, restrito ao aspecto econômico, e reduz a pluridimensionalidade da globalização a uma única dimensão - a econômica -, que, por sua vez, ainda é pensada de forma linear e deixa todas as outras dimensões - relativas à ecologia, à cultura, à política e à sociedade civil – sob o domínio subordinador do mercado mundial”[10].

Globalização: significa “*os processos,* em cujo andamento os Estados nacionais vêem a sua soberania, sua identidade, suas redes de comunicação, suas chances de poder e suas orientações sofrerem a interferência cruzada de atores transnacionais”[11].

Poder: “Para unos, poder significa opresión; para otros, es um elemento constructivo de la comunicación. Las respectivas nociones jurídica, política y sociológica de poder se contraponen irreconciliables. El poder se associa tanto con la libertad como con la coerción. Para unos, se basa en la acción común; para otros, guarda relación con la lucha. Unos lo separan radicalmente de la violencia mientras que, según otros, esta no es sino una forma intensificada de poder. Ora se associa con el derecho, ora con la arbitrariedad”[12].

---

[9] BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 49.

[10] BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. p. 27-28.

[11] BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. p. 30.

[12] “Para alguns, poder significa opressão; para outros, é um elemento construtivo de comunicação. As respectivas noções jurídicas, políticas e sociológicas de poder são irreconciliavelmente opostas. O poder está associado à liberdade e à coerção. Para alguns, é baseado em ações comuns; para outros, está relacionado à luta. Alguns o separam radicalmente da violência, enquanto, segundo outros, esta é apenas uma forma intensificada de poder. Ora está associado à lei, ora à arbitrariedade” (tradução livre). HAN, Byung-Chul. **Sobre el poder.** Traducción de Alberto Ciria. Barcelona: Herder, 2016. p. 9.

Risco: “se refere a infortúnios ativamente avaliados em relação a possibilidades futuras”[13]. “É uma modalidade da relação com o futuro; é uma forma de determinação das indeterminações segundo a diferença de probabilidade/improbabilidade”[14].

Soberania: “poder supremo e aparentemente ilimitado, dando ao Estado não só a capacidade para vencer as resistências internas à sua acção como para afirmar a sua independência em relação aos outros Estados”[15].

Sociedade de Risco Global: “pensada hasta sus últimas consecuencias, quiere decir sociedad del riesgo global. Pues su principio axial, sus retos, son los peligros producidos por la civilización que no pueden delimitarse socialmente ni en el espacio ni en el tiempo. En este sentido, las condiciones y principios básicos de la primera modernidad, la modernidad industrial - antagonismo de clase, estatalidad nacional, así como las imágenes de la racionalidad y el control lineal, tecnoeconómico - son eludidas y anuladas”[16].

Sociedade de Risco: “o passado deixa de ter força determinante em relação ao presente. Em seu lugar, entra o futuro, algo todavia inexistente, construído e fictício como “causa” da vivência e da atuação presente”[17].

Sociedade Líquida: é aquela que entra no século XXI, tendo como características “a compulsiva e obsessiva, contínua, irrefreável e sempre incompleta *modernização*; a opressiva e inerradicável, insaciável sede de destruição criativa (ou de criatividade destrutiva, se for o caso: de “limpar o lugar” em nome de um “novo e aperfeiçoado” projeto; de “desmantelar”, “cortar”, “defasar”, “reunir” ou “reduzir”, tudo isso em nome

---

[13] GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole:** o que a globalização está fazendo de nós. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges, 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 33.

[14] DE GIORGI, Raffaele. O risco na sociedade contemporânea. Tradução de Cristiano Paixão, Daniela Nicola e Samantha Dobrowolski. **Sequência**, Revista n.º 28, Ano 15, junho de 1994 - p. 45-54. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15873/14362. Acesso em: 21 jul. 2020. p. 53.

[15] MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. Tradução da edição portuguesa. Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 33.

[16] “Pensada em suas consequências finais, significa uma sociedade de risco global. Por seu princípio axial, seus desafios, são os perigos produzidos pela civilização que não podem ser delimitados socialmente, nem no espaço nem no tempo. Nesse sentido, as condições e os princípios básicos da primeira modernidade, a modernidade industrial - antagonismo de classe, estado nacional, bem como as imagens da racionalidade e do controle tecno-econômico linear - são contornadas e anuladas” (tradução livre). BECK, Ulrich. **La Sociedad del riesgo global**. Traducción de Jesús Alborés Rey. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 2002. p. 29.

[17] BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010. p. 40.

da maior capacidade de fazer o mesmo no futuro – em nome da produtividade ou da competitividade).[18]

Sustentabilidade Ambiental: é a dimensão da Sustentabilidade "inerente aos próprios recursos da natureza" [19].

Sustentabilidade Econômica: é a dimensão da Sustentabilidade que "consiste esencialmente en resolver el reto de aumentar la generación de riqueza, de un modo ambientalmente sostenible, y de encontrar los mecanismos para una más justa y homogénea distribución"[20].

Sustentabilidade Humanista: apresenta-se como a dimensão da Sustentabilidade que é inerente à Dignidade da Pessoa Humana, sendo este o seu fundamento. Visa garantir o respeito à essa dignidade, que será refletida em condições dignas de existência. A Sustentabilidade Humanista é um preceito norteador que busca orientar a construção de uma sociedade mais humana, demonstrando, com isso, a valorização da condição de ser humano.

Sustentabilidade Social: é a dimensão da Sustentabilidade que visa uma "maior equidade na distribuição do *ter* e da renda, de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições de amplas massas de população e a reduzir a distância entre padrões de vida de abastados e não-abastados"[21].

Sustentabilidade: é um conjunto de processos e ações que visam "o atendimento das necessidades do presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões" [22].

---

[18] BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 36.

[19] MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente:** a gestão ambiental em foco, doutrina, jurisprudência e glossário. 5 ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2007. p. 65.

[20] "Consiste essencialmente em resolver o desafio de aumentar a geração de riqueza, de forma ambientalmente sustentável, e em encontrar os mecanismos para uma distribuição mais justa e homogênea. REAL FERRER, Gabriel. Calidad de vida, medio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía ¿Construimos juntos el futuro? **Revista NEJ** - Eletrônica, Vol. 17 - n. 3 - p. 305-326 / set-dez 2012 Disponível em: https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/4202/2413 Acesso em: 28 set. 2020. p. 321.

[21] SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o Século XXI:** desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel - Fundap. 1993. p. 25.

[22] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 14.

Transnacionalidade: é “uma das facetas da globalização, que não se descola dela, mas que reforça a ideia de permeabilidade fronteiriça, de relações espacialmente não localizadas, de ultracapitalismo e de decadência político-jurídica soberana”[23].

[23] STELZER, Joana. O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica. In: CRUZ, Paulo Márcio; STELZER, Joana (Orgs.) **Direito e Transnacionalidade**. Curitiba: Juruá, 2010. p. 22.

SUMÁRIO

RESUMO **16**

ABSTRACT **17**

RESUMEN **17**

INTRODUÇÃO **18**

CAPÍTULO 1 ..... **23**

GLOBALIZAÇÃO E DESGLOBALIZAÇÃO: A ATUAL CRISE ECONÔMICA MUNDIAL **23**

1.1 O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO **23**

1.2 A TEORIA DO RISCO NA SOCIEDADE GLOBALIZADA **37**

1.3 DESGLOBALIZAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES **48**

1.4 CRISE ECONÔMICA E GLOBALIZAÇÃO **59**

CAPÍTULO 2 ..... **72**

AS CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS E A SOCIEDADE LÍQUIDA GLOBAL **72**

2.1 TRANSNACIONALIDADE: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES **72**

2.2 O PODER DAS CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS **85**

2.3 SOCIEDADE LÍQUIDA GLOBAL **100**

2.4 O ESTADO EM TEMPOS LÍQUIDOS **112**

CAPÍTULO 3 ..... **125**

O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE NO SÉCULO XXI **125**

3.1 SUSTENTABILIDADE: SIGNIFICADO E EVOLUÇÃO HISTÓRICO-CONCEITUAL **126**

3.2 O TRIPÉ DA SUSTENTABILIDADE: AS DIMENSÕES AMBIENTAL, ECONÔMICA E SOCIAL **143**

3.2.1 Dimensão ambiental 149

3.2.2 Dimensão econômica 154

3.2.3 Dimensão social 159

3.3 REFLEXÕES SOBRE OUTRAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE **166**

CAPÍTULO 4 ..... **176**

SUSTENTABILIDADE HUMANISTA **176**

4.1 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO FUNDAMENTO DA SUSTENTABILIDADE HUMANISTA **177**

4.2 A MATERIALIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE HUMANISTA **197**

4.3 A SUSTENTABILIDADE HUMANISTA FRENTE À ATUAÇÃO DAS CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS **214**

CONCLUSÕES **229**

REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS **238**

RESUMO

A presente Tese está inserida na Linha de Pesquisa Estado, Transnacionalidade e Sustentabilidade, da Área de Concentração em Constitucionalismo, Transnacionalidade e Produção do Direito, do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica da UNIVALI. Seu objetivo geral consiste em verificar se a Sustentabilidade Humanista, na condição de dimensão da Sustentabilidade, pode ser considerada um preceito norteador apto a limitar o *modus operandi* das Corporações Transnacionais na Sociedade Líquida global. A Tese está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo demonstra o fenômeno da Globalização diante da atual Crise Econômica mundial, inserida em uma Sociedade de Risco Global. O segundo capítulo analisa a Sociedade Líquida global, na qual estão inseridas as Corporações Transnacionais, dando ênfase ao Poder destas frente ao enfraquecimento dos Estados. O terceiro capítulo analisa o paradigma da Sustentabilidade no século XXI, partindo da sua evolução histórico-conceitual, perpassando por suas tradicionais dimensões e trazendo reflexões sobre outras dimensões do fenômeno. O quarto e último capítulo caracteriza a Sustentabilidade Humanista como uma nova dimensão da Sustentabilidade, demonstra a filosofia do Capitalismo Humanista a partir de Brunello Cucinelli e analisa a Sustentabilidade Humanista frente à atuação das Corporações Transnacionais. As conclusões denotam os pontos cruciais, com ênfase para a confirmação das hipóteses da pesquisa. A Sustentabilidade Humanista é confirmada como uma nova dimensão da Sustentabilidade, fundamentada na Dignidade da Pessoa Humana e materializada no âmbito empresarial com a filosofia do Capitalismo Humanista a partir de Brunello Cucinelli, a qual demonstra ser possível uma empresa aliar o capitalismo com o humanismo e a Sustentabilidade, levando em consideração em primeiro lugar, sempre, o respeito e a valorização à Dignidade da Pessoa Humana. Frente ao modo de atuar agressivo e violador das Corporações Transnacionais, que desrespeita e fere a todo momento a Dignidade da Pessoa Humana, confirma-se que a Sustentabilidade Humanista poderia ser utilizada como um preceito norteador apto a limitar o *modus operandi* das Corporações Transnacionais na Sociedade Líquida global. Quanto à Metodologia, registra-se que o Relatório dos Resultados expressos nesta Tese é composto na base lógica Indutiva.

Palavras-chave: Corporações Transnacionais; Globalização; Sociedade Líquida; Sustentabilidade; Sustentabilidade Humanista.

ABSTRACT

This Thesis is inserted in the Research Line State, Transnationality and Sustainability, of the Area of Concentration in Constitutionalism, Transnationality and Production of Law, of the Doctoral course of the Stricto Sensu Graduate Program in Legal Science at UNIVALI. Its general objective is to verify if Humanistic Sustainability, as a dimension of Sustainability, can be considered a guiding precept able to limit the *modus operandi* of Transnational Corporations in the global Liquid Society. The Thesis is divided into four chapters. The first chapter demonstrates the phenomenon of Globalization in the face of the current World Economic Crisis, inserted in a Global Risk Society. The second chapter analyzes the global Liquid Society, in which the Transnational Corporations are inserted, emphasizing their Power in the face of weakening States. The third chapter analyzes the Sustainability paradigm in the 21st century, starting from its historical-conceptual evolution, going through its traditional dimensions and bringing reflections on other dimensions of the phenomenon. The fourth and last chapter characterizes Humanistic Sustainability as a new dimension of Sustainability, demonstrates the philosophy of Humanistic Capitalism from Brunello Cucinelli and analyzes Humanistic Sustainability in view of the performance of Transnational Corporations.The conclusions denote the crucial points, with an emphasis on confirming the research hypotheses. Humanistic Sustainability is confirmed as a new dimension of Sustainability, based on the Dignity of the Human Person and materialized in the business sphere with the philosophy of Humanistic Capitalism from Brunello Cucinelli, which demonstrates that it is possible for a company to combine capitalism with humanism and Sustainability, always taking into consideration, in the first place, respect and appreciation for the Dignity of the Human Person. In view of the aggressive and violating way of Transnational Corporations, which disrespects and injures the Dignity of the Human Person at all times, it is confirmed that Humanistic Sustainability could be used as a guiding precept capable of limiting the *modus operandi* of Transnational Corporations in global Liquid Society. As for the Methodology, it should be noted that the Results Report expressed in this Thesis is composed on the Inductive logic basis.

Keywords: Transnational Corporations; Globalization; Liquid Society; Sustainability; Humanistic Sustainability.

RESUMEN

Esta Tesis se inserta en la Línea de Investigación Estado, Transnacionalidad y Sostenibilidad, del Área de Concentración en Constitucionalismo, Transnacionalidad y Producción de Derecho, del curso de Doctorado del Programa de Posgrado en Ciencias Jurídicas Stricto Sensu en UNIVALI. Su objetivo general es verificar si la Sostenibilidad Humanista, como dimensión de la Sostenibilidad, puede ser considerada un precepto rector capaz de limitar el *modus operandi* de las Corporaciones Transnacionales en la Sociedad Líquida global. La Tesis se divide en cuatro capítulos. El primer capítulo demuestra el fenómeno de la Globalización frente a la actual Crisis Económica Mundial, inserto en una Sociedad Global de Riesgo. El segundo capítulo analiza la Sociedad Líquida global, en la que se insertan las Corporaciones Transnacionales, enfatizando su Poder ante los Estados debilitados. El tercer capítulo analiza el paradigma de la Sostenibilidad en el siglo XXI, partiendo de su evolución histórico-conceptual, pasando por sus dimensiones tradicionales y aportando reflexiones sobre otras dimensiones del fenómeno. El cuarto y último capítulo caracteriza la Sostenibilidad Humanista como una nueva dimensión de la Sostenibilidad, demuestra la filosofía del Capitalismo Humanista de Brunello Cucinelli y analiza la Sostenibilidad Humanista delante de la actuación de las Corporaciones Transnacionales. Las conclusiones denotan los puntos cruciales, con énfasis en la confirmación de las hipótesis de investigación. La Sostenibilidad Humanista se confirma como una nueva dimensión de la Sostenibilidad, basada en la Dignidad de la Persona Humana y materializada en el ámbito empresarial con la filosofía del Capitalismo Humanista de Brunello Cucinelli, que demuestra que es posible que una empresa combine capitalismo con humanismo y Sostenibilidad, teniendo siempre en consideración, en primer lugar, el respeto y aprecio por la Dignidad de la Persona Humana. Ante la forma agresiva y violadora de las Corporaciones Transnacionales, que irrespeta y lesiona la Dignidad de la Persona Humana en todo momento, se confirma que la Sostenibilidad Humanista podría ser utilizada como un precepto rector capaz de limitar el *modus operandi* de las Corporaciones Transnacionales en la Sociedad Líquida global. En cuanto a la Metodología, cabe señalar que el Informe de Resultados expresado en esta Tesis se compone sobre la base de la lógica Inductiva.

Palabras llave: Corporaciones Transnacionales; Globalización; Sociedad Líquida; Sostenibilidad; Sostenibilidad Humanista.

INTRODUÇÃO

O objetivo institucional da presente Tese é a obtenção do título de Doutora em Ciência Jurídica pelo Curso de Doutorado em Ciência Jurídica da Univali.

A Tese está relacionada à Área de Concentração em Constitucionalismo, Transnacionalidade e Produção do Direito e inserida na Linha de Pesquisa denominada Estado, Transnacionalidade e Sustentabilidade.

O seu objetivo científico é verificar se a Sustentabilidade Humanista, na condição de dimensão da Sustentabilidade, pode ser considerada um preceito norteador apto a limitar o *modus operandi* das Corporações Transnacionais na Sociedade Líquida global.

Os objetivos específicos desta Pesquisa são: a) demonstrar o fenômeno da Globalização diante da atual Crise Econômica mundial, inserida em uma Sociedade de Risco Global; b) analisar a Sociedade Líquida global, na qual estão inseridas as Corporações Transnacionais; c) analisar o paradigma da Sustentabilidade no século XXI e refletir sobre outras dimensões do fenômeno; d) verificar a possibilidade da Sustentabilidade Humanista como dimensão e preceito norteador frente às Corporações Transnacionais.

O problema da Pesquisa pode ser caracterizado pela seguinte indagação: A Sustentabilidade Humanista, na condição de dimensão da Sustentabilidade, pode ser considerada um preceito norteador apto a limitar o *modus operandi* das Corporações Transnacionais na Sociedade Líquida global?

Para a Pesquisa foram levantadas as seguintes hipóteses:

a) A ideia justificadora da Sustentabilidade Humanista a caracteriza como uma dimensão da Sustentabilidade;

b) A Sustentabilidade Humanista poderia ser utilizada como um preceito norteador apto a limitar o *modus operandi* das Corporações Transnacionais na Sociedade Líquida global.

Os resultados do trabalho de exame das hipóteses estão expostos na presente Tese, de forma sintetizada, como segue.

Principia–se, no Capítulo 1, com a demonstração do fenômeno da Globalização, fazendo uma explanação acerca de seus conceitos, passando por suas consequências, peculiaridades e dimensões, apontando para uma sociedade global. Em seguida, diante deste fenômeno, analisa-se a teoria do Risco e da Sociedade de Risco Global e, a partir dela, são feitas algumas considerações acerca da Desglobalização, a qual se mostra como um processo contrário à Globalização, diante do caos global. Ao final do capítulo são evidenciadas as principais Crises Econômicas mundiais como consequências do fenômeno da Globalização e do Risco produzido por ele, cujos efeitos perduram até os dias atuais, configurando a atual Crise Econômica mundial.

O Capítulo 2 trata de analisar as Corporações Transnacionais como atores principais do cenário global, no contexto da Sociedade Líquida. Inicialmente são feitas algumas considerações sobre outro fenômeno, o da Transnacionalidade, entendido este como uma das facetas da Globalização. Com a Transnacionalidade, entram em cena as Corporações Transnacionais, demonstrando-se o Poder que representam na Sociedade Líquida em que hoje se vive, sendo este outro aspecto analisado posteriormente, a partir da teoria da modernidade líquida de Zygmunt Bauman. Após a análise da liquidez da sociedade, aborda-se o Estado em tempos líquidos, com o objetivo de demonstrar que no contexto atual os Estados, bem como a sua Soberania, encontram-se enfraquecidos e fragmentados diante do Poder, principalmente o econômico, das Corporações Transnacionais no mercado mundial.

O Capítulo 3 dedica-se a analisar o paradigma da Sustentabilidade no século XXI, justificando a sua importância diante de um cenário global que se mostra complexo, plural e transnacional. Para iniciar, faz-se uma análise do significado de Sustentabilidade, bem como de sua evolução histórico-conceitual, desde os primórdios até o ano de 2015, com o advento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Além disso, pretende-se demonstrar as diferenças quanto ao conceito de Sustentabilidade e de Desenvolvimento Sustentável, que são muitas vezes confundidos, mas que, no entanto, tratam-se de categorias diversas.

Após isso, a Sustentabilidade será tratada em sua tríplice dimensão, o chamado “tripé” da Sustentabilidade, que se divide nas dimensões ambiental, econômica e social. Ao final, serão feitas algumas reflexões acerca de outras dimensões da Sustentabilidade, uma visão mais moderna do conceito, que abrange novas categorias, diante das novas necessidades que hoje se apresentam.

No Capítulo 4, analisa-se as Corporações Transnacionais no contexto da Sociedade Líquida global a partir da Sustentabilidade Humanista, objetivando responder ao problema da pesquisa. Para isso, inicialmente faz-se uma exposição quanto aos argumentos que definem a Sustentabilidade Humanista - entendida neste trabalho como uma nova dimensão da Sustentabilidade – a qual apresenta como fundamento a Dignidade da Pessoa Humana. Assim, será feita uma explanação acerca dos Direitos Humanos a partir da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, para após adentrar aos aspectos específicos relacionados à Dignidade da Pessoa Humana e, por fim, fundamentar e definir a Sustentabilidade Humanista.

Após isso e buscando responder ao problema proposto, expõe-se a filosofia do Capitalismo Humanista a partir de Brunello Cucinelli, que em sua empresa, adota os fundamentos do humanismo e da Dignidade da Pessoa Humana para gerir seus negócios, demonstrando uma nova possibilidade de capitalismo em consonância com valores éticos e humanos, o qual se apresenta como a materialização da Sustentabilidade Humanista. Ao final, objetiva-se responder à problemática proposta. Para isso, analisa-se novamente alguns aspectos relacionados ao Poder das Corporações Transnacionais na Sociedade Líquida global, destacando a situação enfraquecida em que se encontram os Estados e, também, aspectos relacionados à Sustentabilidade corporativa.

O presente Relatório de Pesquisa se encerra com as Conclusões, nas quais são apresentados aspectos destacados da criatividade e da originalidade na investigação e/ou no relato, e das fundamentadas contribuições que traz à comunidade científica e jurídica quanto ao Tema, seguidos de estimulação à continuidade dos estudos e das reflexões sobre a Sustentabilidade Humanista como dimensão da Sustentabilidade e preceito norteador frente às violações à Dignidade da Pessoa Humana, especialmente no âmbito das Corporações Transnacionais.

O Método[24] a ser utilizado na fase de Investigação[25] será o Indutivo[26]; na fase de Tratamento dos Dados será o Cartesiano[27], e o Relatório da Pesquisa é composto na base lógica Indutiva. As técnicas de Investigação serão a técnica do referente[28], da categoria[29], dos conceitos operacionais[30], da pesquisa bibliográfica[31] e do fichamento[32], levados em consideração os parâmetros adotados pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica – PPCJ/UNIVALI.

Nesta Tese as Categorias principais estão grafadas com a letra inicial em maiúscula, seus conceitos operacionais são apresentados no Rol de Categorias constante no início deste estudo e a tradução de todas as obras estrangeiras aqui analisadas é de caráter não oficial, cuja responsabilidade é da doutoranda.

---

[24] "Método: é a base lógica da dinâmica da Pesquisa Científica, ou seja, Método é a forma lógico-comportamental na qual se baseia o Pesquisador para investigar, tratar os dados colhidos e relatar os resultados". PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica:** Teoria e Prática. 14.ed.rev.atual. e amp. Florianópolis: EMais, 2018. p. 94.

[25] "Investigação: é o momento no qual o Pesquisador busca e recolhe os dados, sob a moldura do Referente estabelecido [...]". PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica:** Teoria e Prática. p. 91.

[26] "[...] pesquisar e identificar as partes de um fenômeno e colecioná-las de modo a ter uma percepção ou conclusão geral [...]". PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica:** Teoria e Prática. p. 95.

[27] Sobre as quatro regras máximas do Método Cartesiano (evidência, dividir, ordenar e avaliar) veja-se LEITE, Eduardo de Oliveira. **A monografia jurídica**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. p. 22-26.

[28] "[...] explicitação prévia do(s) motivo(s), do(s) objetivo(s) e do produto desejado, delimitando o alcance temático e de abordagem para uma atividade intelectual, especialmente para uma pesquisa". PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica:** Teoria e Prática. p. 62.

[29] "[...] palavra ou expressão estratégica à elaboração e/ou à expressão de uma ideia". PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica:** Teoria e Prática. p. 31.

[30] "[...] uma definição para uma palavra ou expressão, com o desejo de que tal definição seja aceita para os efeitos das ideias que expomos[...]". PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica:** Teoria e Prática. p. 43.

[31] Técnica de investigação "[...] em livros, em Repertórios Jurisprudenciais e em coletâneas legais [...]". PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica:** Teoria e Prática. p. 112.

[32] "[...] é atividade da Ciência porque o Fichamento, como Técnica, deve ser acionado num contexto em que o seu utilizador tenha um Referente claramente explicitado antes de iniciar a operação [...]". PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica:** Teoria e Prática. p. 133.

CAPÍTULO 1

GLOBALIZAÇÃO E DESGLOBALIZAÇÃO: A ATUAL CRISE ECONÔMICA MUNDIAL

A Globalização é um fenômeno diversificado que está reestruturando, profundamente, muito mais do que as formas de viver enquanto humanidade e enquanto indivíduos, em vários níveis e há bastante tempo.

Neste capítulo pretende-se, inicialmente, apresentar o fenômeno da Globalização, perpassando por seus conceitos, consequências, peculiaridades e dimensões, apontando para uma sociedade global. Em seguida, diante deste fenômeno, analisar-se-á a teoria do Risco e da Sociedade de Risco Global e, a partir dela, serão tecidas algumas considerações acerca da Desglobalização, diante do caos global.

Ao final do capítulo serão evidenciadas as principais Crises Econômicas mundiais como consequências do fenômeno da Globalização e do Risco produzido por ele, cujos efeitos perduram até os dias atuais, configurando a atual Crise Econômica mundial.

1.1 O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO

Inicialmente, importante tecer algumas considerações acerca das origens históricas da Globalização. Tal fenômeno surgiu há muito tempo, mas alcançou seu ápice somente na década de 80, haja vista a mutiplicação dos estudos relacionados à Globalização, principalmente nos grupos de juristas, cientistas políticos e sociólogos juristas.[33]

Com o advento da Era Moderna, no século XV, nasce a Globalização. Foi por meio das Grandes Navegações que se instaurou a dinâmica de um comércio de natureza intercontinental, além do acúmulo de capitais na Europa. Nessa época,

[33] ARNAUD, André-Jean. **O direito entre modernidade e globalização:** lições de filosofia do direito e do Estado. Tradução de Patrice Charles Wuillaume. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. p. 1.

então, ocorreu o choque de civilizações, gerando a expansão do intercâmbio cultural entre sociedades. O mundo se colocou em movimento. Com isso, o fenômeno da Globalização tomou forma, estabelecendo-se um novo sistema mundial.[34]

Neste aspecto, fazendo uma análise da história humana, Defarges[35] traz como referências históricas da Globalização – ou mundialização[36], como ele mesmo chama – três momentos, que seriam os sonhos universalistas, as grandes descobertas - que remontam do século XV ao século XX – e, por último, a revolução industrial e o surgimento de um mercado planetário – estas permeadas entre os séculos XIX e XX. Segundo o autor, "[...] a mundialização surge não como um processo contínuo, regular, caminhando numa direção, mas como o resultado de impulsos intermitentes, desencadeados pela convergência de fenómenos, de forças – técnicas, económicas, políticas ou religiosas".

Segundo Faria[37], a Globalização "[...] já estava presente, por exemplo, nos antigos impérios, provocando sucessivos surtos de modernização econômica, cultural e jurídica". Seu pensamento corrobora com as ideias de Defarges, que como referido anteriormente, delimita três momentos na história da mundialização, desde o período dos impérios[38], com os sonhos universalistas.

Verifica-se, portanto, que naquela época (dos grandes impérios), as relações entre os homens já pairavam por toda a dimensão planetária, sendo que foi por meio das descobertas marítimas, da navegação, que se possibilitou a instauração da inter-relação entre os diversos lugares do planeta, atingindo, com isso, novas proporções geográficas. Ademais, as relações firmadas inicialmente com o objetivo de dominação acabaram estabelecendo além de negócios, também relações de caráter social, político, cultural, entre outros, caracterizando-se assim um "processo

---

[34] RODRIGUES, Jorge Nascimento; DEVEZAS, Tessaleno. **PORTUGAL – O Pioneiro da Globalização**: A Herança das Descobertas. V. N. Famalicão, Portugal: Centro Atlântico, 2009.

[35] DEFARGES, Philippe Moreau. **A mundialização:** o fim das fronteiras? Tradução de António Monteiro Neves. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. p. 14.

[36] *Mundialização* é o termo de origem francesa (*mondialisation*), enquanto *globalização* é de origem anglo-americana. Apesar de alguns autores apontarem diferenças quanto ao seu significado, no presente trabalho os termos serão tratados como sinônimos.

[37] FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada.** São Paulo: Malheiros, 2000. p. 61.

[38] Vide DEFARGES, Philippe Moreau. **A mundialização:** o fim das fronteiras? p. 14 e seguintes.

de colonização e expansão territorial".[39]

Dessa forma, a Globalização não é um fenômeno novo. No entanto, segundo Chesnais[40]:

> O adjetivo "global" surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas americanas de administração de empresas, as célebres "*business management schools*" de Harvard, Columbia, Stanford etc. [...] Em matéria de administração de empresas, o termo era utilizado tendo como destinatário grandes grupos, para passar a seguinte mensagem: em todo lugar onde se possa gerar lucros, os obstáculos à expansão das atividades de vocês foram levantados, graças à liberalização e à desregulamentação; a telemática e os satélites de comunicações colocam em suas mãos formidáveis instrumentos de comunicação e controle; reorganizem-se e reformulem, em consequência, suas estratégias internacionais.

Quanto à propagação do termo Globalização, Giddens afirma que "Todo guru dos negócios fala sobre ele. Nenhum discurso político é completo sem referência a ele. No entanto, até o final da década de 1980 o termo quase não era usado, seja na literatura acadêmica ou na linguagem cotidiana"[41].

De acordo com Wallerstein, o termo Globalização "was invented in the 1980s. It is usually thought to refer to a reconfiguration of the world-economy that has only recently come into existence, in which the pressures on all governments to open their frontiers to the free movement of goods and capital is unusually strong"[42].

Nesse sentido, Chesnais evidencia que "a globalização é a expressão das 'forças de mercado', por fim liberadas (pelo menos parcialmente, pois a grande tarefa da liberalização está longe de concluída) dos entraves nefastos erguidos durante meio

---

[39] PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e imigração:** a possibilidade de efetivação dos Direitos Humanos dos Transmigrantes diante de Decisões de Regresso na Italia ena União Europeia. 2014. Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Itajaí. P. 78-79. Disponível em: https://www.univali.br/pos/doutorado/doutorado-em-ciencia-juridica/banco-de- teses-com-dupla-titulacao/Paginas/default.aspx. Acesso em: 01 jul. 2020.

[40] CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996. p. 23.

[41] GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole:** o que a globalização está fazendo de nós. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges, 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 18.

[42] "Foi inventado na década de 1980. Pensa-se, geralmente, que se refere a uma reconfiguração da economia mundial que só recentemente surgiu, na qual as pressões de todos os governos para abrir suas fronteiras à livre circulação de bens e capitais são extraordinariamente fortes" (tradução livre). WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis**: An Introduction. Durham and London: Duke University Press, 2006. p. 93.

século”[43].

Com a abertura das fronteiras para a livre circulação de bens e capitais, por meio do fenômeno da Globalização, as relações sociais se ampliaram globalmente. Segundo Giddens[44], as relações sociais são coordenadas por meio do tempo e do espaço. O autor explica que “A estrutura conceitual do distanciamento tempo-espaço dirige nossa atenção às complexas relações entre envolvimentos locais (circunstâncias de co-presença) e interação através de distância (as conexões de presença e ausência)”.

Logo, para o referido autor, na modernidade verifica-se um grau de distanciamento tempo-espaço muito maior (tendo como referência períodos anteriores), na qual as conexões que envolvem formas sociais a eventos locais e distantes acabam tornando-se “alongadas” e esse processo de alongamento é que caracteriza a Globalização. Nesse aspecto, Giddens afirma que “A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa”.

Ao explicar o fenômeno da Globalização, Sousa Santos[45] refere-se a uma ruptura das antigas formas de relações transfronteiriças, tendo em vista a ampliação e intensificação das novas relações, seja no tocante aos sistemas produtivos ou até mesmo quanto às questões financeiras, bem como “à disseminação, a uma escala mundial, de informação e imagens através dos meios de comunicação social ou às deslocações em massa de pessoas, quer como turistas, quer como trabalhadores migrantes ou refugiados”.

No tocante às mudanças ocorridas com a Globalização, a partir da década de 80, Arnaud[46] assim explicita:

---

[43] CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** p. 25.
[44] GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991. p. 60.
[45] SOUSA SANTOS, Boaventura de. Os processos de globalização. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). **A globalização e as ciências sociais.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25.
[46] ARNAUD, André-Jean. **O direito entre modernidade e globalização:** lições de filosofia do direito e do Estado. p. 1.

> [...] o mundo naquele período mudou de forma radical. Uma nova ordem se impõe, desconcertante, na medida em que as nações erigidas em estados, até agora soberanos – pelo menos no que diz respeito aos países "centrais", pouco acostumados a dobrar a espinha -, mostram-se cada vez menos capazes de controlar suas economias e suas moedas.

Assim, pode-se afirmar, de acordo com Santos[47], que "A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista". Segundo o referido autor, se disposto a compreender a Globalização, deve-se considerar dois componentes cruciais, que seriam o estado da técnica e o estado da política, já que "a globalização não é apenas a existência desse novo sistema de técnicas. Ela também é resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes"[48].

A Globalização, segundo Ferrarese[49], representa uma espécie de vazamento, uma fuga da economia do controle do Estado e uma tendência de afirmação da sua autonomia e autossuficiência em relação ao processo político. Os limites territoriais não são mais suficientes para uma economia que se desvincula do território e que detém as alavancas para condicionar a sociedade no sentido global: a linguagem econômica e dos juros; a pesquisa tecnológica e científica e a economia financeira. Paralelamente, a economia provoca várias mudanças na área da Soberania e desenha novos percursos para as instituições jurídicas.

Portanto, a autora afirma que "L'idea che si cercherà li illustrare è de che le novità più travolgenti del processo do globalizzazioni non riguardano tanto la sfera econômica in quanto tale, ma i suoi nessi con la – e i suoi riflessi nella – sfera istituzionale"[50]. Ferrarese, então, considera a Globalização não como um evento interno do capitalismo (que modifica somente a estrutura e extensão das relações

---

[47] SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 18ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 23.

[48] SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. p. 24.

[49] FERRARESE, Maria Rosaria. **Le istituzioni della globalizzazione**: diritto e diritti nella società transnazionale. Bologna: Mullino, 2008.

[50] "A ideia que se pretende ilustrar é que as inovações mais avassaladoras do processo de globalização não dizem respeito tanto à esfera econômica como tal, mas a seus vínculos com a - e suas reflexões na - esfera institucional" (tradução livre). FERRARESE, Maria Rosaria. **Le istituzioni della globalizzazione**: diritto e diritti nella società transnazionale. p. 11.

econômicas), mas principalmente como um evento que produz efeitos na esfera institucional, aqui entendida como estatal e jurídica. Chama a atenção para os efeitos e reflexos da Globalização na esfera institucional, apresentando dois tipos de mudanças consideráveis, quais sejam, as mudanças relativas à relação entre política e economia, e as mudanças no cenário institucional (estatal e jurídico).

Distinguindo os conceitos de Globalismo e Globalização, Beck[51] critica a forma como a política tem se desenvolvido, na atual fase do capitalismo mundial globalizado, e explica que o

> *Globalismo* designa a concepção de que o mercado mundial bane ou substitui, ele mesmo, a ação política; trata-se, portanto, da ideologia do império do mercado mundial, da ideologia do neoliberalismo. O procedimento é monocausal, restrito ao aspecto econômico, e reduz a pluridimensionalidade da globalização a uma única dimensão - a econômica -, que, por sua vez, ainda é pensada de forma linear e deixa todas as outras dimensões - relativas à ecologia, à cultura, à política e à sociedade civil – sob o domínio subordinador do mercado mundial. [...] A essência do globalismo consiste muito mais no fato de que aqui se liquida uma distinção fundamental em relação à primeira modernidade: a distinção entre economia e política. A tarefa primordial da política - que consiste na delimitação e no estabelecimento de condições para os espaços jurídicos, sociais e ecológicos, dos quais a atuação da economia depende para ser socializada e tornar-se legítima se perde de vista ou é derribada. (grifo do autor)

Portanto, para o autor, o Globalismo seria uma ideologia de um livre mercado global, que facilita a circulação de capitais, insumos e produtos, afetando as dimensões jurídicas, sociais e ambientais locais. Assim, o Globalismo seria como a "ditadura neoliberal do mercado mundial, que, particularmente no Terceiro Mundo, suprime os já escassos fundamentos do autodesenvolvimento democrático"[52].

Dessa forma, o Globalismo caracteriza-se como uma ideologia, onde a Globalização é reduzida à dimensão econômica. Contudo, a Globalização perpassa

---

[51] BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 27-28.

[52] BECK, Ulrich. **Liberdade ou capitalismo.** Ulrich Beck conversa com Johannes Willms. São Paulo, UNESP, 2003. p. 23.

essa unidimensionalidade, tendo em vista tratar-se de um fenômeno plural e irreversível.

Nesse contexto, Beck[53] explica que a Globalização significa "*os processos,* em cujo andamento os Estados nacionais vêem a sua Soberania, sua identidade, suas redes de comunicação, suas chances de poder e suas orientações sofrerem a interferência cruzada de atores transnacionais". Além disso, significa a "*negação* do Estado mundial. Mais precisamente: *sociedade mundial sem Estado mundial e sem governo mundial.* Está se disseminando um capitalismo global desorganizado, pois não há poder hegemônico ou regime internacional econômico ou político"[54] (grifos do autor).

Em relação à Globalidade, outro conceito trazido por Beck[55], o autor aponta no sentido de que hoje está-se vivendo em uma sociedade mundial, já que os espaços estão isolados, as limitações das fronteiras se tornaram fictícias, fazendo com que as diversas economias, culturas e políticas se entrechoquem. Diante disso, o conjunto de relações sociais havidas nessa sociedade mundial não está integrado à política de um Estado nacional ou por ele determinado, de sorte que para se operacionalizar acaba significando a sociedade mundial ser real e reflexiva; real no sentido das vontades de seus integrantes, mas uma diversidade sem unidade. Por conseguinte, autor afirma que:

> Globalidade significa o desmanche da unidade do Estado e da sociedade nacional, novas relações de poder e de concorrência, novos conflitos e incompatibilidades entre atores e unidades do Estado nacional por um lado e, pelo outro, atores, identidades, espaços sociais e processos sociais transnacionais.[56]

Assim, Beck[57] sintetiza, dizendo que "globalidade significa viver a experiência cotidiana global e muitas vezes banal de um mundo globalizado". Logo, segundo o autor, a irreversibilidade da Globalização acabará resultando na

---

[53] BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. p. 30.
[54] BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. p. 33.
[55] BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. p. 29-30.
[56] BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. p. 49.
[57] BECK, Ulrich. **Liberdade ou capitalismo.** Ulrich Beck conversa com Johannes Willms. p. 29.

necessidade de abertura de espaço para a política, diante da perspectiva da pluridimensionalidade da Globalidade para ilidir a ideologia opressora do Globalismo.

Em relação à Globalização, Giddens[58] demonstra a oposição das diferentes opiniões de pensadores que debateram sobre o tema ao longo do tempo. Segundo ele, de um lado estão aqueles que "questionam tudo o que se refere a ela", os "céticos"; e de outro lado, aqueles que "assumem uma posição muito diversa", os "radicais". Para os céticos, a Globalização não é real, e entendem que tanto a economia global quanto o mundo de maneira geral permanecem parecidos com o que existiu há tempos atrás. No entanto, para os radicais a Globalização é "muito real", bem como suas consequências, que afetam a todos indistintamente, e para eles o mercado global está muito à frente do que antes, ou seja, muita coisa mudou, está muito mais desenvolvido.

Nesse contexto, Giddens[59] se posiciona no sentido de que a Globalização além de ser "nova", é "revolucionária". Portanto, para ele, "nem os céticos nem os radicais" compreenderam realmente o sentido dela, muito menos suas implicações, já que ambos enxergam tal fenômeno tão somente em um plano econômico. Contudo, segundo o autor "isso é um erro", já que "a globalização é política, tecnológica e cultural, tanto quanto econômica. Foi influenciada acima de tudo por desenvolvimentos nos sistemas de comunicação que remontam ao final da década de 1960".

Para Beck[60]:

> Globalização é um processo de efeitos colaterais adicionais que transcorre em várias dimensões e não designa exclusivamente a globalização econômica. Também é uma diversificação cultural para atender à nova necessidade de formas de vida transnacionais. A isso se acrescenta o fato de que, no terreno político, se verifica uma pluralização dos agentes: os Estados já não são os únicos a interagirem e a manterem relações diplomáticas, entra em cena uma pletora de agentes transnacionais, desde a Organização Mundial do Comércio, a OMC, até a Anistia Internacional. De certo modo, também

[58] GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole:** o que a globalização está fazendo de nós. p. 18-19.
[59] GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole:** o que a globalização está fazendo de nós. p. 20-21.
[60] BECK, Ulrich. **Liberdade ou capitalismo.** Ulrich Beck conversa com Johannes Willms. p. 59.

> se incluem as igrejas, que já começam a elevar a voz, a fim de participar do jogo social do poder.

Logo, a Globalização não pode ser um processo unidimensional, totalizante ou homogêneo, já que tem se mostrado cada vez mais como um fenômeno complexo e plural. Ademais, segundo Bauman, "o significado mais profundo transmitido pela ideia da Globalização é o do caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais"[61]. Nesse sentido, Beck explica:

> Globalização significa a experiência cotidiana da ação sem fronteiras nas dimensões da economia, da informação, da ecologia, da técnica, dos conflitos transculturais e da sociedade civil, e também o acolhimento de algo a um só tempo familiar mas que não se traduz em um conceito, que é de difícil compreensão mas que transforma o cotidiano com uma violência inegável e obriga todos a se acomodarem à sua presença e a fornecer respostas. Dinheiro, tecnologia, mercadorias, informações e venenos "ultrapassam" as fronteiras como se elas não existissem. Até mesmo objetos, pessoas e idéias que os governos gostariam de manter no exterior (drogas, imigrantes ilegais, críticas à violação dos direitos humanos) acabam por encontrar seu caminho.[62]

Nas palavras de Bauman, "a globalização não diz respeito ao que todos nós, ou pelo menos os mais talentosos e empreendedores, desejamos ou esperamos fazer. Diz respeito ao que está acontecendo a todos nós"[63]. Sendo assim, "a globalização não é um acidente em nossas vidas hoje. É uma mudança de nossas próprias circunstâncias de vida. É o modo como vivemos agora"[64].

A Globalização envolve não apenas os grandes sistemas, mas também a vida íntima das pessoas, já que "não diz respeito apenas ao que está 'lá fora', afastado e muito distante do indivíduo. É também um fenômeno que se dá 'aqui dentro', influenciando aspectos íntimos e pessoais de nossas vidas"[65].

> La globalización no es un fenómeno que afecte a un puñado de ejecutivos que hablan inglés y toman el avión cada tres días; la

---

[61] BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:** as consequências humanas. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 66.
[62] BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. p. 46-47.
[63] BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:** as consequências humanas. p. 68.
[64] GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole:** o que a globalização está fazendo de nós. p. 29.
[65] GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole:** o que a globalização está fazendo de nós. p. 22.

> globalización no es una burbuja con la cual la gente corriente no tenga nada que ver. Al contrario, se ha convertido en el denominador común, en lo que los une sin que ellos lo sepan, como una especie de cordón invisible y fatal entre todos los trabajadores, sea cual sea su país y trabajen donde trabajen en las economías del mundo.[66]

Por isso, Giddens[67] afirma que a Globalização é "um conjunto complexo de processos", os quais atuam de formas diversas, ou seja, ao mesmo tempo que "puxa para cima", também "empurra para baixo". Isso quer dizer que nem sempre a Globalização vai tirar o Poder da comunidade local (Estados) para colocar na "arena global", como muitos pensam, já que há uma perda considerável de Poder que os Estados antes possuíam. A Globalização opera também ao contrário, evidenciando a autonomia local, por meio de novas pressões.

Santos[68] defende que a Globalização é um fenômeno reversível, podendo ser usada para o bem da humanidade. O autor considera a existência de pelo menos três mundos em um só, identificando tais mundos de acordo com a percepção - onde a Globalização é vista como "fábula" -, com a realidade – a Globalização vista como "perversidade" -, e, com a possibilidade – onde pode-se vislumbar "uma outra Globalização".

Em relação ao mundo globalizado visto como "fábula", Santos explica que este exige um certo número de fantasias, já que o pensamento ideológico faz crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. Assim, verifica-se a existência de um mercado avassalador dito global, que é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta através da disposição, cada vez maior, de mercadoria para o consumo quando, na realidade, as diferenças locais são cada vez mais aprofundadas. Portanto, o exercício de fabulação é condição de possibilidade para a realização

---

[66] "A globalização não é um fenômeno que afeta um punhado de executivos que falam inglês e tomam o avião a cada três dias; a globalização não é uma bolha com a qual as pessoas comuns não têm nada a ver. Pelo contrário, tornou-se o denominador comum, naquilo que os une sem que eles o conhecessem, como uma espécie de cordão invisível e fatal entre todos os trabalhadores, seja qual for seu país e onde quer que trabalhem nas economias do mundo" (tradução livre). MONTEBOURG, Arnaud. ¡**Votad las desglobalización! Los ciudadanos somos más poderosos que la globalización.** Barcelona: Paidós, 2011. p. 22-23.

[67] GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole:** o que a globalização está fazendo de nós. p. 23.

[68] SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. p. 17-20.

desse mundo, predominado por uma ideologização maciça, que na verdade não existe.[69]

No tocante ao mundo de acordo com a realidade, para a grande parte da humanidade a Globalização é vista como perversidade, já que o desemprego se torna crônico, a pobreza aumenta, novas enfermidades se instalam, a mortalidade infantil permanece, a educação de qualidade é cada vez mais inacessível e o consumo é cada vez mais representado como fonte de felicidade. Portanto, por meio da perversidade sistêmica é que se verificam os comportamentos competitivos presentes na atual sociedade, desencadeando ações hegemônicas. Tudo isso faz parte do processo de Globalização.[70]

Por meio de uma visão otimista, frente aos outros dois aspectos em que vislumbra a Globalização, Santos, então, apresenta a possibilidade de pensar em um outro mundo, onde a Globalização seria mais humana, por meio de uma "outra Globalização". Sobre esse aspecto, o autor explica que entende ser possível transformar o que se tem hoje, já que a realidade não é um fato dado, mas uma construção contínua que tem mudanças diárias e semanais, de onde resulta a intensa força que o sistema faz para manter o curso das coisas.[71]

Nesse sentido, importante ressaltar que "um mundo globalizado pressupõe novas relações de interdependência, novas necessidades, problemas e desafios igualmente novos. Pressupõe ainda novas ferramentas capazes de fazer frente aos seus atuais desafios"[72].

Conforme expõe Giddens, "La globalizzazione può prospettare un modo non particolarmente attraente o raffinato, ma nessuno che voglia comprender in che

---

[69] SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. p. 18-19.

[70] SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. p. 19-20.

[71] SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. p. 20-21.

[72] OLIVIERO, Maurizio; CRUZ, Paulo Márcio. Reflexões sobre o Direito Transnacional. **Revista NEJ - Eletrônica**, Vol. 17 - n. 1 - p. 18-28 / jan-abr 2012. Disponível em: www.univali.br/periodicos. Acesso em: 31 out. 2019. p. 27.

direzione si muove il nuovo secolo può ignorarla”[73]. Logo, a sociedade do século XXI é uma sociedade onde a Globalização se mostra fortemente presente e, por isso, não se pode desprezá-la, até porque “A globalização não é um fato acabado, mas um processo em marcha”[74].

Para Santos, “A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”[75]. Nesse contexto, percebe-se que o aspecto econômico da Globalização é exaltado, porém este não é o seu único aspecto. Para Piffer[76], em um sentido amplo, a Globalização “é um fenômeno multifacetado enaltecido a partir da disseminação dos ideais capitalistas neoliberais com sua base calcada em razões econômicas, a qual impacta todas as vertentes do fenômeno”.

De acordo com a teoria de Giddens[77], a Globalização se divide em quatro dimensões: a primeira delas é a economia capitalista mundial[78]; a segunda é

---

[73] “A globalização pode não ser a prospectiva de um mundo particularmente atraente ou refinado, mas ninguém que queira compreender em qual direção se move o novo século pode ignorá-la” (tradução livre). GIDDENS, Anthony. **Il mondo che cambia**. Come la globalizzazione ridisegna la nostra vita. Bologna: Mulino, 2000. p. 19.

[74] IANNI, Octavio. **A sociedade global.** 6. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 24.

[75] SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. p. 23.

[76] PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e imigração:** a possibilidade de efetivação dos Direitos Humanos dos Transmigrantes diante de Decisões de Regresso na Italia e na União Europeia. p. 83.

[77] GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. p. 65.

[78] Sobre a dimensão da economia capitalista mundial, Giddens explica que “Os principais centros de poder na economia mundial são estados capitalistas — estados onde o empreendimento econômico capitalista (com as relações de classe que isto implica) é a principal forma de produção. As políticas econômicas nacional e internacional destes estados envolvem muitas formas de regulamentação da atividade econômica, mas, como foi notado, sua organização institucional mantém uma "insulação" do econômico em relação ao político”. GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. p. 65.

estabelecida pelo sistema de Estados-nação[79]; a terceira se trata da ordem militar mundial[80] e a quarta refere-se ao desenvolvimento industrial[81].

[79] No tocante à dimensão estabelecida pelo sistema de Estados-nação, assim se justifica: Não há uma área na superfície da Terra, com a exceção parcial das regiões polares, que não seja reivindicada como legítima esfera de controle de um ou outro estado. Todos os estados modernos têm um monopólio mais ou menos bem-sucedido dos meios de violência no interior de seus próprios territórios". GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. p. 66.

[80] Em relação a essa terceira dimensão – ordem militar mundial -, Giddens esclarece: "A globalização do poder militar não se limita obviamente ao armamento e às alianças entre as forças armadas de estados diferentes — ela também diz respeito à própria guerra. Duas guerras mundiais dão mostras da maneira pela qual conflitos locais tornaram-se questões de envolvimento global. Em ambas as guerras, os participantes pertenciam a virtualmente todas as regiões (embora a Segunda Guerra Mundial fosse um fenômeno mais verdadeiramente mundial)". GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. p. 69-70.

[81] Ao tratar da quarta dimensão – desenvolvimento industrial – Giddens sugere que "Seu aspecto mais óbvio é a expansão da divisão global do trabalho, que inclui as diferenciações entre áreas mais e menos industrializadas no mundo. A indústria moderna se baseia intrinsecamente em divisões de trabalho, não apenas ao que diz respeito às tarefas mas também à especialização regional em termos de tipo de indústria, capacitações e a produção de matérias-primas. Não há dúvida de que ocorreu uma importante expansão de interdependência global na divisão do trabalho desde a Segunda Guerra Mundial. Isto concorreu para a realização de mudanças na distribuição mundial da produção, incluindo a desindustrialização de certas regiões nos países desenvolvidos e o surgimento dos "Países Recém-Industrializados" no Terceiro Mundo. Isto também serviu sem dúvida para reduzir a hegemonia econômica interna de muitos estados, particularmente daqueles com um alto nível de industrialização". GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. p. 70.

Tendo como base a divisão em dimensões estabelecida por Giddens, Piffer[82] entende a Globalização em sua dimensão econômica[83] como sendo o gênero, do qual vertem as dimensões política[84], social[85] e cultural[86].

Nesse sentido, Ianni[87] aponta para as transformações da nova sociedade civil mundial:

> Em lugar das sociedades nacionais, a sociedade global. Em lugar do mundo dividido em capitalismo e socialismo, um mundo capitalista, multipolarizado, impregnado de experimentos socialistas. As noções de três mundos, centro, periferia, imperialismo, dependência, milagre econômico, sociedade nacional, Estado-Nação, projeto nacional, caminho nacional para o socialismo, caminho nacional para o desenvolvimento capitalista, revolução nacional e outras, parecem insuficientes, ou mesmo obsoletas. Dizem algo, mas não dizem tudo. Parecem inadequadas para expressar o que está acontecendo em diferentes lugares, regiões, nações, continentes. Os conceitos envelheceram, ficaram descolados do real, já que o real continua a mover-se, transformar-se. Em certos momentos, ele parece repetir-se de modo enfadonho, mas em outros revela-se diferente, novo,

---

[82] PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e imigração:** a possibilidade de efetivação dos Direitos Humanos dos Transmigrantes diante de Decisões de Regresso na Italia ena União Europeia. p. 84.

[83] "[...] parte-se da análise da Globalização como sendo um fenômeno por meio do qual a economia internacional e as economias nacionais tendem a integrar-se cada vez mais no sentido de um hostil e invasivo mercado global, razão pela qual sua vertente econômica possui tanta importância, embora não seja seu único componente". PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e imigração:** a possibilidade de efetivação dos Direitos Humanos dos Transmigrantes diante de Decisões de Regresso na Italia ena União Europeia. p. 84.

[84] "A adoção desta dimensão da Globalização resulta da sua análise a partir das consequências políticas resultantes da verificação da Globalização econômica e sua interferência na política dos Estados nacionais. Os discursos ouvidos diariamente fazem crer que deve haver menos Estado, mas sua base essencial é o fato de que os condutores da Globalização necessitam de um estado flexível a seus interesses.". PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e imigração:** a possibilidade de efetivação dos Direitos Humanos dos Transmigrantes diante de Decisões de Regresso na Italia ena União Europeia. p. 88-89.

[85] "A situação social do planeta não se demonstra tão positiva quanto pregam os defensores da Globalização, pois a acirrada concorrência experimentada pelos países é fruto da sua característica econômica da Globalização, a qual impõe a constante necessidade de maior produção a um menor custo. Consequentemente, ao lado do crescimento da economia global e dos mercados mundiais, os problemas sociais evidenciados aumentam consideravelmente a cada ano. Esta é a dimensão social da Globalização". PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e imigração:** a possibilidade de efetivação dos Direitos Humanos dos Transmigrantes diante de Decisões de Regresso na Italia ena União Europeia. p. 94.

[86] "[...] a dimensão cultural da globalização também é verificada como uma forma de interferir nas mais variadas manifestações culturais dos Seres Humanos envolvidos. No entanto, entende-se ser possível, a partir da sua dimensão cultural, promover a reivindicação do reconhecimento das diferenças ou variedades culturais que só se faz possível em um contexto globalizante". PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e imigração:** a possibilidade de efetivação dos Direitos Humanos dos Transmigrantes diante de Decisões de Regresso na Italia ena União Europeia. p. 102-103.

[87] IANNI, Octavio. **A sociedade global.** p. 35.

> fascinante, insólito, surpreendente. Sob vários aspectos, pode-se dizer que aqui começa a história novamente.

Portanto, a sociedade global[88] que ora se apresenta passa constantemente por transformações. Como visto, o desenvolvimento da história humana no contexto da Globalização não ocorre de maneira linear ou homogênea, restando claro que na evolução da sociedade ocorreu uma interconexão global mundial, onde as mudanças sociais atingiram e atingem todo o globo.

Diante desse contexto global, marcado por um forte desenvolvimento industrial, com profundas mudanças e incertezas, surgiram também Riscos para a sociedade. É sobre isso que tratará o próximo tópico.

1.2 A TEORIA DO RISCO NA SOCIEDADE GLOBALIZADA[89]

Viver em uma conjuntura de incertezas e desconhecimento e, ao mesmo tempo, ter de realizar escolhas e tomar decisões, revelam uma vulnerabilidade à Riscos que podem ser ocasionados pela ocorrência de fenômenos que gerem danos à sociedade, às pessoas, ao seu patrimônio. Os Riscos fazem parte desse emaranhado de incertezas que restou impregnado com o avanço do desenvolvimento industrial, em uma dimensão planetária, especialmente com a mundialização[90] da

---

[88] Segundo Ianni, "A formação da sociedade global reabre a problemática da modernidade em suas implicações filosóficas, científicas e artísticas. No âmbito da globalização de coisas, gentes e ideias, modificam-se os quadros sociais e mentais de referência. Tudo o que é evidentemente local, nacional e regional revela-se também global. As relações, os processos e as estruturas característicos da globalização incutem em praticamente todas as realidades preexistentes novos significados, outras conotações". IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. p. 205.

[89] Sobre o tema, Hespanha salienta que: "As designações utilizadas para caracterizar esta fase das sociedades podem ser distintas – modernidade tardia, pós-modernidade, segunda modernidade, modernização reflexiva, sociedade global, globalização cultural, glocalização, sociedade do conhecimento e da informação, etc. -, mas na base de todas elas está o reconhecimento de que a incerteza, o paradoxo e o risco marcam o futuro das nossas sociedades". HESPANHA, Pedro. Mal-estar e risco social num mundo globalizado: novos problemas e novos desafios para a teoria social. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A globalização e as ciências sociais.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 163-164.

[90] Segundo Chesnais, "O movimento da mundialização é *excludente*. Com exceção de uns poucos "novos países industrializados", que haviam ultrapassado, antes de 1980, um patamar de desenvolvimento industrial que lhes permite introduzir mudanças na produtividade do trabalho e se manterem competitivos, está em curso um nítido movimento tendente à marginalização dos países em desenvolvimento" (grifo do autor). CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** p. 33.

economia e com a revolução tecnológica[91], resultantes do processo de Globalização.[92]

O fenômeno da Globalização está estreitamente relacionado à produção da incerteza e do Risco. Isso porque além da emergência relacionada à interdependência entre as sociedades dos Estados-nação, há também uma desterritorialização nos aspectos social e político, onde a sincronia entre Estado e sociedade vai desaparecendo e extrapolando conforme as atividades sociais, econômicas, laborais e aquelas todas relacionadas à vida, deixando de existir somente como sociedade nacional e passando, então, para a sociedade globalizada. Neste cenário emergem novos fatores de incertezas, imprevisibilidades, inseguranças, perigos – que são característicos do Risco.[93]

Em busca de uma conceituação para o termo “Risco”, Giddens[94] refere que

> Salvo por alguns contextos marginais, na Idade Média não havia nenhum conceito de risco. Ele tampouco existia, até onde pude apurar, na maior parte das demais culturas tradicionais. A ideia de risco parece ter se estabelecido nos séculos XVI e XVII, e foi originalmente cunhada por exploradores ocidentais ao partirem para suas viagens pelo mundo. A palavra "risk" parece ter se introduzido no inglês através do espanhol ou do português, línguas em que era usada para designar a navegação rumo a águas não cartografadas. Em outras palavras, originalmente ela possuía uma orientação espacial. Mais tarde, passou a ser transferida para o tempo, tal como usada em transações bancárias e de investimento, para designar o cálculo das consequências prováveis de decisões de investimento para os

---

[91] Sobre o papel da tecnologia no processo de Globalização, Chesnais aponta para as relações capital-trabalho, afirmando: “É nesse contexto que deve ser situada a implementação, pelos grupos industriais (tanto os do setor manufatureiro quanto os das grandes atividades de serviços), das oportunidades proporcionadas pelas novas tecnologias, a começar pelas tecnologias informacionais aplicadas à produção industrial e às atividades de gestão e finanças. Beneficiando-se, simultaneamente, do novo quadro neoliberal e da programação por microcomputadores, os grupos puderam reorganizar as modalidades de sua internacionalização e, também, modificar profundamente suas relações com a classe operária, particularmente no setor industrial. O grande aumento de produção no setor de manufaturas e nas atividades de serviços concentradas (“industrializadas”), bem como a espetacular recuperação de rentabilidade do capital investido nesses setores, devem-se à ação combinada de fatores tecnológicos e organizacionais”. CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** p. 34.

[92] LOURENÇO, Nelson. Sociedade global, risco e segurança. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**. 11(2): 211-219, maio-agosto 2019. p. 212.

[93] HESPANHA, Pedro. Mal-estar e risco social num mundo globalizado: novos problemas e novos desafios para a teoria social. p. 164.

[94] GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole:** o que a globalização está fazendo de nós. p. 32.

> que emprestavam e os que contraíam empréstimos. Mais tarde passou a designar uma ampla esfera de outras situações de incerteza.

O autor explica que esse conceito não existia pois dele não precisavam. Segundo ele, “risco não é o mesmo que infortúnio ou perigo. Risco se refere a infortúnios ativamente avaliados em relação a possibilidades futuras. [...] O conceito de risco pressupõe uma sociedade que tenta ativamente romper com seu passado”[95]. Além disso, acentua que a noção de Risco “é inseparável das ideias de probabilidade e de incerteza. Não se pode dizer que alguém enfrenta um risco quando o resultado da acção está totalmente garantido”[96].

De acordo com o “Glossário sobre a teoria social de Niklas Luhmann”, o conceito de Risco refere-se à possibilidade de danos futuros devido a decisões específicas. Dessa forma, as decisões tomadas no presente condicionam o que acontecerá no futuro, mesmo que não se saiba de que maneira. Logo, elas devem ser tomadas sem ter consciência suficiente do que acontecerá. Em outros termos, quem toma uma decisão no presente não pode ser protegido, com certeza, de possíveis danos futuros e estes podem resultar de comportamento. Nesse norte, o Risco é caracterizado pelo fato de que, apesar da possibilidade de consequências negativas, é conveniente, no entanto, decidir melhor de uma maneira que de outra.[97]

Ao tratar sobre o conceito de Risco, Rocha[98] entende ser um evento generalizado da comunicação[99], uma reflexão sobre as possibilidades da decisão. Na

---

[95] GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole:** o que a globalização está fazendo de nós. p. 33.

[96] GIDDENS, Anthony. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Presença, 2001. p. 32.

[97] CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Helena; BARALDI, Claudio. **Glosario sobre la teoría social de Niklas Luhmann.** Guadalajara, México: Anthropos/ Universidad Iberoamericana/Iteso, 1996. p. 141-143.

[98] ROCHA, Leonel Severo. Direito, complexidade e risco. **Seqüência.** nº 28, junho, 1994. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15870/14359. Acesso em: 21 jul. 2020.

[99] Para Luhmann e De Giorgi, “[...] la comunicación es una síntesis que resulta de tres selecciones: información, acto de comunicación, comprensión. Cada uno de estos componentes es, en sí mismo, un evento contingente. La información es una diferencia que transforma el estado de un sistema, es decir, que produce una diferencia”. “[…] comunicação é uma síntese que resulta de três seleções: informação, ato de comunicação, compreensão. Cada um desses componentes é, por si só, um evento contingente. Informação é uma diferença que transforma o estado de um sistema, isto é, que produz uma diferença” (tradução livre). LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Rafaelle. **Teoría de la sociedad.** México: Universidad de Guadalajara/Univesidad Iberoamericana/ITESO, 1993. p. 81. Para Pilau Sobrinho: “A comunicação é um processo primordial no desenvolvimento humano e

literatura tradicional, o Risco vem acompanhado da reflexão sobre a "segurança". Nesse sentido, De Giorgi[100] assinala que

> O risco condensa uma simbiose particular entre futuro e sociedade: ele permite construir estruturas nos processos de transformação dos sistemas, especificar as emergências de ordens nas estruturas de sistemas. O risco é, na realidade, uma construção da comunicação que descreve a possibilidade de arrepender-se, no futuro, de uma escolha que produziu o dano que se queria evitar. Dessa forma, risco está ligado ao sentido da comunicação e é relevante por este aspecto, não pelos vestígios que podem existir na consciência. O risco estabelece a necessidade de um cálculo do tempo segundo condições a respeito das quais nem a racionalidade nem o cálculo da utilidade nem a estatística podem fornecer indicações úteis. Nestas condições de não-saber, aquilo que, realmente, se pode saber é que cada redução ou minimização do risco aumenta o próprio risco. Nesta circularidade, condensa-se, também, o fato de que renunciar ao risco significa renunciar à racionalidade. Significa renunciar ao controle das possibilidades de seleção que nascem da possibilidade de um sistema construir, em seu interior, a unidade das distinções das referências que orientam suas operações.

O referido autor entende que a conexão entre o Risco e a contigência (probabilidade) seria, além disso, uma conexão entre o Risco e a complexidade[101], já que assim como esta, o Risco "é um princípio de formas que geram formas, de distinções que geram distinções, de vínculos que se unem e, ao mesmo tempo, se desprendem de uma realidade destituída de conexões com qualquer realidade"[102].

Portanto, segundo De Giorgi[103], o Risco "É uma modalidade da relação com

---

social. É por meio dela que se estabelecem relações de troca, interesse, aceitação, repúdio, etc., perfazendo um meio viabilizador da convivência humana e da formação dos sistemas sociais. No curso da evolução humana, a comunicação representou papel de significativa importância no desenvolvimento dos povos, perpassando por diversas etapas até cristalizar-se como uma operação eminentemente social". PILAU SOBRINHO, Liton Lanes. **Comunicação e direito à saúde**. Sevilla: Punto Rojo Libros, 2016. p. 27.

[100] DE GIORGI, Raffaele. **Direito, tempo e memória.** Tradução de Guilherme Leite Gonçalves. São Paulo: Quartier Latin, 2006. p. 232.

[101] Sobre o conceito de **complexidade**, Luhmann explica: "o homem vive em um mundo constituído sensorialmente, cuja relevância não é inequivocamente definida através de seu organismo. Desta forma o mundo apresenta ao homem uma multiplicidade de possíveis experiências e ações, em contraposição ao seu limitado potencial em termos de percepção, de assimilação de informação e ação atual e consciente. Cada experiência concreta apresenta um conteúdo evidente que remete a outras possibilidades que são ao mesmo tempo complexas e contingentes. Com complexidade queremos dizer que sempre existem mais possibilidades do que se pode realizar. LUHMANN, Niklas. **Sociologia do direito.** v. 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. p. 45.

[102] DE GIORGI, Raffaele. **Direito, tempo e memória.** p. 233.

[103] DE GIORGI, Raffaele. O risco na sociedade contemporânea. Tradução de Cristiano Paixão, Daniela Nicola e Samantha Dobrowolski. **Sequência**, Revista nº 28, Ano 15, junho de 1994 - p. 45-54.

o futuro; é uma forma de determinação das indeterminações segundo a diferença de probabilidade/improbabilidade".

Na teoria de Beck[104], o Risco é o enfoque moderno da previsão e controle das consequências futuras da ação humana, as diversas consequências não desejadas da modernização radicalizada[105]. Trata-se, portanto, de uma função de ordem nova que não é nacional, e sim global.

Nesse contexto, Giddens[106] explica que o Risco possui dois aspectos, o positivo e o negativo, que aparecem desde o início da sociedade industrial moderna. Para o autor, "o risco é a dinâmica mobilizadora de uma sociedade propensa à mudança, que deseja determinar seu próprio futuro em vez de confiá-lo à religião, à tradição ou aos caprichos da natureza".

Essa ambiguidade do Risco consiste na imprescindibilidade de decisão que ele implica: avaliar oportunidades e perdas. Desenvolveu-se toda uma ciência do Risco, da qual se originou o cálculo probabilístico, a primeira tentativa de controlar o incontrolável. O Risco é da ordem da probabilidade. Logo, "Riscos têm, portanto, fundamentalmente que ver com antecipação, com destruições que ainda não ocorreram mas que são iminentes, e que, justamente nesse sentido, já são reais

---

Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15873/14362. Acesso em: 21 jul. 2020. p. 53.

[104] BECK, Ulrich. **La Sociedad del riesgo global**. Traducción de Jesús Alborés Rey. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 2002. p. 5.

[105] Em relação à **modernização**, Beck faz uma distinção entre a primeira e a segunda modernidade. A primeira modernidade é baseada nas sociedades de Estados-nação, onde as relações e redes sociais e, ainda, as comunidades, se entendem essencialmente em um sentido territorial. Os padrões coletivos de vida, progresso e controlabilidade, pleno emprego e exploração da natureza, típicos desta primeira modernidade, foram minados por cinco processos inter-relacionados: Globalização, individualização, revolução de gênero, subemprego e Riscos globais (como a crise ecológica e o colapso dos mercados financeiros globais). A primeira modernidade refere-se à **modernização radicalizada**. A segunda modernidade tem como verdadeiro desafio teórico e político o fato de que a sociedade deve responder simultaneamente a todos esses desafios, que tem em comum o fato de que todas são consequências imprevistas da vitória da primeira modernização, simples, linear e industrial, baseada no Estado nacional. A segunda modernidade é, então, a **modernização reflexiva**, que deverá responder aos Riscos causados pela modernização radicalizada (sem grifos no original). BECK, Ulrich. **La Sociedad del riesgo global**. p. 2.

[106] GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole:** o que a globalização está fazendo de nós. p. 33.

hoje”[107].

Conforme explicita Lourenço[108], “O risco é uma noção probabilística que se traduz na fórmula risco igual à probabilidade da ocorrência multiplicada pela intensidade dos possíveis danos e, num todo inseparável, o resultado de um processo de construção social que informa a percepção do risco”.

Segundo Giddens[109], não há como eleger somente uma conduta de negação sobre o Risco. Para o autor:

> O risco sempre precisa ser disciplinado, mas a busca ativa do risco é um elemento essencial de uma economia dinâmica e de uma sociedade inovadora. Viver numa era global significa enfrentar uma diversidade de situações de risco. Com muita frequência podemos precisar ser ousados, e não cautelosos, e apoiar a inovação científica ou outras formas de mudança. Afinal, uma raiz do termo “risk” no original português significa ousar.

O Risco, então, está diretamente ligado com o conflito gerado pela dúvida, já que nunca se sabe efetivamente sobre a existência de algo. A humanidade sempre esteve rodeada de Riscos e “Sim, viver significa ousar; toda existência é uma forma de atrevimento”.[110]

Por conseguinte, diante de um mundo em que as relações se tornam interdependentes, qualquer ação do outro levanta dúvidas quanto à segurança em relação às esperanças de cada um, pois, como já dito, não há certeza de nada. Nessa condição de interconectividade/interdependência global, os Riscos se tornam abrangentes. Logo, o conceito de Risco “apreende e transmite a verdadeira novidade inserida na condição humana pela globalização”, representando de modo indireto e reafirmando tacitamente “o pressuposto da regularidade essencial do mundo”.[111]

---

[107] BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010. p. 39.

[108] LOURENÇO, Nelson. Sociedade global, risco e segurança. p. 214.

[109] GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole:** o que a globalização está fazendo de nós. p. 44-45.

[110] ARNAUT, Danilo. Da biosfera à sociedade global: contribuições das teorias de risco para a sociologia da globalização. **Cadernos CERU**, *24*(1), 137-168. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/68592. Acesso em: 17 jul. 2020.

[111] BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. p. 128-129.

Convém salientar que “Embora risco e sociedade do risco sejam noções fortemente interrelacionadas elas constituem realidades conceptualmente diferentes apelando, por isso, a quadros teóricos diferenciados, mesmo que complementares”[112].

O conceito de Risco e Sociedade de Risco combina o que há algum tempo era mutuamente excludente: sociedade e natureza, ciências sociais e ciências materiais, construção discursiva do Risco e materialidade das ameaças.[113] Dessa forma, Beck salienta que “Na sociedade de risco, o passado deixa de ter força determinante em relação ao presente. Em seu lugar, entra o futuro, algo todavia inexistente, construído e fictício como “causa” da vivência e da atuação presente”[114]

Em sua distribuição, os Riscos apresentam um efeito *boomerang*, já que “nem os ricos e poderosos estão seguros diante deles. [...] Os atores da modernização acabam, inevitável e bastante concretamente, entrando na ciranda dos perigos que eles próprios desencadeiam e com os quais lucram”[115].

Dessa forma, “O conceito de sociedade do risco refere-se essencialmente ao modo como a sociedade se organiza para dar resposta à probabilidade de ocorrência de eventos que possam provocar danos”[116].

Ao lidar com os Riscos, a sociedade se vê “confrontada consigo mesma”. Assim, Beck[117] sintetiza:

> Riscos são um produto histórico, a imagem especular de ações e omissões humanas, expressão de forças produtivas altamente desenvolvidas. Nessa medida, com a sociedade de risco, a autogeração das condições sociais de vida torna-se problema e tema (de início, negativamente, na demanda pelo afastamento dos perigos). Se os riscos chegam a inquietar as pessoas, a origem dos perigos já não se encontrará mais no exterior, no exótico, no inumano, e sim na historicamente adquirida capacidade das pessoas para autotransformação, para autoconfiguração e para autodestruição das condições de reprodução de toda a vida neste planeta.

---

[112] LOURENÇO, Nelson. Sociedade global, risco e segurança. p. 212.
[113] BECK, Ulrich. **La Sociedad del riesgo global**. p. 5.
[114] BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. p. 40.
[115] BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. p. 44.
[116] LOURENÇO, Nelson. Sociedade global, risco e segurança. p. 212.
[117] BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. p. 275.

A teoria da Sociedade de Risco de Beck veio a romper com a sociologia do "nada mais que sociedade", entendida pela maioria dos sociólogos, a qual é cega diante dos desafios ecológicos e tecnológicos da segunda modernidade. O autor sustenta que existem simultaneamente a imaterialidade das definições mediadas e contestadas do Risco e a materialidade do Risco enquanto fabricado por especialistas e indústrias em todo o mundo, e que isto tem muitas implicações. Segundo ele, a análise do Risco requer um enfoque interdisciplinar.[118]

Nesse sentido, "O conceito de sociedade de risco provoca transformações notáveis e sistêmicas em três áreas de referência". A primeira refere-se à relação entre a sociedade industrial moderna e os recursos naturais (natureza não humana) e culturais (cultura humana em geral), sendo estes a base na qual aquela é construída, mas que está desaparecendo com o processo da modernização. A segunda área de transformação é o relacionamento entre a sociedade e as ameaças por ela produzidas, as quais ultrapassam as ideias de segurança. E, a terceira e última relaciona-se à exaustão, desintegração e desencantamento pelos quais estão passando as fontes de significado coletivas (consciência de classe, por exemplo) na cultura da sociedade industrial. [119]

> Sociedade de risco significa: o passado perdeu seu poder de determinação sob o presente. Entra em seu lugar o futuro - ou seja, algo que não existe, algo fictício e construído - como a causa da vida e da ação no presente. Quando falamos de riscos, discutimos algo que *não* ocorre mas que *pode* surgir se *não* for *imediatamente* alterada a direção do barco. Os riscos imaginários são o chicote que fazem andar o tempo presente. Quanto mais ameaçadoras as sombras que pairarem sobre o presente anunciando um futuro tenebroso, mais fortes serão os abalos, hoje solucionados pela dramaturgia do risco.[120]

O argumento básico da teoria da Sociedade de Risco refere-se a um processo de mudança social pelo qual a sociedade e a indústria evoluíram para a

---

[118] BECK, Ulrich. **La Sociedad del riesgo global**. p. 5-6.

[119] BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva:** política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p. 17-18.

[120] BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. p. 178.

Sociedade de Risco[121], em que a produção de Riscos e a individualização[122] tornam-se os processos sociais predominantes. Nesse aspecto, Beck assinala que "a transição do período industrial para o período de risco da modernidade ocorre de forma indesejada, despercebida e compulsiva no despertar do dinamismo autônomo da modernização, seguindo o padrão dos efeitos colaterais latentes"[123].

Logo, a Sociedade de Risco não é uma opção, não se pode aprova-la ou reprova-la, pois ela nasce durante os processos da modernização, que não enxergam e não escutam a suas próprias consequências. Sendo assim, "o conceito de sociedade de risco designa um estágio da modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então no caminho da sociedade industrial"[124].

---

[121] "Duas fases podem ser aqui distinguidas: primeiro, um estágio em que os efeitos e as auto-ameaças são sistematicamente produzidos, mas não se tornam questões públicas ou o centro de conflitos políticos. Aqui, o autoconceito da sociedade industrial ainda predomina, tanto multiplicando como "legitimando" as ameaças produzidas por tomadas de decisão, como "riscos residuais" (a "sociedade de risco residual"). Segundo, uma situação completamente diferente surge quando os perigos da sociedade industrial começaram a dominar os debaes e conflitos públicos, tanto políticos como privados. Nesse caso, as instituições da sociedade industrial tornam-se os produtores e legitimadores das ameaças qu não conseguem controlar. O que acontece aqui é que alguns aspectos da sociedade industrial tornam-se *social* e *politicamente* problemáticos. Por um lado, a sociedade ainda toma decisões e realiza ações segundo o padrão da velha sociedade industrial, mas, por outro, as organizações de interesse, o sistema judicial e a política são obscurecidos por debates e conflitos que se originam do dinamismo da sociedade de risco". BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. p. 15-16.

[122] Sobre o significado de "individualização", Beck refere: "No quiere decir individuación, cómo convertirse en una persona única. No es thatcherismo, no es individualismo de mercado, no es atomización. Por el contrario, individualización es um concepto *estructural*, relacionado con el estado de bienestar; quiere decir 'individualismo institucionalizado'. La mayoría de los derechos del estado de bienestar, por ejemplo, están pensados para indivíduos más que para familias. Em muchos casos presuponen el empleo. El empleo a su vez implica educación, y ambos juntos presuponen movilidad. A travésde todos estos requisitos, se invita a la gente a constituirse como indivíduos: a planear, a entender, a diseñarse como indivíduos y, en caso de que fracasen, a culparse a sí mismos. De forma paradójica, la individualización implica, por tanto, un estilo colectivo de vida". "Não significa individuação, como se tornar uma pessoa única. Não é Thatcherismo, não é individualismo de mercado, não é atomização. Pelo contrário, individualização é um conceito estrutural, relacionado ao estado de bem-estar social; significa individualismo institucionalizado'. A maioria dos direitos do estado de bem-estar social, por exemplo, é destinada a indivíduos e não a famílias. Em muitos casos, pressupõem emprego. O emprego, por sua vez, implica educação e ambos pressupõem mobilidade. Através de todos esses requisitos, as pessoas são convidadas a constituir-se como indivíduos: planejar, entender, projetar-se como indivíduos e, caso falhem, culpar a si mesmas. Paradoxalmente, a individualização implica, portanto, um estilo de vida coletivo" (tradução livre). BECK, Ulrich. **La Sociedad del riesgo global**. p. 14.

[123] BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. p. 16.

[124] BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. p. 17.

Beck[125] explica que na modernidade avançada (ou tardia), a produção social de riqueza é minuciosamente acompanhada pela produção social de Riscos. Como consequência disso, os problemas e conflitos de distribuição da sociedade carente são transmutados pelos problemas e conflitos decorrentes da produção, definição e distribuição dos Riscos produzidos de maneira técnico-científica.

Determinada mudança da lógica da distribuição da riqueza na sociedade carente para a lógica do compartilhamento de Riscos na modernidade avançada está historicamente ligada a – no mínimo - duas condições. Em primeiro lugar, essa mudança é consumada (como se sabe) onde e na medida em que, por meio do nível alcançado pelas forças produtivas humanas e tecnológicas e pela segurança e regulamentação do Estado social, é possível reduzir objetivamente e socialmente a autêntica miséria. Em segundo lugar, essa mudança categórica depende ao mesmo tempo em que, de acordo com o crescimento exponencial das forças produtivas no processo de modernização, os Riscos e potenciais de auto ameaça são liberados em uma extensão desconhecida até agora.

A estrutura da Sociedade de Risco Global une áreas bastante distintas: o problema da natureza, a democratização da democracia e o futuro papel do Estado. A Sociedade de Risco requer uma abertura do processo de decisão, não somente do Estado, mas também das empresas privadas e das ciências. Tal processo de decisão reclama uma reforma institucional desses “relacionamentos definidores”, a estrutura de Poder oculta dos conflitos de Risco.[126]

Distinguindo os Riscos globais, Beck[127] os classifica em três espécies:

> Primeiro, os conflitos em torno de *bad,* a contrapartida de *goods*, isto é, a destruição ecológica condicionada pela riqueza e pelos riscos técnico-industriais (como a camada de ozônio, efeito estufa, além das consequências imprevisíveis e incalculáveis da manipulação genética e do transplante de órgãos). Segundo, a destruição ecológica condicionada pela pobreza e os riscos técnico-industriais. [...] Temos, nos casos dos riscos condicionados pela pobreza ou pela riqueza, riscos “normais” que na maioria das vezes não chegam nem mesmo a

[125] BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. p. 23.
[126] BECK, Ulrich. **La Sociedad del riesgo global**. p. 7.
[127] BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. p. 79-81.

> um descumprimento da aplicação das normas de precaução ou segurança muito frágeis ou até mesmo inexistentes mas que, precisamente por este motivo, continuam presentes em todas as partes do mundo. Em terceiro lugar, os riscos das armas de alto poder destrutivo (armas ABC) estão relacionadas, no que diz respeito à sua aplicação (e não ao seu potencial como ameaça) aos quadros de exceção das guerras.

Verifica-se que se tratam de Riscos fabricados pela sociedade industrial que se tornam evidentes na Sociedade de Risco, e que como resultado da modernização, extrapolam as fronteiras nacionais. Assim, os Riscos dessa era "possuem uma *tendência imanente à globalização*"[128] (grifos do autor).

Deste modo, o Risco deve ser "considerado como uma noção compósita, integrando a perigosidade e intensidade do fenómeno que o desencadeia e concretiza e a vulnerabilidade do contexto em que ocorre"[129].

Segundo Beck, "La nueva preeminencia del riesgo vincula, por un lado, la autonomía individual y la inseguridad en el mercado laboral y en la relación de gênero y, por otro, la arrolladora influencia del cambio científico y tecnológico"[130].

Nesse contexto, a Sociedade de Risco Global abre o discurso público e as ciências sociais para os desafios da crise ecológica, que são globais, locais e pessoais ao mesmo tempo. Além disso, na "era global", a questão do Risco une áreas da nova política transnacional, que são extremamente díspares, com a questão da democracia cosmopolita (como a nova economia política de incertezas, os mercados financeiros, os conflitos transculturais, entre outros). Dessa forma, as biografias pessoais e a política mundial estão se tornando "arriscadas" no mundo global das incertezas fabricadas.[131]

A teoria do Risco na sociedade globalizada, então, transforma-se na

---

[128] BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. p. 43.
[129] LOURENÇO, Nelson. Sociedade global, risco e segurança. p. 214.
[130] "A nova preeminência do risco vincula, por um lado, a autonomia individual e insegurança no mercado de trabalho e na relação de gênero e, por outro, a influência esmagadora das mudanças científicas e tecnológicas" (tradução livre). BECK, Ulrich. **La Sociedad del riesgo global**. p. 7.
[131] BECK, Ulrich. **La Sociedad del riesgo global**. p. 7-8.

Sociedade de Risco Global, sobre a qual Beck[132] sintetiza:

> La sociedad del riesgo, pensada hasta sus últimas consecuencias, quiere decir sociedad del riesgo global. Pues su principio axial, sus retos, son los peligros producidos por la civilización que no pueden delimitarse socialmente ni en el espacio ni en el tiempo. En este sentido, las condiciones y principios básicos de la primera modernidad, la modernidad industrial - antagonismo de clase, estatalidad nacional, así como las imágenes de la racionalidad y el control lineal, tecnoeconómico - son eludidas y anuladas.

Para justificar o conceito de Sociedade de Risco Global, o autor explica que duas respostas são possíveis, uma realista e outra construtivista. Segundo a perspectiva realista, a Globalidade dos perigos é comprovada pelas ciências naturais. No entanto, o que se considera como Risco global não é produto apenas do saber científico, mas de percepções culturais, mediadas e construídas; trata-se de uma parte do saber social, com suas contradições e conflitos. Na perspectiva construtivista, a Sociedade Global de Risco não resulta da qualidade "global" do problema, definida pelas ciências naturais, mas das coalizões discursivas transnacionais que colocam o problema na agenda global. Portanto, Beck propõe um "construtivismo realista" para fundamentar sua teoria, aliando ambas as epistemologias.[133]

A partir dessa Sociedade de Risco e de alguns problemas advindos da Globalização, alguns pensadores têm refletido sobre uma possível Desglobalização, como alternativa para a transformação do caos global, e este será o assunto tratado na sequência.

1.3 DESGLOBALIZAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A partir da teoria da Sociedade de Risco, já há algum tempo paira sobre a comunidade global uma espécie de insegurança ou frustração generalizadas, as quais

---

[132] "A sociedade de risco, pensada em suas consequências finais, significa uma sociedade de risco global. Por seu princípio axial, seus desafios, são os perigos produzidos pela civilização que não podem ser delimitados socialmente, nem no espaço nem no tempo. Nesse sentido, as condições e os princípios básicos da primeira modernidade, a modernidade industrial - antagonismo de classe, estado nacional, bem como as imagens da racionalidade e do controle tecno-econômico linear - são contornadas e anuladas" (tradução livre). BECK, Ulrich. **La Sociedad del riesgo global**. p. 29.

[133] BECK, Ulrich. **La Sociedad del riesgo global**. p. 35-41.

foram criadas principalmente em decorrência dos desafios gerados pela incidência das crises no decorrer da história, fazendo surgir a dúvida sobre a possibilidade de se estar vivenciado um processo de Desglobalização.

O termo Desglobalização está ligado às esferas econômica e política, tendo muitas semelhanças, por analogia, à teoria do decrescimento de Latouche[134]. Segundo o autor,

> O decrescimento é um slogan político com implicações teóricas [...]. Ao contrário de uma ideia perversa que não produz necessariamente uma ideia virtuosa, não se trata de preconizar o decrescimento pelo decrescimento, o que seria absurdo; considerando bem, contudo, não o seria nem mais nem menos do que pregar o crescimento pelo crescimento... A palavra de ordem "decrescimento" tem como principal meta enfatizar fortemente o abandono do objetivo do crescimento ilimitado, objetivo cujo motor não é outro senão a busca do lucro por parte dos detentores do capital, com consequências desastrosas para o meio ambiente e portanto para a humanidade. Não só a sociedade fica condenada a não ser mais que o instrumento ou o meio da mecânica produtiva, mas o próprio homem tende a se transformar no refugo de um sistema que visa a torná-lo inútil e a prescindir dele.[135]

A teoria do decrescimento[136] de Latouche enfatiza a questão ambiental, especialmente quando o autor afirma que "Debemos ralentizar, modificar nuestra

---

[134] Para Latouche, "La mundialización, o globalización, triunfa y muestra muy pronto su verdadera cara: aumento de la explotación del hombre y de la naturaleza, financiarización de la economía, desregulación, deslocalizaciones, exclusiones, deterioro de los vínculos sociales, homogeneización cultural, occidentalización del mundo, degradación del clima y de los suelos, deforestación, desertificación […]"**.** "A mundialização, ou globalização, triunfa e logo mostra sua verdadeira face: maior exploração do homem e da natureza, financeirização da economia, desregulamentação, recolocações, exclusões, deterioração dos laços sociais, homogeneização cultural, ocidentalização do mundo, degradação do solo e do clima, desmatamento, desertificação […]" (tradução livre). LATOUCHE, Serge; HARPAGÈS, Didier. **La hora del decrecimiento.** Traducción de Rosa Bertran Alcázar. Barcelona: Ediciones Octaedro, 2010. p. 46.

[135] LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno.** Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. p. 4-5.

[136] Latouche, ainda, refere que: [...] o decrescimento não é o crescimento negativo, oximoro absurdo que traduz bem a dominação do imaginário do crescimento. Sabe-se que a mera diminuição da velocidade de crescimento mergulha nossas sociedades na incerteza, aumenta as taxas de desemprego e acelera o abandono dos programas sociais, sanitários, educativos, culturais e ambientais que garantem o mínimo indispensável de qualidade de vida. Pode-se imaginar a catástrofe que uma taxa de crescimento negativa provocaria! Assim como não existe nada pior que uma sociedade trabalhista sem trabalho, não há nada pior que uma sociedade de crescimento na qual não há crescimento. Essa regressão social e civilizacional é precisamente o que nos espreita se não mudarmos de trajetória. Por todas essas razões, o decrescimento só pode ser considerado numa "sociedade de decrescimento", ou seja, no âmbito de um sistema baseado em outra lógica. LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno.** p. 5.

relación con el tiempo, cambiar de ritmo. ¡Es la hora del decrecimiento!"[137]. Seria também "a hora da Desglobalização"?

Segundo Pilau Sobrinho[138], a Desglobalização seria uma mudança no sentido de tirar o mercado global do "centro de gravidade da vida econômica", e trazer em seu lugar o mercado doméstico, novamente. Ou seja, focar na produção para o mercado doméstico e não para o mercado de exportação, como se vem fazendo. Ainda, gerar mais capital para a economia local, talvez por meio do aumento de impostos, para que consigam produzir. Seria a revitalização da economia interna com o objetivo de que o Poder de compra pudesse ser por meio da "redistribuição de renda e riquezas", tornando-a o sustentáculo da economia.

Sobre esse assunto, Hessel e Morin[139] afirmam que

> Hay que saber globalizar y desglobalizar a la vez. Es preciso seguir con la globalización, que nos proporciona una comunidad de destino como seres humanos de cualquier origen, amenazados por peligros mortales. […] Proponemos perpetuar y desarrollar todo lo que la globalización aporta en concepto de intersolidaridades y de fecundidades culturales, pero, al mismo tiempo, proponemos devolver las autonomías vitales a lo local, a lo regional, a lo nacional, así como salvaguadar y favorecer por todas partes las diversidades culturales. Tenemos que desglobalizar para ceder todo el espacio a la economía social y solidaria, para proteger la economía de la región, preservar la agricultura de subsistencia y la alimentación ligada a ella, la artesanía y los comercios de proximidad, con el fin de atajar la desertificación de

[137] "Devemos desacelerar, modificar nosso relacionamento ao longo do tempo, mudar nosso ritmo. É hora do decrescimento!" (tradução livre). LATOUCHE, Serge; HARPAGÈS, Didier. **La hora del decrecimiento.** p. 46.

[138] PILAU SOBRINHO, Liton Lanes. A crise da globalização e o desafio de uma governança sustentável. In: DEMARCHI, Clóvis; OLIVEIRA NETO, José Francisco Oliveira de; ABREU, Pedro Manoel. **Direito, Estado e Sustentabilidade** [livro eletrônico]. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 112.

[139] "Tem que saber como globalizar e desglobalizar ao mesmo tempo. É necessário continuar com a globalização, que nos proporciona uma comunidade de destino como seres humanos de qualquer origem, ameaçados por perigos mortais. […] Propomos perpetuar e desenvolver tudo o que a globalização contribui no conceito de intersolidaridades e fecunidades culturais, mas, ao mesmo tempo, propomos devolver autonomias vitais aos níveis local, regional e nacional, bem como salvaguardar e favorecer em todos os lugares diversidades culturais. Temos que desglobalizar para abrir mão de todo o espaço da economia social e solidária, para proteger a economia da região, preservar a agricultura de subsistência e os alimentos a ela ligados, artesanato e empresas locais, a fim de impedir a desertificação dos campos e a diminuição dos serviços em áreas peri-urbanas em dificuldade" (tradução livre). HESSEL, Stéfhane; MORIN, Edgar. **El camino de la esperanza**: uma llama a la movilización cívica. Traducción de Rosa Alapont. Barcelona: Ediciones Destino, 2012. p. 18.

> los campos y la disminución de los servicios en las áreas periurbanas en dificultad.

Os autores ora referidos sustentam a importância de uma conscientização relacionada à possibilidade de uma nova política nacional autônoma, calcada nos princípios duplos, quais sejam: globalizar/desglobalizar, desenvolver/envolver. A ideia é estabelecer uma política que possa garantir a solidariedade[140] planetária e a solidariedade das comunidades locais, ao mesmo tempo.[141]

Assim, Montebourg diz que "La desglobalización tiene como objetivo luchar contra nuestra impotencia ante la violencia de la economía, una impotencia que provoca la callada depreciación nerviosa"[142]. O mesmo autor trata do assunto dizendo que desglobalizar é recuperar o Poder de decidir, bem como é o fundamento de todas as políticas futuras com o fim de maiores cotas de justiça e igualdade. Segundo o autor, a Desglobalização é o ponto pelo qual passa necessariamente a transformação, onde é tanto a resposta à situação atual de emergência, quanto a um projeto para a atual geração. [143]

Mas por que transformar e reformar? Primeiro, pela multiplicidade e agravamento dos problemas e males que tem surgido e aumentando na atual sociedade e civilização; segundo, pelas ameaças crescentes que se apresentam sobre as melhores realizações dessa sociedade e civilização; e, terceiro, pelo desprezo aos valores afirmados pela resistência e violados frequentemente pela maioria do governo.[144]

---

[140] "A globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva do cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada". SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. p. 65.

[141] HESSEL, Stéfhane; MORIN, Edgar. **El camino de la esperanza**: uma llama a la movilización cívica. p. 26.

[142] "A desglobalização visa combater nossa impotência diante da violência da economia, uma impotência que causa depreciação nervosa silenciosa" (tradução livre). MONTEBOURG, Arnaud. ¡**Votad las desglobalización! Los ciudadanos somos más poderosos que la globalización.** p. 13.

[143] MONTEBOURG, Arnaud. ¡**Votad las desglobalización! Los ciudadanos somos más poderosos que la globalización.** p. 45.

[144] HESSEL, Stéfhane; MORIN, Edgar. **El camino de la esperanza**: uma llama a la movilización cívica. p. 27.

Além disso, o fundamento para a Desglobalização pode residir no fato de que a sociedade está exposta a situações de Risco (conforme tratado no tópico anterior), principalmente quando se fala em aquecimento global, já que se trata de um problema da atual geração. São Riscos e incertezas que acompanham os indivíduos onde quer que estejam e independentemente da classe social. Relacionam-se com o conjunto de transformações advindas da Globalização, principalmente em sua dimensão econômica.[145]

Nesse sentido, Montebourg afirma que

> El modelo de la desglobalización tiene como objetivo de tratar en el servicio de urgencias la enfermedad de la competencia desenfrenada, pues hoy el libre comercio se ha convertido en el enemigo de muchos pueblos. La eficacia del libre comercia para combatir la miseria, garantizar el desarrollo económico, realizar la mutación ecológica, proteger la solidaridad entre los hombres, preservar las identidades culturales de la humanidade es más que nunca discutible y discutida. [146]

O mencionado autor refere, portanto, que "Desglobalizar consiste en fundar una nueva práctica de la frontera, y de la protección, como instrumento común de los Estados en competencia y de la humanidad, que sigue sin tener quien la defienda y quien represente su interés general"[147]

De acordo com Sapir[148], uma Desglobalização do mercado está em andamento. Isso porque o fenômeno da Globalização do mercado atingiu seus limites, tanto sociais quanto ecológicos, e agora está se tornando uma ameaça para parte das classes dominantes em certos países. Segundo o autor, essa Desglobalização não atingirá apenas a Globalização do mercado, já que, ao mesmo tempo em que este

---

[145] GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. p. 15.

[146] "O modelo de desglobalização visa tratar a doença da competição desenfreada no departamento de emergência, uma vez que hoje o livre comércio se tornou inimigo de muitos povos. A eficácia do livre comércio para combater a miséria, garantir o desenvolvimento econômico, realizar mutações ecológicas, proteger a solidariedade entre homens, preservar as identidades culturais da humanidade é mais do que nunca discutível e disputada" (tradução livre). MONTEBOURG, Arnaud. ¡**Votad las desglobalización! Los ciudadanos somos más poderosos que la globalización.** p. 55.

[147] "Desglobalizar consiste em fundar uma nova prática de fronteira e de proteção, como um instrumento comum dos Estados concorrentes e da humanidade, que ainda não tem ninguém para defendê-la e que representa seu interesse geral" (tradução livre). MONTEBOURG, Arnaud. ¡**Votad las desglobalización! Los ciudadanos somos más poderosos que la globalización.** p. 55.

[148] SAPIR, Jacques. **La démondialisation**. Paris: Éditions du Seuil, 2011. p. 137.

último fenômeno estava sendo implementado, assistiu-se a um movimento de Globalização financeira que também está atingindo seus limites, como demonstrado pela crise financeira que se tem enfrentado desde o verão de 2007, e que está longe de terminar.[149]

Há alguns anos já se fala em uma “Desglobalização verde” no sentido de realocar as atividades produtivas das multinacionais, acabando com a opressão no sistema de trabalho e evitando a degradação do meio ambiente.[150]

De acordo com Montebourg[151],

> El programa de desglobalización hace posible mejores salarios, permite el nacimiento de protecciones sociales allí donde no existen, y asegura progresivamente la mutación ecológica de la economía, porque busca circuitos industriales, agrícolas y productivos cortos, acercando los lugares de consumo a los lugares de producción. La desglobalización verde relocaliza por consiguiente las actividades productivas y afecta tanto a las empresas multinacionales como a los Estados opresores del trabajo y del medio ambiente.

Ademais, Montebourg[152] afirma que a Desglobalização está ao alcance de todos e demonstraria uma forma de reconciliação dos cidadãos com o mundo. Nas palavras do autor: “Este proyecto de desglobalización está a nuestro alcance. Es

---

[149] Sapir refere que: “La dé-mondialisation peut se faire dans les drames et la misère. C’est la voie qui se profile aujourd’hui ; elle aboutira à la multiplication des guerres, extérieures et civiles, qui seront d’autant plus féroces que l’on est allé très loin tant dans la globalisation financière que dans la globalisation marchande.” “A desglobalização pode ser feita com drama e miséria. Este é o caminho que aparece hoje; isso levará à multiplicação de guerras, externas e civis, que serão ainda mais ferozes, pois avançamos muito na globalização financeira e de mercado" (tradução livre). SAPIR, Jacques. **La démondialisation**. p. 17.

[150] MONTEBOURG, Arnaud. ¡**Votad las desglobalización! Los ciudadanos somos más poderosos que la globalización.** p. 56.

[151] “O programa de desglobalização possibilita melhores salários, permite o nascimento de proteções sociais onde não existem e garante progressivamente a mutação ecológica da economia, pois busca curtos circuitos industriais, agrícolas e produtivos, aproximando os locais de consumo dos locais de produção. Portanto, a desglobalização verde reloca atividades produtivas e afeta empresas multinacionais e estados que oprimem o trabalho e o meio ambiente” (tradução livre). MONTEBOURG, Arnaud. ¡**Votad las desglobalización! Los ciudadanos somos más poderosos que la globalización.** p. 56.

[152] MONTEBOURG, Arnaud. ¡**Votad las desglobalización! Los ciudadanos somos más poderosos que la globalización.** p. 61-62.

realista, creíble y se basa esencialmente en el coraje para enfrentarse al mundo tal como es hoy, tal como hemos permitido que sea"[153].

Por outro lado, preocupados com a ideia de que a Desglobalização induziria a suspensão das lógicas de cooperação necessárias ao progresso dos direitos sociais sem resolver nenhuma das crises atuais, Azam (et. Al)[154], entendem que a "Desglobalização" é um conceito superficial e simplista. Superficial porque, na raiz da financeirização globalizada, existem as decisões das forças sociais e dos governos nacionais, determinadas a questionar os direitos sociais em toda parte. A oligarquia não é estrangeira, o inimigo não é o trabalhador chinês. Simplista, porque as respostas à crise exigem "mais Globalização" em determinadas áreas e "menos Globalização" em outras, mas acima de tudo exigem uma mudança radical na própria lógica da Globalização.

Assim, Sousa Santos[155] explica que a menção ao termo Desglobalização é oriunda de dinâmicas nacionais (como o Brexit no Reino Unido e as políticas protecionistas do atual presidente Norte-americano[156]) e subnacionais (ante o questionamento das fronteiras nacionais que resultaram de tempos e circunstâncias históricas muito distintas). Além disso, o autor assinala que a emergência ou reacendimento da afirmação de identidades nacionais ou religiosas em luta pela secessão ou autogoverno no interior de Estados, de fato, "plurinacionais" seria outra fundamentação da era da Desglobalização.

---

153 "Este projeto de desglobalização está ao nosso alcance. É realista, credível e essencialmente baseado na coragem de enfrentar o mundo como é hoje, como permitimos que ele seja" (tradução livre). MONTEBOURG, Arnaud. ¡**Votad las desglobalización! Los ciudadanos somos más poderosos que la globalización.** p. 61.

154 AZAM, Geneviève et. Al. La démondialisation, um concept superficiel et simpliste. **Mediapart.** 6 de junho de 2011. Disponível em: https://blogs.mediapart.fr/edition/les-invites-de-mediapart/article/060611/la-demondialisation-un-concept-superficiel-et-s. Acesso em: 28 jul. 2020.

155 SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A ilusória desglobalização.** Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/572689-boaventura-a-ilusoria-desglobalizacao. Acesso em: 10 ago. 2019.

156 "Trump rompe uma tradição histórica, em que a maior economia do mundo é também a voz mais potente na defesa do livre comércio. Não houve sequer um presidente americano, de Harry Truman (1945-1953) a Barack Obama (2009-2017), que não tenha defendido a abertura comercial". NEDEFF, Beatriz Araújo. Desglobalização x Reglobalização: as novas megatendências mundiais. **Revista Expressão**, v. 8, n. 1, (2019). Disponível em: https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/revistaexpressao/article/view/4502. Acesso em: 28 jul. 2020. p. 104.

Nesse contexto, Dugnani[157] entende a Desglobalização como um processo, cujo termo "é designado para denominar tendências que surgiram contrárias aos processos de globalização, que são percebidas cada vez mais nos discursos políticos da pós-modernidade". O autor explica que essas tendências estão dominando o "imaginário" de parte da população, por meio da atitude de algumas instituições e de discursos políticos. Há uma tendência de fechamento de fronteiras que abrangem os aspectos culturais, sociais e econômicos, como nos casos acima citados por Sousa Santos. Outra tendência desglobalizante é relacionada à xenofobia[158], que demonstra um crescimento por parte dos países europeus, bem como nos limites de fronteiras ideológicas do Estado islâmico. Logo, tais ideias e tendências "são sintomas de uma crescente desconfiança das estratégias globalizantes do mercado, contudo, vão em direção contrária ao movimento de aumento de contatos globais impressos pelos meios de comunicação digitais e internet".

Assim, o mencionado autor[159] diferencia Globalização e Desglobalização apontando que a Globalização é balizada pelos meios de comunicação[160] globalizantes e pela fragmentação pós-moderna, enquanto que a Desglobalização se refere a nações e economias protecionistas, ocorrendo uma repolarização das culturas e ideologias.

Para Nedeff[161],

---

[157] DUGNANI, Patricio. Globalização e Desglobalização: Outro Dilema da Pós-Modernidade. **Revista FAMECOS**, *25*(2), ID27918. Disponível em: https://doi.org/10.15448/1980-3729.2018.2.27918. Acesso em: 27 jul. 2020.

[158] O termo **xenofobia** provém do conceito grego composto por *xenos* ("estrangeiro") e *phóbos* ("medo"). A xenofobia faz, deste modo, referência ao **ódio, receio, hostilidade e rejeição em relação aos estrangeiros**. A palavra também é frequentemente utilizada em sentido lato como a fobia em relação a grupos étnicos diferentes ou face a pessoas cuja caracterização social, cultural e política se desconhece. LA GARZA, Cecília De. Xenofobia. **Laborea**/ [Online], Volume 7 Nº2 | 2011, posto online no dia 01 dezembro 2011. Disponível em: http://journals.openedition.org/laboreal/7924. Acesso em: 27 jul. 2020.

[159] DUGNANI, Patricio. Globalização e Desglobalização: Outro Dilema da Pós-Modernidade.

[160] Sobre isso, Marshall McLuhan mostra como os meios de comunicação de massa afetam profundamente a vida física e mental do homem, levando-o do mundo linear e mecânico da Primeira Revolução Industrial para o novo mundo audiotáctil e tribalizado da Era Eletrônica, a qual ele chama de Aldeia global. MCLUHAN, Marshall. **Understanding Media**: The Extensions of Man. New York: McGraw-Hill Book Company, 1964.

[161] NEDEFF, Beatriz Araújo. Desglobalização x Reglobalização: as novas megatendências mundiais. p. 104.

> Esta política “desglobalizadora” traz consequências imediatas. Uma delas é o abandono do TPP (Parceria Transpacífico), um acordo que envolvia não apenas tarifas e cotas, mas padrões e regras que se estendiam a áreas como a trabalhista, a ambiental, a propriedade intelectual e a de compras governamentais. Em paralelo, há uma política industrial protecionista que visa submeter empresas americanas a produzir no país, representando uma reversão das cadeias globais de produção e da eficiência trazida pela lógica das redes de suprimento mundiais, principal elemento dessa “desglobalização”.

Coutinho[162] considera que houveram ondas de Desglobalização no decorrer da história mundial. A primeira delas foi na “guerra dos trinta anos”, no período de 1914 a 1945, abalizado por duas guerras e uma grave depressão econômica. Foi um momento de forte revés para os processos de democratização, integração comercial e financeira, bem como para o padrão monetário internacional, diante dos inexoráveis acontecimentos que acabaram por fechar a nova realidade que estava a se abrir.

A segunda onda de Desglobalização, segundo o referido autor, deu-se com a Crise Econômica de 2008, a qual foi sentida primeiramente a partir de eventos locais[163], como com “a volta do nacionalisolacionismo norte-americano, a fragmentação da União Europeia, os retrocessos autoritários em países como a Turquia e a Venezuela, o enfraquecimento dos organismos multilaterais e o neoprotecionismo da guerra comercial entre EUA e China”.

Diante disso, surge a ambiguidade: está-se vivenciando um período de reversão dos processos de Globalização – a Desglobalização – ou o que ocorreu foi uma estagnação da Globalização frente às crises econômicas, políticas e sociais, que fizeram com que ela apresente novas formas de manifestação?[164]

---

[162] COUTINHO, Marcelo. Pandemia e desglobalização. **Metaxy - Revista Brasileira de Cultura e Política em Direitos Humanos**. 2020-05-12. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy/announcement/view/462. Acesso em: 29 jul. 2020.

[163] Segundo Coutinho, “Esses eventos isoladamente pouco teriam condições de reverter o processo de globalização, que se trata de um movimento histórico amplo e profundo demais para que fatores locais pudessem freá-lo. Na verdade, tais inclinações anti-globalização não passariam, na verdade, de pontos fora da curva, isto é, exceções à regra e a tendência geral, ou mesmo parte dos efeitos colaterais de resistência a um mecanismo irresistível de atração global”. COUTINHO, Marcelo. Pandemia e desglobalização.

[164] TEIXEIRA, Alessandra Vanessa; PIFFER, Carla. Desglobalização ou novas manifestações da globalização. In: **Anais de Constitucionalismo, Transnacionalidade e Sustentabilidade**, 2019,

Para Amorim Neto[165] o processo de Globalização não se encerrou. O que teria acontecido seria uma forma de estancamento do fenômeno ante os eventos negativos ocorridos entre 2008 e 2016.

No entendimento de Sousa Santos[166], as ocorrências atuais estão longe de configurarem processos de Desglobalização**,** pois "[...] constituem manifestações, como sempre contraditórias, de uma nova fase de globalização mais dramática, mais excludente e mais perigosa para a convivência democrática, se é que não implicam o fim desta".

Por conseguinte, Sousa Santos[167] segue contextualizando essa nova fase da Globalização frente aos tratados de livre comércio em curso entre Estados Unidos e Canadá, a parceria transpacífico liderada pelos EUA, a fim de enfrentar o seu principal rival, a China, e as negociações sobre a liberalização e privatização de serviços que em muitos países hoje são públicos, como a saúde e a educação. Ademais, analisa o sistema financeiro e chama atenção para o fato de que 28 empresas do setor financeiro ainda controlam 50 trilhões de dólares, ou seja, três quartos da riqueza mundial contabilizada, sendo que a esmagadora maioria dessas instituições está registrada na América do Norte e na Europa. E o autor segue dizendo:

> Perante isto, não me parece que estejamos diante de um momento de desglobalização. Estamos antes perante novas manifestações da globalização, algumas delas bem perigosas e patológicas. [...] Por tudo isto, a globalização hegemônica aprofunda-se, usando, entre muitas outras máscaras, a da soberania dominante, que acadêmicos desprevenidos e meios de comunicação cúmplices tomam por desglobalização.

A partir disso, defende-se que a Globalização enfrenta uma verdadeira encruzilhada histórica e agora é a hora de enfrentar os desafios pendentes que a colocaram em Risco. Por ser um momento de transição, as novas manifestações da Globalização deveriam enfrentar os dilemas que hoje se apresentam com a

---

p. 158-168. Disponível em: https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/acts/article/view/16655. Acesso em: 15 ago. 2020. p. 165.

[165] AMORIM NETO, Octavio. Desglobalização. **Revista da Cultura**, [S.l.], v. 16, n. 28, p. 12-16, abr. 2017. ISSN 1984-3690. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/dacultura/article/view/1001>. Acesso em: 11 ago. 2019.

[166] SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A ilusória desglobalização.**

[167] SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A ilusória desglobalização.**

maturidade de quem dispõe, por exemplo, de um sistema de governança transnacional (envolvendo as esferas locais, perpassando qualquer fronteira geográfica estatal), que possui uma ampla gama de instrumentos para forjar uma Globalização mais moderna e inclusiva.[168]

Em relação à preocupação com a manutenção e preservação do meio ambiente, dolorosamente adquirida e sentida nas últimas décadas, pensa-se que esta pode ser outra grande aliada para defender a possibilidade de manifestações mais "sadias" do fenômeno.[169]

Ressalta-se, de maneira bastante otimista, que os avanços advindos da Globalização, juntamente com a experiência relacionada aos seus efeitos negativos, podem ser uma oportunidade para a criação de um sistema de governança transnacional, cujo objetivo seja o despontar para uma nova Globalização, moderna, inclusiva, humanista, preparada para enfrentar quaisquer tipos de manifestações que possam surgir.[170]

Por fim, diante da ambiguidade ora apresentada acerca de se estar vivenciado a Desglobalização ou se se trata de uma estagnação da Globalização, a qual se apresenta sob uma nova roupagem, entende-se pela segunda hipótese, haja vista a percepção de que a Globalização é irreversível.

A discussão sobre esse tema mostrou-se relevante diante dos Riscos pelos quais os indivíduos e a sociedade enfrentam desde o auge da Globalização, estando diretamente ligada à ocorrência das crises mundiais, principalmente no âmbito econômico, como por exemplo, as crises de 1929 e de 2008, consideradas até então como as maiores crises econômicas da história mundial, as quais serão vistas a seguir.

---

[168] TEIXEIRA, Alessandra Vanessa; PIFFER, Carla. Desglobalização ou novas manifestações da globalização. p. 166.
[169] TEIXEIRA, Alessandra Vanessa; PIFFER, Carla. Desglobalização ou novas manifestações da globalização. p. 167.
[170] TEIXEIRA, Alessandra Vanessa; PIFFER, Carla. Desglobalização ou novas manifestações da globalização. p. 167-168.

1.4 CRISE ECONÔMICA E GLOBALIZAÇÃO

A Globalização trouxe consigo o que Morin[171] chama de *policrises*, as quais englobam a Crise Econômica[172], a crise ecológica[173], a crise das sociedades tradicionais[174], a crise demográfica[175], a crise urbana[176], a crise das zonas rurais[177], a

[171] MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Tradução de Edgard de Assis Carvalho, Mariza Perassi Bosco. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. p. 24-35.

[172] "A crise econômica mundial surgida em 2008 resulta fundamentalmente da ausência de verdadeiros dispositivos de regulação. Ela não se resume a um acidente provocado por uma hipertrofia do crédito, que, por sua vez, não se deve somente à inquietude de uma população empobrecida pelo aumento do nível dos preços, e que só mantém seus padrões de vida pelo endividamento. Essa hipertrofia deve-se, igualmente, às especulações do capitalismo financeiro sobre o petróleo, os minerais, os cereais etc". MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. p. 24.

[173] "A crise ecológica acentua-se com a degradação crescente da biosfera, que, por si mesma, vai provocar novas crises econômicas sociais e políticas". MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. p. 25.

[174] "A crise das sociedades tradicionais decorre da ocidentalização, cuja tendência é desintegrá-las". "A própria civilização ocidental, que produz as crises da globalização, encontra-se em crise. Os efeitos egoístas do individualismo destroem as antigas solidariedades. Um mal-estar psíquico e moral instala-se no coração do bem-estar material. As intoxicações consumistas das classes médias se desenvolvem, enquanto a situação das classes desvalidas se degrada e as desigualdades se agravam. A crise da modernidade ocidental torna derrisórias as soluções modernizadoras para as crises". MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. p. 25-26.

[175] "A crise demográfica amplifica-se pela conjunção da superpopulação dos países pobres, da baixa populacional da maioria dos países ricos e da intensificação dos fluxos migratórios engendrados pela miséria". MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. p. 26.

[176] "A crise urbana desenvolve-se nas megalópoles asfixiadas e asfixiantes, poluídas e poluentes, em que os habitantes são submetidos a inumeráveis fontes de estresse, e enormes guetos pobres se ampliam, enquanto os guetos ricos constroem muros ao seu redor". MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. p. 26.

[177] "A crise das zonas rurais é uma crise de desertificação provocada não apenas pela importante concentração urbana, mas também pela extensão das monoculturas industrializadas entregues aos pesticidas, privadas da vida animal, bem como pela dimensão concentracionária da criação de gado industrializada, produtora de alimentos degradados pelos hormônios e antibióticos". MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. p. 26.

crise da política[178], a crise das religiões[179], além da crise do desenvolvimento[180] e da crise da humanidade[181].

Segundo o autor, "A globalização não faz senão alimentar sua própria crise. Seu dinamismo suscita crises múltiplas e variadas em escala planetária"[182]. Nesse contexto, Pilau Sobrinho[183] refere que:

> A atual crise global é caracterizada por incertezas cruciais em nível mundial, onde o colapso econômico e o abalo dos mercados financeiros recentes aliados ao crescimento demográfico, às modificações dos conceitos de soberania, à intensificação da necessidade de proteção dos direitos humanos, ao surgimento de uma criminalidade organizada com ações transnacionais, e aos efeitos ambientais resultantes do modelo de desenvolvimento, podem ser sentidos no plano global, com reflexos jurídicos e sociais evidentes.

Embora a atual crise global se desdobre em inúmeras facetas, o objetivo aqui é discorrer acerca da Crise Econômica, como uma consequência da Globalização.

Para entender o significado de Crise Econômica, Bordoni[184] explica que esta é "uma fase de recessão caracterizada por falta de investimentos, diminuição da produção, aumento do desemprego, um termo que tem significado geral de

---

178 "A crise da política agrava-se pela incapacidade de pensar e de enfrentar a novidade, a amplitude e a complexidade dos problemas". MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. p. 26.

179 "As religiões, que, graças aos avanços da laicidade, haviam regredido, estão progredindo em detrimento dela, mas elas mesmas estão em crise, pois, divididas entre modernismo e conservadorismo, atormentadas por conflitos internos entre cultos rivais, mostram-se mais do que nunca incapazes de assumir seus princípios de fraternidade universal". MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. p. 26.

180 "A noção de desenvolvimento engloba os múltiplos desenvolvimentos da prosperidade e do bem-estar, a melhoria geral das condições de vida, a redução das desigualdades, a paz social, a democracia. Presume-se que a locomotiva do desenvolvimento teenoeconômico deve puxar os vagões do bem-estar, da harmonia social, da democracia. Os fatos indicam que o desenvolvimento teenoeconômico é compatível com as ditaduras nas quais a escravização dos trabalhadores e a repressão policial se destacam, como foi o caso no Chile e no Brasil e como demonstra o hiperdesenvolvimento atual da China". MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. p. 27.

181 "*A gigantesca crise planetária é a crise da humanidade que não consegue atingir o estado de humanidade*" (grifos do autor). MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. p. 33.

182 MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. p. 24.

183 PILAU SOBRINHO, Liton Lanes. A crise da globalização e o desafio de uma governança sustentável. p. 110.

184 BORDONI, Carlo. In: BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de Crise**. Tradução de Renato Aguiar. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. p. 9.

circunstâncias desfavoráveis com frequência ligadas à economia".[185] Por conseguinte, durante uma Crise Econômica, há o declínio da atividade econômica.

O mesmo autor ainda diz que a palavra "crise" recentemente acabou se incorporando ao âmbito econômico e que "[...] essa crise é caracterizada pela combinação simultânea de uma aposta econômica no âmbito internacional (as causas) e as medidas tomadas para lidar com isso (os efeitos). Ambas impactam o cidadão de maneira diferente [...]".[186]

No tocante às origens da Crise Econômica, Castells, Cardoso e Caraça[187] explicam que elas estão arraigadas em uma cultura que se estabeleceu com o fim de organizar as instituições econômicas por meio da lógica estrutural de uma economia global, tendo como princípio norteador o mercado liberal, que por meio da revolução tecnológica e informacional, seguiu uma estratégia expansionista e desregulada de acumulação de capital, o que levou também ao seu colapso. Isso gerou consequências que acometeram de forma significativa tanto a cultura quanto as instituições de todas as sociedades.

Nesse aspecto, Paulus[188] sustenta que enquanto a Globalização econômica foi finalmente percebida como uma força conjuntamente positiva, que gerava bem-estar através do comércio e criava, com a internet, um meio de comunicação global em tempo real, a crise financeira deixou claro que a Globalização dos mercados financeiros, sem uma correspondente regulamentação globalizada, pode produzir monstros.

Por conseguinte,

> [...] a chamada crise econômica é um processo evolucionário, de crise estrutural e mudança social, de uma certa forma de capitalismo que foi tão dinâmico quanto insustentável devido à incompatibilidade entre a sua capacidade exponencial de criar valor fictício e a diminuição da

---

185 BORDONI, Carlo. In: BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de Crise**. p. 9.
186 BORDONI, Carlo. In: BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de Crise**. p. 11.
187 THOMPSON, John B. A metamorfose de uma crise. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo; CARAÇA, João. (Org.) **A crise e seus efeitos**: as culturas econômicas da mudança. Tradução de Alexandra Figueiredo, Liliana Pacheco e Túlia Marques. São Paulo: Paz e Terra, 2013. p. 99-100.
188 PAULUS, Andreas. In: STOLLEIS, Michael; PAULUS, Andreas; GUTIÉRREZ, Ignacio. **El Derecho constitucional de la globalización.** Madrid: Fundación Coloquio Jurídico Europeo, 2013. p. 87.

> sua capacidade institucional para gerir a sua implacável expansão. Além disso, a crise não foi um acidente, mas um instrumento dos ricos e poderosos do novo sistema para fazê-lo funcionar em seu benefício, independentemente das consequências para a economia e para a sociedade que emergiram desse processo de transformação. A tão citada expressão chinesa — "a crise também significa oportunidade" — conta essa história. Mas devemos reformular o real significado do ditado no mundo real: é crise para a maior parte e oportunidade para poucos.[189]

A palavra "crise"[190], como dito anteriormente, já há algum tempo acabou perdendo seu real significado e passou a assumir um viés mais econômico. Além disso, assumiu o lugar de outras palavras historicamente deixadas para trás, como no caso de "conjuntura", que foi muito utilizada nas décadas de 60 e 70, época em que a situação econômica, de maneira geral, era mais positiva, o que acabou fazendo surgir o consumismo de massa. Ressalta-se, também, que nos dias atuais tudo é "culpa da crise", já que em qualquer adversidade a responsabilidade é atribuída a ela, caracterizando-se, assim, a despersonalização da responsabilidade, anulando qualquer envolvimento por parte dos indivíduos.[191]

Em um contexto histórico, a primeira Crise Econômica mundial se deu em 1929[192]. Foi desencadeada nos Estados Unidos e depois estendeu-se para a Europa,

---

[189] THOMPSON, John B. A metamorfose de uma crise. p. 99-100.

[190] A crise é necessária para que a sociedade se reinvente, se reprojete para o futuro. Nesse sentido, Bordoni explica que: "[...] "crise", em seu sentido próprio, expressa algo positivo, criativo e otimista, pois envolve mudanças e pode ser um renascimento após uma ruptura. Indica separação, com certeza, mas também escolha, decisões e, por conseguinte, a oportunidade de expressar uma opinião. Num contexto mais amplo, a noção adquire sentido de maturação de uma nova experiência, a qual leva a um ponto de não retorno (tanto no âmbito pessoal quanto no histórico-social). Em resumo, a crise é o fator que predispõe à mudança, que prepara futuros ajustes sobre as novas bases [...]". BORDONI, Carlo. In: BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de Crise**. p. 11.

[191] BORDONI, Carlo. In: BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de Crise**. p. 9-10.

[192] Sobre a crise de 1929, Gazier diz: "Comme la peste, en effet, la Grande Crise des années 1930 a été un fléau aveugle et généralisé: rares sont les pays ou les groupes sociaux qui ont été épargnés, et les mieux barricadés ont souvent été les plus atteints. Le désastre n'était-il pas parti des États-Unis, le nouveau géant industriel du monde à l'époque, géant dont les perspectives de développement paraissaient sans limites? L'effondrement des affaires fut d'abord une question de chiffres et de spécialistes ; ainsi le « krach)) boursier de New York (octobre 1929) fut-il considéré d'assez loin par le grand public, même si les suicides de spéculateurs ruinés se jetant par les fenêtres des buildings de Manhattan ont fait les « Unes» des journaux. Pendant que se multipliaient les faillites et les licenciements, les paniques monétaires et financières et les banqueroutes étatiques, le devant de la scène restait occupé par les experts gouvernementaux et les rencontres diplomatiques. Mais peu à peu s'imposa une autre réalité: un monstrueux gâchis matériel et humain. Les locomotives brésiliennes consumaient le café qu'on ne pouvait plus vendre, même à des cours dérisoires, les stocks s'accumulaient, les entreprises fermaient leurs portes; des millions de gens se voyaient privés d'emploi, donc de ressources et de dignité, la plupart du temps sans protection sociale, incapables de payer leurs loyers, réduits à l'attente des distributions gratuites de nourritures

onde afetou inicialmente a Alemanha, por tratar-se do país mais industrializado, ligado a intercâmbios comerciais e financeiros. Após isso, a crise espalhou-se por todas as regiões, arrastando economias inteiras. O que ocorreu foi uma desintegração em cadeia.[193]

Conhecida também como a “Grande Depressão”, a crise de 1929 ocasionou o colapso da bolsa e gerou muitos suicídios. No entanto, segundo Bordoni[194], tal crise

> [...] foi habilmente resolvida mediante a aplicação das teorias de Keynes: apesar do déficit, o Estado investiu em obras públicas, empregando a força de trabalho numa época em que não havia nenhum emprego disponível e as empresas eram obrigadas a dispensar pessoas; planos foram estimulados e uma janela se abriu para a indústria, reimpulsionando o pêndulo da economia.

O referido autor salienta que a atual crise é distinta. Isso porque os países impactados por ela não tem força e nem mesmo mecanismos para investir, tendo em vista que estão muito endividados. Vive-se em uma grande recessão, na qual os cortes que são feitos acabam intensificando-a e prejudicando ainda mais os cidadãos.

Nesse contexto, Bordoni refere que “A crise em curso é financeira, ao passo que a crise de 1929 foi industrial [...]”[195], e Gazier confirma: “La crise de 1929 fut avant

---

ou de couvertures, acculés à l'expulsion, la mendicité, la revolte”. “Como a praga, de fato, a Grande Depressão dos anos 30 foi um flagelo cego e generalizado: poucos países ou grupos sociais foram poupados, e os mais ousados foram frequentemente os mais afetados. O desastre não começou nos Estados Unidos, o novo gigante industrial do mundo na época, um gigante cujas perspectivas de desenvolvimento pareciam ilimitadas? O colapso dos negócios foi primeiro uma questão de números e especialistas; assim, o "colapso" da bolsa de Nova York (outubro de 1929) foi visto de longe pelo público em geral, mesmo que os suicídios de especuladores arruinados que se lançassem das janelas dos edifícios de Manhattan tenham feito as "Unes" de jornais. Enquanto as falências e demissões se multiplicaram, o pânico monetário e financeiro e as falências estaduais, o palco central permaneceu ocupado por especialistas do governo e reuniões diplomáticas. Mas pouco a pouco outra realidade se impôs: um material monstruoso e um desperdício humano. As locomotivas brasileiras consumiam café que não podia mais ser vendido, mesmo a preços ridículos, estoques empilhados, empresas fechando as portas; milhões de pessoas foram privadas de emprego, portanto de recursos e dignidade, na maioria das vezes sem proteção social, incapazes de pagar seus aluguéis, reduzidas a esperar pela distribuição gratuita de alimentos ou cobertores, forçados à pobreza, expulsão, implorando, revolta” (tradução livre). GAZIER, Bernard. **Que sais-je? La crise de 1929**. 5. Ed. Paris: Puf, 2009. p. 3.

[193] DEFARGES, Philippe Moreau. **A mundialização:** o fim das fronteiras? p. 34.

[194] BORDONI, Carlo. In: BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de Crise**. p. 10.

[195] BORDONI, Carlo. In: BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de Crise**. p. 12.

tout un effondrement généralisé de la production dans la quasi-totalité du monde industrialisé (URSS et Japon exclus)"[196].

Bauman[197] salienta que embora existam muitas semelhanças entre as crises de 1929 (industrial) e a crise atual (econômica/financeira), como o desemprego em massa e a arrebatadora desigualdade social, há uma diferença fundamental entre elas, distinguindo-as e tornando a referida comparação por vezes duvidosa: as vítimas da crise de 1929 não tinham dúvidas de buscar ajuda no Estado, já que este à época se caracterizava como um Estado forte, onde havia um consenso sobre quem detinha o Poder ou a capacidade de executar o que fosse necessário fazer e, por meio da política, decidir o que deveria ser feito.

Sobre a crise atual, Bordoni[198] afirma:

> Essa crise vem de longe. Tem suas raízes nos anos 2000, marcada pela nova eclosão de terrorismo e a emblemática destruição das Torres Gêmeas em Nova York, em 2001. Não foi nenhuma coincidência o fato de as Torres Gêmeas serem parte do World Trade Center, o quartel da Organização Mundial de Comércio. Premonição ou coincidência? De fato, desde então, apesar da explosão da "Nova Economia", os mercados financeiros começaram a tremer, mostrando que a globalização não teria levado a nada de bom. As consequências da invasão dos mercados mundiais por grandes corporações multinacionais foram, na verdade, a principal preocupação dos observadores no final do século XX – colonizações econômicas, mas também culturais (questionadas pelo movimento "No Logo"), as quais nos fizeram temer a globalização como triunfo de um imenso mercado mundial padronizado e homogeneizado, às expensas de pequenos produtores e redes comerciais.

Nesse norte, Castells, Cardoso e Caraça[199] sustentam que a crise atual - a crise do capitalismo global que se desenvolve desde 2008[200] - se deve às tendências

---

[196] "A crise de 1929 foi acima de tudo um colapso geral da produção em quase toda o mundo industrializado (URSS e Japão excluídos)" (tradução livre). GAZIER, Bernard. **Que sais-je? La crise de 1929**. p. 7.

[197] BAUMAN, Zygmunt. In: BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Tradução de Renato Aguiar. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. p. 16-17.

[198] BORDONI, Carlo. In: BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de Crise**. p. 11-12.

[199] CASTELLS, Manuel; CARAÇA, João; CARDOSO, Gustavo. Las culturas de la crisis económica: una introducción. In: CASTELLS, Manuel; CARAÇA, João; CARDOSO, Gustavo (Eds.). **Después de la crisis**. Traducción Dimitri Fernández Bobrovski. Madrid: Alianza Editorial, 2012. p. 22.

[200] Segundo Stiglitz: "En la grand recesión que comenzó en 2008, millones de personas en Estados Unidos y en todo el mundo perdieron sus hogares y sus empleos. Muchos otros padecieron la angustia y el miedo de que les ocurriera lo mismo, y casi todos los que habían ahorrado dinero para su jubilación o para la educación de un hijo vieron como esas inversiones menguaban hasta

destrutivas induzidas pela dinâmica de um capitalismo desregrado global, baseado em um mercado financeiro sem restrições, composto por redes informáticas globais e alimentado por uma geração incessante de valores sintéticos como fonte de acumulação e de empréstimo de capital.

Stiglitz[201] explica que em outubro de 2008 a economia dos Estados Unidos estava em "queda livre" e tudo indicava que levaria com ela uma considerável parte da economia mundial. O autor salienta que naquele país já haviam ocorrido rachaduras nos mercados de ações, bem como restrições do crédito, quedas de preços da habitação e ajuste de estoque. No entanto, segundo o autor, desde a Grande Depressão, em 1929, nunca haviam acontecido todas as coisas de uma só vez e nunca antes tais adversidades haviam se espalhado tão rapidamente pelo globo.

De acordo com Faria[202], "O sistema capitalista é propenso a oscilações de prosperidade e de retração. A instabilidade e a incerteza são inerentes ao capitalismo, não uma exceção". Dessa forma, seus períodos de retração fazem surgir as crises econômicas. Sobre a crise financeira de 2008, o referido autor explicita:

> [...] a crise de 2008 evidenciou o déficit de informação das autoridades nacionais sobre a situação da liquidez global dos bancos. Entreabriu a falta de transparência do setor. E atingiu todos os mercados – do monetário ao de crédito, das bolsas de valores e de mercadorias às operações com opções de compra, contratos futuros e *swaps*. A crise não se circunscreveu apenas a bancos comerciais, a bancos de investimento, a caixas de depósitos. Ela também envolveu instituições não financeiras, como é o caso de seguradoras, de grandes empresas do setor de construção civil e até mesmo de companhias industriais e comerciais. Na busca de valorização dos ganhos financeiros decorrentes de operações cada vez mais complexas, elas assinavam

---

reducirse a una fracción de su valor. Una crisis que comenzó en Estados Unidos muy pronto se hizo global, a medida que decenas de millones de personas en todo el mundo perdían sus empleos – 20 millones sólo en China – y decenas de millones caían en la pobreza". "Na grande recessão iniciada em 2008, milhões de pessoas nos Estados Unidos e em todo o mundo perderam suas casas e empregos. Muitos outros sofriam com a angústia e o medo de que o mesmo lhes acontecesse, e quase todos os que economizavam dinheiro para a aposentadoria ou a educação de um filho viam como esses investimentos diminuíam até serem reduzidos a uma fração do seu valor. Uma crise que começou nos Estados Unidos logo se tornou global, quando dezenas de milhões de pessoas em todo o mundo perderam seus empregos - 20 milhões somente na China - e dezenas de milhões caíram na pobreza" (tradução livre). STIGLITZ, Joseph E. **Caída libre**: el libre mercado y el hundimiento de la economía mundial. Traducción de Alejandro Pradera y Núria Petit. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2015. p. 11.

[201] STIGLITZ, Joseph E. **Caída libre**: el libre mercado y el hundimiento de la economía mundial. p. 79.

[202] FARIA, José Eduardo. **O Estado e o Direito depois da crise**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 16.

> contratos de derivativos cambiais vendendo dólares em valor equivalente a anos de exportação – com a depreciação cambial entre 2007 e 2008, contudo, perderam parte expressiva de seu patrimônio e tiveram de ser vendidas, incorporadas ou absorvidas.[203]

Referida crise[204], então, impactou gravemente na vida dos cidadãos, principalmente pela queda do crescimento e aumento do desemprego. A crise de 2008 estende seus reflexos até os dias atuais. A crise financeira de 2008 transformou-se na atual Crise Econômica mundial, pois não teve fim. De crise financeira passou a Crise Econômica e social, visto que atingiu a sociedade em todas as suas esferas.

Assim, verifica-se uma peculiaridade especial desta crise, que é a sua duração, pois não há mais uma resolução rápida. As crises atuais refletem em todo o globo, e, por isso, levam muito mais tempo para reverter. Caracterizam-se, também, por apresentarem uma progressão lenta, em que qualquer indicador de resolução é protelado, parecendo que nunca terá fim.[205]

Diante desse quadro, Bordoni[206] entende que "Nós temos de nos habituar a conviver com a crise. Pois a crise está aqui para ficar". Já Bauman[207] diz que "A crise é um momento de decidir que procedimento adotar, mas o arsenal de experiências humanas parece não ter nenhuma estratégia confiável para se escolher". Logo, como conviver com uma crise que gera tantas desgraças? A Crise Econômica

---

[203] FARIA, José Eduardo. **O Estado e o Direito depois da crise**. p. 22.

[204] De acordo com Tirole: "La crisis financiera tuvo un grave impacto en los ciudadanos. El crecimiento se desplomó y el paro aumento. Y, aunque el crecimiento estadounidense ha vuelto hoy a la normalidad, con un paro reducido del 5 por ciento y un aumento de la confianza económica, aún no se ha recuperado la pérdida del comienzo de la crisis. Europa – que, no debemos olvidarlo, se enfrenta a otras dificultades, además de a la crisis financiera – sigue sumida en una situación económica compleja en la que destaca el paro masivo en los países del sur. La crisis há hecho también pagar um duro tributo a las finanzas públicas, debilitando así la capacidade de los Estados de intervenir en crisis futuras". "A crise financeira teve um sério impacto nos cidadãos. O crescimento despencou e o desemprego aumentou. E embora o crescimento dos EUA tenha retornado ao normal hoje, com um desemprego reduzido de 5% e maior confiança econômica, a perda desde o início da crise ainda não se recuperou. A Europa - que, não podemos esquecer, enfrenta outras dificuldades, além da crise financeira - permanece atolada em uma complexa situação econômica na qual se destaca o desemprego em massa nos países do sul. A crise também fez um tributo duro às finanças públicas, enfraquecendo a capacidade dos Estados de intervir em crises futuras" (tradução livre). TIROLE, Jean. **La economia del bien común**. Traducción de María Cordón Vergara. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2017. p. 349.

[205] BORDONI, Carlo. In: BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de Crise**. p. 15.

[206] BORDONI, Carlo. In: BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de Crise**. p. 15.

[207] BAUMAN, Zygmunt. In: BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. p. 20.

gera desemprego, pobreza e desigualdades sociais gritantes. Como resolver essa crise?

Diferentemente das outras crises, a atual é vivida diante de uma separação entre o Poder e a política. Isso faz com que inexistam agências com capacidade para gerir o que uma crise necessita, que é definir qual a melhor maneira de "proceder e aplicar a terapia reclamada por essa escolha". Tal inexistência vai seguir estagnando a pretensão de uma solução factível, até que Poder e política se unam novamente. [208]

Stigliz analisa a atual Crise Econômica mundial, tendo como referência os Estados Unidos, já que segundo ele "Cualquier visión de la evolución de Estados Unidos debe articularse como parte de una visión global. Como ha venido a recordarnos tan contundentemente esta recesión mundial, estamos inter-relacionados" [209]. A partir disso, o autor aponta seis grandes desafios econômicos, onde alguns deles estão conectados e afirma que sua resistência e complexidade são a prova das dificuldades e problemas pelos quais atravessam o sistema econômico e político.

Em relação ao primeiro desafio, o autor entende como sendo o mais "dramático" e se trata da brecha entre a demanda e a oferta global. Isso porque a capacidade produtiva global é pouco usada, em um mundo onde existe uma infinidade de necessidades não atendidas. Isso ocorre de forma bastante grave com os recursos humanos, já que além do problema imediato de mais de 240 milhões de desempregados em todo o mundo devido à recessão, há bilhões de pessoas que não tem formação para utilizar plenamente seu potencial humano, e muitos que tem formação acabam não encontrando um trabalho à altura de suas habilidades.[210]

O segundo desafio é visto como o mais importante e é sobre as mudanças climáticas. A preocupação está no fato de que os recursos ambientais são escassos e são tratados como se fossem livres, sem limites. O resultado disso é que todos os

---

[208] BAUMAN, Zygmunt. In: BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. p. 21-22.

[209] "Qualquer visão da evolução dos Estados Unidos deve ser articulada como parte de uma visão global. Como essa recessão global veio nos lembrar com tanta força, estamos inter-relacionados" (tradução livre). STIGLITZ, Joseph E. **Caída libre**: el libre mercado y el hundimiento de la economía mundial. p. 328.

[210] STIGLITZ, Joseph E. **Caída libre**: el libre mercado y el hundimiento de la economía mundial. p. 328.

preços são distorcidos e, em alguns casos, seriamente. Essa distorção dos preços ambientais pode ser comparado à distorção dos preços das habitações, onde demonstrou-se, com a crise, um efeito traumático com a correção, porque se deixou passar muito tempo até ser feita. Isso tudo culmina com a exploração insustentável de recursos básicos. Logo, a correção torna-se imperativa e se for adiada, pode ser ainda mais cara.[211]

Diante de tais desequilíbrios globais, um terceiro desafio se levanta e gira em torno da estabilidade mundial. O que ocorre é que parte do mundo está vivendo muito além dos seus meios, enquanto a outra parte produz muito mais do que consome, e isso gera problemas para ambos. Claro que isso faz parte da economia do mercado, mas o que preocupa é que o dinheiro que os Estados Unidos[212] pegaram emprestado do resto do mundo, apenas em 2006, provocou seu endividamento que é insustentável, tornando-se mais um desequilíbrio global.[213]

O quarto desafio é chamado por Stiglitz de “enigma industrial”. A indústria representou há muito tempo o auge de um determinado estágio de desenvolvimento, o caminho pelo qual os países em desenvolvimento podiam abandonar a forma tradicional de organização social agrária. Os empregos nesse setor têm sido tradicionalmente bem remunerados e foram a espinha dorsal das sociedades de classe média do século XX na Europa e na América do Norte. Nas últimas décadas, o aumento da produtividade fez o setor crescer, mas o número de empregos diminuiu e é provável que esse padrão continue.[214]

O quinto desafio é o da desigualdade[215]. A Globalização teve efeitos complexos na distribuição de renda e riqueza no mundo. A pobreza extrema continua

---

[211] STIGLITZ, Joseph E. **Caída libre**: el libre mercado y el hundimiento de la economía mundial. p. 328-329.

[212] Os Estados Unidos têm a maior dívida pública da história da humanidade. Em 2018 ela somava mais de US$ 21 trilhões de dólares e cresce cada vez mais. Isso dá cerca de R$ 81,27 trilhões de reais ou R$ 249.524 devido por cada cidadão americano. BASSOTO, Lucas. Conheça a maior dívida da história da humanidade. **Cointimes**. Economia, 2018. Disponível em: https://cointimes.com.br/conheca-a-maior-divida-da-historia-da-humanidade/. Acesso em: 25 jul. 2020.

[213] STIGLITZ, Joseph E. **Caída libre**: el libre mercado y el hundimiento de la economía mundial. p. 329.

[214] STIGLITZ, Joseph E. **Caída libre**: el libre mercado y el hundimiento de la economía mundial. p. 331.

[215] Sobre a desigualdade, Díaz-Salazar traz uma interessante contribuição com sua obra “**Desigualdades Internacionales !justicia ya!:** hacia um programa mundial de justicia global”. O

sendo um problema: o destino dos mais pobres do mundo é muito diferente do destino dos mais ricos em todos os aspectos. Ainda há quase um bilhão de pessoas vivendo com menos de um dólar por dia. Na maioria dos países do mundo, a desigualdade aumenta e a Globalização é um dos fatores que contribuíram para isso. Não é apenas uma preocupação humanitária. Algo também influenciou a atual Crise Econômica: o crescimento desigual contribui para agravar o problema da falta de demanda agregada, uma vez que o dinheiro vai daqueles que o gastam para aqueles que têm mais do que precisam.[216]

E por fim, o sexto e último desafio que o mundo enfrenta, segundo Stiglitz, é o da estabilidade. O aumento da instabilidade financeira tem se tornado um problema cada vez mais importante. Mesmo com aparentes melhoras nas instituições financeiras mundiais e dos progressos relacionados aos conhecimentos sobre gestão econômica, as crises têm sido cada vez mais frequentes e graves.[217]

Frente a todos esses desafios globais, impostos pela atual crise, Stiglitz propõe uma visão mais ampla e a longo prazo, centrada especialmente na situação desesperada dos pobres e do aquecimento global, a fim de reduzir a escala dos desequilíbrios globais. De acordo com o autor, esta nova visão exigirá um novo modelo econômico, centrado na Sustentabilidade, com menos ênfase nos bens materiais para aqueles que estão consumindo demasiadamente, reorientado-os para atividades inovadoras, já que em escala planetária, uma parte excessiva da inovação global foi orientada para economizar trabalho e uma parte insuficiente para economizar recursos naturais e proteger o meio ambiente. Segundo ele, isso não surpreende, considerando que os preços não refletem a escassez desses recursos naturais. Ademais, houve tanto sucesso na economia de empregos que na maioria das regiões do mundo existe um problema endêmico do desemprego. Mas houve tão

---

referido autor diz que, apesar da Crise Econômica, no mundo existe uma grande riqueza acumulada por uma minoria de milionários e empresas transnacionais e que nunca mais agora tanta pobreza e tanta riqueza coexistiram. Neste livro, são expostas as principais desigualdades internacionais, são propostas políticas para a redistribuição global de bens e são sugeridos modelos de desenvolvimento ecológico para evitar o retorno ao capitalismo predatório. DÍAZ-SALAZAR, Rafael. **Desigualdades Internacionales !justicia ya!:** hacia um programa mundial de justicia global. Icaria editorial: Barcelona, 2011.

[216] STIGLITZ, Joseph E. **Caída libre**: el libre mercado y el hundimiento de la economía mundial. p. 332.

[217] STIGLITZ, Joseph E. **Caída libre**: el libre mercado y el hundimiento de la economía mundial. p. 332-333.

pouco sucesso na economia de recursos naturais que se corre o Risco de colapso ambiental.[218]

Cumpre aqui fazer um parêntese para uma nova realidade. Muito se falou na Crise Econômica de 2008, a grande recessão cujos reflexos perduram até os dias atuais. No entanto, o ano de 2020 foi acometido pela pandemia do coronavírus (COVID-19)[219], agravando a crise que já estava em curso e fazendo surgir uma nova crise mundial, tão catastrófica quanto às passadas, se não mais, da qual não se consegue visualizar o fim. A crise provocada pelo coronavírus é uma crise sanitária, mas que se desdobrou em uma Crise Econômica extremamente importante, atingindo as mais diversas esferas da sociedade. Desemprego, fome, pobreza, aumento das desigualdades, essas são somente algumas das consequências agravadas pela nova crise em curso[220]. É mais um desafio transnacional que se impõe, ao lado do que ainda se enfrenta.

Assim, diante de tantos desafios impostos pela crise atual, Caraça faz uma reflexão acerca da realidade imposta pela Globalização, em sua faceta mais perversa:

> No reino da globalização não existem direitos adquiridos, apenas contratos nos quais os direitos têm de ser negociados e renegociados continuamente. O lugar dos cidadãos individuais tem de ser

[218] STIGLITZ, Joseph E. **Caída libre**: el libre mercado y el hundimiento de la economía mundial. p. 333-334.

[219] "A crise econômica mundial, acelerada pela covid-19, é comparável à Grande Depressão de 1929 em termos de intensidade, com a diferença que a disseminação do impacto sobre a economia está ocorrendo muito mais rapidamente do que na década de 1930". CARDOSO, José Alvaro de Lima. A Grande Depressão será bem pior no Brasil. **Outras Palavras**. Mercado x Democracia, 2020. Disponível em: https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/a-grande-depressao-sera-bem-pior-no-brasil/#:~:text=A%20crise%20mundial%20atual%20%C3%A9%20muito%20grave%2C%20pois%20combina%3A%201.&text=Num%20dos%20cen%C3%A1rios%20projetados%20pelo,doen%C3%A7a%2C%20antes%20da%20hora%20adequada. Acesso em: 27 jul. 2020.

[220] Interessante referir que "As economias avançadas liderarão a queda do PIB em 2020, com a contração da economia podendo chegar a 6,1%, segundo estimativas do FMI. O maior declínio está sendo esperado para a Área do Euro (-7,5%), em função da gravidade da pandemia na Itália e na Espanha, principalmente. O PIB deverá cair fortemente também no Reino Unido (-6,5%), EUA (-5,9%) e Japão (-5,2%). A situação é dramática: a Alemanha deverá apresentar neste ano a pior recessão do pós-Segunda Guerra Mundial. O desemprego em abril aumentou 13,2%, a primeira vez no pós-guerra que a taxa de desemprego cresce durante o mês de abril. Este é o mês de início da primavera no Hemisfério Norte, período no qual tradicionalmente o mercado de trabalho amplia as vagas. Segundo informações do Ministério do Trabalho Alemão, o número de desempregados aumentou em um ano em 415 mil trabalhadores. O PIB alemão deve cair mais de 6% neste ano, o que afetará toda a economia da Zona do Euro, em função do peso da economia alemã". CARDOSO, José Alvaro de Lima. A Grande Depressão será bem pior no Brasil.

> conquistado nos mercados; a sua performance otimizada, a sua utilidade, demonstrada. Está em marcha um processo sistemático de negociação, rentabilidade e competição. As pessoas são dispensáveis e a sua importância reside na função que desempenham — como produtores ou como consumidores. As pessoas têm sido transformadas, na realidade, em recursos: recursos humanos! Têm de ser recicláveis (por meio da aprendizagem ao longo da vida!) ou, de outra forma, não têm valor nos mercados. Tornaram-se um incômodo e podem ser eliminadas se não tiverem qualquer utilidade econômica. O mundo global é uma selva computadorizada. Há aí uma espécie de silêncio. A opressão está de volta.[221]

Depreende-se, diante de todo o exposto neste capítulo, que o fenômeno da Globalização provocou uma transformação gigantesca no planeta, na sociedade como um todo. Fez surgir uma Sociedade de Risco Global, na qual incertezas e perigos dominam as mais diversas áreas na vida de cada um, bem como no meio ambiente. Esses Riscos geram as crises, que, por sua vez, geram efeitos nefastos em todo o globo, onde não se consegue visualizar o fim.

O que se tem, portanto, é um problema de dimensão transnacional, em que a Sociedade de Risco se apresenta como uma Sociedade Líquida, dominada pelas grandes Corporações Transnacionais e, na qual, a Soberania dos Estados encontra-se perdida. A discussão em torno desses assuntos será explanada no próximo capítulo.

---

[221] CARAÇA, João. A separação de culturas e o declínio da modernidade. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo; CARAÇA, João. (Org.) **A crise e seus efeitos**: as culturas econômicas da mudança. Tradução de Alexandra Figueiredo, Liliana Pacheco e Túlia Marques. São Paulo: Paz e Terra, 2013. p. 91.

CAPÍTULO 2

AS CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS E A SOCIEDADE LÍQUIDA GLOBAL

Diante das considerações feitas acerca do fenômeno da Globalização, do qual emergiu uma sociedade abarcada por Riscos e incertezas, pretende-se neste segundo capítulo apresentar as Corporações Transnacionais como atores principais do cenário global, no contexto da Sociedade Líquida.

Antes disso, inicialmente são feitas algumas considerações sobre outro fenômeno, o da Transnacionalidade, entendido este como uma das facetas da globalização. Com a Transnacionalidade, entram em cena as Corporações Transnacionais, demonstrando-se o Poder que representam na Sociedade Líquida em que hoje se vive, sendo este outro aspecto analisado posteriormente, a partir da teoria da modernidade líquida de Zygmunt Bauman.

Após a análise da liquidez da sociedade, para fechar o capítulo, aborda-se o Estado em tempos líquidos, com o objetivo de demonstrar que, no contexto atual, os Estados, bem como sua Soberania, encontram-se enfraquecidos e fragmentados diante do Poder econômico das Corporações Transnacionais no mercado mundial.

2.1 TRANSNACIONALIDADE: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A palavra “transnacional” refere-se àquilo que vai além das fronteiras nacionais, transcendendo-a e alcançando mais de uma nação, em uma dimensão global. Por vezes pode ser confundida com o termo “internacional”.[222] Apesar de oriundos do processo de Globalização, ambos são fenômenos distintos, conforme será visto a seguir.

[222] “Diversamente da expressão *inter,* a qual sugere a ideia de uma relação de diferença ou apropriação de significados relacionados, o prefixo *trans* denota a emergência de um novo significado construído reflexivamente a partir da transferência e da transformação dos espaços e dos modelos nacionais”. OLIVIERO, Maurizio; CRUZ, Paulo Márcio. Reflexões sobre o Direito Transnacional. p. 23.

A compreensão sobre o termo internacional[223], ou melhor dizendo, sobre a internacionalização, refere-se à relação existente entre países, e somente entre eles, não havendo uma percepção a nível planetário. Assim, essa relação pode desenvolver-se de uma forma bilateral ou até mesmo multilateral, onde suas tratativas somente terão alcance dentro do espaço dominado por suas Soberanias.[224]

A distinção entre as duas expressões pode ser melhor compreendida a partir da explicação de Cruz e Bodnar[225]:

> [...] a expressão latina *trans* significaria algo que vai "além de" ou "para além de", a fim de evidenciar a superação de um *locus* determinado, que indicaria que são perpassadas diversas categorias unitárias, num constante fenômeno de desconstrução e construção de significados. Diversamente da expressão *inter*, a qual sugere a ideia de uma relação de diferença ou apropriação de significados relacionados, o prefixo *trans* denota a emergência de um novo significado construído reflexivamente a partir da transferência e transformação dos espaços e modelos nacionais [...] inclusive de modo que não seja pensado internacionalmente, e sim no surgimento de algo novo, de um espaço transpassante, que já não se encaixa nas velhas categorias modernas.

Assim, segundo os autores, entende-se por transnacional "os novos espaços públicos não vinculados a um território específico, que perpassam a ideia tradicional de Nação Jurídica, aceitam a pluralidade como premissa e possibilitam o exercício de Poder a partir de uma pauta axiológica comum"[226].

Ainda que nos séculos XIX e XX o fenômeno "internacional" tenha sido o impulsionador das relações entre Estados, hoje ele encontra-se ultrapassado, tendo em vista que aquelas relações (entre os entes soberanos), que caracterizam a internacionalização, "não mais servem para designar a intensificação das relações de

---

[223] Jessup refere que "o termo 'internacional' é enganador, já que sugere que nos preocupamos apenas com as relações de uma Nação (ou Estado) com outras Nações (ou Estados)". JESSUP, Philip C. **Direito Transnacional**. Tradução de Carlos Ramires Pinheiro da Silva. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965. p. 11.

[224] STELZER, Joana. O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica. In: CRUZ, Paulo Márcio; STELZER, Joana (Orgs.) **Direito e Transnacionalidade**. Curitiba: Juruá, 2010. p. 17.

[225] CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. A transnacionalidade e a emergência do Estado e do direito transnacionais. In: CRUZ, Paulo Márcio; STELZER, Joana (Orgs.) **Direito e Transnacionalidade**. Curitiba: Juruá, 2010. p. 58.

[226] Sobre a "pauta axiológica comum" os autores explicam que "tenderia a abranger valores como, por exemplo: a questão vital ambiental, direitos humanos, paz mundial, regulação econômica e financeira, dentre outros, principalmente os de caráter difuso". CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. A transnacionalidade e a emergência do Estado e do direito transnacionais. p. 61.

alcance global entre as pessoas, coisas e valores verificadas na atualidade, pois os Estados soberanos não são os únicos praticantes de relações que vão além de suas próprias fronteiras" [227].

Assim, a decadência da "simples" internacionalização dos Estados fez emergir a Transnacionalidade, a qual é efetivada a partir da Globalização, onde "temas e enfoques, até então tratados sob o âmbito e viés internacional, demonstram que assumiram dimensões e papéis que vão para além deste"[228].

A partir de uma perspectiva fenomenológica, a Transnacionalidade revela a nova realidade mundial, a qual desabrochou notadamente no período do pós-guerra, com a ampliação das relações de natureza econômica, diante da desterritorialização, do crescimento capitalista, bem como do esvaecimento da Soberania dos Estados.[229]

Denotam-se, portanto, algumas das características da Transnacionalidade, em que a primeira delas é a desterritorialização[230], já que se trata de um aspecto além fronteira. "O território transnacional não é nem um nem outro e é um e outro, posto que se situa na fronteira transpassada, na borda permeável do Estado"[231]. Diante dessa desterritorialização, torna-se impossível a identificação do início, do meio e do fim do fenômeno.

Como uma segunda característica da Transnacionalidade está a ultravalorização do capitalismo, haja vista as relações comerciais serem "o grande mote do processo transnacionalizante através do qual os agentes se esforçam para encontrar caminhos que não esbarrem nas fronteiras tradicionais das legislações de

---

[227] PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e imigração:** a possibilidade de efetivação dos Direitos Humanos dos Transmigrantes diante de Decisões de Regresso na Italia ena União Europeia. p. 120.

[228] PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e imigração:** a possibilidade de efetivação dos Direitos Humanos dos Transmigrantes diante de Decisões de Regresso na Italia ena União Europeia. p. 121.

[229] STELZER, Joana. O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica. p. 16.

[230] Sobre a desterritorialização, Ianni explica que se trata de uma característica essencial da sociedade global. Segundo ele, "Formam-se estruturas do poder econômico, político, social e cultural internacionais, mundiais ou globais descentradas, sem qualquer localização nítida neste ou naquele lugar, região ou nação. Estão presentes em muitos lugares, nações, continentes, parecendo flutuar por sobre Estados e fronteiras, moedas e línguas, grupos e classes, movimentos sociais e partidos políticos". IANNI, Octávio. **A sociedade global**. p. 93.

[231] STELZER, Joana. O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica. p. 25.

Estado”[232].

Ademais, como terceira característica está o enfraquecimento do Estado soberano. “A conceituação de Estado e, mais particularmente da soberania, tida antes como absoluta, tornou-se relativa, divisível, passível de questionamentos, joguete das forças econômicas atuantes nas relações mundiais”[233].

Segundo Piffer, “a Transnacionalidade não pode ser confundida com a Globalização[234], mas também desta não pode ser dissociada. Trata-se de fenômenos interligados em que a primeira nasce no contexto da segunda”[235]. Nesse contexto:

> Entendida como um fenômeno reflexivo[236] da globalização que alcança diferentes níveis de integração e é caracterizada pela desterritorialização das ocorrências políticas e sociais que ocorrem à margem das soberanias dos Estados, a transnacionalidade é responsável por questionar, a todo momento, a lógica e eficácia dos modelos preexistentes.[237]

Dessa forma, Stelzer salienta que a Transnacionalidade[238] é “uma das

---

[232] STELZER, Joana. O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica. p. 31.

[233] STELZER, Joana. O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica. p. 32.

[234] Segundo Baumann, “By transnationalism we mean all the bonds that go across nationstate boundaries; by globalization we mean the world turning into [...] “the global village”—or perhaps a global city with very different suburbs”. “Por transnacionalismo, entendemos todos os vínculos que atravessam as fronteiras nacionais; por globalização, entendemos o mundo se transformando [...] em uma "aldeia global”- ou talvez uma cidade global com subúrbios muito diferentes” (tradução livre). BAUMANN, Gerd. **The multicultural riddle**: rethinking national, ethnic, and religious identities. New York and London: Routledge, 1999. p. 155.

[235] PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e imigração:** a possibilidade de efetivação dos Direitos Humanos dos Transmigrantes diante de Decisões de Regresso na Italia e na União Europeia. p. 121.

[236] Sobre esse assunto, Stelzer explica: “Fenômeno reflexivo porque a transnacionalidade caracteriza-se pela permeabilidade estatal e criação de uma terceira dimensão social, política e jurídica, que perpassa a realidade nacional, mas que não se confunde com ligação ponto-a-ponto da internacionalidade. Assim, enquanto a globalização é o fenômeno envolvedor, a transnacionalidade é a nascente de um terceiro espaço, inconfundível com o espaço nacional ou inernacional”. STELZER, Joana. O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica. p. 21.

[237] PILAU SOBRINHO, Liton Lanes; SIRIANNI, Guido; PIFFER, Carla. Migrações transnacionais e multiculturalismo: um desafio para a União Europeia. **Revista Novos Estudos Jurídicos** - Eletrônica, Vol. 19 - n. 4 - Edição Especial 2014. Disponível em: www.univali.br/periodicos. Acesso em: 02 ago. 2020. p. 1181.

[238] A autora sintetiza dizendo que “[...] a transnacionalização valoriza específicas características da globalização, gerada no âmbito desse processo, especialmente ligada ao transpasse das fronteiras nacionais. Enquanto a internacionalidade é clara no que diz respeito à relação inter-nações ou, melhor dito, inter-Estados, a transnacionalidade desconhece desconhece fronteiras, resultado direto do processo em escala global. Enquanto a soberania é a marca indelével do Direito internacional, a fragilidade soberana (no âmbito público) ou seu desconhecimento (no âmbito privado) viabiliza um cenário denominado transnacional”. STELZER, Joana. O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica. p. 22.

facetas da globalização, que não se descola dela, mas que reforça a ideia de permeabilidade fronteiriça, de relações espacialmente não localizadas, de ultracapitalismo e de decadência político-jurídica soberana"[239].

Um dos pioneiros a tratar do tema e difundir a expressão "transnacional" foi o pesquisador Philip Jessup, no ano de 1956, com a obra "Transnational Law"[240], a qual teve sua primeira edição brasileira em 1965, quase dez anos depois. Segundo o autor, a Transnacionalidade (ou o Direito Transnacional) refere-se às relações entre indivíduos, que ultrapassam os limites territoriais dos Estados e que "As situações transnacionais, então, podem envolver indivíduos, empresas, Estados, organizações de Estado, ou outros grupos"[241].

Por conseguinte, entende-se por transnacional "aquilo que atravessa o nacional, que perpassa o Estado, que está além da concepção soberana do estado e, por consequência, traz consigo, inclusive, a ausência da dicotomia público e privado"[242].

Sob a perspectiva dos direitos fundamentais, Garcia[243] sustenta que:

> O fenômeno da transnacionalidade dá-se a partir das chamadas *demandas transnacionais* que a sua vez estão relacionadas com a questão da efetividade dos chamados direitos difusos e transfronteiriços. Desta maneira, as demandas transnacionais são questões fundamentais para o ser humano e que vêm sendo classificadas pela doutrina como "novos" direitos. Um fato é impossível de se evitar: as questões transnacionais devem ser abordadas e enfrentadas por toda a Comunidade Internacional de forma diferente da prevista nas legislações interna e internacional existente.

O autor, ainda, salienta que tais demandas[244] "justificam-se a partir da

---

[239] STELZER, Joana. O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica. p. 22.

[240] JESSUP, Phillip C. **Transnational law**. New Haven: Yale University Press, 1956. Trata-se de um escrito que Jessup fez para uma Conferência da Universidade de Columbia, na qual ele atuava como professor.

[241] JESSUP, Philip C. **Direito Transnacional**. p. 13.

[242] STELZER, Joana. O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica. p. 24-25.

[243] GARCIA, Marcos Leite. Direitos fundamentais e transnacionalidade: um estudo preliminar. In: CRUZ, Paulo Márcio; STELZER, Joana (Orgs.) **Direito e Transnacionalidade**. Curitiba: Juruá, 2010. p. 174.

[244] Em relação a isso, Santos refere que, com a Transnacionalidade, o desafio atual "é que as demandas transnacionais devem ser enfrentadas pela comunidade internacional de modo diferente daquela prevista nas legislações nacionais e internacionais, especialmente em relação à problemática econômica. Como os direitos humanos não são estáticos, diante das demandas

necessidade de criação de espaços públicos para tratar de questões referentes a fenômenos novos, que serão ineficazes se tratados somente dentro do espaço do tradicional Estado nacional"[245].

Ribeiro[246] prefere considerar a Transnacionalidade uma condição[247] e não sua existência de fato. A razão disso, segundo ele, é que "O transnacionalismo coloca em perigo a lógica e eficácia de modos pré-existentes de representar pertencimento sócio-cultural e político". Ele argumenta que a Transnacionalidade em si - no sentido de pertencimento a um "corpo político global" - apresenta "características potenciais e virtuais".

Discorrendo sobre as relações transnacionais e a política global, Nye Jr. e Keohane[248], de forma específica, estabelecem cinco efeitos principais da Transnacionalidade nas políticas interestatais: a) mudanças de atitude; b) pluralismo internacional; c) aumento das restrições nos Estados através da dependência e interdependência; d) aumento na habilidade de certos governos de influenciar outros; e e) a emergência de atores autônomos com políticas externas privadas que podem deliberadamente se opor ou colidir políticas estatais. Os autores salientam que quatro desses efeitos podem ocorrer mesmo sem a presença de organizações transnacionais (mas que estas podem produzi-las também). No entanto,

---

transnacionais exige-se repensar um fundamento transnacional para tais direitos. É necessário um novo tratamento ao processo evolutivo histórico dos direitos fundamentais, porque a transnacionalização dos direitos é um processo diferente e posterior à internacionalização dos direitos. Isso fica claro considerando as consequências da globalização econômica que culminou na desregulamentação da economia". PADILHA DOS SANTOS, Rafael. Reflexões acerca do princípio da dignidade da pessoa humana como critério universal para a regulação do espaço transnacional. In: DEMARCHI, Clóvis; OLIVEIRA NETO, José Francisco Oliveira de; ABREU, Pedro Manoel. **Direito, Estado e Sustentabilidade** [livro eletrônico]. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 51.

245 GARCIA, Marcos Leite. Direitos fundamentais e transnacionalidade: um estudo preliminar. p. 175.

246 RIBEIRO, Gustavo Lins. Condição Transnacionalidade. **Série Antropologia**, Brasília, v. 223, p.1-34, 1997. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie223empdf.pdf. Acesso em: 03 ago. 2020. p. 3.

247 O referido autor apresenta condições integrativas, condições históricas, condições econômicas, condições tecnológicas, condições ideológicas e culturais, condições sociais e condições rituais para fundamentar seu pensamento. Vide: RIBEIRO, Gustavo Lins. Condição Transnacionalidade. p.1-34.

248 NYE JR., Joseph S.; KEOHANE, Robert O. **Transnational Relations and World Politics:** An Introduction. International Organization, Madison, v. 25, n. 3, p. 329-349, 1971. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/2706043?origin=JSTOR-pdf. Acesso em: 03 ago. 2020. p. 337.

o último efeito mencionado depende necessariamente da presença dessas organizações transnacionais.

O primeiro efeito da Transnacionalidade é explicado por Nye Jr. e Keohane como sendo a possibilidade de as interações transnacionais promoverem mudanças de atitude que podem ter possíveis consequências para as políticas dos Estados, já que as interações “cara a cara” entre cidadãos de diferentes países podem alterar as opiniões e percepções da realidade de elites e não-elites nas sociedades nacionais. Dessa forma, explicam que a comunicação transnacional à distância, de forma eletrônica ou por meio da palavra impressa, também pode promover mudanças de atitude.[249]

Em relação ao segundo efeito da Transnacionalidade, que se refere à promoção do pluralismo internacional (este entendido pelos autores como sendo a ligação de grupos de interesses nacionais em estruturas transnacionais), há geralmente o envolvimento de organizações transnacionais para fins de coordenação. Criam-se essas organizações transnacionais, que vão dar continuidade a esse processo de criação, estimulando e constituindo novas afiliadas nacionais e, assim, contribuindo para a internacionalização da política doméstica. Tais organizações transnacionais são, ao que tudo indica, o resultado de um crescente aperfeiçoamento das sociedades, assentada com os fenômenos relacionados à comunicação, viagens e transporte transnacionais, os quais permitem uma ampliação referente à visão que as pessoas têm relacionadas às possibilidades das organizações transnacionais.[250]

No tocante ao terceiro efeito da Transnacionalidade nas políticas interestatais - aumento das restrições nos Estados através da dependência e interdependência -, essa criação de dependência e interdependência é geralmente atrelada ao transporte e às finanças internacionais. De acordo com os autores, mesmo no caso de Estados totalitários, se os seus governos quiserem acompanhar cientificamente o ritmo, terão de permitir que seus cientistas interajam e tenham

[249] NYE JR., Joseph S.; KEOHANE, Robert O. **Transnational Relations and World Politics:** An Introduction. p. 337-338.
[250] NYE JR., Joseph S.; KEOHANE, Robert O. **Transnational Relations and World Politics:** An Introduction. p. 338-339.

contato com jornais estrangeiros, participando de conferências internacionais. Além disso, pode haver a possibilidade de os Estados tornarem-se dependentes de organizações transnacionais, sobretudo se essas organizações fornecerem algo de que necessitam, como por exemplo: bens, serviços, informações, habilidades gerenciais, legitimidade religiosa, entre outros.[251]

O quarto efeito diz respeito ao aumento na habilidade de certos governos em influenciar outros. Tendo em vista que o fenômeno da Transnacionalidade pode tornar os Estados dependentes de outras forças, que estão fora do seu controle, ao mesmo tempo podem ter resultados menos equilibrados, havendo a necessidade da criação de novos instrumentos de influência a serem usados por alguns governos, em detrimento de outros. No caso de Estados com Poderes aproximadamente iguais, ambos podem tirar proveito desses instrumentos. No entanto, no caso de Estados com Poderes mais desiguais, esses instrumentos podem servir apenas para alavancar os Estados mais poderosos, não havendo nenhuma vantagem para os Estados mais fracos. Dessa forma, ao passo que os Estados se tornam dependentes um do outro, alguns deles podem adquirir novos meios pelos quais influenciar outros.[252]

Por fim, o quinto e último efeito da Transnacionalidade nas políticas interestatais, elencado pelos autores como a emergência de atores autônomos com políticas externas privadas que podem deliberadamente se opor ou colidir com políticas estatais, significa dizer que há uma dependência da presença de organizações transnacionais como atores autônomos ou quase autônomos na política mundial. Nye Jr. e Keohane explicam que as organizações transnacionais autônomas são potenciais oponentes (ocasionalmente reais) da política governamental em uma ampla variedade de áreas. No caso de um conflito entre governo e organizações transnacionais, podem ocorrer reflexos da política de um governo de origem, que está por trás da organização transnacional; por outro lado, também podem resultar diferenças entre as políticas de um governo e as de uma organização transnacional, sem haver envolvimento do governo de origem (se houver) na disputa. Segundo os

---

[251] NYE JR., Joseph S.; KEOHANE, Robert O. **Transnational Relations and World Politics:** An Introduction. p. 339.

[252] NYE JR., Joseph S.; KEOHANE, Robert O. **Transnational Relations and World Politics:** An Introduction. p. 340-341.

autores, em havendo envolvimento de governos locais, a presença de organizações transnacionais pode exercer um efeito distinto nas relações interestatais que se desenvolvem.[253]

Diante das considerações apresentadas, é fundamental referir que a partir do fenômeno da Transnacionalidade, então, ocorre a sua manifestação jurídica, sua dimensão, que é o Direito Transnacional.

Jessup[254] explica que para compreender a maneira como o Direito Transnacional se aplica, é imprescindível que se tenha uma visão mais alargada, ou seja, é necessário abster-se daquele pensamento cuja visão reflete-se exclusivamente em termos de foro particular. Isso porque tal direito traz a possibilidade de haver um tribunal, cuja legislação adotada não seja nem a nacional, tampouco a internacional.

Nesse contexto, Cotterrell afirma que:

> Often 'transnational law' is taken to refer to extensions of jurisdiction across nation-state boundaries so that people, corporations, public or private agencies, and organisations are addressed or directly affected by regulation that originates outside the territorial jurisdiction of the nation-state in which they are situated, or is interpreted or validated by authorities external to that jurisdiction. Sometimes it refers to regulation guaranteed neither by nation-state nor by international legal institutions or instruments such as treaties or conventions. Sometimes is signals a space for regulation not yet (fully) existing but for which a need is felt in crossborder interactions.[255]

Segundo Koh[256], o Direito Transnacional "influences laws and policies that

---

[253] NYE JR., Joseph S.; KEOHANE, Robert O. **Transnational Relations and World Politics:** An Introduction. p. 341-342.

[254] JESSUP, Philip C. **Direito Transnacional**. p. 14-15.

[255] Frequentemente, "direito transnacional" é considerado como se referindo a extensões de jurisdição além das fronteiras do Estado-nação, de modo que pessoas, empresas, agências públicas ou privadas e organizações sejam tratadas ou diretamente afetadas por regulamentações que se originam fora da jurisdição territorial do Estado-nação em onde estão situados, ou são interpretados ou validados por autoridades externas a essa jurisdição. Às vezes, refere-se à regulamentação garantida nem pelo Estado-nação nem por instituições ou instrumentos jurídicos internacionais, como tratados ou convenções. Às vezes, é sinal de um espaço para regulação ainda não (totalmente) existente, mas para o qual uma necessidade é sentida nas interações transfronteiriças. COTTERRELL, Roger. **Sociological jurisprudence**: juristic thought and social inquiry. London and New York: Routledge, 2018. p. 103-104.

[256] "Influencia as leis e políticas que nos governam, particularmente quando as leis e as políticas internacionais tornam-se internalizadas pelas leis e políticas dos Estados Nacionais" (tradução livre).

govern us, particularly when international law and policies become domesticated into U.S. law and policies". Para o autor, o Direito Transnacional é um híbrido entre o direito doméstico e internacional, fundamental para a atual sociedade e salienta que para compreender o Direito Transnacional é necessário assimilar o processo jurídico transnacional[257].

O processo jurídico transnacional tem quatro características distintas: não é tradicional, não é estatista, é dinâmico e é normativo. Não é tradicional porque separa duas dicotomias que dominam o estudo do direito internacional (doméstico e internacional, público e privado). Não é estatista porque os atores no processo incluem atores não estatais, além dos Estados-nação. É um processo dinâmico (não-estático) porque a lei transnacional se transforma de acordo com as circunstâncias, níveis e esferas pelas quais perpassa. E é normativo porque a partir de seu dinamismo ocorre a emergência de novas regras de direito, que serão interpretadas, internalizadas e aplicadas. Logo, o processo jurídico transnacional, enquanto conceito, abrange desde o seu funcionamento descritivo até a sua normatividade, concentrando-se na forma como a lei irá moldar e influenciar o porquê de as nações obedecerem.[258]

Destacando a importância do Direito Transnacional, Koh assinala:

> Transnational law representes a kind of hybrid between domestic and international law that can be downloaded, uploaded, or transplanted from one national system to another. Transnational law is becoming increasingly important because it increasingly governs and influences

KOH, Harold H. **Why Transnational Law Matters**. Faculty Scholarship Series. Paper 1793. Yale Law School Legal Scholarship Repository. HeinOnline – 24 Penn St. Int'l L. Rev. 752 2005-2006. Disponível em: https://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2716&context=fss_papers. Acesso em: 02 ago. 2020. p. 753.

[257] No ano de 1996, Koh publicou a obra "Transnational Legal Process", na qual ele explica que: "Transnational legal process describes the theory and practice of how public and private actors – nation-states, international organizations, multinational enterprises, non-governmental organizations, and private individuals – Interact in a variety of public and private, domestic and international fora to make, interpret, enforce, and ultimately, internalize rules of transnational law". "O processo jurídico transnacional descreve a teoria e a prática de como atores públicos e privados - estados-nação, organizações internacionais, empresas multinacionais, organizações não-governamentais e indivíduos particulares - interagem em diversos fóruns públicos e privados, nacionais e internacionais, interpretam, fazem cumprir e, finalmente, internalizam regras do direito transnacional" (tradução livre). KOH, Harold H. **Transnational Legal Process**. Faculty Scholarship Series. Paper 2096. New Haven: Yale Law School, 1996. Disponível em: https://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2902&context=fss_papers. Acesso em: 04 ago. 2020. p. 183-184.

[258] KOH, Harold H. **Transnational Legal Process**. p. 184.

> our lives, particularly during an increasingly contentious war on terror. Not only does transnational law already represent a growing part of the Supreme Court's docket, but in a new millennium, the study of transnational law will soon also affect and be reflected in all aspects of our legal education.[259]

Ao observar o Direito Transnacional e diante da realidade de que hoje se vive - um ambiente transnacional - verifica-se a necessidade, bem como a possibilidade da existência de um pluralismo jurídico[260] transnacional, o qual, nas palavras de Cervantes, "evoca la co-existencia de vários sistemas o regímenes jurídicos que operan dentro de un mismo espacio geográfico o social"[261].

Piffer e Cruz salientam a "necessidade de superação de um pluralismo limitado à comparação e convergência entre sistemas jurídicos distintos"[262], já que o Direito Transnacional só poderia ser assimilado de forma adequada em termos

---

[259] "O direito transnacional representa uma espécie de híbrido entre o direito doméstico e o direito internacional, que pode ser baixado, carregado ou transplantado de um sistema nacional para outro. O direito transnacional é cada vez mais importante, porque cada vez mais determina e influencia nossas vidas, especialmente durante uma guerra cada vez mais controversa contra o terror. O direito transnacional não só representa uma parte crescente no registro dos poderes judiciários de todos os países, mas também em um novo milênio, o estudo do direito transnacional em breve também vai afetar em todos os aspectos da nossa educação jurídica" (tradução livre). KOH, Harold H. **Why Transnational Law Matters**. p. 753.

[260] "Legal pluralism is a term of varied meanings. Justifically it represents a variety of possible normative responses to the fact of legal 'plurality'. Nowadays it is obvious that many varied kinds of legal regularly interact or confront each other in the same 'social' space. Indeed, legal plurality usually exists in some form even in what lawyers would recognize as highly integrated legal systems. For example, relations between different traditional doctrinal fields (e.g. contract, torts, criminal law) are not always clear; doctrinal conflicts arise as legal reasoning develops normative ideas in a certain legal field but without any clear integration in other such fields beyond. And different forms of rationality (e.g. formal, substantive, instrumental, expressive) can exist in a single legal system". "Pluralismo jurídico é um termo de significados variados. Justificadamente, representa uma variedade de possíveis respostas normativas ao fato da "pluralidade" jurídica. Hoje em dia, é óbvio que muitos tipos variados de regulamentos jurídicos interagem ou se confrontam no mesmo espaço "social". Na verdade, a pluralidade jurídica geralmente existe de alguma forma, mesmo no que os advogados reconheceriam como sistemas jurídicos altamente integrados. Por exemplo, as relações entre diferentes campos doutrinários tradicionais (por exemplo, contrato, delitos, direito penal) nem sempre são claras; os conflitos doutrinários surgem à medida que o raciocínio jurídico desenvolve ideias normativas em um determinado campo jurídico, mas sem qualquer integração clara em outros campos além. E diferentes formas de racionalidade (por exemplo, formal, substantivo, instrumental, expressivo) podem existir em um único sistema jurídico" (tradução livre). COTTERRELL, Roger. **Sociological jurisprudence**: juristic thought and social inquiry. p. 76.

[261] "Evoca a coexistência de vários sistemas ou regimes jurídicos que operam no mesmo espaço geográfico ou social" (tradução livre). CERVANTES, Aleida Hernández. **La producción jurídica de la globalización económica:** notas de una pluralidad jurídica transnacional. Aguascalientes, San Luis Potosí, México: CENEJUS-UASLP-UNAM, 2014. p. 122.

[262] PIFFER, Carla; CRUZ, Paulo Márcio. O direito transnacional e a consolidação de um pluralismo jurídico transnacional. **RDUNO**, v. 2, Jan-Dez/2019 p. 111-128. Disponível em: http://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/RDUno/article/view/5068. Acesso em: 07 ago. 2020. p. 119.

pluralistas.

Assim é o pensamento de Teubner[263], que preceitua acerca de uma teoria do pluralismo jurídico e de uma teoria das fontes de direito:

> Somente há pouco tempo a teoria do pluralismo jurídico passou por uma transformação bem-sucedida. Deslocando o seu foco do direito das sociedades coloniais para as formas jurídicas de diferentes comunidades étnicas, culturais e religiosas no âmbito do Estado-nação da idade moderna. Hoje em dia ela deveria novamente ajustar o seu foco – do direito dos grupos para o direito dos discursos. Do mesmo modo, uma teoria jurídica das fontes do direito deveria concentrar a sua atenção em processos "espontâneos" de formação do direito que compõem uma nova espécie e de desenvolveram – independentemente do direito instituído pelos Estados individuais ou no plano interestatal – em diversas áreas da sociedade mundial.

O referido autor defende a existência de ordenamentos jurídicos independentes dizendo que "Nos dias de hoje estão-se constituindo em 'autonomia relativa' diante do Estado-nação, bem como diante da política internacional setores distintos da sociedade mundial que produzem a partir de si mesmos ordenamentos jurídicos globais *sui generis*". A partir disso, exemplifica os ordenamentos jurídicos transnacionais criados por setores sociais, citando a *lex mercatoria*[264], a *lex sportiva* e a proteção de Direitos Humanos.

Nesse aspecto, Teubner ressalta a sua tese principal: "*o direito mundial desenvolve-se a partir das periferias sociais, e não de instituições de Estados-nações ou de instituições internacionais*" [265] (grifos do autor). O autor explica que diante desse cenário deve haver a criação de uma teoria renovada acerca do pluralismo jurídico, para que ocorra uma Globalização do direito devidamente aplicada.

A partir da constatação de uma "ausência de subordinação a um espaço jurídico pré-estabelecido", diante do fenômeno da Transnacionalidade, bem como da sua dimensão jurídica que é o direito transnacional, observa-se que estes podem

---

[263] TEUBNER, Gunther. A Bukowina Global sobre a Emergência de um Pluralismo Jurídico Transnacional. **Impulso**, Piracicaba, v. 14, n. 33, p. 9-32, jan./abr. 2003. p. 11.

[264] Sobre isso, Teubner refere: "Historicamente a lex mercatoria, ordenamento jurídico transnacional dos mercados mundiais, provou até agora ser o caso mais exitoso de um "direito mundial" além da ordem política internacional." TEUBNER, Gunther. A Bukowina Global sobre a Emergência de um Pluralismo Jurídico Transnacional. p. 10.

[265] TEUBNER, Gunther. A Bukowina Global sobre a Emergência de um Pluralismo Jurídico Transnacional. p. 14.

constituir-se como valorosos sustentáculos na formação de um pluralismo jurídico transnacional, que, ressalta-se, é distinto do pluralismo clássico.[266]

Nesse contexto, Cervantes reforça tal pensamento dizendo que

> [...] el carácter fundamental que destaca del pluralismo jurídico contemporâneo de corte transnacional, es su forma oportunista de hacer interactuar normas, valores procedimentos y práctica de todo campo jurídico; interactúan, se confunden, armonizan o contraponen dependendo del caso, con tal de conseguir fines comunes, ya sea relaciones, intereses [...].[267]

Desse modo, "A aceitação da existência de um pluralismo jurídico transnacional se consolidou na esfera econômica, em que a realidade dos mercados mundiais impôs uma nova ordem jurídica transnacional, sendo insustentável negar a força jurídica dessas novas regulamentações"[268]. Nesse contexto, de acordo com Piffer e Cruz[269], destacam- as Corporações Transnacionais, onde suas relações transfronteiriças, seu modus operandi, "exigem grau maior de sofisticação do direito", apresentando-se como uma das "manifestações da transnacionalidade"[270].

Diante das considerações acerca do fenômeno da Transnacionalidade, parte-se, agora, para o estudo de um dos principais atores do cenário transnacional:

---

266 PIFFER, Carla; CRUZ, Paulo Márcio. O direito transnacional e a consolidação de um pluralismo jurídico transnacional. p. 121.

267 "[...] o caráter fundamental que se destaca do pluralismo jurídico contemporâneo de natureza transnacional é sua maneira oportunista de fazer interagir as normas, valores, procedimentos e práticas de todos os campos jurídicos; Eles interagem, ficam confusos, harmonizam ou contrastam, dependendo do caso, a fim de alcançar fins comuns, sejam relacionamentos, interesses [...]" (tradução livre). CERVANTES, Aleida Hernández. **La producción jurídica de la globalización económica:** notas de una pluralidad jurídica transnacional. p. 123.

268 PIFFER, Carla; CRUZ, Paulo Márcio. O direito transnacional e a consolidação de um pluralismo jurídico transnacional. p. 120.

269 PIFFER, Carla; CRUZ, Paulo Márcio. O direito transnacional e a consolidação de um pluralismo jurídico transnacional. p. 114.

270 No tocante às manifestações da Transnacionalidade, é interessante a leitura de: PIFFER, Carla; CRUZ, Paulo Márcio. Manifestações do direito transnacional e da transnacionalidade. p. 8-27, In: PIFFER, Carla; BALDAN, Guilherme Reibeito; CRUZ, Paulo Márcio (Orgs.) **Transnacionalidade e sustentabilidade**: dificuldades e possibilidades em um mundo em transformação. Porto Velho: Emeron, 2018. No referido texto, os autores destacam algumas manifestações da Transnacionalidade, dentre os quais discorrem acerca do Direito da União Europeia, Direito Transnacional do Trabalho, Direito Humanos, Direito Desportivo, Direito Ambiental (Sustentabilidade) e, também, sobre os crimes organizados transnacionais, e, ao final, salientam que "não se pode deixar de mencionar que tantas outras formas de manifestação da transnacionalidade e do Direito Transnacional existem. Cabe, portanto, a nós pesquisadores, evidenciá-las, abordá-las e discuti-las, no intuito de fornecer elementos, sugestões e respostas para a difícil realidade que se apresenta, a qual tende a se tornar cada vez mais complexa, pois acompanha a evolução de uma sociedade fundada em relações transnacionais". PIFFER, Carla; CRUZ, Paulo Márcio. Manifestações do direito transnacional e da transnacionalidade. p. 23.

as Corporações Transnacionais, que por meio de seu Poder, dominam o globo, notadamente em sua esfera econômica, como será visto.

2.2 O PODER DAS CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS

Os fenômenos da Globalização e da Transnacionalidade surgiram fazendo despontar novos atores[271] no cenário global, cuja atuação e desempenho permitem influenciar os mais diversos setores da sociedade mundial, ficando evidente o seu Poder[272]. Este é o caso das Corporações Transnacionais.

Antes de adentrar à análise do Poder das Corporações Transnacionais atuais (ou modernas), vale mencionar que tais corporações estão presentes na história há muitos séculos.

Conforme ensina Robins[273], historicamente conhecida como pioneira no modelo corporativo de sociedade por ações, a Companhia Inglesa das Índias

---

[271] Tal categoria pode ser definida como: "[...] aquella unidad del sistema internacional (entidade, grupo, indivíduo) que goza de habilidade para movilizar recursos que le permitan alcanzar sus objetivos, que tiene capacidade para ejercer influencia sobre otros actores del sistema y que goza de certa autonomía". "[...] aquela unidade do sistema internacional (entidade, grupo, indivíduo) que tem habilidade para mobilizar recursos que lhe permitem alcançar seus objetivos e capacidade para exercer influência sobre outros atores do sistema e que goza de certa autonomia" (tradução livre). BARBÉ, Esther. **Relaciones Internacionales**. Madrid: Tecnos, 1995. p. 117.

[272] Em relação à definição de "Poder", Han faz uma interessante análise, propondo-se a elaborar um conceito capaz de integrar as diferentes concepções que habitualmente se tem sobre ele. Segundo o autor: "En relación con el concepto de «poder», sigue reinando el caos teórico. Frente a todo lo que el fenómeno tiene de obvio tenemos todo lo que el concepto tiene de oscuro. Para unos, poder significa opresión; para otros, es um elemento constructivo de la comunicación. Las respectivas nociones jurídica, política y sociológica de poder se contraponen irreconciliables. El poder se associa tanto con la libertad como con la coerción. Para unos, se basa en la acción común; para otros, guarda relación con la lucha. Unos lo separan radicalmente de la violencia mientras que, según otros, esta no es sino una forma intensificada de poder. Ora se associa con el derecho, ora con la arbitrariedad". "Em relação ao conceito de 'poder', o caos teórico continua reinando. Diante de tudo que o fenômeno é óbvio, temos tudo que o conceito é obscuro. Para alguns, poder significa opressão; para outros, é um elemento construtivo de comunicação. As respectivas noções jurídicas, políticas e sociológicas de poder são irreconciliavelmente opostas. O poder está associado à liberdade e à coerção. Para alguns, é baseado em ações comuns; para outros, está relacionado à luta. Alguns o separam radicalmente da violência, enquanto, segundo outros, esta é apenas uma forma intensificada de poder. Ora está associado à lei, ora à arbitrariedade" (tradução livre). HAN, Byung-Chul. **Sobre el poder.** Traducción de Alberto Ciria. Barcelona: Herder, 2016. p. 9.

[273] ROBINS, Nick. **A corporação que mudou o mundo**: como a Companhia das Índias Orientais moldou a multinacional moderna. Tradução de Pedro Jorgensen. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

Orientais[274] foi criada em 31 de dezembro de 1600 e sua dissolução ocorreu em 1 de junho de 1874. A "Companhia", como era conhecida, revolucionou o mundo, tornando-se a precursora da corporação moderna. À época, o fenômeno comercial foi incomparável, e ainda hoje a história da empresa se faz importante. Desde seu começo, quando apenas comercializava especiarias, até seus últimos dias, como agente de lucros da coroa britânica, passando por seus momentos de glória e as mazelas que causou.

Segundo Robins, com o firme propósito de obter lucro pessoal e corporativo, a mencionada Companhia, por meio de seus executivos, dominou o mercado asiático, controlando vastos territórios na Índia, causando espanto à sua época, tendo em vista o cometimento de inúmeros abusos e excessos para atingir o seu fim. O autor a compara com "os leviatãs corporativos de hoje: superou a Wal-Mart em poder de mercado, a Enron em corrupção e a Union Carbide em devastação humana"[275].

Para Calduch Cervera[276], o marco histórico referente ao surgimento das corporações, seria o advento do mercantilismo. O autor divide a evolução das corporações em três períodos: 1) o período de "aparecimento"[277], que compreende os

---

[274] Segundo Robins, a Companhia das Índias é peça central da economia atual. Embora as pessoas separem os conceitos de capitalismo e de Globalização, assumindo que o primeiro está intrinsecamente ligado à Revolução Industrial e ao sistema fabril e o segundo, aos avanços recentes da economia, o autor prova que um foi consequência natural do outro e que, desde então, caminham juntos. Com uma análise minuciosa da Companhia e da época em que ela estava inserida, o autor prova que muitos problemas enfrentados no passado estão até hoje presentes nas corporações: os segredos por trás da geração de lucro, o favorecimento às autoridades, as disputas internas de Poder e as traições. Também são estudadas as consequências para a sociedade, como aumento da fome e o surgimento de bolhas no mercado de ações. ROBINS, Nick. **A corporação que mudou o mundo**: como a Companhia das Índias Orientais moldou a multinacional moderna.

[275] ROBINS, Nick. **A corporação que mudou o mundo**: como a Companhia das Índias Orientais moldou a multinacional moderna. p. 14.

[276] CALDUCH CERVERA, Rafael. **Relaciones Internacionales**. Madrid: Edicionies Ciencias Sociales, 1991. Disponível em: https://www.ucm.es/rrii-e-historia-global/libro-relaciones-internacionales. Acesso em: 16 ago. 2020.

[277] Segundo o autor, [...] "as empresas multinacionales surgen en un momento de notable aceleración ciéntifico – tecnológica y de desarrollo de los sistemas de producción y comercialización "estandarizados" que propician la aparición de nuevos productos y, también, de nuevas demandas o hábitos de consumo. Asociados a estos procesos surgen algunas de las primeras empresas multinacionales, como la constitución por Friedrich BAYER de una empresa química en Colonia que internacionalizará en 1865 mediante la adquisición de una «filial» en Albany (EE.UU.). Análogamente, Alfred NOBEL aprovechará el descubrimiento de la dinamita para crear una empresa de explosivos en Hamburgo, en el año 1866. Otro tanto podríamos afirmar de SINGER que en 1867 organiza una empresa para la fabricación de sus máquinas de coser que exportará a todos los

anos 1860 a 1914, notadamente em diversos países europeus, como Alemanha, Grã-Bretanha, França e no continente americano, nos Estados Unidos; 2) o período de consolidação[278], que compreende os anos de 1914 a 1945; e, 3) o período de universalização[279], que abrange os anos de 1945 a 1990.

Apesar de um contexto histórico bastante antigo, foi ao final da Segunda Guerra Mundial[280], com a ocorrência de um período de grande evolução do sistema capitalista, onde as corporações, conhecidas também como empresas internacionais ou multinacionais, passaram a atuar como principais atores dessa trajetória. Inicialmente atuando de maneira considerável em seus respectivos países de origem,

países europeos". "[...] as empresas multinacionais surgem em um momento de notável aceleração da ciência e tecnologia e do desenvolvimento de sistemas "padronizados" de produção e comercialização que promovem o surgimento de novos produtos e, também, de novas demandas ou hábitos de consumo. Associados a estes processos surgiram algumas das primeiras empresas multinacionais, como a constituição por Friedrich BAYER de uma empresa química em Colónia que se internacionalizou em 1865 ao adquirir uma "subsidiária" em Albany (EUA). Da mesma forma, Alfred NOBEL aproveitou a descoberta da dinamite para criar uma empresa de explosivos em Hamburgo em 1866. Poderíamos dizer o mesmo sobre SINGER que em 1867 ele organizou uma empresa para a fabricação de suas máquinas de costura que exportaria para todos os países europeus" (tradução livre). CALDUCH CERVERA, Rafael. **Relaciones Internacionales**. p. 1.

[278] Calduch Cervera refere que: "La Primera Guerra Mundial ocasionó innumerables modificaciones en la estructura y el funcionamiento de la economía internacional que dejaron sentir sus efectos en la evolución de las EM a pesar de la crisis económica internacional desencadenada en 1929, o tal vez debido a ella, durante el periodo de entreguerras el fenómeno de las EM se consolidó de modo definitivo". "A Primeira Guerra Mundial provocou inúmeras mudanças na estrutura e no funcionamento da economia internacional que impactaram a evolução das empresas multinacionais apesar da crise econômica internacional desencadeada em 1929, ou talvez por ela, durante o período de entreguerras o fenômeno das empresas multinacionais consolidou-se de forma definitiva" (tradução livre). CALDUCH CERVERA, Rafael. **Relaciones Internacionales**. p. 3.

[279] Para o autor: "La conclusión de la Segunda Guerra Mundial propició una reordenación de la Sociedad Internacional tanto desde el punto de vista político como, y particularmente, desde el punto de vista económico. En efecto, la Conferencia de Bretton Woods sentó las bases de un sistema monetario internacional que pretendía estabilizar los tipos de cambio y liberalizar los flujos financieros internacionales mediante la vinculación del dólar y la libra esterlina con el oro. Análogamente, el GATT (Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio) sirvió de base para una progresiva liberalización de los intercambios comerciales". "A conclusão da Segunda Guerra Mundial levou a um reordenamento da Sociedade Internacional tanto do ponto de vista político como, em particular, do ponto de vista econômico. De fato, a Conferência de Bretton Woods lançou as bases para um sistema monetário internacional que buscava estabilizar as taxas de câmbio e liberalizar os fluxos financeiros internacionais vinculando o dólar e a libra esterlina com o ouro. Da mesma forma, o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) serviu de base para uma liberalização progressiva do comércio" (tradução livre). CALDUCH CERVERA, Rafael. **Relaciones Internacionales**. p. 3.

[280] Segundo Barbé, "Las empresas transnacionales constituyen un fenómeno de primer orden en la vida del sistema económico internacional surgido de la segunda guerra mundial y, en consecuencia, hay que valorar su papel en el conjunto del sistema". "As corporações transnacionais são um fenômeno importante na vida do sistema econômico internacional que emergiu da Segunda Guerra Mundial e, consequentemente, seu papel no sistema como um todo deve ser avaliado" (tradução livre). BARBÉ, Esther. **Relaciones Internacionales**. p. 190.

estas corporações passaram a adquirir extraordinária dimensão e são hoje identificadas como Corporações Transnacionais[281].

Sobre essa evolução do sistema capitalista, Dupas[282] explica que:

> A partir das duas décadas finais do século XX, passou a imperar uma nova lógica global. A intensa aceleração da globalização dos mercados e a abertura dos grandes países da periferia a produtos e capitais internacionais coincidiram com a necessidade das corporações transnacionais de ampliarem seus mercados e sua produção de modo a operar com as maiores escalas e os menores custos possíveis. A manutenção da liderança tecnológica exigia geração de caixa cada vez maior para investimento em tecnologia de ponta. E as tecnologias da informação possibilitavam um fracionamento intenso da lógica de fabricação, em busca de facilidades de produção onde quer que estivessem, fossem elas proximidade dos mercados, mão-de-obra barata, flexibilidade das normas ambientais, economias fiscais ou *clusters* tecnológicos. O capitalismo global apossou-se por completo dos destinos da tecnologia, orientando-a exclusivamente para a criação de valor econômico. A liderança tecnológica passou basicamente a determinar os padrões gerais de acumulação.

Depreende-se, então, que as Corporações Transnacionais modernas se desenvolveram e cresceram nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. No entanto, como visto, seus antecedentes históricos são muito mais antigos. A corporação transnacional moderna caracteriza-se tanto pela propriedade acionária[283] quanto pela capacidade de administrar estrategicamente as filiais estrangeiras à distância. Esta última característica decorre das inovações tecnológicas e das

---

[281] Sobre isso, Barbé explica que o termo “multinacional” relacionado às corporações/empresas foi cunhado no início dos anos 60 por razões estratégicas, pela empresa IBM, mas que não correspondia à sua ideia implícita relacionada à multinacionalidade do capital e de sua direção. Dessa forma, surge o termo “transnacional” para melhor ilustrar a atuação dessas empresas, sendo que tal termo foi adotado também pelas Nações Unidas. BARBÉ, Esther. **Relaciones Internacionales**. p. 191.

[282] DUPAS, Gilberto. Ética e corporações: tensões entre interesse público e privado. **Organicom**, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 68-77, june 2008. ISSN 2238-2593. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138968>. Acesso em: 23 jul. 2019. p. 72.

[283] Sobre isso, Bakan afirma que “essa construção altamente pró-acionista ofereceu fortes incentivos para muitas pessoas, particularmente da classe média emergente, para investir em empresas capitalistas. Esse era o principal objetivo da corporação: gerar as enormes reservas de capital, necessárias para financiar grandes empresas, ferrovias, fábricas e tudo o que a industrialização tornou possível. Era, na verdade, uma instituição de financiamento coletivo”. TNI – Transnational Institute. **Psicopatas encantadores: a corporação moderna.** Uma entrevista com Joel Bakan. Disponível em: https://longreads.tni.org/charming-psychopaths-the-modern-corporation. Acesso em: 18 ago. 2020.

inovações organizacionais, as quais constituem a possibilidade para o exercício de controle.[284]

O uso da sua nomenclatura – Corporações Transnacionais[285] – não é mero acaso, pois justifica-se ante o fato de que estas se diferenciam das corporações internacionais ou multinacionais pela sua própria natureza e o objetivo das operações executadas, e nunca pelo grupo de pessoas que desempenham tais operações, ou pela natureza de quem exerce o controle final das mesmas[286]. Dessa forma, o vocábulo transnacional substitui o vocábulo multinacional, haja vista este ser interpretado como se a empresa pertencesse a várias nações, quando aquele refere-se ao fato de a empresa ultrapassar os limites territoriais de sua nação para atuar no mercado exterior.

Ao definir Corporações Transnacionais, Barbé explica que se tratam de empresas que

> [...] actúan en varios países, según fórmulas diversas (grupos de empresas, filiales, sucursales, adquisición de empresas nacionales, etc.), pero tienen una lógica común de actuación. En efecto, la empresa matriz, responsable de las inversiones directas que se hacen en otros países, es también la responsable última de la gestión (propiedad, producción, ventas) del conjunto.[287]

---

[284] IETTO-GILLIES, Grazia. **Transnational Corporations and International Production**: Concepts, Theories and Effect. Cheltenham, UK and Northampton, MA, USA: Edward Elgar, 2005. p. 8-9.

[285] Sobre a nomenclatura utilizada, Ietto-Gilles se posiciona: “The term transnational corporation (TNC) is used by the United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). I also prefer the adjective ‘transnational’ to ‘multinational’ because it best represents one of the characteristics of this modern corporation: the ability to operate across countries and not just in many of them independently and autonomously. It is their ability to manage, control and develop strategies across and above national frontiers that distinguishes them from other actors in the economic system […]”. “O termo corporação transnacional (TNC) é usado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Também prefiro o adjetivo "transnacional" a "multinacional" porque representa melhor uma das características desta empresa moderna: a capacidade de operar em vários países e não apenas em muitos deles de forma independente e autônoma. É sua capacidade de administrar, controlar e desenvolver estratégias além das fronteiras nacionais que os distingue de outros atores do sistema econômico [...]” (tradução livre). IETTO-GILLIES, Grazia. **Transnational Corporations and International Production**: Concepts, Theories and Effect. p. 8-9.

[286] KAWAMURA, Karlo Koiti. Atores das relações internacionais e o protagonismo das empresas transnacionais: possibilidades e limites dos regimes inrernacionais como instrumentos de sua regulamentação. **Dissertação (mestrado)** - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/96176. Acesso em 16 out. 2019. p. 42.

[287] “[...] atuam em vários países, de acordo com diferentes fórmulas (grupos de empresas, subsidiárias, filiais, aquisição de empresas nacionais, etc.), mas têm uma lógica de atuação comum. Com efeito,

Nesse norte, partindo-se do pressuposto de que a Transnacionalidade se apresenta como um fenômeno reflexivo da Globalização, conforme explicitado no tópico anterior, o caráter transnacional destas corporações está ligado diretamente ao fenômeno da Globalização da economia. Ou, como afirma Sousa Santos, "[...] é no campo da economia que a transnacionalização da regulação estatal adquire uma maior saliência"[288].

Dessa forma, oriundas do fenômeno da Globalização, que "define os esforços das empresas no sentido de que estas estejam presentes senão em todo o mundo, pelos menos no conjunto dos mercados tido como estratégicos"[289], as Corporações Transnacionais "son un instrumento de globalización desde el momento en que organizan la producción mundial"[290].

A obra "The Corporation" de Joel Bakan[291], foi inspiração para o filme que ganhou o prêmio de melhor documentário[292] do Festival de Cinema de Sundance de 2004. Nesta obra, afirma-se que a corporação foi criada por lei para funcionar como uma personalidade psicopata, cujo comportamento destrutivo, se não controlado, leva ao escândalo e à ruína. Há 150 anos atrás, a grande corporação era uma instituição relativamente obscura. Hoje, ela é onipresente, dominante no mundo. Bakan salienta que assim como a Igreja, a Monarquia, o Partido comunista antigamente, a corporação hoje é dominante, governando a vida das pessoas, determinando o que se come, o que se veste, o que se assiste, onde se trabalha, o que se faz.

As Corporações Transnacionais revelam-se, de acordo com Dowbor[293], como sendo o "principal vetor de poder mundial". "Agindo no espaço planetário, na

---

a empresa matriz, responsável pelos investimentos diretos realizados em outros países, é também, em última instância, responsável pela gestão (propriedade, produção, vendas) do todo" (tradução livre). BARBÉ, Esther. **Relaciones Internacionales**. p. 190.

[288] SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A globalização e as ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 2002. p. 38.

[289] DEFARGES, Philippe Moreau. **A mundialização:** o fim das fronteiras? p. 54.

[290] "São um instrumento de globalização a partir do momento em que organizam a produção mundial" (tradução livre). BARBÉ, Esther. **Relaciones Internacionales**. p. 197.

[291] BAKAN, Joel. **The Corporation**: the pathological pursuit of profit and power. New York: Free Press, 2003.

[292] ACHBAR, Mark; BAKAN, Joel; SHANDEL, Thomas. **The Corporation.** 2003. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Zx0f_8FKMrY&t=45s. Acesso em: 11 ago. 2020.

[293] DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Autonomia Literária, 2017. p. 40-41.

ausência de governo/governança mundial, frente à fragilidade do sistema político multilateral, as corporações manejam grande poder sem nenhum contrapeso significativo".

Com o domínio global das Corporações Transnacionais, a sociedade se acostumou com a expansão das atividades daquelas em direção aos mais diversos locais[294] em busca de atrativos mercados consumidores, com isenção de impostos, liberalização alfandegária, matéria-prima e mão de obra baratas. O resultado? Desigualdades sociais[295], pobreza, exclusão social e acúmulo de riqueza nas mãos de poucos[296].

Dessa forma, as Corporações Transnacionais mostram-se como um paradoxo, já que ao mesmo tempo em que criam riquezas, causam muitas mazelas.

---

[294] Sobre esse aspecto, Stelzer ressalta que: "Para as empresas, a globalização traduziu-se na desterritorialização da cadeia produtiva. Uma única mercadoria é criada e montada em várias partes do mundo, dependendo das condições favoráveis que se apresentem, seja de matéria prima ou mão de obra. Almeja-se, sempre, maior lucro em detrimento do menor custo e é isso também que movimenta os intensos processos de fusão e incorporação de capital das megafirmas, sendo certo que, em alguns casos, existe somente a marca, pois os centros de produção espalhados pelo mundo foram terceirizados". STELZER, Joana. O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica. p. 26.

[295] Sobre as desigualdades sociais, Ferrajoli entende ser a consequência mais grave advinda da globalização. Nas palavras dele: "[...] la consecuencia más grave de la globalización há sido un crecimiento exponencial de as desigualdade, signo de un nuevo racismo que da por descontados la miséria, el hambre, las enfermidades y la muerte de millones de seres humanos sin valor. Esta desigualdad creciente – que há llegado hasta el punto de que las ocho personas más ricas del planeta tienen la misma riqueza que la mitad más pobre de la población mundial – no es solo un fator de descrédito, moralmente intolerable, de todas las proclamaciones de los derechos fundamentales como derechos universales. Es también uma amenaza para la paz, dado que um vacío semejante de derecho público, en una sociedad global cada vez más frágil e interdependiente, no es sostenible a largo prazo sin ir camino de un futuro de guerras y de violencias capaces de trastornar la existência de nuestras democracias". "[...] a consequência mais grave da globalização tem sido o crescimento exponencial da desigualdade, sinal de um novo racismo que dá como certo a miséria, a fome, as doenças e a morte de milhões de seres humanos inúteis. Essa crescente desigualdade - que chega a ponto de as oito pessoas mais ricas do planeta terem a mesma riqueza que a metade mais pobre da população mundial - não é apenas um fator de descrédito, moralmente intolerável, de todas as proclamações do direitos fundamentais como direitos universais. É também uma ameaça para a paz, visto que um vazio semelhante de direito público, numa sociedade global cada vez mais frágil e interdependente, não se sustenta a longo prazo sem caminhar para um futuro de guerras e violências capazes de perturbar a existência de nossas democracias" (tradução livre). FERRAJOLI, Luigi. **Constitucionalismo más allá del Estado**. Traducción de Perfecto Andrés Ibáñez. Madrid: Editorial Trotta, 2018. p. 43.

[296] Ao analisar o papel e o poderio de Corporações Transnacionais do setor financeiro, Boaventura chama atenção para o fato de que 28 empresas do setor controlam, atualmente, 50 trilhões de dólares, isto é, três quartos da riqueza mundial contabilizada, sendo que a esmagadora maioria dessas instituições está registrada na América do Norte e na Europa. SOUSA SANTOS, Boaventura. **A ilusória desglobalização.** Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/572689-boaventura-a-ilusoria-desglobalizacao. Acesso em: 10 ago. 2019.

O Poder exacerbado concentrado nessas empresas é apontado por Beck[297], nos seguintes termos:

> O aparecimento da globalização permite aos empresários e suas associações a reconquista e o pleno domínio do poder de negociação que havia sido politicamente domesticado pelo Estado do bem-estar social capitalista organizado em bases democráticas. A globalização viabilizou algo que talvez já fosse latente no capitalismo, mas ainda permanecia oculto no seu estágio de submissão ao Estado democrático do bem-estar, a saber: que pertence às empresas, especialmente àquelas que atuam globalmente, não apenas um papel central na configuração da economia, mas a própria sociedade como um todo - mesmo que seja "apenas" pelo fato de que ela pode privar a sociedade de fontes materiais (capital, impostos, trabalho).

Segundo Bakan[298], o mandato legalmente definido da corporação é perseguir implacavelmente e sem exceção o seu próprio interesse econômico, independentemente das consequências prejudiciais que possa causar a terceiros. Segundo ele, o interesse próprio desenfreado da corporação vitima os indivíduos, a sociedade e, quando dá errado, até mesmo os acionistas, e pode fazer com que as corporações se autodestruam, como revelaram os escândalos de Wall Street. Ainda, para o autor, os governos libertaram a empresa, apesar de seu caráter imperfeito, das restrições legais por meio da desregulamentação e concederam-lhe autoridade cada vez maior sobre a sociedade por meio da privatização.

Reich explica que o capitalismo alcançou um nível ainda mais elevado a partir da década de 1970, denominado de "Supercapitalismo", em que as corporações se tornaram ainda mais competitivas, ampliando globalmente a sua atuação e investindo em mais inovação. Diante de tais transformações, investidores e consumidores atingiram grandes conquistas, entretanto, muitos saíram prejudicados, especialmente aqueles engajados em interesses de "bem comum". Essas mudanças ocorreram, principalmente, ante o fato da necessidade de se desenvolverem novas tecnologias no período da Guerra Fria. Assim, houve a incorporação de novos produtos e serviços, gerando novas oportunidades para a concorrência em diversas áreas, como transportes e comunicações. Contudo, isso provocou rupturas no sistema de produção estável, ocasionando um sistema de trabalho cada vez mais acelerado,

---

[297] BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. p. 14.
[298] BAKAN, Joel. **The Corporation**: the pathological pursuit of profit and power.

o qual levou as empresas a uma competição muito maior por clientes e investidores. Com isso, os consumidores ampliaram-se como grandes varejistas de massa e os investidores por meio dos fundos de pensão e investimento, que acabaram cobrando e pressionando retornos cada vez mais grandiosos das empresas. Logo, consumidores e investidores atingem o seu Poder.[299]

Nesse cenário, Habermas alega que:

> Sob as condições de uma concorrência global, acirrada nos termos de uma "concorrência pelas posições", as empresas vêem-se mais do que nunca obrigadas a elevar a produtividade do trabalho e a racionalizar a tal ponto o processo de trabalho de um modo geral que, a longo prazo, a tendência tecnológica de dispensa das forças trabalhadoras é ainda mais acelerada. Demissões em massa ressaltam o crescente potencial de ameaça das empresas - sem um lastro local - diante de uma posição em geral enfraquecida dos sindicatos que operam de modo ligado aos locais. Nessa situação - marcada pelo círculo vicioso do desemprego crescente, sistema de segurança social saturado e contribuições se reduzindo, o que esgota a capacidade de financiamento do Estado - medidas de estímulo ao crescimento são cada vez mais impossíveis e tanto mais necessárias. Entrementes nomeadamente as bolsas internacionais assumiram a "avaliação" das políticas econômicas nacionais. Também por isso, políticas de condução da demanda têm regularmente efeitos externos que influenciam de modo contraprodutivo o sistema econômico nacional.[300]

Diante disso, Beck evidencia que as “companhias transnacionais têm interesse em ‘Estados fracos’”[301] e, assim, ocorre o esfacelamento do Estado-nação, que perde seu espaço e Poder para as Corporações Transnacionais. Por consequência, os países em desenvolvimento cedem sua tributação e flexibilizam direitos trabalhistas para tais empresas, com o objetivo de atraí-las para seu território.

Dessa forma, as Corporações Transnacionais surgem também como instituições de governança dominantes por todo o globo, onde, na maioria das vezes, as maiores delas, abarcam quase todos os países do mundo e ultrapassam os seus

---

[299] REICH, Robert Bernard. **Supercapitalismo**: como o capitalismo tem transformado os negócios, a democracia e o cotidiano. Tradução Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 5.

[300] HABERMAS, Jürgen. **A constelação pós-nacional**: ensaios políticos. Tradução de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001. p. 100.

[301] BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. p. 171.

governos, seja em relação ao tamanho, seja em relação ao Poder. O que impera é o interesse corporativo. Não há que se falar em interesse humano.[302]

Constata-se, assim, a presença de uma classe capitalista transnacional, "governada" pelas Corporações Transnacionais[303], onde as transformações que geram na economia mundial referem-se ao fato de que produzem mais de um terço do produto industrial mundial e, ademais, uma percentagem muito mais elevada é transacionado por elas, ficando latente a magnitude de seu Poder em âmbito global.[304]

A atuação das Corporações Transnacionais no cenário mundial apresenta aspectos positivos e negativos. Como aspectos positivos Barbé[305] elenca os seguintes: aumentar o volume do comércio mundial; formar capital adicionado para ativar o desenvolvimento; financiar créditos; apoiar o livre comércio e remover as barreiras comerciais; favorecer o desenvolvimento tecnológico; transferir tecnologia para países em desenvolvimento; reduzir custos aproveitando o princípio das vantagens comparativas; gerar emprego; apoiar a formação de trabalhadores; ampliar a oportunidade de compra de novos produtos por meio da internacionalização da produção; globalizar métodos de marketing e publicidade; promover o crescimento nacional e facilitar a modernização nos países em desenvolvimento; gerar bem-estar e riqueza; favorecer as relações pacíficas entre os Estados, que desejam preservar uma ordem que lhes traz riqueza e comércio; quebrar as barreiras nacionais e as regras que regem o comércio internacional.

---

[302] KORTEN, David C. **When Corporations Rule the World.** Oakland, CA: Berrett-Koehler, 2015.

[303] Nesse contexto, Ianni ressalta que "As corporações transnacionais, com frequência apoiadas pelas agências governamentais dos países capitalistas dominantes, e também beneficiadas pelas diretrizes de organizações multilaterais, tais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, criaram os mais diversos e prementes desafios para as economias socialistas. Além de oferecerem negócios, possibilidades de comércio e intercâmbio de tecnologias, também ofereceram mercados, possibilidades de exportação das economias socialistas para as capitalistas. Aos poucos, as economias centralmente planificadas viram-se estimuladas e desafiadas pelas oportunidades de mercado oferecidas. Aos poucos, a industrialização substitutiva de importações, que predominou em países socialistas, foi acoplada e subordinada à industrialização orientada para a exportação. O que já estava ocorrendo de maneira incipiente em um ou outro país paulatinamente tornou-se um processo contínuo, crescente e avassalador". IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 61-62.

[304] SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A globalização e as ciências sociais.** p. 32.

[305] BARBÉ, Esther. **Relaciones Internacionales**. Madrid: Tecnos, 1995. p. 196.

De acordo com Barbé[306], os aspectos negativos oriundos da atuação das Corporações Transnacionais são: criar oligopólios que reduzem a competência e a livre empresa; conseguir capital nos países receptores, em detrimento da indústria local e exportar aos países de origem; criar um sistema de devedores e de dependências financeiras; monopolizar a produção e controlar sua distribuição mundial; exportar a tecnologia não adequada aos países em vias de desenvolvimento; impedir o crescimento da indústria local no Terceiro Mundo, que depende da tecnologia do Primeiro Mundo; criar cartéis que contribuem para gerar inflação; limitar os salários dos trabalhadores; limitar a oferta de matérias primas em mercados internacionais; desgastar culturas tradicionais, criando uma cultura mundial, dominada pelo consumismo; aumentar a diferença entre ricos e pobres; apoiar os regimes repressivos em nome da estabilidade e da ordem; desafiar a Soberania nacional e colocar em perigo a autonomia do Estado-nação.

Assim, em relação ao extraordinário Poder das Corporações Transnacionais, Beck[307] salienta que:

> Causa espanto verificar que ali onde as empresas transnacionais adquirem a oportunidade de dispor postos de trabalho e impostos no tabuleiro do xadrez da sociedade mundial, elas (como vem acontecendo) maximizam seus lucros e provam os Estados voltados para o bem-estar das oportunidades de configuração e de poder (o que não precisa acontecer intencionalmente). Este exemplo é bastante revelador, pois nele podemos entreler todos os traços distintivos das novas tendências de poder e de conflito entre os atores nacionais e sócio-mundiais. Tudo isto é novo e decisivo, mas não porque estas empresas transnacionais crescem em números e dimensão, mas por caber a elas, dentro do contexto da globalização, a tarefa de *jogar os Estados nacionais uns contra os outros* (grifos do autor).

Dessa forma, Korten[308] ressalta que as Corporações Transnacionais mais bem-sucedidas do mundo estão envolvidas em um processo de transformação das estruturas do capitalismo global, com o objetivo de consolidar ainda mais seu Poder, por meio de complexas formas de organização em rede. O autor elenca quatro elementos desse processo de transformação, como sendo de particular relevância: 1)

---

306 BARBÉ, Esther. **Relaciones Internacionales**. Madrid: Tecnos, 1995. p. 196.
307 BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. p. 122.
308 KORTEN, David C. **When Corporations Rule the World.**

downsizing[309]; 2) informatização e automação[310]; 3) fusões, aquisições e alianças estratégicas[311]; e 4) trabalho em equipe e moral da sede[312].

Essa "reestruturação" criada pelas Corporações Transnacionais gera um sistema dualista em relação ao emprego: de um lado os funcionários bem remunerados, que trabalham nas "funções essenciais" da empresa (sede), que contam com benefícios e atraentes condições de trabalho; do outro lado, aqueles que trabalham nas funções periféricas (manufatura), são funcionários mal pagos, muitas vezes temporários, contam com poucos (ou nenhum) benefícios e com os quais a corporação não se compromete.[313]

Além disso, há uma significativa diferença em relação às pressões competitivas. De um lado, o núcleo corporativo de uma grande rede de corporações precisa manter seu controle monopolista sobre o mercado e a tecnologia, fazendo com que haja uma cooperação considerável entre as corporações, em busca desse fim. Já nas unidades periféricas há uma intensa competição pela continuidade da empresa, sendo forçados a cortar ao máximo seus próprios custos. É cada um por si. Korten salienta que essa estrutura dualista é fundamental para explicar a crescente

---

[309] Downsizing significa "diminuir dimensões", refere-se especialmente aos cortes drásticos de pessoal, onde na maioria dos casos faz parte de uma estratégia organizacional em que se reduz as operações internas da empresa aos seus serviços ditos "essenciais", que englobam finanças, marketing, tecnologia, já que estes representam as fontes primárias de Poder econômico da empresa. As outras funções, consideradas periféricas (maioria atividade de manufatura) muitas vezes são distribuídas para outras empresas terceirizadas de países menores e de baixos salários. Essas organizações ou empresas terceirizadas periféricas fazem parte de uma rede de produção de empresas que dependem dos mercados e da tecnologia controlados pelo núcleo corporativo. KORTEN, David C. **When Corporations Rule the World.**

[310] O núcleo corporativo traz todos os recursos de informatização e automação para suportar o que for necessário para suas funções e gestão em sua rede de negócios. No tocante à automação, esta tem como objetivo principal reduzir o número de trabalhadores a um mínimo absoluto, substituindo o homem pelas máquinas. KORTEN, David C. **When Corporations Rule the World.**

[311] As corporações que estão no centro de uma grande rede necessitam de estratégias para um gerenciamento relativo à competição que pode surgir entre elas. Dessa forma, estratégias como fusões, aquisições e a criação de alianças estratégicas são essenciais. Por meio delas podem compartilhar tecnologia, instalação de novos mercados e realizarem pesquisas em conjunto. KORTEN, David C. **When Corporations Rule the World.**

[312] Manter condições de elevada moral, trabalho em equipe, bons relacionamentos, gerando uma maior eficácia nos resultados. KORTEN, David C. **When Corporations Rule the World.**

[313] KORTEN, David C. **When Corporations Rule the World.**

disparidade de renda, desigualdade social, e tantos outros problemas que podem ser encontrados em muitos países.[314]

Diante disso, Dupas[315] ressalta a ocorrência da fragmentação do espaço público e a ascensão hegemônica do capital, já que com a mobilidade de capitais e a eclosão de um mercado global criou-se "uma nova elite que controla os fluxos produtivos, financeiros e das informações, atuando predominantemente em redes e reduzindo progressivamente seus vínculos com suas comunidades de origem".

O Poder dessas corporações também se relaciona às informações, aos meios de comunicação, visto que "informação é Poder". É por meio da televisão, do rádio, do jornal e da internet que são formadas as opiniões, justamente pela transmissão de informações (ou desinformações). E quem está por trás disso torna-se poderoso e as Corporações Transnacionais estão ali, presentes, divulgando o que querem e da forma que querem definindo a direção das informações. A respeito da relação existente entre o Poder e os meios de comunicação, Han afirma que "[...] como medio de comunicación, el poder se encarga de que la comunicación *fluya* sin interrupción en una dirección determinada"[316].

O que se verifica atualmente em relação à transmissão de informações é que há um certo abuso por detrás de quem a faz, sendo geralmente de acordo com seus interesses, notadamente os interesses das Corporações Transnacionais. Logo, assim como com a transmissão de informações,

> As grandes corporações – com seu imenso poder – definem a direção dos vetores tecnológicos e a distribuição mundial da produção e os produtos a serem fabricados ou considerados objetos de desejo. Com isso, elas ficam continuamente expostas às consequências negativas que se podem atribuir a esse enorme poder, a saber: responsabilidades na degradação ambiental, efeitos da utilização de transgênicos e produtos químicos na alimentação, desemprego e crescimento da informalidade, propaganda enganosa ou mentirosa.[317]

---

[314] KORTEN, David C. **When Corporations Rule the World.**
[315] DUPAS, Gilberto. Ética e corporações: tensões entre interesse público e privado. p. 71.
[316] "[...] como meio de comunicação, o poder garante que a comunicação flua sem interrupção em uma determinada direção" (tradução livre). HAN, Byung-Chul. **Sobre el poder.** p. 19.
[317] DUPAS, Gilberto. Ética e corporações: tensões entre interesse público e privado. p. 73.

Ietto-Gilles[318] ressalta que a imagem dessas empresas na mídia é a de grandes corporações responsáveis pelos negócios mundiais dotadas de imenso Poder. Tal imagem é correta, porém não exaustiva. Segundo o autor, sim, a maioria das grandes corporações opera transnacionalmente e a maioria delas são muito grandes; mas, por outro lado, a Transnacionalidade das operações comerciais tem se tornado também, de forma gradual, uma característica de empresas menores e isso pode ser visto principalmente nas últimas duas décadas.

O Poder exacerbado das Corporações Transnacionais, embora faça a economia girar, tem muitas consequências negativas para o planeta e para a sociedade, visto que a obsessão em obter lucros entra em conflito com questões ambientais, sociais e humanas.

Utilizando-se de chavões como “capitalismo criativo”, “capitalismo inclusivo”, “capitalismo consciente”, “capitalismo conectado”, “capitalismo social”, “capitalismo verde”, as Corporações Transnacionais tentam passar a sensação de que o capitalismo corporativo está sendo modificado para uma versão mais social e de conscientização ambiental. Apesar disso, não ocorrem mudanças em relação à legislação corporativa ou à composição institucional das corporações. O que há é uma mudança em relação ao discurso e comportamento (em parte), com o intuito de apaziguar conflitos, refletindo uma ideia de “fazer o bem” enquanto ganham dinheiro.[319]

Nessa lógica, Duvergne destaca que:

> The same TNCs promising to be sustainable and responsible are suppressing evidence of environmental damage, denying climate change, and funding anti-environmental think tanks. They are spilling oil, polluting waterways, and generating mountains of plastic and electronic waste. They are introducing new chemicals with little understanding of the consequences for the health of ecosystems and people. They are sourcing through long, complex supply chains that hide environmental consequences, cast ecological shadows worldwide, and minimize labor costs and on-the-ground

[318] IETTO-GILLIES, Grazia. **Transnational Corporations and International Production**: Concepts, Theories and Effect. p. 8-9.
[319] TNI – Transnational Institute. **Psicopatas encantadores: a corporação moderna.**

> responsibilities. And they are setting up shell companies, evading taxes, and buying off politicians.[320]

Shiva[321] explica que essas situações acabaram gerando um novo tipo de guerra, na qual não há um inimigo claro e tampouco está limitada a um espaço ou tempo. São ocasionadas por uma economia que não respeita os limites ecológicos nem étnicos, tornando-se uma guerra contínua, onde corporações e países poderosos querem controlar todos os recursos da Terra, transformando o planeta em um supermercado: “Quieren vender nuestra agua, nuestros genes, nuestras células, nuestros órganos, nuestro conocimiento, nuestras culturas y nuestro futuro”.

Para Shiva, o *modus operandi* das Corporações Transnacionais arruína a economia da natureza e a economia das pessoas, gerando uma crise tanto ecológica quanto econômica, impossibilitando o crescimento sustentável e equitativo.[322]

Assim sendo, criadas com o objetivo único de tornar mais eficiente o acúmulo do capital, as Corporações Transnacionais seguem uma dinâmica própria, que transcende as vontades individuais de seus acionistas e executivos. Mas, mais do que criar estruturas de produção viciadas, a lógica do lucro é responsável também pelo modo como é construída a cultura corporativa e suas noções de responsabilidade social e política. Isso é refletido também nas relações de trabalho. Seja no que diz respeito à dissociação entre atos individuais de funcionários e realizações criminosas cometidos pela companhia, seja na desumanização do processo de produção, existe, no ideal corporativo, algo próximo da diminuição do homem à condição de máquina.

---

[320] “As mesmas empresas transnacionais (ETN) que prometem ser sustentáveis e responsáveis escondem as provas dos prejuízos ambientais causados, negam a mudança climática e financiam *think tanks* anti-ambientalistas. Provocam vazamentos de petróleo, poluem os rios, geram montanhas de lixo plástico e eletrônico. Introduzem novos compostos químicos com pouca compreensão das consequências para a saúde dos ecossistemas e das pessoas. Abastecem-se por meio de longas e complexas cadeias de suprimento que permitem esconder os impactos ambientais, projetam longas sombras ecológicas sobre o mundo, e minimizam os custos laborais e responsabilidades locais. E criam empresas-laranja, evadindo impostos, e comprando políticos” (tradução livre). DAUVERGNE, Peter. – **Will big business destroy our planet?** – Polity, New York, 2018, 139p. ISBN 13: 978-1-5095-2400-6 – Politybooks.com. p. 58.

[321] Eles querem vender nossa água, nossos genes, nossas células, nossos órgãos, nosso conhecimento, nossas culturas e nosso futuro” (tradução livre). SHIVA, Vandana. **Las nuevas guerras de la globalización:** semillas, agua y formas de vida. Traducción de Néstor Cabrera. Madrid: Editoral Popular, 2007. p. 7-8.

[322] SHIVA, Vandana. **Manifiesto para una democracia de la tierra**. Justicia, sostenibilidad y paz. Traducción: Albino Santos Mosquera. Barcelona: Paidós, 2006. p. 81.

O esforço humano despe-se de qualquer carga moral ou ideológica, aproximando-se de um ideal de eficiência análogo à ideia pré-fordista de automatização. As grandes transnacionais têm no lucro o único mediador de suas responsabilidades e ações em relação ao público. A não ser que interfira de alguma maneira em sua capacidade de acumular capital, corporações não se sentem responsáveis pelos danos políticos, sociais, ambientais ou culturais que possam causar.[323]

A liquidez da sociedade apresenta-se como propulsionadora da grandeza das Corporações Transnacionais que, aliada aos Riscos produzidos até então, propiciaram domínios nos âmbitos econômicos, financeiros e comerciais, ditando suas próprias regras e regulamentações nesse importante universo global. Além disso, a vasta influência e o Poder dessas corporações atingiram pilares sociais, políticos, culturais e ambientais, sendo que esse domínio não se apresenta necessariamente como característica positiva nos presentes dias.

Diante disso, mostra-se fundamental a análise da teoria da modernidade líquida de Bauman, notadamente a respeito da sociedade global atual, denominada por ele de “Sociedade Líquida”.

2.3 SOCIEDADE LÍQUIDA GLOBAL[324]

O contexto histórico em que se vive hoje, século XXI, é denominado por muitos como pós modernidade. Bauman utiliza a metáfora do sólido e do líquido para

[323] BAKAN, Joel. **The Corporation**: the pathological pursuit of profit and power.

[324] Parte deste terceiro tópico do segundo capítulo foi objeto da seguinte publicação da autora: TEIXEIRA, Alessandra Vanessa; PIFFER, Carla. A sociedade líquida transnacional das corporações e a proposta de uma sustentabilidade humanista. In: PILAU SOBRINHO, Liton Lanes; CRUZ, Paulo Márcio; SILVA, Rogério. **Jurisdição constitucional, democracia e relações sociais** [recurso eletrônico]. Itajaí: Univali, 2019. Págs. 16-32.

explicar sua teoria sobre a modernidade[325], já que para ele “pós modernidade” é um termo equivocado, uma ideologia[326].

Sobre a metáfora do sólido e do líquido, o autor explica que os sólidos, diferentemente dos líquidos, se caracterizam por apresentarem uma forma definida, por serem estáveis e duradouros. Já os líquidos não têm forma definida, ou seja, sua forma está em contínua transformação. O líquido é instável por definição, tem uma forma efêmera, passageira e apresenta uma grande mobilidade[327]. O tempo neste

[325] Bauman define “modernidade” como: [...] um período histórico que começou na Europa Ocidental no século XVII com uma série de transformações sócio-estruturais e intelectuais profundas e atingiu sua maturidade primeiramente como projeto cultural, com o avanço do Iluminismo e depois como forma de vida socialmente consumada, com o desenvolvimento da sociedade industrial (capitalista e, mais tarde, também a comunista). BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 299-300.

[326] O autor abandona o termo “pós-modernidade” sob os seguintes argumentos: “Uma das razões pelas quais passei a falar em “modernidade líquida” e não em “pós-modernidade” (meus trabalhos mais recentes evitam esse termo) é que fiquei cansado de tentar esclarecer uma confusão semântica que não distingue sociologia pós-moderna de sociologia da pós-modernidade, “pós-modernismo” de “pós-modernidade”. No meu vocabulário, “pós-modernidade” significa uma sociedade (ou, se se prefere, um tipo de condição humana), enquanto “pós-modernismo” refere-se a uma visão de mundo que pode surgir, mas não necessariamente, da condição pós-moderna. Procurei sempre enfatizar que, do mesmo modo que ser um ornitólogo não significa ser um pássaro, ser um sociólogo da pós-modernidade não significa ser um pós-modernista, o que definitivamente não sou. Ser um pós-modernista significa ter uma ideologia, uma percepção do mundo, uma determinada hierarquia de valores que, entre outras coisas, descarta a ideia de um tipo de regulamentação normativa da comunidade humana, assume que todos os tipos de vida humana se equivalem, que todas as sociedades são igualmente boas ou más; enfim, uma ideologia que se recusa a fazer qualquer julgamento e a debater seriamente questões relativas a modos de vida viciosos e virtuosos, pois, no limite, acredita que não há nada a ser debatido. Isso é pós-modernismo. Mas eu sempre estive interessado na sociologia da pós-modernidade, ou seja, meu tema tem sempre sido compreender esse tipo curioso e em muitos sentidos misterioso de sociedade que vem surgindo ao nosso redor; e a vejo como uma condição que ainda se mantém eminentemente moderna na suas ambições e modus operandi (ou seja, no seu esforço de modernização compulsiva, obsessiva), mas que está desprovida das antigas ilusões de que o fim da jornada estava logo adiante. É nesse sentido que pós-modernidade é, para mim, modernidade sem ilusões”. BAUMAN, Zygmunt. Entrevista com Zygmunt Bauman. **Tempo Social**, [São Paulo], v. 16, n. 1, p. 301-325, jun. 2004. Entrevista concedida a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ts/v16n1/v16n1a15.pdf. Acesso em: 21 ago. 2020.

[327] Bauman diz que “Os fluidos se movem facilmente. Eles “fluem”, “escorrem”, “esvaem-se”, “respingam”, “transbordam”, “vazam”, “inundam”, “borrifam”, “pingam”; são “filtrados”, “destilados”; diferentemente dos sólidos, não são facilmente contidos – contornam certos obstáculos, dissolvem outros e invadem ou inundam seu caminho. [...] A extraordinária mobilidade dos fluidos é o que os associa à ideia de “leveza”. [...] Associamos “leveza” ou “ausência de peso” à mobilidade e à inconstância: sabemos pela prática que quanto mais leve viajamos, com maior facilidade e rapidez nos movemos. Essas são as razões para considerar “fluidez” ou “liquidez” como metáforas adequadas quando queremos captar a natureza da presente fase, *nova* de muitas maneiras, na história da modernidade. BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. p. 8-9.

estado seria o fator principal da mudança, pois é a urgência de atender as demandas do tempo que tornam as vidas líquidas.[328]

Para Bauman, a modernidade é precisamente o grau de liquidez, já que, segundo ele, toda a modernidade foi líquida, ou seja, toda a modernidade se especializa em derreter sólidos, em derreter as estruturas recebidas, as formas de vida recebidas e de refaze-las em um molde diferente.[329]

A modernidade sólida[330] foi a preocupação das pessoas em construir novos sólidos, já que o que moveu os pioneiros da modernidade no início do projeto moderno foi a insatisfação com a solidez dos sólidos existentes. Eles acreditavam que não eram sólidos o suficiente e a verdadeira ordem que iriam construir, a ordem moderna, seria distinta do passado por ser verdadeiramente sólida. Mas o que significa ser verdadeiramente sólido? O que queriam dizer, na verdade, é que seria uma sociedade perfeita.[331]

Portanto, a conhecida por tantos como “pós modernidade”, para Bauman é definida como “modernidade líquida”, ou seja, o mundo atual é líquido. Para o autor, a modernidade líquida é o período específico do capitalismo em que a sociedade de produtores é substituída por uma sociedade de consumidores, o que não significa que não há mais produção, mas que a hierarquização e o reconhecimento social acontecem a partir da vida em torno do consumo[332] e não mais da vida em torno da

---

328 BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. p. 8.

329 BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. p. 9.

330 Bauman traz o modelo fordista como exemplo da modernidade sólida. O autor relata: “O fordismo era a autoconsciência da sociedade moderna em sua fase “pesada”, “volumosa”, ou “imóvel” e “enraizada”, “sólida”. Nesse estágio de sua história conjunta, capital, administração e trabalho estavam, para o bem e para o mal, condenados a ficar juntos por muito tempo, talvez para sempre – amarrados pela combinação de fábricas enormes, maquinaria pesada e força de trabalho maciça. Para sobreviver e, principalmente para agir de modo eficiente, tinham que “cavar”, desenhar fronteiras e marca-las com trincheiras e arame farpado, ao mesmo tempo em que faziam a fortaleza suficientemente grande para abrigar todo o necessário para resistir a um cerco prolongado, talvez sem perspectivas. O capitalismo pesado era obcecado por volume e tamanho, e, por isso, também por fronteiras, fazendo-as firmes e impenetráveis. O gênio de Henry Ford foi descobrir o modo de manter os defensores de sua fortaleza industrial dentro dos muros – para guarda-los da tentação de desertar ou mudar de lado”. BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. p. 69.

331 BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. p. 9-10.

332 Bauman enuncia que “A vida organizada em torno do consumo, por outro lado, deve se bastar sem normas: ela é orientada pela sedução, por desejos sempre crescentes e quereres voláteis – não mais por regulação normativa. Nenhum vizinho em particular oferece um ponto de referência para uma vida de sucesso; uma sociedade de consumidores se baseia na comparação universal – e o

produção[333]. Esse período também é chamado de capitalismo leve[334] ou flexível e se opõe ao capitalismo pesado[335] da modernidade sólida.

A partir dessa transição, então, emerge a Sociedade Líquida. Bauman assim a apresenta:

> A sociedade que entra no século XXI não é menos "moderna" que a que entrou no século XX; o máximo que se pode dizer é que ela é moderna de um modo diferente. O que a faz tão moderna como era mais ou menos há um século é o que distingue a modernidade de todas as outras formas históricas do convívio humano: a compulsiva e obsessiva, contínua, irrefreável e sempre incompleta *modernização*; a opressiva e inerradicável, insaciável sede de destruição criativa (ou de criatividade destrutiva, se for o caso: de "limpar o lugar" em nome de um "novo e aperfeiçoado" projeto; de "desmantelar", "cortar", "defasar", "reunir" ou "reduzir", tudo isso em nome da maior capacidade de fazer o mesmo no futuro – em nome da produtividade ou da competitividade).[336]

céu é o único limite. A ideia de "luxo" não faz muito sentido, pois a ideia é fazer dos luxos de hoje as necessidades de amanhã, e reduzir a distância entre o "hoje" e o "amanhã" ao mínimo – tirar a espera da vontade. Como não há normas para transformar certos desejos em necessidades e para deslegitimar outros desejos como "falsas necessidades", não há teste para que se possa medir o padrão de "conformidade". O principal cuidado diz respeito, então à *adequação* – a estar "sempre pronto"; a ter a capacidade de aproveitar a oportunidade quando ela se apresentar; a desenvolver novos desejos feitos sob medida para as novas, nunca vistas e inesperadas seduções; e a não permitir que as necessidades estabelecidas tornem as novas sensações dispensáveis ou restrinjam nossa capacidade de absorvê-las e experimentá-las". BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. p. 90-91.

333 O autor explica que "A vida organizada em torno do papel de produtor tende a ser normativamente regulada. Há um mínimo de que se precisa a fim de manter-se vivo e ser capaz de fazer o que quer que o papel de produtor possa requerer, mas também um máximo com que se pode sonhar, desejar e perseguir, contando com a aprovação social das ambições, sem medo de ser desprezado, rejeitado e posto na linha. O que passar acima desse limite é luxo, e desejar o luxo é pecado. O principal cuidado, portanto, é com a *conformidade*: manter-se seguramente entre a linha inferior e o limite superior – manter-se no mesmo nível (tão alto ou baixo, conforme o caso) do vizinho". BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. p. 90.

334 "O capitalismo leve, amigável com o consumidor, não aboliu as autoridades que ditam leis, nem as tornou dispensáveis. Apenas deu lugar e permitiu que coexistissem autoridades em número tão grande que nenhuma poderia se manter por muito tempo e menos ainda atingir a posição de exclusividade. [...] É por cortesia de quem escolhe que a autoridade se torna uma autoridade. As autoridades não mais ordenam; elas se tornam agradáveis a quem escolhe; tentam e seduzem". BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. p. 76.

335 "O capitalismo pesado, no estilo fordista, era o mundo dos que ditavam as leis, dos projetistas de rotinas e dos supervisores; o mundo de homens e mulheres dirigidos por outros, buscando fins determinados por outros, do modo determinado por outros. Por essa razão era também o mundo das autoridades: de líderes que sabiam mais e de professores que ensinavam a proceder melhor". BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. p. 75-76.

336 BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. p. 36.

A Sociedade Líquida é marcada pela velocidade dos acontecimentos e pela flexibilidade necessária de adaptação às mudanças[337]. Hábitos e rotinas são difíceis de serem mantidos e as pessoas são obrigadas a atualizar seus conhecimentos e comportamentos mais rápido do que conseguem aprende-los. Não é possível manter a forma e o curso da vida numa sociedade onde mudar é o verbo mais conjugado.[338]

Assim, essa atual sociedade "é cada vez mais vista e tratada como uma "rede" em vez de uma "estrutura" (para não falar em uma "totalidade sólida"): ela é percebida e encarada como uma matriz de conexões e desconexões aleatórias e de um volume essencialmente infinito de permutações possíveis"[339].

Essa fluidez que caracteriza a modernidade líquida cria uma cultura imediatista, de curto prazo. Sobre isso, Bauman refere que

> [...] o colapso do pensamento, do planejamento e da ação a longo prazo, e o desaparecimento ou enfraquecimento das estruturas sociais nas quais estes poderiam ser traçados com antecedência, leva a um desmembramento da história política e das vidas individuais numa série de projetos e episódios de curto prazo que são, em princípio, infinitos e não combinam com os tipos de sequenciais aos quais conceitos como "desenvolvimento", "maturação", "carreira" ou "progresso" (todos sugerindo uma ordem de sucessão pré-ordenada) poderiam ser significativamente aplicados. Uma vida assim fragmentada estimula orientações "laterais", mais do que "verticais". Cada passo seguinte deve ser uma resposta a um diferente conjunto de oportunidades e a uma diferente distribuição de vantagens,

---

337 Para Bauman, essa é a realidade do mundo que ele denomina de "mundo líquido", o qual "jamais se imobiliza nem conserva sua forma por muito tempo. Tudo ou quase tudo em nosso mundo está sempre em mudança: as modas que seguimos e os objetos que despertam nossa atenção (uma atenção, aliás, em constante mudança de foco, que hoje se afasta das coisas e dos acontecimentos que nos atraíam ontem, que amanhã se distanciará das coisas e acontecimentos que nos instigam hoje); as coisas que sonhamos e que tememos, aquelas que desejamos e odiamos, as que nos enchem de esperanças e as que nos enchem de aflição. As circunstâncias que nos cercam – com as quais ganhamos nosso sustento e tentamos planejar o futuro, aquelas pelas quais nos ligamos a algumas pessoas e nos desligamos (ou somos desligados) de outras – também estão sempre mudando. Oportunidades de alegria e ameaças de novos sofrimentos fluem ou flutuam no ar, vêm, voltam e mudam de lugar; na maioria das vezes, fazem isso com tamanha rapidez e agilidade que não conseguimos tomar uma providência sensata e eficaz para direcioná-las ou redirecioná-las, para conservá-las ou interceptá-las. BAUMAN, Zygmunt. **44 Cartas do mundo líquido moderno**. Tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 9-10 (epub).

338 BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 7.

339 BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. p. 9.

> exigindo assim um conjunto diferente de habilidades e um arranjo diferente de ativos.[340]

Dessa forma, percebe-se que essa liquidez e sua volatilidade vieram a desorganizar todas as esferas da vida social. Logo, na modernidade líquida é o indivíduo[341] que molda a sociedade à sua personalidade.

Essa individualização que tanto exige a sociedade moderna muda de significado de pouco em pouco tempo, assumindo novas formas; o que significa agora é muito diferente do que significava há mais de cem anos no início dos tempos modernos[342]. Bauman resume que "a 'individualização' consiste em transformar a 'identidade' humana de um 'dado' em uma 'tarefa' e encarregar os atores da responsabilidade de realizar uma 'tarefa' e das consequências (assim como efeitos colaterais) de sua realização"[343].

Depreende-se, portanto, a escolha do "líquido" como metáfora para ilustrar o estado dessas mudanças: facilmente adaptáveis, fáceis de serem moldadas e capazes de manter suas propriedades originais. As formas de vida moderna se assemelham pela vulnerabilidade e fluidez, incapazes de manter a mesma

---

340 BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. p. 9.

341 Segundo Bauman, "Dispor os membros como indivíduos é a marca registrada da sociedade moderna. Essa atribuição, porém, não foi um ato único como a Criação divina; é uma atividade reencenada todos os dias. A sociedade moderna existe em sua atividade de "individualizar", assim como as atividades dos indivíduos consistem na remodelação e renegociação, dia a dia, da rede de seus emaranhados mútuos chamada "sociedade". Nenhum dos dois sócios fica parado por muito tempo. E assim o significado da "individualização" continua mudando e sempre assume novas formas – do mesmo modo que os resultados acumulados de sua história passada estabelecem sempre novas regras e fabricam novas apostas para o jogo". BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Tradução de José Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. p. 62-63.

342 Nesse aspecto, Bauman explica: "Numa sociedade líquido-moderna, as realizações individuais não podem solidificar-se em posses permanentes porque, em um piscar de olhos, os ativos se transformam em passivos, e as capacidades, em incapacidades. As condições de ação e as estratégias de reação envelhecem rapidamente e se tornam obsoletas antes de os atores terem uma chance de aprendê-las efetivamente. Por essa razão, aprender com a experiência a fim de se basear em estratégias e movimentos táticos empregados com sucesso no passado é pouco recomendável: testes anteriores não podem dar conta das rápidas e quase sempre imprevistas (talvez imprevisíveis) mudanças de circunstâncias. Prever tendências futuras a partir de eventos passados torna-se cada dia mais arriscado e, frequentemente enganoso. É cada vez mais difícil fazer cálculos exatos, uma vez que os prognósticos seguros são inimagináveis: a maioria das variáveis das equações (se não todas) é desconhecida, e nenhuma estimativa de suas possíveis tendências pode ser considerada plena e verdadeiramente confiável". BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 7-8.

343 BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. p. 40.

identidade[344] por muito tempo, o que reforça esse estado temporário das relações sociais.

Portanto, no mundo da modernidade líquida, tudo corre por conta do indivíduo, que deve "descobrir do que é capaz de fazer, esticar essa capacidade ao máximo e escolher os fins a que essa capacidade poderia melhor servir – isto é, com a máxima satisfação concebível"[345].

A Globalização, que é o nome dado para a quebra de fronteiras comerciais entre os países, transformou as sociedades em abertas, tanto material como intelectualmente.[346] Essa sociedade admite sua incompletude, e por isso, se apresenta "ansiosa em atender suas próprias possibilidades ainda não-intuídas, muito menos exploradas". Porém, significa uma sociedade incompetente em escolher o próprio curso com algum nível de certeza e em assegurar o percurso escolhido. A sociedade aberta traz à maioria das pessoas a experiência assustadora de uma população obediente, infeliz e vulnerável, amedrontada pela sua própria vulnerabilidade, sem segurança. [347]

Dessa forma, a Sociedade Líquida é também vista como uma "sociedade do medo". Bauman associa o medo[348] que assola o mundo líquido-moderno à

---

[344] Bauman explica que "a 'identidade' reserva perigos potencialmente mortais tanto para a individualidade quanto para a coletividade, embora ambas recorram a ela como instrumento de autoafirmação. O caminho que leva à identidade é uma batalha em curso e uma luta interminável entre o desejo de liberdade e a necessidade de segurança, assombrada pelo medo da solidão e o pavor da incapacidade. Por essa razão, as 'guerras de identidade' provavelmente permanecerão inconclusas e, com toda a probabilidade, é impossível vencê-las – a 'causa da identidade' continuará sendo empregada como instrumento, embora camuflada como objetivo". BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. p. 44.

[345] BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. p. 74.

[346] BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. p. 12.

[347] BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. p. 13.

[348] Para Bauman, ""O medo é um sentimento conhecido de toda criatura viva. Os seres humanos compartilham essa experiência com os animais. Os estudiosos do comportamento animal descrevem de modo altamente detalhado o rico repertório de reações dos animais à presença imediata de uma ameaça que ponha em risco suas vidas – que todos, como no caso de seres humanos ao enfrentar uma ameaça, oscilam entre as alternativas da fuga e da agressão. Os humanos, porém, conhecem algo mais além disso: uma espécie de medo de "segundo grau", um medo, por assim dizer, social e culturalmente "reciclado", ou [...] um "medo derivado" que orienta seu comportamento (tendo primeiramente reformado sua percepção do mundo e as expectativas que guiam suas escolhas comportamentais), quer haja ou não uma ameaça imediatamente presente. O medo secundário pode ser visto como um rastro de uma experiência passada de enfrentamento da ameaça direta – um resquício que sobrevive ao encontro e se torna um fator

Globalização. De acordo com o autor, vive-se em um mundo "negativamente globalizado", onde as ações provocam efeitos fora de controle e incalculáveis. Diante disso, a imprevisibilidade e o desequilíbrio tornam-se a regra. Vive-se, portanto, em um mundo de incertezas, onde a ameaça e o temor são sentimentos constantes[349]. E assim o autor questiona: "No mundo líquido-moderno, os perigos e os medos são também de tipo líquido – ou seriam gasosos? Eles flutuam, exsudam, vazam, evaporam… Ainda não se inventaram paredes capazes de detê-los, embora muitos tentem construí-las"[350].

Esses medos, então, segundo Bauman, "não têm raiz. Essa característica líquida do medo faz com que ele seja explorado política e comercialmente. Os políticos e os vendedores de bens de consumo acabam transformando esse aspecto em um mercado lucrativo"[351]. Além disso, "Para os governos e o mercado, é interessante manter acesos esses medos e, se possível, até estimular o aumento da insegurança"[352]. Assim, o medo líquido permeia a sociedade diante das incertezas e inconstâncias da vida.

Cabe mencionar aqui o que Bauman fala "sobre a vida num mundo líquido moderno"[353]. O autor afirma que "a "vida líquida" e a "modernidade líquida" estão intimamente ligadas". Em resumo:

> [...] a vida líquida é uma vida precária, vivida em condições de incerteza constante. As preocupações mais intensas e obstinadas que assombram esse tipo de vida são os temores de ser pego tirando uma soneca, não conseguir acompanhar a rapidez dos eventos, ficar para trás, deixar passar as datas de vencimento, ficar sobrecarregado de bens agora indesejáveis, perder o momento que pede mudança e mudar de rumo antes de tomar um caminho sem volta. A vida líquida

importante na modelagem da conduta humana mesmo que não haja mais uma ameaça direta à vida ou à integridade". BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. p. 11-12.

349 Segundo Bauman, esses sentimentos que se relacionam ao medo "emanam virtualmente em todos os lugares. Há os trabalhos instáveis; as constantes mudanças nos estágios da vida; a fragilidade das parcerias; o reconhecimento social dado só 'até segunda ordem' e sujeito a ser retirado sem aviso prévio; as ameaças tóxicas, a comida venenosa ou com possíveis elementos cancerígenos; a possibilidade de falhar num mercado competitivo por causa de um momento de fraqueza ou de uma temporária falta de atenção; o risco que as pessoas correm nas ruas; a constante possibilidade de perda dos bens materiais etc". BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**: e outros temas contemporâneos. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010. p. 73-74.

350 BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. p. 244.

351 BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**: e outros temas contemporâneos. p. 74.

352 BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**: e outros temas contemporâneos. p. 75.

353 BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. p. 7.

> é uma sucessão de reinícios, e precisamente por isso é que os finais rápidos e indolores, sem os quais reiniciar seria inimaginável, tendem a ser os momentos mais desafiadores e as dores de cabeça mais inquietantes. Entre as artes da vida líquido-moderna e as habilidades necessárias para praticá-las, livrar-se das coisas tem prioridade sobre adquiri-las.[354]

Assim, a vida passa a ser entendida como um processo individual. Há uma transformação da própria identidade ou uma incessante busca pela identidade. Portanto, "Vida líquida significa constante autoexame, autocrítica e autocensura. A vida líquida alimenta a insatisfação do eu *consigo mesmo*"[355].

Pode-se dizer, também, que a vida líquida é uma vida para consumo. A Sociedade Líquida nada mais é que uma sociedade de consumo, voltada para o consumo, que estimula e desenvolve o consumo. Sendo assim, tudo e todos estão focados no consumo. Enquanto na modernidade sólida a sociedade era de produtores e o trabalho era seu papel-chave, na modernidade líquida o papel-chave é o consumo. O "consumismo" é a expressão usada para a falta de controle do consumo, onde as necessidades são confundidas com desejos e o ser é confundido com o ter. Bauman descreve o consumismo como um atributo da sociedade e que "para que uma sociedade adquira esse atributo, a capacidade profundamente individual de querer, desejar e almejar deve ser, tal como a capacidade de trabalho na sociedade de produtores" [356].

Depreende-se, então, que aquela busca incessante pela identidade é mediada pelo consumo, que é uma busca sem fim, porque o consumo não tem fim, visto que é movido pelo querer e pelo desejo[357]. Nesse contexto,

---

[354] BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. p. 8.

[355] BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. p. 19.

[356] BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadorias. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. p. 41.

[357] Sobre isso, notadamente em relação aos consumidores na sociedade líquido-moderna, Bauman salienta que "A sociedade de consumo consegue tornar permanente a insatisfação. Uma forma de causar esse efeito é depreciar e desvalorizar os produtos de consumo logo depois de terem sido alçados ao universo dos desejos do consumidor. Uma outra forma, ainda mais eficaz, no entanto, se esconde da ribalta: o método de satisfazer toda necessidade/desejo/vontade de uma forma que não poder deixar de provocar novas necessidades/desejos/vontades. O que começa como necessidade deve terminar como compulsão ou vício". BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. p.105-106.

> A sociedade de consumo tem como base de suas alegações a promessa de satisfazer os desejos humanos em um grau que nenhuma sociedade do passado pôde alcançar, ou mesmo sonhar, mas a promessa de satisfação só permanece sedutora enquanto o desejo continua *insatisfeito*; mais importante ainda, quando o cliente não está "*plenamente* satisfeito" – ou seja, enquanto não se acredita que os desejos que motivaram e colocaram em movimento a busca da satisfação e estimularam experimentos consumistas tenham sido verdadeira e totalmente realizados.[358]

No entanto, quando Bauman fala em sociedade de consumo, ou sociedade de consumidores, não se trata somente de um consumo voltado para satisfazer as necessidades dos consumidores, ele não quer dizer meramente que tem gente consumindo demais e que deveriam consumir de menos, ou seja, embora ele faça uma crítica a esse tipo de comportamento, ele não quer dar um conselho do que as pessoas devem fazer ou não. O que ele quer dizer é que o consumo transforma as pessoas em mercadoria[359], ou seja, o principal objetivo da sociedade de consumo é "a comodificação ou recomodificação do consumidor: *elevar a condição dos consumidores à de mercadorias vendáveis*"[360].

Mas como uma pessoa pode se transformar em mercadoria? Para participar do mercado e obter uma posição melhor, as pessoas são estimuladas a entrar na competição e a agregar valor à sua mercadoria, ou seja, "para entrar na sociedade de consumidores e receber um visto de residência permanente, homens e mulheres devem atender às condições de elegibilidade definidas pelos padrões do mercado"[361]. Dessa forma, "Só como mercadorias, só se forem capazes de demonstrar seu próprio valor de uso, é que os consumidores podem ter acesso à vida de consumo"[362].

Isso significa que enquanto mercadorias, as identidades nunca irão satisfazer aqueles que a procuram. Sempre serão passageiras, exatamente porque a

---

[358] BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadorias. p. 63.

[359] Sobre isso, Bauman salienta que: "Vivemos hoje numa sociedade global de consumidores, e os padrões de comportamento de consumo só podem afetar todos os outros aspectos de nossa vida, inclusive a vida de trabalho e de família. Somos todos pressionados a consumir mais, e, nesse percurso, nós mesmos nos tornamos produtos nos mercados de consumo e de trabalho". BAUMAN, Zygmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 64-65

[360] BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadorias. p. 76.

[361] BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadorias. p. 82.

[362] BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. p. 18.

busca pela satisfação através das identidades é uma busca que não tem fim, porque é sempre descartável, nunca é absoluta. Logo, “Na vida líquida, a distinção entre consumidores e objetos de consumo é frequentemente momentânea e efêmera – e sempre condicional”[363].

Com isso, o que se observa são pessoas passando a desenvolver suas habilidades, os seus gostos, o seu estilo de vida, o estilo de se vestir, de se portar em público, pensando como uma mercadoria que precisa vender, ou seja, as pessoas só conseguem desenvolver sua identidade consumindo e sendo consumido. Dessa forma, “a passagem para a sociedade de consumidores do presente significou, portanto, uma mudança de ênfase mais que uma mudança de valores”[364].

Logo, a sociedade de consumo constitui indivíduos aptos a agir com o pensamento do consumidor de mercadorias. Tudo nela é descartável, tudo pode ser um objeto a ser consumido, desde o emprego (trabalho) até às próprias pessoas.[365] Daí vem a noção de que os relacionamentos atualmente são mais frágeis, eles não duram muito e nem são feitos para durar.

Bauman explica que por meio dos Poderes da sociedade consumista houve a descoberta de que é muito mais vantajoso atender às promessas de prazer, de desejo, já que estas geram lucros de forma prolongada. Dessa forma, “As já gritantes e ainda crescentes “suavidade”, flexibilidade e baixa expectativa de vida dos “fatos sociais” líquidos modernos contribuem para emancipar a busca do prazer de suas

---

[363] BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. p. 18

[364] BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. p. 182.

[365] Essa é uma das principais características da Sociedade Líquida, onde houve uma mudança de mentalidade. Segundo Bauman, trata-se da “nova mentalidade de ‘curto prazo’, que substituiu a de ‘longo prazo’. Casamentos ‘até que a morte nos separe’ estão decididamente fora de moda e se tornaram uma raridade: os parceiros não esperam mais viver muito tempo juntos. [...] um jovem americano com nível médio de educação espera mudar de emprego 11 vezes durante sua vida de trabalho – e o ritmo e frequência de mudança deverão continuar crescendo antes que a vida de trabalho dessa geração acabe. ‘Flexibilidade’ é o slogan do dia, e quando aplicado ao mercado de trabalho augura um fim do ‘emprego como o conhecemos’, anunciando em seu lugar o advento do trabalho por contratos de curto prazo, ou sem contratos, posições sem cobertura previdenciária, mas com cláusulas ‘até nova odem’. A vida de trabalho está saturada de incertezas”. BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. p. 169.

antigas limitações e abri-la completamente à exploração lucrativa por parte dos mercados”[366].

Então, nessa sociedade atual descrita por Bauman, seja ela denominada “sociedade de consumidores” ou “Sociedade Líquida”, destaca-se a dominação do mercado pelas Corporações Transnacionais.

Sobre isso, Noam Choamski, ao participar do documentário “The Corporation”[367], diz que a meta das corporações é maximizar o lucro e a participação do mercado. O objetivo para conquistar essa meta é a população. A população precisa ser transformada em consumidores inconscientes de produtos que não desejam. É preciso desenvolver desejos, impor uma filosofia da futilidade, voltar a atenção das pessoas para aspectos fúteis da vida, como o consumo de modismos, por exemplo. Choamski salienta que existem grandes setores da economia, relações públicas e propaganda, que se destinam a encaixar as pessoas no padrão desejado.

Essa é uma das formas de manifestação do Poder das Corporações Transnacionais na Sociedade Líquida global, haja vista ser uma sociedade de consumidores, onde impera a máxima do individualismo, a busca pela identidade, pela satisfação dos desejos. Nesse aspecto, Bauman destaca:

> Para que o poder tenha liberdade de fluir, o mundo deve estar livre de cercas, barreiras, fronteiras fortificadas e barricadas. Qualquer rede densa de laços sociais, e em particular uma que esteja territorialmente enraizada, é um obstáculo a ser eliminado. Os poderes globais se inclinam a desmantelar tais redes em proveito de sua crescente e contínua fluidez, principal fonte de sua força e garantia de sua invencibilidade. E são esse derrocar, a fragilidade, o quebradiço, o imediato dos laços e redes humanos que permitem que esses poderem operem.[368]

Assim, sob a perspectiva da liquidez da sociedade aliada ao modo de atuação das Corporações Transnacionais, verifica-se um rompimento de dependência nas relações, principalmente de trabalho, já que, segundo Bauman, “A reprodução e o crescimento do capital, dos lucros e dos dividendos e a satisfação dos acionistas se

---

[366] BAUMAN, Zygmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?** p. 57.
[367] ACHBAR, Mark; BAKAN, Joel; SHANDEL, Thomas. **The Corporation.**
[368] BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. p. 22.

tornaram independentes da duração de qualquer comprometimento local com o trabalho”[369]. Por isso o autor diz que o capital acaba por tornar-se exterritorial e com mobilidade espacial capaz de submeter inclusive agências políticas territoriais aos seus desígnios com a simples ameaça de romper laços e mudar-se para outro local. Em outros termos, no âmbito das Corporações Transnacionais isso pode significar que o Estado não utilizará seus Poderes reguladores para inibir ou restringir as liberdades do capital, na prática funcionando com a baixa de impostos, diminuição das regras, mercado de trabalho flexível e população “dócil” que não ofereça resistência às decisões do capital.[370]

Diante do exposto, depreende-se que a liquidez da sociedade se dá pela sua incapacidade de tomar forma fixa, já que se transforma diariamente, tomando as formas que o mercado global impõe. Com isso, há o enfraquecimento dos Estados, que tem sua Soberania ofuscada, dentre outros motivos, pelo Poder das Corporações Transnacionais. Diante deste fato, não há como deixar de tecer algumas considerações acerca da situação do Estado frente aos tempos atuais – líquidos, como já dizia Bauman -, o que será feito no próximo tópico.

2.4 O ESTADO EM TEMPOS LÍQUIDOS

Os tempos atuais, conforme visto no tópico anterior, são permeados pela liquidez da sociedade, que gera uma impressionante insegurança existencial – são tempos líquidos. Pode-se dizer, então, que a insegurança é a marca fundamental dos tempos líquido-modernos, outro fenômeno que surgiu com os efeitos da Globalização.[371]

Bauman[372] explica que diante das mudanças e interconexões que têm ocorrido no planeta, ao menos em sua parte mais desenvolvida, está-se criando um “ambiente novo”, surgindo assim novos desafios para a sociedade e para os

[369] BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. p. 171.
[370] BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. p. 172.
[371] BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**.
[372] BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. p. 7.

indivíduos. Logo, viver em tempos líquidos é “entrar corajosamente em um viveiro de incertezas”.

Nesse contexto, Berggruen e Gerdels salientam que:

> La globalización contemporánea ofrece grandes oportunidades pero también presenta enormes desafíos. Aunque la responsabilidad mayor para aprovechar esas oportunidades y superar esos desafíos reside en la políticas y acciones estrictamente nacionales de cada país, también es cierto que para conseguir esos objetivos se requiere de mayor cooperación y coordinación internacionales – tanto para evitar que mucha gente en muchos países quede marginada de los beneficios de la globalización como para resolver problemas que por sua propia naturaleza solo pueden ser atendidos satisfactoriamente midoante la acción colectiva de las naciones –.[373]

O fato é que no mundo globalizado de hoje a sociedade não é mais protegida pelo Estado, ou é pouco provável que confie na proteção oferecida por este.[374] “O Estado não consegue mais dar respostas minimamente consistentes às sociedades atuais”[375]. Por conseguinte, a sociedade atual está exposta à capacidade de forças que não controla e não espera. Eis o Estado em tempos líquidos.

---

[373] “A globalização contemporânea oferece grandes oportunidades, mas também apresenta enormes desafios. Embora a maior responsabilidade de aproveitar essas oportunidades e superar esses desafios esteja nas políticas e ações estritamente nacionais de cada país, também é verdade que o alcance desses objetivos exige maior cooperação e coordenação internacional - tanto para evitar muitas pessoas em muitos países marginalizados dos benefícios da globalização para resolver problemas que, por sua própria natureza, só podem ser resolvidos de forma satisfatória pela ação coletiva das nações –“ (tradução livre). BERGGRUEN, Niclolas; GERDELS, Nathan. **Gobernanza inteligente para el siglo XXI**. Traducción de Federico Corriente Basús y Miguel Izquierdo Ramon. Madrid: Prisa Ediciones, 2012. p. 23.

[374] Neste aspecto, é interessante a colocação de Bauman, que diz que em meados de 1970 “o progresso começou a parar de funcionar, confrontado com o desemprego crescente, a inflação aparentemente incontrolável e a incapacidade crescente dos Estados de cumprir sua promessa de cobertura abrangente. Aos poucos, ainda que de modo cada vez mais grave, os Estados manifestaram a incapacidade de cumprir suas promessas; aos poucos, mas em aparência de forma incontrolável, a fé e a confiança na potência do Estado começaram a se erodir. Funções antes reclamadas e ciosamente guardadas por Estados como monopólio seu, e amplamente consideradas pelo público e pelos formadores de opinião mais influentes obrigações e missão inegáveis dos Estados, de repente pareciam onerosas e vorazes de recursos demais para os Estados-nação suportarem. [...] Na percepção popular, ajudada e encorajada pelo coro de uma parcela crescente do público instruído e formador de opinião, o Estado foi rebaixado da posição de motor mais poderoso do bem-estar universal àquela de obstáculo mais odioso, pérfido e prejudicial”. BAUMAN, Zygmunt. In: BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. p. 18.

[375] CRUZ, Paulo Márcio. Soberania, Estado, Globalização e Crise. **Novos Estudos Jurídicos** - Ano VII - Nº 15 - p. 7-24, dezembro/ 2002. Disponível em: https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/323. Acesso em: 28 ago. 2020. p. 21.

Assim, diante do fenômeno da Globalização, bem como da separação entre Poder e política[376], sendo esta separação "uma das razões decisivas para a incapacidade do Estado de fazer escolhas apropriadas"[377], Bauman diz que "los Estados se están transformando actualmente en no mucho más que vecindarios grandes, circunscritos dentro de unas fronteras vagamente delineadas, porosas e ineficazmente fortificadas"[378].

O Estado, nos tempos atuais, perdeu grande parte de seu genuíno Poder para forças de dimensão global ou supraestatal, cuja operação política se manifesta totalmente sem controle. Com isso, as finanças, os capitais de investimento, os mercados de trabalho e a circulação de mercadorias não são mais somente responsabilidade do Estado. "É a política cronicamente assolada pelo déficit de poder (e, portanto, também de coerção) que enfrenta o desafio de poderes emancipados do controle político"[379].

Com as transformações ocorridas na Era Moderna, "falar de crise(s) tornou-se referência ao longo das últimas décadas do Século XX, supostamente frente à desconstrução dos paradigmas que orientaram a construção dos saberes e das instituições da modernidade". Dessa forma, desde aquele tempo muito do que era

---

376 Sobre a separação entre o Poder e a política, Bauman explica que: "Grande parte do poder de agir efetivamente, antes disponível ao Estado moderno, agora se afasta na direção de um espaço global (e, em muitos casos, extraterritorial) politicamente descontrolado, enquanto a política – a capacidade de decidir a direção e o objetivo de uma ação – é incapaz de operar efetivamente na dimensão planetária, já que permanece local. A ausência de controle político transforma os poderes recém-emancipados numa fonte de profunda e, em princípio, incontrolável incerteza, enquanto a falta de poder torna as instituições políticas existentes, assim como suas iniciativas e seus empreendimentos, cada vez menos relevantes para os problemas existenciais dos cidadãos dos Estados-nações e, por essa razão, atraem cada vez menos a atenção destes. Entre ambos, os dois resultados inter-relacionados desse divórcio obrigam ou encorajam os órgãos do Estado a abandonar, transferir ou [...] 'subsidiar' e 'terceirizar' um volume crescente de funções que desempenhavam anteriormente". BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. p. 8.

377 BORDONI, Carlo. In: BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. p. 22.

378 "Os Estados estão atualmente se transformando em pouco mais do que grandes bairros, circunscritos por fronteiras vagamente delineadas, porosas e ineficazmente fortificadas" (tradução livre). BAUMAN, Zygmunt. **Retrotopía**. Traducción de Albino Santos Mosquera. Buenos Aires: Paidós, 2017. p. 54.

379 BAUMAN, Zygmunt. In: BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. p. 21.

considerado “sólido” foi se esvaindo, o que refletiu também no enfraquecimento ou crise relativos ao Poder da “instituição central da modernidade” – o Estado.[380]

Nesse quadro, importante ressaltar que a concepção de Estado aqui utilizada parte do Estado moderno[381] ou, segundo Miranda[382], (de tipo) europeu, o qual tem como características próprias a nacionalidade[383], a laicidade[384] e a Soberania[385].

Conceituando Estado, Canotilho diz tratar-se de “uma forma histórica de organização jurídica do poder dotada de *qualidades*, que a distinguem de outros “poderes” e “organizações de poder”. Quais são essas qualidades? Em primeiro lugar a qualidade de *poder soberano”* [386] (grifos do autor). Logo, a Soberania revela-se nacionalmente como um Poder supremo e internacionalmente como um Poder

---

[380] MORAIS, José Luis Bolzan de. **As crises do Estado e da Constituição e a transformação espacial dos direitos humanos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002. p. 23.

[381] Ao tratar do Estado moderno como forma histórica determinada, Bobbio, Matteucci e Pasquino, ao utilizar-se de afirmação de Ernst Wolfgang Boeckenfoerde como ponto de partida, referem que “o conceito de 'Estado' não é um conceito universal, mas serve apenas para indicar e descrever uma forma de ordenamento político surgida na Europa a partir do século XIII até os fins do século XVIII ou inícios do XIX, na base de pressupostos e motivos específicos da história europeia e que após esse período se estendeu — libertando-se, de certa maneira, das suas condições originais e concretas de nascimento — a todo o mundo civilizado”. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. 11. Ed. Brasília: Editora UNB, 1998. p. 425.

[382] MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. Tradução da edição portuguesa. Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 32-33.

[383] Miranda explica que “o Estado tende a corresponder a uma nação ou comunidade histórica de cultura; o fator de unificação política deixa, assim, de ser a religião, a raça, a ocupação bélica ou a vizinhança para passar a ser uma afinidade de índole nova”. MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. p. 32.

[384] Em relação à laicidade (ou secularização), o autor explica que, “por influxo do Cristianismo e ao contrário do que sucede com o Estado islâmico – o temporal e o espiritual se afirmam esferas distintas e a comunidade já não tem por base a religião, o poder político não prossegue fins religiosos e os sacerdotes deixam de ser agentes do seu exercício”. MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. p. 32-33.

[385] Para o autor, Soberania refere-se ao “poder supremo e aparentemente ilimitado, dando ao Estado não só a capacidade para vencer as resistências internas à sua acção como para afirmar a sua independência em relação aos outros Estados”. MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. p. 33.

[386] CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7. Ed. Coimbra: Almedina, 2003. p. 89.

independente. Assim, o Estado moderno é definido pelos seus elementos constitutivos que são: o Poder político de comando, o povo e o território[387].[388]

A definição de Soberania, segundo Morais[389], se revela e é reconhecida desde os anos 1500, sendo apresentada teoricamente, pela primeira vez, por Jean Bodin, na sua obra "Os Seis Livros da República" (*Les Six Livres de la République*), em 1576. Desde aquela época vem sofrendo mudanças significativas acompanhando a evolução dos Estados[390]. Dessa forma, a Soberania[391] surgiu como característica fundamental do Estado moderno, significando o Poder supremo deste[392]. O autor afirma que

> [...] a soberania, caracteriza-se, historicamente, como um poder que é juridicamente incontrastável, pelo qual se tem a capacidade de definir e decidir acerca do conteúdo e da aplicação das normas, impondo-as coercitivamente dentro de um determinado espaço geográfico, bem como fazer frente a eventuais injunções externas. Ela é, assim, tradicionalmente tida como una, indivisível, inalienável e imprescritível.

---

[387] Da mesma forma, Habermas define juridicamente o conceito de Estado moderno a partir de três pontos de vista: objetivo, quanto ao espaço e social. Assim, objetivamente "[...] refere-se a um poder estatal soberano, tanto interna quanto externamente; quanto ao espaço, refere-se a uma área claramente delimitada, o território do Estado; e socialmente refere-se ao conjunto de seus integrantes, o povo do Estado". HABERMAS, Jurgen. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. Tradução de George Sperber, Paulo Astor Soethe e Milton Camargo Mota. 2. ED. São Paulo: Loyola, 2004. p. 129-130.

[388] CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. p. 90.

[389] MORAIS, José Luis Bolzan de. **As crises do Estado e da Constituição e a transformação espacial dos direitos humanos**. p. 24.

[390] Morais explica que "o desenvolvimento histórico do conceito de soberania prossegue [...] para, já no século XIX, aparecer como emanação do poder político. Posteriormente, será o próprio Estado, como personalidade jurídica, que deterá a titularidade da mesma, acrescentando-a como uma de suas peculiaridades". MORAIS, José Luis Bolzan de. **As crises do Estado e da Constituição e a transformação espacial dos direitos humanos**. p. 25.

[391] Nesse aspecto, Bobbio, Matteucci e Pasquino ensinam que: "Em sentido restrito, na sua significação moderna, o termo Soberania aparece, no final do século XVI, juntamente com o de Estado, para indicar, em toda sua plenitude, o poder estatal, sujeito único e exclusivo da política. Trata-se do conceito político-jurídico que possibilita ao Estado moderno, mediante sua lógica absolutista interna, impor-se à organização medieval do poder, baseada, por um lado, nas categorias e nos Estados, e, por outro, nas duas grandes coordenadas universalistas representadas pelo papado e pelo império: isto ocorre em decorrência de uma notável necessidade de unificação e concentração de poder, cuja finalidade seria reunir numa única instância o monopólio da força num determinado território e sobre uma determinada população, e, com isso, realizar no Estado a máxima unidade e coesão política. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. p. 1179-1180.

[392] Miranda explica que "O poder político no Estado moderno de matriz europeia não se apresenta isolado, fechado ou dotado de uma expansibilidade ilimitada como noutros tipos históricos; assume sentido relacional – pois cada Estado tem de coexistir com outros Estados; pressupõe uma ordem interna e uma ordem externa ou internacional em que se insere; envolve capacidade simultaneamente activa e passiva diante de outros poderes". MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. p. 219.

> Neste viés, pode-se dizer que a soberania moderna é aquela típica do Estado Nação. Aquela caracterizada por uma estrutura de poder centralizado e que exerce o monopólio da força e da política – legislativa, executiva e jurisdicional – sobre um determinado território – como um espaço geográfico delimitado por suas fronteiras – e a população – como um conjunto de indivíduos que é reconhecido como cidadão/nacional – que o habita.[393]

Assim, "a moderna ideia de Estado tem o seu expoente na ideia de soberania"[394], ou seja, "a soberania constitui, é constitutiva e constituída pela ideia de Estado Nação ou Estado Nacional, próprio da modernidade"[395].

Para Cruz[396], "O conceito de Soberania, historicamente, esteve vinculado à racionalização jurídica do Poder, no sentido de transformação da capacidade de coerção em Poder legítimo. Ou seja, na transformação do Poder de Fato em Poder de Direito".

Ferrajoli[397] busca definir Soberania baseado em três "aporias"[398], dizendo que se trata de um conceito que é jurídico e político ao mesmo tempo. Segundo o autor, a noção de Soberania como Poder supremo "remonta ao nascimento dos grandes Estados nacionais europeus e à divisão correlativa, no limiar da Idade Moderna, da ideia de um ordenamento jurídico universal".

As incertezas (aporias) elencadas por Ferrajoli a fim de elaborar a definição de Soberania, referem-se: 1) ao significado filosófico da ideia de Soberania[399]; 2) à

---

393 MORAIS, José Luis Bolzan de. **As crises do Estado e da Constituição e a transformação espacial dos direitos humanos**. p. 25.

394 MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. p. 37.

395 MORAIS, José Luis Bolzan de. **As crises do Estado e da Constituição e a transformação espacial dos direitos humanos**. p. 25.

396 CRUZ, Paulo Márcio. Soberania, Estado, Globalização e Crise. p. 7.

397 FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno**: nascimento e crise do Estado nacional. Tradução de Carlo Coccioli e Márcio Lauria Filho. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 1-2.

398 "Aporia" é sinônimo de dúvida, incerteza, impasse. Significa incerteza ou hesitação diante do que se pretende dizer. [Retórica] Figura em que o orador simula hesitação no momento em que deve responder. Circunstância sem solução; situação que não se pode resolver. Dificuldade ou incerteza que decorre da impossibilidade de responder uma questão filosófica; dúvida para escolher entre dois pontos de vista racionais, mas contrários. In.: Dicio, **Dicionário Online** de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: https://www.dicio.com.br/aporia/. Acesso em: 29 ago. 2020.

399 Sobre esta primeira aporia, Ferrajoli explica: "Como categoria filosófico-jurídica, a soberania é uma construção de matriz jusnaturalista, que tem servido de base à concepção juspositivista do Estado e ao paradigma do direito internacional moderno; logo, um resquício pré-moderno que está na origem da modernidade jurídica e, simultaneamente, em virtual contraste com esta". FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno**: nascimento e crise do Estado nacional. p. 2.

história, teórica e prática, da ideia de Soberania como Poder supremo (*potestas* absoluta *superiorem non recognoscens*)[400]; e, 3) à consistência e à legitimidade conceitual da ideia de Soberania do ponto de vista da teoria do direito[401].

Em tempos líquidos, a Soberania do Estado encontra-se fragmentada, já que a "ideia de *unidade política soberana* do Estado, está hoje relativamente em crise como resultado dos fenómenos da globalização, da internacionalização e da integração interestatal"[402] (grifos do autor).

A partir da teoria do direito, Ferrajoli explica que com a validação dos Direitos Humanos na Declaração de 1948 e também nos Pactos internacionais de 1966 conferiu-se àqueles "um valor supra-estatal, transformando-os de limites exclusivamente internos em limites agora também externos ao poder dos Estados"[403]. Dessa forma, a Soberania, além de um rompimento em sua dimensão interna por meio do desenvolvimento do estado constitucional de direito, dissipou-se também externamente diante de um sistema *ius cogens*, no qual o direito vincula-se de imediato para os Estados-membros. Com isso, além do Estado como sujeito de direito internacional, passam a figurar também os indivíduos e os povos.[404]

Nesse contexto, Ferrajoli aponta para uma crise (moderna) da Soberania. No entanto, ele afirma que "De fato, o que entrou irreversivelmente em crise, bem

---

[400] Quanto à esta segunda aporia, o autor esclarece: "Essa história corresponde a dois eventos paralelos e divergentes: aquele da soberania interna, que é a história de sua progressiva limitação e dissolução paralelamente à formação dos Estados constitucionais e democráticos de direito; e aquele da soberania externa, que é a história de sua progressiva absolutização, que alcançou seu ápice na primeira metade do século XX com as catástrofes das duas guerras mundiais. Nem mesmo cronologicamente as duas histórias coincidem: a da soberania externa iniciou-se primeiro e, diferentemente daquela da soberania interna, ainda está longe de concluir-se e continua a mostrar-se como uma ameaça permanente de guerras e destruições para o futuro da humanidade". FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno**: nascimento e crise do Estado nacional. p. 3.

[401] No tocante à terceira aporia, Ferrajoli sustenta a tese "de uma antinomia irredutível entre soberania e direito: uma antinomia não apenas no plano do direito interno dos ordenamentos avançados, em que a soberania está em contraste com o paradigma do estado de direito e da sujeição de qualquer poder à lei, mas também no plano do direito internacional, em que esta já é contrariada pelas cartas constitucionais hodiernas e, em particular, pela Carta da ONU de 1945 e pela Declaração universal dos direitos de 1948". FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno**: nascimento e crise do Estado nacional. p. 3.

[402] CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. p. 90.

[403] FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno**: nascimento e crise do Estado nacional. p. 40.

[404] FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno**: nascimento e crise do Estado nacional. p. 41.

antes do atributo da Soberania, é precisamente seu sujeito: o Estado nacional[405] unitário e independente"[406].

Assim, segundo Morais[407]:

> A interdependência que se estabelece contemporaneamente entre os Estados-Nação aponta para um cada vez maior atrelamento entre as ideias de soberania e de cooperação jurídica, econômica e social, por um lado, e o de soberania e de intervenção política, econômica e/ou militar, de outro, o que afeta drasticamente a pretensão à autonomia em sua configuração clássica. Por mais que se argumente no sentido de que esta colaboração só é possível em razão da própria soberania, a qual permitiria a um Estado vincular-se a outro(s) em questões que lhe interessem ou para fazer frente a situações paradigmáticas, o que se observa na prática é a revisão radical dos postulados centrais da mesma.

Dessa forma, o referido autor destaca o papel fundamental das Corporações Transnacionais na ordem internacional, já que "impõem atitudes que não podem ser contrastadas sob o argumento da soberania estatal". Isso porque aquelas empresas não possuem vínculo particular com nenhum Estado e possuem um Poder financeiro e de decisão capaz de impactar significativamente a situação de diversos países, principalmente os mais fracos economicamente.[408]

Depreende-se, portanto, que "O Estado soberano moderno, visto como ator privilegiado no cenário internacional, agora divide espaço com novos jogadores. A

---

[405] Segundo Ferrajoli, "O Estado nacional como sujeito soberano está hoje numa crise que vem tanto de cima quanto de baixo. De cima, por causa da transferência maciça para sedes supra-estatais ou extra-estatais (a Comunidade Europeia, a OTAN, a ONU e as muitas outras organizações internacionais em matéria financeira, monetária, assistencial e similares) de grande parte de suas funções – defesa militar, controle da economia, política monetária, combate à criminalidade -, que no passado tinham sido o motivo do próprio nascimento e desenvolvimento do Estado. De baixo, por causa dos impulsos centrífugos e dos processos de desagregação interna que vêm sendo engatilhados, de forma muitas vezes violenta, pelos próprios desenvolvimentos da comunicação internacional, e que tornam sempre mais difícil e precário o cumprimento das outras duas grandes funções historicamente desempenhadas pelo Estado: o da unificação nacional e a da pacificação externa". FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno**: nascimento e crise do Estado nacional. p. 48-49.

[406] FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno**: nascimento e crise do Estado nacional. p. 45.

[407] MORAIS, José Luis Bolzan de. **As crises do Estado e da Constituição e a transformação espacial dos direitos humanos**. p. 27-28.

[408] MORAIS, José Luis Bolzan de. **As crises do Estado e da Constituição e a transformação espacial dos direitos humanos**. p. 28-29.

soberania passa a ser fragmentada, e a tomada de decisão pública passa pela consideração a questões econômicas ditadas pelo mercado”[409].

Diante dessa fragmentação da Soberania no cenário global, Morais[410] salienta que “desde algum tempo o tema da “geografia” do Estado tem sido confrontado com algumas questões que afetam diretamente a fórmula estatal da modernidade”, ressaltando a profunda sensibilização da territorialidade, que perde seu significado. Segundo o autor, há uma “perda de limites”, levando-o a questionar sobre a ocorrência de um fim da geografia institucional do Estado. Nesse sentido, Morais, então, expõe que

> No ambiente dos Estados Nacionais, para o que aqui importa, o que se percebe é uma ruptura da fórmula liberal do Estado de Direito, o que produz um fenômeno que podemos nomear de “*fim da geografia institucional*”, tomando-se aqui o termo geografia para dar o significado de limitação, classicamente incorporado a este modelo, agora no que respeita às possibilidades de atuação da “autoridade pública”, como limitação político-jurídica para e ao exercício do poder (político).[411]

Por conseguinte, o mencionado autor conclui que “o Estado de Direito, como “Estado de limites” já não limita. A sua institucionalidade já não se presta a proteger o cidadão em face de uma autoridade pública que subverte direitos e garantias reconhecidos constitucionalmente”[412].

Dessa forma, o Estado “vem passando por uma ‘mutação empresarial’, que se faz com a transposição das normas do mercado para o setor público”. Tratam-se de novas regulações, oriundas de atores privados não estatais, muitas vezes transnacionais, que colaboram para as chamadas “fraturas do e no Estado de Direito”,

---

[409] PILAU SOBRINHO, Liton Lanes. A crise da globalização e o desafio de uma governança sustentável. p. 114.

[410] MORAIS, José Luis Bolzan de. O fim da geografia institucional do Estado. A “crise” do Estado de direito! In: MORAIS, José Luis Bolzan de. (Org.) **O “fim” do Estado de direito**. 1. Ed. Florianópolis: Tirant Lo Blanch, 2018. p. 18-20.

[411] MORAIS, José Luis Bolzan de. O fim da geografia institucional do Estado. A “crise” do Estado de direito! p. 20.

[412] MORAIS, José Luis Bolzan de. O fim da geografia institucional do Estado. A “crise” do Estado de direito! p. 20.

como decorrência de uma ação pública construída e compartilhada de forma democrática.[413]

Neste cenário, Frydman[414], alerta para um atual contexto em que a racionalidade corporativa "pode, sem substituir às regras de direito e de processo, mas sobrepondo-se a elas, cumprindo os objetivos de racionalização administrativa, impor-se às garantias jurídicas do Estado de Direito sob o pretexto de reforçar sua eficiência".

Assim, os "tempos líquidos" vivenciados hodiernamente pelo Estado, são tempos de neoliberalismo[415], o qual

> [...] em sua real complexidade não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele tem uma dimensão prescritiva. Trata-se de uma racionalidade (conjunto de discursos, práticas e dispositivos) que faz da lógica do mercado uma lógica normativa, regendo desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade humana. Por meio da generalização da concorrência, como norma de conduta, e da empresa, como modelo de subjetivação, avança como uma razão constitutiva da existência humana: uma nova razão do mundo. [...] sua fratura, sua fragmentação, sua transversalidade por formas e fórmulas regulatórias originadas em lugares diversos daqueles peculiares à esfera pública estatal.[416]

Diante disso, Bauman[417] argumenta que "se deixado a seus próprios mecanismos, os mercados voltados para o lucro levam a catástrofes econômicas e sociais".[418] O autor inclusive questiona sobre o dever e a possibilidade de um retorno

---

[413] MORAIS, José Luis Bolzan de. O fim da geografia institucional do Estado. A "crise" do Estado de direito! p. 31.

[414] FRYDMAN, Benoit. **O fim do Estado de Direito**: governar por *standards* e indicadores. Tradução de Mara Beatriz Krug. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018. p. 72.

[415] Segundo Piffer, "O prefixo 'neo', acrescido ao termo liberalismo é a nova roupagem atribuída ao liberalismo clássico, ora reformulado e reavivado. Tal fato ocorreu devido à necessidade de adequar o liberalismo a um contexto marcado por inúmeros acontecimentos históricos oriundos de grandes transformações sociais, políticas e econômicas pelas quais passou o mundo ocidental depois do período da Grande Depressão. [...] o neoliberalismo despontou exatamente no final da Segunda Guerra Mundial". PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e imigração:** a possibilidade de efetivação dos Direitos Humanos dos Transmigrantes diante de Decisões de Regresso na Italia e na União Europeia. p. 43.

[416] MORAIS, José Luis Bolzan de. O fim da geografia institucional do Estado. A "crise" do Estado de direito! p. 30.

[417] BAUMAN, Zygmunt. In: BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. p. 20-21.

[418] Sobre esse aspecto, Ferrajoli afirma que "[...] en el plano politico la globalización se manifiesta como um vacío de derecho público colmado por un pleno de derecho privado producido de forma autónoma, por vía negocial, por los propios actores de la economía. Es claro que los poderes económicos y financieros, en ausência de una esfera pública a su medida, se desarrollan como

do Estado aos mecanismos de controle, supervisão, regulação e administração dos mercados; de pronto ele responde que em relação ao dever é uma questão discutível, mas que não é possível, visto que o Estado não é mais o mesmo de cem anos atrás, não dispondo de meios e recursos para tanto.

Verifica-se, assim, o enfraquecimento ou esfacelamento do Estado[419][420] diante do mercado, ou do Poder de outros atores que emergiram no cenário transnacional, notadamente as Corporações Transnacionais.

---

poderes salvajes, no regulados ya por los ordenamentos estatales sino, por el contrario, en condiciones de orientar las políticas de los estados en su propio beneficio. También en este aspecto se ha invertido la relación entre estado y mercado: ya no son los estados los que garantizan la competencia entre empresas, sino que son las grandes empresas las que ponen a los estados a competir, privilegiando, para sus inversiones, a los países en los que con más facilidad pueden explotar el trabajo, contaminar el médio ambiente y corromper a los gobiernos". "No plano político, a globalização se manifesta como um vazio de direito público preenchido por um direito privado pleno produzido de forma autônoma, por meio da negociação, pelos próprios atores econômicos. É claro que os poderes econômicos e financeiros, na ausência de uma esfera pública que lhes convenha, se desenvolvem como poderes selvagens, não mais regulados por portarias estaduais, mas, ao contrário, em condições de orientar as políticas dos estados em seu próprio benefício. A relação entre o Estado e o mercado também se inverte neste sentido: já não são os Estados que garantem a concorrência entre as empresas, mas sim as grandes empresas que colocam os Estados para competir, favorecendo, para os seus investimentos, os países onde podem explorar o trabalho com mais facilidade, poluir o meio ambiente e corromper governos" (tradução livre). FERRAJOLI, Luigi. **Constitucionalismo más allá del Estado**. p. 20.

[419] No tocante ao enfraquecimento do Estado, Habermas afirma: "O 'enfraquecimento' do Estado nacional faz com que pensemos em primeiro lugar nas modificações constatadas há muito nos sistemas estatais modernos derivados da paz de Vestefália. Os traços desse sistema refletem-se tanto nas determinações do direito internacional clássico como também nas descrições do realismo da ciência política. O mundo estatal é constituído, segundo esse modelo, de Estados nacionais que atuam como atores independentes que tomam decisões mais ou menos racionais - segundo as preferências no sentido da manutenção do poder ou da sua expansão - em meio a uma vizinhança anárquica. Também não muda muito nessa imagem, se os Estados desempenham mais o papel econômico de maximização dos benefícios do que o papel político de acumuladores de poder. Então, decerto, as estratégias cooperativas correspondem melhor ao contexto, mas permanece a aceitação da interação estratégica de poderes atuando de modo independente. Essa imagem convencional nunca foi tão inconveniente quanto na atual situação. Apesar de a soberania e o monopólio da violência da autoridade pública terem permanecido formalmente intactos, a crescente interdependência da sociedade mundial coloca em questão a premissa segundo a qual a política nacional - de um modo geral ainda territorial, nos limites do domínio do Estado - pode ser conciliada com o destino efetivo da sociedade nacional". HABERMAS, Jürgen. **A constelação pós-nacional**: ensaios políticos. p. 88-89.

[420] Entendendo que não houve enfraquecimento do Estado soberano ou seu enfraquecimento perante as Corporações Transnacionais, Santos Junior diz: "O Estado não perdeu o poder de constranger as grandes corporações capitalistas, até porque elas continuam dependentes da infra-estrutura estatal para fazer valer seus interesses. [...] O resultado disso é a consolidação de infra-estrutura institucionais que ajustam a ação dos atores internacionais e potencializam seus ganhos. Assim, a tese da globalização segundo a qual no atual sistema poítico internacional, formado por Estados-nação, ocorre um processo irreversível de decomposição do poder desterritorializado em função de agentes extraterritoriais, não encontra sustentação na prática. De fato, dá-se, no presente, o inverso,

Giddens[421] reconhece que as Corporações Transnacionais têm o Poder de controlar a economia, influenciando sistemas políticos mundiais. Inclusive, as maiores delas, na atualidade, têm orçamentos que ultrapassam os de quase todos os Estados nacionais.[422] No entanto, o autor afirma que esse Poder das Corporações Transnacionais não compete com o dos Estados quando estão em jogo questões relacionadas à territorialidade e ao controle dos meios de violência. Segundo ele, independente de quão poderosa seja sua economia, "as corporações industriais não são organizações militares (como algumas delas eram durante o período colonial), e não podem se estabelecer como entidades político/legais que governam uma determinada área territorial".

De acordo com Bakan[423], as corporações tornaram-se globais/transnacionais e, por isso, os Estados (governos) perderam parte (ou todo) do controle sobre elas. Assim, independente de a corporação ser confiável ou não, nos tempos atuais (líquidos), os Estados não têm sobre elas o Poder que possuíam há tempos atrás. Essa é a grande mudança. Os Estados tornaram-se impotentes em comparação com a situação anterior. Diante do capitalismo perverso dominado pelas Corporações Transnacionais, há a substituição do Poder político pelo Poder econômico. Assim, os principais protagonistas desse capitalismo têm Poder e acessos raros, jamais vistos.

Depreende-se, portanto, que as Corporações Transnacionais são as responsáveis pelos lucros na economia mundial e, assim, os Estados necessitam de seu sustentáculo. Nesse quadro, estas corporações ditam a maneira de agir do próprio Estado, inclusive quando do desempenho das suas funções básicas. Com isso, seu Poder segue crescendo. No entanto, na medida que crescem, a crise global aumenta,

---

ou seja, a expansão do sistema político internacional e das funções do Estado-nação". SANTOS JUNIOR, Raimundo Batista. **A globalização ou o mito do fim do Estado**. Ijuí: Unijuí, 2007. p. 91.

421 GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. p. 66.

422 Nesse contexto, uma recente matéria publicada pela InfoMoney informa que a Apple, considerada hoje a maior empresa de capital aberto do mundo, tornou-se mais valiosa do que o Brasil, superando o PIB brasileiro. A empresa ultrapassou a marca de US$ 1,88 trilhão em valor de mercado, enquanto o PIB brasileiro foi de US$ 1,84 trilhão em 2019. AGÊNCIA ESTADO. Avaliada em US$ 1,88 trilhão, Apple supera o PIB do Brasil. **InfoMoney**, 2020. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/mercados/avaliada-em-us-188-trilhao-apple-supera-o-pib-do-brasil/. Acesso em: 26 nov. 2020.

423 BAKAN, Joel. **The Corporation**: the pathological pursuit of profit and power.

principalmente em sua dimensão ambiental. Diante do discurso de responsabilidade corporativa apresentado pelas Corporações Transnacionais, muitas esperam resolver esse problema. Só que é apenas discurso, já que na prática a destruição permanece, atingindo todo o planeta, de uma maneira ou de outra, em todos os seus aspectos e dimensões.

A partir disso, a Sustentabilidade torna-se fundamental para se pensar em alternativas que possam evitar uma catástrofe a nível planetário. A Sustentabilidade planetária é indispensável. É necessário que se pense em possibilidades para frear o Poder destrutivo dessas Corporações Transnacionais. Com esse intuito, o próximo capítulo tratará sobre o paradigma da Sustentabilidade no século XXI.

CAPÍTULO 3

O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE NO SÉCULO XXI

Diante do exposto no capítulo anterior, fica clara a importância da Sustentabilidade neste novo cenário mundial, como um novo paradigma[424], o qual "se justifica pela necessidade vital da preservação da vida no planeta"[425]. Isso porque, "A sustentabilidade emerge, naturalmente, como grande potencial axiológico para ser aplicada e reconhecida na centralidade desta nova ordem jurídica altamente complexa, plural e transnacionalizada.[426]

Neste terceiro capítulo, far-se-á, inicialmente uma análise do significado de Sustentabilidade, bem como de sua evolução histórico-conceitual, desde os primórdios até o ano de 2015, com o advento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Pretende-se, também, demonstrar as diferenças quanto ao conceito de Sustentabilidade e de Desenvolvimento Sustentável, que são muitas vezes confundidos, porém tratam-se de categorias diversas.

Após isso, a Sustentabilidade será tratada em sua tríplice dimensão, o chamado "tripé" da Sustentabilidade, que se divide nas dimensões ambiental, econômica e social.

---

[424] Segundo Cruz e Bodnar, "as ciências, tanto naturais como sociais, desenvolveram-se historicamente a partir de determinados paradigmas. A expressão "paradigma" não possui um conceito unívoco e, no âmbito das ciências sociais, como é o caso do direito, também sofre infl uências ideológicas e até mesmo socioculturais. [...] Especifi camente no campo da ciência jurídica, com o direito como seu objeto, por paradigma deve-se entender o critério de racionalidade epistemológica refl exiva que predomina, informa, orienta e direciona a resolução dos problemas, desafi os, confl itos e o próprio funcionamento da sociedade. Trata-se de um referente a ser seguido e que ilumina a produção e aplicação do direito". CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. O novo paradigma do direito na pós-modernidade. **Revista de estudos constitucionais, hermenêutica e teoria do direito (RECHTD)**, São Leopoldo, v. 3, n. 1, p. 75- 83, jan./jun. 2011. Disponível em: http://www.revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/777/1761. Acesso em: 25 set. 2020. p. 78.

[425] CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. O novo paradigma do direito na pós-modernidade. p. 76.

[426] CRUZ, Paulo Márcio; REAL FERRER, Gabriel. Direito, sustentabilidade e a premissa tecnológica como ampliação de seus fundamentos. In: SILVEIRA, Alessandra; ABREU, Joana Covelo de; COELHO, Larissa A. (Coord.). **Sustentabilidade tecnológica**: o papel das tecnologias digitais na promoção do desenvolvimento sustentável. Braga/Portugal: Pensamento Sábio, 2020. p. 7.

Ao final, serão feitas algumas reflexões acerca de outras dimensões da Sustentabilidade, uma visão mais moderna do conceito, que abrange novas categorias, diante das novas necessidades que hoje se apresentam.

3.1 SUSTENTABILIDADE: SIGNIFICADO E EVOLUÇÃO HISTÓRICO-CONCEITUAL

Falar sobre Sustentabilidade nos tempos atuais não é mais novidade, tendo em vista tal categoria ser amplamente utilizada - tanto o substantivo “Sustentabilidade” quanto o adjetivo “sustentável”[427] – por “governos, pelas empresas, pela diplomacia e pelos meios de comunicação. É uma etiqueta que se procura colar nos produtos e nos processos de sua confecção para agregar-lhes valor”[428].

Trata-se de uma “ideia popular” e “It is so popular today that all sectors of society have embraced it. Even business and politics promise sustainability at every possible occasion. Living sustainably is an idea whose time has come” [429].

---

[427] Sobre o vocábulo “sustentável” Gutierrez Bastida exlica que: “[...] proviene del inglês *sustainable*, derivada del verbo *sustain* (sostener, mantener, sustentar...) que a su vez procede del vocablo latino *sustinere* (de *sus* – desde abajo – y *tenere* – sujetar, tener, sostener, mantener, reservar, guardar -) que adquiere el significado de sostener, manter, defender, resistir o conservar. [...] en castellano se usa sostenible en la literatura española y sustentable en la latino-americana. Em francês se usa *durable* (que dura mucho). Según idiomas, sus tenere ha derivado en diferentes palavras. En inglês, *sustainable*, en francês usan *durable*, en alemán *Nachhaltigkeit* (que etimologicamente hace referencia a algo susceptible de ser alzado, levantado, con una intención o en una dirección), en italiano *sostenibile*...En catalán se utiliza *sostenibilitat*, en galego *sustentabilidade* y en euskera se usan – de manera bastante incómoda por la falta de ajuste al concepto – *jasangarritasuna* o *iraunkortasuna*” (grifos do autor). “[...] vem do inglês *sustainable*, derivado do verbo *sustain* (sustentar, manter, sustentar ...), que por sua vez vem da palavra latina *sustinere* (de *sus* - de baixo - e *tenere* - aguardar, ter, sustentar, manter, reservar, salvar -) que adquire o sentido de sustentar, manter, defender, resistir ou conservar. [...] em espanhol é usado sostenible na literatura espanhola e sustentable na América Latina. Em francês é usado *durable* (que dura muito tempo). De acordo com as línguas, sus tenere deriva de palavras diferentes. Em inglês, *sustainable*, em francês usam *durable*, em alemão *Nachhaltigkeit* (que etimologicamente se refere a algo que pode ser alçado, levantado, com uma intenção ou em uma direção), em italiano *sostenibile* ... Em catalão, se usa *sostenibilitat*, em galego *sustentabilidade* e no basco são usados - de forma bastante incômoda devido à falta de adaptação ao conceito - *jasangarritasuna* ou *iraunkortasuna*”. (tradução livre). GUTIÉRREZ BASTIDA, José Manuel. **SUS TENERE**: Sostenibilidad vs. mercado y tecnología. España: Bubok, 2011. p. 168.

[428] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 9.

[429] “É tão popular hoje que todos os setores da sociedade a abraçaram. Mesmo os negócios e a política prometem sustentabilidade em todas as ocasiões possíveis. Viver de forma sustentável é a ideia do

No entanto, verifica-se uma certa confusão quanto ao seu conceito, o qual é utilizado muitas vezes – de forma equivocada – como sinônimo de Desenvolvimento Sustentável. Sobre isso, Real Ferrer[430] esclarece:

> Las palabras sirven para definir conceptos, pero a veces se usan para ocultarlos, para distraernos sobre su autentico significado. Igualmente, su uso indiscriminado, espurio y banalizante, hace que se corra el riesgo de que unas y otras, palabras y conceptos, se diluyan en la nada, máxime cuando, como es el caso, se toman como una moda, como complemento a cualquier discurso políticamente correcto. Desarrollo sostenible y sostenibilidad son términos que se usan profusamente y suelen identificarse y, de hecho, las denominaciones de las cumbres juegan a ello, pero no son lo mismo.

Diante disso, no decorrer deste tópico serão tecidos comentários relacionados à sua diferenciação, seus significados, bem como à evolução histórica do conceito.

Bosselmann[431] parte da ideia de Sustentabilidade como um princípio jurídico, dotado de características históricas, conceituais e éticas, podendo ser vista como um ideal para a civilização, em um âmbito global.

Ao refletir acerca do significado da Sustentabilidade, o mesmo autor explica que se trata de uma ideia rodeada de significado e Poder, mas que há uma confusão quanto à ideia e ao termo, já que este (o termo) mostra-se mal-empregado. Já a ideia refere-se à influência que exerce sobre o pensamento em relação ao futuro. Dessa forma, o autor afirma: “Sustainability is both simple and complex”[432].

---

momento” (tradução livre). BOSSELMANN, Klaus. **The principle of sustainability**: transforming law and governance. Burlington: Ashgate, 2008. p. 1.

[430] “As palavras servem para definir conceitos, mas às vezes são usadas para escondê-las, para nos distrair do seu significado autêntico. Da mesma forma, seu uso indiscriminado, espúrio e banalizador faz com que haja o risco de que palavras e conceitos sejam diluídos no nada, especialmente quando, como é o caso, são tomados como moda, como complemento de qualquer discurso politicamente correto. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade são termos que são usados profusamente e geralmente são identificados e, de fato, as denominações de cúpulas brincam com isso, mas eles não são os mesmos” (tradução livre). REAL FERRER, Gabriel. **Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del Derecho**. Publicado en Revista de Derecho Ambiental, AbeledoPerrot, Buenos Aires, nº 32, octubre-diciembre 2012, págs. 65-82; y en Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza e Denise Schmitt Siqueira Garcia (Orgs.), Direito Ambiental, Transnacionalidade e Sustentabilidade, E-Book, Univali editora, Itajaí, 2013. p. 3-4.

[431] BOSSELMANN, Klaus. **The principle of sustainability**: transforming law and governance. p. 4.

[432] “Sustentabilidade é ao mesmo tempo simples e complexa” (tradução livre). BOSSELMANN, Klaus. **The principle of sustainability**: transforming law and governance. p. 9.

Quanto à ideia de Sustentabilidade, então, entende-se por “simples” quando vista como uma necessidade, diante dos elementos que são essenciais para a sobrevivência, como ao ar, a água, os solos: aspectos fundamentais para preservar a Sustentabilidade da existência humana. Por outro lado, a ideia de Sustentabilidade mostra-se “complexa”, já que é difícil afirmar com certeza o que ela é, uma vez que depende, para a sua definição, de uma maior reflexão acerca de valores e princípios éticos.[433]

Em relação ao termo Sustentabilidade, Bosselmann diz que o que se percebe é que todo mundo o aceita e o aprova, no entanto, parece não se saber o suficiente a respeito dele. O que se tem é a ideia, a imaginação. Dessa forma, “We may be able to imagine a sustainable society, but probably not to how to get there”[434].

Depreende-se, então, que pensar em Sustentabilidade é pensar naquilo que pode ser mantido ao longo do tempo, visando “o atendimento das necessidades do presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões” [435]. Assim, o que for insustentável irá, em algum momento, deixar de funcionar ou existir, visto que o planeta não suporta mais o tipo de comportamento que hoje predomina e que tem gerado consequências devastadoras ao meio ambiente, à sociedade e inclusive à economia, afetando diretamente cada um dos seres humanos, de uma forma ou de outra.

Nesse contexto, Cruz e Real Ferrer[436] afirmam que “Sustentabilidade não é nada mais do que um processo mediante o qual se tenta construir uma sociedade global capaz de se perpetuar indefinidamente no tempo em condições que garantam a dignidade humana”. A preocupação com a Dignidade da Pessoa Humana é fundamental quando se pensa em Sustentabilidade, já que as consequências geradas

---

[433] BOSSELMANN, Klaus. **The principle of sustainability**: transforming law and governance. p. 9.

[434] “Podemos ser capazes de imaginar uma sociedade sustentável, mas provavelmente não saber como chegar lá” (tradução livre). BOSSELMANN, Klaus. **The principle of sustainability**: transforming law and governance. p. 9

[435] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 14.

[436] CRUZ, Paulo Márcio; REAL FERRER, Gabriel. Direito, sustentabilidade e a premissa tecnológica como ampliação de seus fundamentos. p. 7.

por meio de atitudes e comportamentos inadequados/insustentáveis, dentro de uma sociedade, irão refletir diretamente em cada indivíduo.

Historicamente, há indícios de que a Sustentabilidade sempre permeou as preocupações da sociedade, não se tratando, portanto, de um debate novo. A partir do século XX o seu debate sofreu uma mudança de perspectivas, com adoção do termo "Desenvolvimento Sustentável"[437]. A grande questão é saber se tal mudança ajudou ou atrapalhou a sua compreensão.[438] Nesse sentido, Bosselmann explica:

> With respect to 'sustainable development', the crucial question is how the concern for ecological sustainability is related to development, more precisely, the concern for prosperous development of people living today (intragenerational equity) and in the future (intergenerational justice). […] the sustainability debate since the Brundtland Report of 1987 has, to a large extent, overlooked the importance of defining these relationships. Sustainable development does not call for a balancing act between the needs of people living today and the needs of people living in the future, nor for a balancing act between economic, social and environmental needs. The notion of sustainable development, if words and their history have any meaning, is quite clear. It calls for development based on ecological sustainability in order to meet the needs of people living today and in the future. Understood in this way, the concept provides content and direction. It can be used in society and enforced through law. The legal quality of the concept of sustainable development firms up once its core idea is being realized.[439]

---

[437] Desde o início Bosselmann salienta que "the concept of sustainable development is only meaningful if related to the core idea of ecological sustainability. We will see that sustainable development needs be understood as an application of the principle of sustainability, not the other way round. The vision of a 'sustainable society' is another, broader application of the same idea. Other applications can be seen in the terms 'sustainable growth', 'sustainable economy', 'sustainable production', 'sustainable trade' and so on. No matter how clear or confusing such terminological combinations are, they all employ a basic idea of sustainability". "O conceito de desenvolvimento sustentável só tem sentido se for relacionado à ideia central de sustentabilidade ecológica. Veremos que o desenvolvimento sustentável precisa ser entendido como uma aplicação do princípio da sustentabilidade, e não o contrário. A visão de uma "sociedade sustentável" é outra aplicação mais ampla da mesma ideia. Outras aplicações podem ser vistas em termos de 'crescimento sustentável', 'economia sustentável', 'produção sustentável', 'comércio sustentável' e assim por diante. Por mais claras ou confusas que sejam essas combinações terminológicas, todas elas empregam uma ideia básica de sustentabilidade" (tradução livre). BOSSELMANN, Klaus. **The principle of sustainability**: transforming law and governance. p. 11.

[438] BOSSELMANN, Klaus. **The principle of sustainability**: transforming law and governance. p. 11.

[439] "No que diz respeito ao 'desenvolvimento sustentável', a questão crucial é como a preocupação com a sustentabilidade ecológica está relacionada ao desenvolvimento, mais precisamente, a preocupação com o desenvolvimento próspero das pessoas que vivem hoje (equidade intrageracional) e no futuro (justiça intergeracional). [...] o debate sobre **sustentabilidade** desde o Relatório Brundtland de 1987 tem, em grande medida, esquecido a importância de definir essas relações. O **desenvolvimento sustentável** não exige um equilíbrio entre as necessidades das

Originariamente, o conceito de Sustentabilidade[440] remonta mais de 400 anos, tendo nascido a partir da silvicultura - “manejo das florestas”. Isso porque na antiguidade, até a Idade Moderna, a principal matéria prima era a madeira, utilizada nas construções de casas, móveis, até como combustível, sendo “amplamente usada para difundir metais e na construção de barcos, que na época das ‘descobertas/conquistas’ do século XVI singravam todos os oceanos. O uso foi tão intensivo [...] que as florestas começaram a escassear”[441].

Diante disso, foi no ano de 1560, na Alemanha, que despontou “a preocupação pelo uso racional das florestas, de forma que elas pudessem se regenerar e se manter permanentemente. Neste contexto surgiu a palavra alemã *Nachhaltigkeit*, que significa ‘Sustentabilidade’”, cujo conceito estratégico formou-se somente no ano de 1713. [442] Boff relata que:

> Haviam se criado fornos de mineração que demandavam muito carvão vegetal, extraído da madeira. Florestas eram abatidas para atender esta nova frente do progresso. Foi então que Carlowitz escreveu um verdadeiro tratado na língua científica da época, o latim, sobre a sustentabilidade (*nachhaltig wirtschaften*: organizar de forma sustentável) das florestas com o título de *Silvicultura oeconomica*. Propunha enfaticamente o uso sustentável da madeira. Seu lema era: “devemos tratar a madeira com cuidado” (*man muss mit dem Holz pfleglich umgehen*), caso contrário, acabar-se-á o negócio e cessará

---

pessoas que vivem hoje e as necessidades das pessoas que vivem no futuro, nem um equilíbrio entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais. A noção de desenvolvimento sustentável, se as palavras e sua história têm algum significado, é bastante clara. Exige um desenvolvimento baseado na sustentabilidade ecológica para atender às necessidades das pessoas que vivem hoje e no futuro. Assim entendido, o conceito fornece conteúdo e direcionamento. Pode ser usado na sociedade e aplicado por meio da lei. A qualidade jurídica do conceito de desenvolvimento sustentável se firma assim que sua ideia central está sendo concretizada” (sem grifos no original) (tradução livre). BOSSELMANN, Klaus. **The principle of sustainability**: transforming law and governance. p. 11.

[440] Boff salienta que “Na raiz de “sustentabilidade” e de “sustentar” está a palavra latina *sustentare* com o mesmo sentido que possui em português. [...] dois sentidos: um passivo e outro ativo. O *passivo* diz que “sustentar” significa equilibrar-se, manter-se, conservar-se sempre à mesma altura, conservar-se sempre bem. Neste sentido “sustentabilidade” é, em termos ecológicos, tudo o que a Terra faz para que um ecossistema não decaia e se arruíne. Esta diligência implica que a Terra e os biomas tenham condições não apenas para conservar-se assim como são, mas também que possam prosperar, fortalecer-se e coevoluir. O sentido ativo enfatiza a ação feita de fora para conservar, manter, proteger, nutrir, alimentar, fazer prosperar, subsistir, viver. No dialeto ecológico isto significa: sustentabilidade representa os procedimentos que tomamos para permitir que a Terra e seus biomas se mantenham vivos, protegidos, alimentados de nutrientes a ponto de estarem sempre bem conservados e à altura dos riscos que possam advir”. BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 31-32.

[441] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 32.

[442] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 32-33.

> o lucro. Mais diretamente: “corte somente aquele tanto de lenha que a floresta pode suportar e que permite a continuidade de seu crescimento”. A partir desta consciência os poderes locais começaram a incentivar o replantio das árvores nas regiões desflorestadas. As ponderações de ontem conservam validade até os dias de hoje, pois o discurso ecológico atual usa praticamente os mesmos termos desde então.[443]

A partir da Silvicultura - ciência nova criada em virtude da preocupação com a Sustentabilidade das florestas – o conceito estratégico de Sustentabilidade manteve-se vivo, fazendo-se ouvir na década de 70, com a criação do Clube de Roma[444][445], por meio do relatório intitulado *Os limites do crescimento*[446][447], publicado em 1972, o qual provocou um “alarme ecológico”, levando a ONU a envolver-se com o tema.[448]

---

[443] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 33.

[444] Dias refere que O Clube de Roma foi “criado em 1968 por um grupo de trinta especialistas de diversas áreas, com o objetivo de promover a discussão da crise atual e futura da humanidade”. DIAS, Genebaldo Freire. **Pegada ecológica e sustentabilidade humana**. São Paulo: Gaia, 2002. p. 22.

[445] Importante salientar que, segundo Bosselmann: “The Club of Rome saw economic growth on a conflict course with ecological sustainability; the UN system, on the other hand, believed in reconciling the two. International environmental law has followed this later assumption which is not surprising given the traditional nexus between growth, states and international law. Fundamentally, however, the environmental challenge required international cooperation of all, states, business and civil society. The environmental movement clearly had an impact on the shaping of key legal principles including precaution and sustainability. In can be said, therefore, that international environmental law has emerged as a new legal field created by science, philosophy, ethics, economics and politics”. “O Clube de Roma viu o crescimento econômico em um curso de conflito com a sustentabilidade ecológica; o sistema da ONU, por outro lado, acreditava na reconciliação dos dois. O direito ambiental internacional seguiu essa suposição posterior, o que não é surpreendente, dado o nexo tradicional entre crescimento, Estados e direito internacional. Fundamentalmente, no entanto, o desafio ambiental exigia a cooperação internacional de todos, Estados, empresas e sociedade civil. O movimento ambientalista claramente teve um impacto na formação de princípios legais fundamentais, incluindo precaução e sustentabilidade. Pode-se dizer, portanto, que o direito ambiental internacional surgiu como um novo campo jurídico criado pela ciência, filosofia, ética, economia e política” (tradução livre). BOSSELMANN, Klaus. **The principle of sustainability**: transforming law and governance. p. 25.

[446] MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, William W. **The limits to grouth**: a report for the club of rome's project on the predicament of mankind. New York: Universe Books, 1972.

[447] Sobre este relatório, Dias refere que: “Este documento estabeleceu modelos globais baseados nas técnicas então pioneiras de análise de sistemas, projetados para predizer como seria o futuro se não ocorressem ajustamentos nos modelos de desenvolvimento econômico adotados. Denunciava a busca incessante do crescimento material da sociedade, a qualquer custo, e a meta de se tornar cada vez maior, mais rica e poderosa, sem levar em conta o custo final desse crescimento. As análises dos modelos indicavam que o crescente consumo geral levaria a humanidade a um limite de crescimento, possivelmente a um colapso”. DIAS, Genebaldo Freire. **Pegada ecológica e sustentabilidade humana**. p. 22.

[448] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 34.

Com o despertar do “alarme ecológico”, a partir de 1972, começa a surgir a história recente – ou moderna – da Sustentabilidade, que passa a ser discutida por meio de comissões e conferências/cúpulas mundiais[449], realizadas pela ONU. Segundo Bosselmann, “The modern history of sustainability is closely associated with the history of international environmental policy and law”[450].

Assim, em 1972 a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente[451], em Estocolmo, na qual, segundo Boff “os resultados não foram significativos, mas seu melhor fruto foi a decisão de criar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma)”.[452] A referida Conferência possibilitou a reunião de 113 países, por meio de seus representantes, “com o objetivo de estabelecer uma visão global e princípios comuns que servissem de inspiração e orientação à humanidade, para a preservação e melhoria do ambiente humano”[453].

De acordo com Lago[454]:

> A Conferência de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, 1972) foi a primeira grande reunião organizada pelas Nações Unidas a concentrar-se sobre questões de meio ambiente. Sua convocação foi consequência da crescente atenção internacional para a preservação da natureza, e do descontentamento de diversos setores da sociedade quanto às repercussões da poluição sobre a qualidade de vida das populações. A atenção da opinião pública e as pressões políticas verificavam-se principalmente nos países industrializados, onde as comunidades científicas e um número crescente de organizações não-

---

449 Neste trabalho serão destacadas as principais, de acordo com sua importância para o tema.

450 “A história moderna da sustentabilidade está intimamente associada à história da política e legislação ambiental internacional” (tradução livre). BOSSELMANN, Klaus. **The principle of sustainability**: transforming law and governance. p. 25.

451 Para acessar o relatório na íntegra: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.48/14/REV.1. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (também conhecida como Conferência de Estocolmo) foi uma conferência internacional convocada sob os auspícios das Nações Unidas, realizada em Estocolmo, Suécia, de 5 a 16 de junho de 1972. Foi a primeira grande conferência da ONU sobre questões ambientais internacionais e marcou uma virada no desenvolvimento da política ambiental internacional. NAÇÕES UNIDAS. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo)**. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/milestones/humanenvironment. Acesso em: 14 set. 2020.

452 BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 34.

453 DIAS, Genebaldo Freire. **Pegada ecológica e sustentabilidade humana**. p. 23.

454 LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo**: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Instituto Rio Branco, 2006. p. 17-18.

> governamentais conquistavam amplo espaço para a divulgação de suas denúncias e alertas. A Conferência introduziu alguns dos conceitos e princípios que, ao longo dos anos, se tornariam a base sobre a qual evoluiria a diplomacia na área do meio ambiente.

Após a Conferência de Estocolmo, a ONU criou, em 1983, uma Comissão com o intuito de "reexaminar os principais problemas do meio ambiente e do desenvolvimento em âmbito planetário, formular propostas realistas para solucioná-los e assegurar que o progresso humano fosse sustentável por meio do desenvolvimento [...]"[455], originando a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ou Comissão Brundtland), que tinha como lema "Uma agenda global para a mudança". Seus trabalhos iniciaram em 1984, finalizando em 1987 com o relatório da Primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, intitulado como *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum)[456], ou o "Relatório Brundtland".[457]

O Relatório Brundtland "tratou das preocupações, desafios e esforços comuns para a busca do desenvolvimento sustentável, focalizando o papel da economia internacional, o crescimento populacional, [...] e a necessidade de mudanças institucionais"[458]. Foi nele que se definiu o conceito de Desenvolvimento Sustentável como o "development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs"[459].

---

[455] DIAS, Genebaldo Freire. **Pegada ecológica e sustentabilidade humana**. p. 23.

[456] Para acessar o relatório na íntegra: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf. A Assembleia Geral, em sua resolução 38/161 de 19 de dezembro de 1983, inter alia, acolheu com agrado o estabelecimento de uma comissão especial que deveria disponibilizar um relatório sobre meio ambiente e a problemática global até o ano 2000 e além, incluindo estratégias propostas para o desenvolvimento sustentável. Posteriormente, a comissão adotou o nome de Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Na mesma resolução, a Assembleia decidiu que, em questões do mandato e competência do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o relatório da comissão especial deveria, em primeira instância, ser considerado pelo Conselho Diretor do Programa, para transmissão à Assembleia juntamente com seus comentários, e para uso como material básico na preparação, para adoção pela Assembleia, da Perspectiva Ambiental para o ano 2000 e além. NAÇÕES UNIDAS. **Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Nosso Futuro Comum**. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/milestones/wced. Acesso em: 14 set. 2020.

[457] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 34.

[458] DIAS, Genebaldo Freire. **Pegada ecológica e sustentabilidade humana**. p. 23.

[459] "Desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades" (tradução livre). UNITED NATIONS. **Our Common Future**. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

Fazendo uma relação entre a origem da expressão “Sustentabilidade” como um princípio ecológico e a introdução do conceito de Desenvolvimento Sustentável pela Comissão Brundtland, Bosselmann entende que essa definição de Desenvolvimento Sustentável acabou obscurecendo o significado original de Sustentabilidade. Nas palavras do autor:

> […] the Brundtland Commission could have first defined ‘sustainability’ and then use it for its description of sustainable development. But this did not happen. Instead, the Brundtland Commission chose to introduce a quite different, broader concept. Both advocates and critics of the concept of sustainable development agree that the original meaning of sustainability has been obscured by the Brundtland definition. They disagree, however, on whether or not sustainability has been replaced by sustainable development so that it is no longer relevant for policy and law-making. [460]

Para o referido autor, “Essentially, the Brundtland Report is a plea for comprehensive distributive justice between (a) rich and poor, (b) people living today and in the future, and (c) humans and nature”[461].

Diante da repercussão deste relatório, a ONU, depois de 20 anos da Conferência de Estocolmo, realizou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992, no Rio de Janeiro, cujo objetivo centrava-se em “examinar a situação ambiental do mundo e as mudanças ocorridas desde a Conferência de Estocolmo. Buscou-se identificar estratégias regionais e globais para ações apropriadas referentes às principais questões ambientais”[462].

---

[460] “A Comissão Brundtland poderia primeiro definir "sustentabilidade" e depois usá-la para descrever o desenvolvimento sustentável. Mas isso não aconteceu. Em vez disso, a Comissão Brundtland optou por introduzir um conceito mais amplo e bem diferente. Tanto os defensores quanto os críticos do conceito de desenvolvimento sustentável concordam que o significado original de sustentabilidade foi obscurecido pela definição de Brundtland. Eles discordam, no entanto, sobre se a sustentabilidade foi ou não substituída pelo desenvolvimento sustentável de forma que não seja mais relevante para políticas e legislações” (tradução livre). BOSSELMANN, Klaus. **The principle of sustainability**: transforming law and governance. p. 25.

[461] “Essencialmente, o Relatório Brundtland é um apelo por justiça distributiva abrangente entre (a) ricos e pobres, (b) pessoas que vivem hoje e no futuro, e (c) humanos e a natureza” (tradução livre). BOSSELMANN, Klaus. **The principle of sustainability**: transforming law and governance. p. 29.

[462] DIAS, Genebaldo Freire. **Pegada ecológica e sustentabilidade humana**. p. 23.

Também conhecida como Rio 92 ou Cúpula da Terra[463], tal Conferência resultou na produção de diversos documentos, dentre os quais destaca-se a Agenda 21[464]: Programa de Ação Global.[465] Nesse contexto, Lago[466] destaca que:

> A Conferência do Rio consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável, e contribuiu para a mais ampla conscientização de que os danos ao meio ambiente eram majoritariamente de responsabilidade dos países desenvolvidos. Reconheceu-se, ao mesmo tempo, a necessidade de os países em desenvolvimento receberem apoio financeiro e tecnológico para avançarem na direção do desenvolvimento sustentável. Naquele momento, a posição dos países em desenvolvimento tornou-se mais bem estruturada e o ambiente político internacional favoreceu a aceitação pelos países desenvolvidos de princípios como o das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. A mudança de percepção com relação à complexidade do tema deu-se de forma muito clara nas negociações diplomáticas, apesar de seu impacto ter sido menor do ponto de vista da opinião pública.

Assim, a partir da Rio 92, "A categoria 'desenvolvimento sustentável' adquiriu então plena cidadania, constituiu o eixo de todas as discussões e aparece quase sempre nos principais documentos"[467].

No entanto, Boff explica que se tornava cada vez mais visível a contradição relacionada ao termo "Desenvolvimento Sustentável". De um lado, a racionalidade do desenvolvimento capitalista, cujo objetivo é sempre expandir os lucros às custas da natureza, gerando assim profundas desigualdades sociais. Do outro lado, a situação

---

[463] A CNUMAD é mais conhecida como Rio 92, referência à cidade que a abrigou, e também como "Cúpula da Terra" por ter mediado acordos entre os Chefes de Estado presentes. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 Global**. Disponível em: https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas,e%20o%20Desenvolvimento%20(CNUMAD). Acesso em: 16 set. 2020.

[464] 179 países participantes da Rio 92 acordaram e assinaram a Agenda 21 Global, um programa de ação baseado num documento de 40 capítulos, que constitui a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, denominado "desenvolvimento sustentável". O termo "Agenda 21" foi usado no sentido de intenções, desejo de mudança para esse novo modelo de desenvolvimento para o século XXI. A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 Global**.

[465] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 34-35.

[466] LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo**: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. p. 18.

[467] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 35.

do meio ambiente, norteada pelo equilíbrio, pela interdependência e pela reciclagem, já que “a natureza não conhece lixo”.[468]

Sobre isso, Dias[469] assinala que:

> A discussão sobre o conceito de desenvolvimento sustentável extravasou por duas décadas, com largas margens de incertezas. Essa discussão jacobina trocou de milênio e os benefícios que deveriam trazer, da sua implantação, continuam tímidos. O que é “desenvolvimento” e o que é sustentável mereceram teses que adensaram as prateleiras empoeiradas da academia. Os desafios impostos pela realidade do enfraquecimento da segurança ecológica global colocaram essa discussão em xeque. Na verdade, “satisfazer as necessidades das gerações presentes, sem comprometer as das gerações futuras”, sinaliza a perpetuação de uma situação de estresse sistêmico, ou seja, desde que as “necessidades” (ou ganância) da espécie humana sejam satisfeitas, não se devem levar em conta as necessidades dos inúmeros, complexos, intrincados e inter-relacionados subsistemas que asseguram a biodiversidade na Terra.

Essa dificuldade fez com que a ONU, dez anos após a Rio 92, ou seja, no ano de 2002, convocasse outra Conferência - A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável[470] – que se realizou em Joanesburgo e tinha como objetivo “estabelecer um plano de implementação que acelerasse e fortalecesse a aplicação dos princípios aprovados no Rio de Janeiro”[471].

Segundo Boff[472], diferentemente da Conferência do Rio de 92, onde havia “um espírito de cooperação”, na Conferência de Joanesburgo se revelou “uma disputa feroz por interesses econômicos corporativos, especialmente por parte das grandes potências, que boicotaram a discussão das energias alternativas em substituição do petróleo, altamente poluidor”. Diante disso, a Conferência de Joanesburgo se

---

468 BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 35.

469 DIAS, Genebaldo Freire. **Pegada ecológica e sustentabilidade humana**. p. 23.

470 Johannesburg Summit 2002 - a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável - reuniu dezenas de milhares de participantes, incluindo chefes de Estado e de Governo, delegados nacionais e líderes de organizações não governamentais (ONGs), empresas e outros grupos importantes para chamar a atenção do mundo e ação direta para enfrentar desafios difíceis, incluindo melhorar a vida das pessoas e conservar nossos recursos naturais em um mundo que está crescendo em população, com demandas cada vez maiores por alimentos, água, abrigo, saneamento, energia, serviços de saúde e segurança econômica. NAÇÕES UNIDAS. **Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD), Cúpula de Joanesburgo.** Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/milesstones/wssd. Acesso em: 16 set. 2020.

471 LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo**: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. p. 18.

472 BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 36.

encerrou frustrada. Isso porque a questão planetária, seja em relação à sua salvaguarda ou à preservação da vida humana, foi apenas “pincelada”. Em relação à Sustentabilidade, apenas “falaram”, sem dar a atenção necessária e preocupante que exigia.[473]

Passados dez anos da Conferência de Joanesburgo, outra megaconferência foi realizada pela ONU, no Rio de Janeiro, em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20[474], “que se propôs fazer um balanço dos avanços e dos retrocessos do binômio ‘desenvolvimento e sustentabilidade’”, diante das transformações ocorridas pelo aquecimento global e também pela Crise Econômica mundial de 2008, que atingiu todo o globo. Como temais centrais da Rio+20 foram discutidas questões relacionadas à “Sustentabilidade”, à “economia verde” e à “governança global do ambiente”. No entanto, o seu documento resultante intitulado “O futuro que queremos”, “não chegou a propor nenhuma meta concreta para erradicar a pobreza, controlar o aquecimento global e salvaguardar os serviços ecossistêmicos da Terra”.[475]

Como última grande conferência a ser aqui abordada, relacionada à Sustentabilidade e ao Desenvolvimento Sustentável, tem-se a mais recente delas, a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável[476], realizada na sede das Nações

---

[473] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 36.

[474] A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - ou Rio + 20 - ocorreu no Rio de Janeiro, Brasil, de 20 a 22 de junho de 2012. Ela resultou em um documento de resultado político focado que contém medidas claras e práticas para a implementação do desenvolvimento sustentável. No Rio, os Estados Membros decidiram lançar um processo para desenvolver um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) , que se baseará nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e convergirá com a agenda de desenvolvimento pós-2015. A Conferência também adotou diretrizes inovadoras sobre políticas de economia verde . Os governos também decidiram estabelecer um processo intergovernamental no âmbito da Assembleia Geral para preparar opções sobre uma estratégia de financiamento do desenvolvimento sustentável. Os governos também concordaram em fortalecer o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em várias frentes, com ações a serem tomadas durante a 67ª sessão da Assembleia Geral. [...] A Conferência Rio + 20 também chamou a atenção de milhares de representantes do sistema ONU e dos principais grupos. Resultou em mais de 700 compromissos voluntários e testemunhou a formação de novas parcerias para promover o desenvolvimento sustentável. NAÇÕES UNIDAS. **Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio + 20.** Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/rio20. Acesso em: 16 set. 2020.

[475] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 37.

[476] A cúpula das Nações Unidas para a adoção da agenda de desenvolvimento pós-2015 foi realizada de 25 a 27 de setembro de 2015, em Nova York, e convocada como uma reunião plenária de alto nível da Assembleia Geral. NAÇÕES UNIDAS. **Cúpula das Nações Unidas para o**

Unidas, em Nova York, no ano de 2015. Como resultado desta conferência obteve-se o lançamento de uma Agenda de Desenvolvimento Sustentável, sob o título "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável"[477]. Trata-se de uma Agenda que contempla dezessete objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, norteadores de ações em áreas de importância fundamental para o planeta e para a humanidade.[478]

Verifica-se que em todas essas conferências[479], o termo utilizado foi "Desenvolvimento Sustentável". Logo, "A ideia de sustentabilidade ganha corpo e expressão política na adjetivação do termo desenvolvimento, fruto da percepção de uma crise ambiental global"[480].

Sobre isso, Bosselmann afirma que

> Since 1972, and especially since 1992, the concept of sustainability seems to have lost its contours. Its popularization in the term 'sustainable development' created an invitation to use it for all sorts of objectives purported to be desirable ('sustainable economy', 'sustainable growth', 'sustainable policies', etc.). Many of such terminological constructs have no bearing to the original meaning of sustainability. [481]

Desenvolvimento Sustentável 2015. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/summit. Acesso em: 16 set. 2020.

[477] Para acessar o documento original, na íntegra: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E. Acesso em: 16 set. 2020.

[478] NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **17 objetivos para transformar nosso mundo**. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/. Acesso em: 16 set. 2020.

[479] Boff salienta que "O saldo positivo de todas estas conferências da ONU foi um crescimento de consciência na humanidade concernente à questão ambiental, não obstante persista ainda um ceticismo em um bom número de pessoas, de empresas e até de cientistas". BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 36.

[480] NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estud. av.**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 set. 2020.

[481] "Desde 1972, e principalmente a partir de 1992, o conceito de sustentabilidade parece ter perdido seus contornos. Sua popularização no termo 'desenvolvimento sustentável' criou um convite para usá-lo para todos os tipos de objetivos considerados desejáveis ('economia sustentável', 'crescimento sustentável', 'políticas sustentáveis', etc.). Muitas dessas construções terminológicas não têm relação com o significado original de sustentabilidade" (tradução livre). BOSSELMANN, Klaus. **The principle of sustainability**: transforming law and governance. p. 40.

Boff explica que tal expressão foi adotada “em todos os documentos oficiais dos governos, da diplomacia, dos projetos das empresas, no discurso ambientalista convencional e nos meios de comunicação”[482].

No entanto, o Desenvolvimento Sustentável, para Boff, trata-se de “um ideal a ser atingido ou então como um qualificativo de um processo de produção ou de um produto, feito pretensamente dentro de critérios de sustentabilidade, o que, na maioria dos casos, não corresponde à verdade”[483].

Para o referido autor, os termos Sustentabilidade e desenvolvimento seguem parâmetros distintos e que se contradizem. Segundo ele:

> O desenvolvimento [...] é linear, deve ser crescente, supondo a exploração da natureza, gerando profundas desigualdades – riquezas de um lado e pobreza do outro – e privilegia a acumulação individual. Portanto, é um termo que vem do campo da economia política industrialista/capitalista. A categoria *sustentabilidade*, ao contrário, provém do âmbito da biologia e da ecologia, cuja lógica é circular e includente. Representa a tendência dos ecossistemas ao equilíbrio dinâmico, à cooperação e à coevolução, e responde pelas interdependências de todos com todos, garantindo a inclusão de cada um, até dos mais fracos. Se esta compreensão for correta, então fica claro que *sustentabilidade* e *desenvolvimento* configuram uma contradição nos próprios termos. Eles têm lógicas que se autonegam: uma privilegia o indivíduo, a outra o coletivo; uma enfatiza a competição, a outra a cooperação; uma a evolução do mais apto, a outra a coevolução de todos juntos e inter-relacionados.[484] (grifos do autor)

Sobre essa mesma dicotomia, Real Ferrer[485] explica que na expressão Desenvolvimento Sustentável, a palavra Sustentabilidade é vista como um limite, já que “desenvolver” implica “crescer” e a Sustentabilidade está ali para limitar esse crescimento, refletindo-se, assim, de forma negativa. Só que o real significado de Sustentabilidade é o oposto disso, é uma noção positiva, por meio da qual transformações são necessárias para que a humanidade se perpetue por gerações.

---

[482] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 36.
[483] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 36-37.
[484] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 45.
[485] “Poderíamos dizer que a sustentabilidade nada mais é do que a materialização do instinto de sobrevivência social, sem prejulgar, evidentemente, se deve ou não haver desenvolvimento (crescimento), ou onde sim ou não” (tradução livre). FERRER, Gabriel Real. **Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del Derecho**. p. 7.

Sendo assim, “podríamos decir que la sostenibilidad no es más que la materialización del instinto de supervivencia social, sin prejuzgar, por supuesto, si debe o no haber desarrollo (crecimiento), ni donde sí o donde no”.

Boff, ainda, diz que ao utilizar a expressão Desenvolvimento Sustentável, em um contexto político, isso pode caracterizar “uma armadilha do sistema imperante: assume os termos da ecologia (sustentabilidade) para esvaziá-los e assume o ideal da economia (crescimento/desenvolvimento), mascarando, porém, a pobreza que ele mesmo produz”.[486]

Por outro lado, Bosselmann[487] explica que se tratam de dois conceitos igualmente importantes, supondo a possibilidade do exercício conjunto entre os objetivos ambientais e os objetivos de desenvolvimento, com o intuito de atender às necessidades humanas.

Assim, Boff[488] considera que o desenvolvimento que hoje vigora em quase todos os países é insustentável. Ao mesmo tempo, o autor afirma que é preciso viver e, para isso, necessita-se “produzir com certo nível de crescimento e desenvolvimento”. A partir disso, questiona-se como fazer isso beneficiando a todos os seres (vivos e humanos) em consonância com a natureza, mantendo uma qualidade de vida para as presentes e futuras gerações. A resposta, segundo ele, é a Sustentabilidade, buscada por meio de uma revolução conceitual e prática. Por conseguinte, Boff elenca alguns pressupostos necessários para o seu alcance:

> [...] garantir a vitalidade do Planeta Terra com seus ecossistemas (comunidade de vida); assegurar as condições de persistência da espécie humana e de sua civilização; manter o equilíbrio da natureza; tomar a sério os danos causados pelo ser humano à Terra e a todos os biomas; dar-se cota dos limites do crescimento; controlar de forma não coercitiva o crescimento da população; reconhecer a urgência de mudança de paradigma civilizacional e perceber a capacidade inspiradora da nova cosmologia de transformação, para que haja efetivamente sustentabilidade; entender o ser humano como portador de duas fomes: uma de pão, que é saciável (quantidade), e outra de beleza (qualidade), de transcendência, de compreensão e de amor,

[486] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 46.
[487] BOSSELMANN, Klaus. **The principle of sustainability**: transforming law and governance. p. 30.
[488] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 131.

> que é insaciável (expressão cunhada pelo poeta cubano Roberto Retamar e difundida por Frei Betto e por outros).[489]

Nesse contexto, Machado[490] sintetiza dizendo que "[...] desenvolvimento sustentável é uma locução verbal em que se ligam dois conceitos. O conceito de sustentabilidade passa a qualificar ou caracterizar o desenvolvimento".

No entanto, Gudynas[491] destaca que o termo "Desenvolvimento Sustentável" é um conceito plural. Não só por ser composto por duas palavras, mas porque tanto "desenvolvimento" quanto "Sustentabilidade" possuem atualmente diferentes concepções/entendimentos. Isso até mesmo quando se trata do conceito original de Sustentabilidade - aquele que nasceu na ecologia. Há uma diversificada discussão econômica que trata das questões ambientais, resultando em fortes impactos. Para o autor, "Los avances nacionales e internacionales para lograr una sustentabilidad efectiva siguen siendo insuficientes"[492].

Da mesma forma entende Gutiérrez Bastida[493], quando reflete sobre o termo. Segundo o autor, de início parece ser uma ideia que carrega boas sensações, já que fala de desenvolvimento, progresso, avanços, estes duradouros e estáveis. No entanto, quando se começa a pesquisar mais a fundo, verifica-se uma multiplicidade de definições, que vão desde aquelas repletas de boas intenções até outras que não são nada boas, fazendo com que aquelas "boas sensações" se tornem inquietantes, perturbadoras, inoportunas e até mesmo estranhas.

Para Vozmediano[494], o conceito de Desenvolvimento Sustentável é uma falácia e deve ser eliminado definitivamente. Em seu lugar deveria entrar o *crecimento sustentável*, para aqueles países que ainda estão imersos no subdesenvolvimento. Para o autor, o desenvolvimento - seja ele sustentável ou não - que hoje se pratica,

---

489 BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 131-132.
490 MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2015. p. 61.
491 GUDYNAS, Eduardo. **Ecología, economía y etica del desarrollo sostenible**. 5. Ed. Montevideo: Coscoroba Ediciones, 2004. p. 63.
492 "Os avanços nacionais e internacionais para alcançar a sustentabilidade efetiva permanecem insuficientes" (tradução livre). GUDYNAS, Eduardo. **Ecología, economía y etica del desarrollo sostenible**. p. 64.
493 GUTIÉRREZ BASTIDA, José Manuel. **SUS TENERE**: Sostenibilidad vs. mercado y tecnología. p. 9.
494 VOZMEDIANO, Jesús. **El hombre insostenible**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2012. p. 123.

é o único que realmente impera, ou seja, só há um tipo de desenvolvimento: aquele que está ocasionando as mudanças climáticas, a pobreza, a fome, a destruição dos recusos naturais etc. Trata-se de um Desenvolvimento Sustentável "insustentável". Segundo ele, a mera adição do adjetivo sustentável serve somente para enganar a sociedade.

Verifica-se, portanto, a disparidade de entendimentos doutrinários acerca do termo "Desenvolvimento Sustentável". Ressalta-se que, no presente trabalho, segue-se o entendimento de acordo com Cruz e Real Ferrer[495], os quais sintetizam de forma objetiva:

> Do ponto de vista da teoria econômica, o desenvolvimento veio substituir o reducionista paradigma do crescimento, acrescentando o fato de tomar em consideração as condições de vida, a dimensão do progresso social. **O que conceitualmente supõe o desenvolvimento sustentável não é mais do que acrescentar ao conceito de desenvolvimento o adjetivo sustentável, ou seja, que se trata de se desenvolver de um modo que seja compatível com a manutenção da capacidade dos sistemas naturais de suportar a existência humana.** Dando um passo à frente e imbuídos pela adoção dos Objetivos do Milênio (OM) como guia de ação da humanidade, sob a égide do desenvolvimento sustentável foram levadas aos grandes fóruns de discussão tanto questões de conteúdo econômico quanto social. Assim, desde o encontro de Johannesburgo em 2002, fala-se em sustentabilidade, na sua tríplice dimensão, económica, social e ambiental, como equivalente ao desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento, então, mesmo que esteja muito adjetivado, continua sendo o objetivo proposto (sem grifos no original).

Dessa forma, "[...] a **sustentabilidade** deve ser entendida como a **meta global** a ser atingida e o **desenvolvimento sustentável** como um dos **instrumentos** que devem permitir sua consecução"[496] (sem grifos no original).

Por conseguinte, a Sustentabilidade é um processo de eterna mudança, aprendizagem e participação, a qual tem como objetivo resgatar o equilíbrio eco-social entre a humanidade e a natureza, sempre considerando os limites da biosfera. Trata-se de uma busca, a qual "trae consigo efectos multidimensionales que afectan a la

---

[495] CRUZ, Paulo Márcio; REAL FERRER, Gabriel. Direito, sustentabilidade e a premissa tecnológica como ampliação de seus fundamentos. p. 8.

[496] CRUZ, Paulo Márcio; REAL FERRER, Gabriel. Direito, sustentabilidade e a premissa tecnológica como ampliação de seus fundamentos. p. 9.

ética de las personas, a las relaciones sociales (económicas, culturales, tecnológicas) y a la relación entre el ser humano y el resto de seres vivos del planeta"[497].

Assim, "[...] a sustentabilidade deve ser pensada numa perspectiva global, envolvendo todo o planeta, com equidade, fazendo que o bem de uma parte não se faça à custa do prejuízo da outra"[498].

Tendo como pressuposto a premissa de que "A exigência da sustentabilidade, se verdadeiramente se quiser garantir o futuro da espécie e progredir na sua 'humanização', supera, salvo melhor juízo, o conceito clássico de desenvolvimento sustentável"[499], adota-se, na presente pesquisa, o termo Sustentabilidade e não Desenvolvimento Sustentável.

Por fim, a Sustentabilidade "importa em transformação social, sendo conceito integrador e unificante. Propõe a celebração da unidade homem/natureza, na origem e no destino comum e significa um novo paradigma"[500]. Logo, a Sustentabilidade deixou de ser puramente uma questão ecológica, para abarcar outras dimensões, motivo pelo qual passa-se à análise do seu tripé, a sua tríplice dimensão.

3.2 O TRIPÉ DA SUSTENTABILIDADE: AS DIMENSÕES AMBIENTAL, ECONÔMICA E SOCIAL

Falar sobre Sustentabilidade remete imediatamente o pensamento para o meio ambiente e, de fato, como visto anteriormente, o seu significado original é oriundo da ecologia/biologia. No entanto, a Sustentabilidade, em sua concepção moderna, vai além de sua dimensão ambiental, apresentando, ao lado desta,

---

[497] GUTIÉRREZ BASTIDA, José Manuel. **SUS TENERE**: Sostenibilidad vs. mercado y tecnología. p. 176.
[498] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 17.
[499] CRUZ, Paulo Márcio; REAL FERRER, Gabriel. Direito, sustentabilidade e a premissa tecnológica como ampliação de seus fundamentos. p. 8.
[500] NALINI, José Renato. **Ética ambiental**. Campinas: Millennium, 2001. p. 138.

“tradicionalmente” outras duas dimensões: a econômica e a social. Essas três dimensões formam o que se chama de “tripé” da Sustentabilidade.

Segundo Cruz e Real Ferrer, “[...] pelo menos desde a Cúpula de Johannesburgo fala-se com toda clareza das três dimensões da sustentabilidade: a social, a ambiental e a econômica”[501]. Com isso, houve um avanço significativo relacionado à amplitude da Sustentabilidade, já que antes disso, esta era pensada essencialmente nas questões relacionadas ao meio ambiente, à natureza e a situação catastrófica em que se encontrava.

Nesse contexto, vale ressaltar que na Agenda 2030, resultante da Conferência realizada em 2015 (a qual foi mencionada no tópico anterior), já no seu preâmbulo[502] consta a importância do equilíbrio entre as três dimensões para o alcance dos objetivos e metas propostos de Desenvolvimento Sustentável.

Demonstrando a situação de crise global que o planeta tem enfrentado em diversas áreas, Leff reflete acerca do significado da Sustentabilidade de forma ampla, dizendo que:

> La degradación ambiental, el riesgo de colapso ecológico y el avance de la desigualdad y la pobreza son signos elocuentes de la crisis del mundo globalizado. La sustentabilidad es el significante de una falla fundamental en la historia de la humanidad; crisis de civilización que alcanza su momento culminante en la modemidad, pero cuyos orígenes remiten a la concepción del mundo que funda a la civilización occidental. La sustentabilidad es el tema de nuestro tiempo, del fin del siglo XX y del paso al tercer milenio, de la transición de la modernidad truncada e inacabada hacia una posmodernidad incierta, marcada por la diferencia, la diversidad, la democracia y la autonomía.[503]

---

[501] CRUZ, Paulo Márcio; REAL FERRER, Gabriel. Direito, sustentabilidade e a premissa tecnológica como ampliação de seus fundamentos. p. 9.

[502] Preâmbulo: “[...]. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas que estamos anunciando hoje demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal. Eles se constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e concluirão o que estes não conseguiram alcançar. Eles buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. [...]”. NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Agenda 2030**. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/. Acesso em: 22 set. 2020.

[503] “A degradação ambiental, o risco de colapso ecológico e o avanço da desigualdade e da pobreza são sinais eloquentes da crise do mundo globalizado. A sustentabilidade é o significante de uma falha fundamental na história da humanidade; crise de civilização que alcança seu momento culminante na modernidade, mas cujas origens remetem à concepção do mundo que serve de base

A partir disso, justifica-se, também, segundo Real Ferrer, a Sustentabilidade como o paradigma atual da humanidade, onde a articulação de uma nova sociedade que possa ser capaz de sustentar-se no tempo em condições adequadas torna-se o principal objetivo. Ressaltando a importância da multidimensionalidade da Sustentabilidade, o autor explica que "El deterioro material del Planeta es insostenible, pero también es insostenible la miseria y la exclusión social, la injusticia y la opresión, la esclavitud y la dominación cultural y económica"[504].

O paradigma da Sustentabilidade, então, visa a mudança, a transformação, a sustentação da vida em todos os seus aspectos, diante dos diversos tipos de crises que marcam os tempos atuais. Dessa forma, "El principio de sustentabilidad emerge en el contexto de la globalización como la marca de un límite y el signo que reorienta el proceso civilizatorio de la humanidade"[505].

Com o objetivo de "reorientar o processo civilizatório da humanidade", diante da crise planetária que ultrapassa o viés ambiental, atingindo também aspectos econômicos e sociais, a Sustentabilidade deve ser buscada nessas três dimensões, tendo em vista a interconexão/interdependência existente entre elas.

Assim, ao mencionar o tripé da Sustentabilidade, Calgaro e Pilau Sobrinho[506] afirmam que suas dimensões "permeiam uma íntima relação de dependência, pois as ações do mercado repercutem sensivelmente no cotidiano da

---

à civilização ocidental. A sustentabilidade é o tema do nosso tempo, do final do século XX e da passagem para o terceiro milênio, da transição da modernidade truncada e inacabada para uma pós-modernidade incerta, marcada pela diferença, pela diversidade, pela democracia e pela autonomia" (tradução livre). LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidad, racionalidade, complejidad, poder. México: Siglo Ventiuno Editores, 1998. p. 9.

504 "A deterioração material do Planeta é insustentável, mas a pobreza e a exclusão social, a injustiça e a opressão, a escravidão e o domínio cultural e econômico também são insustentáveis" (tradução livre). REAL FERRER, Gabriel. Calidad de vida, medio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía ¿Construimos juntos el futuro? **Revista NEJ** - Eletrônica, Vol. 17 - n. 3 - p. 305-326 / set-dez 2012 Disponível em: https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/4202/2413 Acesso em: 28 set. 2020.

505 "O princípio da sustentabilidade surge no contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizador da humanidade". LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidad, racionalidade, complejidad, poder. p. 15.

506 CALGARO, Cleide; PILAU SOBRINHO, Liton Lanes. Sustentabilidade e os problemas socioambientais na sociedade consumocentrista - DOI: 10.12818/P.0304-2340.2020v76p155. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, [S.l.], n. 76, p. 155-182, jan. 2020. ISSN 1984-1841. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/2083>. Acesso em: 21 set. 2020.

sociedade, que por sua vez trará consequências ao meio ambiente". Nesse contexto, Almeida[507] entende que a meta da Sustentabilidade

> [...] requer capacidade de pensar e operar tendo em conta as três dimensões em conjunto, sem predominância de uma sobre as outras. Isso significa pensar e atuar com base na transversalidade. Trata-se de um conceito proveniente do domínio ambiental, pois que a observação dos ecossistemas mostra que neles não há lugar para ações estanques e segmentação, já que na natureza todos os processos são integrados. Opondo-se à fragmentação, a transversalidade nos dá uma visão mais ampla e adequada da realidade, indicando o caminho da sobrevivência.

No setor corporativo, o tripé da Sustentabilidade é conhecido como *Triple Bottom Line* – A Teoria dos Três Pilares, que se refere a um conceito de gestão empresarial, com foco na Sustentabilidade de uma maneira abrangente. Tal conceito foi proposto por John Elkington[508], em 1994, o qual tem como base a ideia de mensurar os lucros da empresa, em consonância com o meio ambiente e a sociedade, por meio de uma relação saudável entre eles.

Essa ideia, então, refere-se a três pilares básicos – *profit, planet, people* (lucro, planeta, pessoas) – que desenvolvidos de maneira integrada e positiva, serviriram de base para que uma empresa pudesse ser considerada "sustentável". Lembrando que um tripé não se sustenta se falta uma de suas bases, portanto as três perspectivas são igualmente importantes. Nesse contexto, Elkington ressalta a necessidade de mudanças extremas para que uma empresa possa ser levada em direção à Sustentabilidade, especialmente "[...] in their performance against the triple bottom line. Some of the most interesting challenges, however, are found not within but between the areas covered by the economic, social, and environmental bottom lines"[509].

---

[507] ALMEIDA, Fernando. **Os desafios da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. p. 130. (Epub)

[508] ELKINGTON, John. Enter the Triple Bottom Line. In: HENRIQUES, Adrian; RICHARDSON, Julie (Ed.). **The triple bottom line, does it all add up?**: assessing the sustainability of business and CSR. London: Earthscan, 2004.

[509] "[...] em seu desempenho em relação ao resultado financeiro triplo. Alguns dos desafios mais interessantes, entretanto, não são encontrados dentro, mas entre as áreas cobertas pelos resultados econômicos, sociais e ambientais" (tradução livre). ELKINGTON, John. **Cannibals with forks**: the triple bottom line of 21st century business. London: Capstone, 1997. p. 70.

Ao tratar do assunto, Zylbersztajn e Lins[510] falam sobre a Sustentabilidade corporativa, cujo conceito “induz a um novo modelo de gestão de negócios que leva em conta, no processo de tomada de decisão, além da dimensão econômico-financeira, as dimensões ambiental e social”.

Em síntese, o *Triple Bottom Line* concentra as empresas tanto no valor econômico que agregam, quanto no valor ambiental e social que acrescentam ou destroem.[511] Para Zylbersztajn e Lins[512], “Trata-se de uma agenda fundamental vinculada ao compromisso com as gerações futuras, por entender que a estas deve ser disponibilizado o mesmo estoque de recursos naturais e de teias sociais ao qual temos acesso hoje”.

Segundo Elkington[513], para que uma empresa alcance a Sustentabilidade, deve haver uma mudança de paradigma. Assim, um dos passos para a Sustentabilidade de uma empresa é aplicar o *Triple Bottom Line*. Nesse caso, a mudança ocorre do antigo paradigma, no qual predominava apenas o pilar financeiro, para o novo paradigma sustentado pelos três pilares: lucro (dimensão econômica) + qualidade ambiental (dimensão ambiental) + justiça social (dimensão social).

Sobre o tripé da Sustentabilidade, então, Bermejo destaca que:

> Al ser un concepto tridimensional, esta caracteristica se utiliza, tal como hemos visto, como una barrera defensiva del status quo, alegando la necessidad de tener en cuenta todos los aspectos relevantes de las dimensiones social y economica a la hora de contemplar tambien la dimension ambiental. Y por sostentabilidad economica se entiende la preservacion de los elementos centrales del modelo imperante. Por otro lado, se pretenden acotar las dimensiones en compartimentos estancos. Pero resulta imposible separar las dimensiones social y economica, ya ambiental que la economia es una ciencia social. Y no se puede entender la dimension ambiental, la proteccion del entorno natural, separada de los factores economicos y sociales que estan deteriorandolo.[514]

---

[510] ZYLBERSZTAJN, David; LINS, Clarissa. Evidência de novos tempos. In: ZYLBERSZTAJN, David; LINS, Clarissa. (Org.) **Sustentabilidade e geração de valor**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. p. xv.

[511] ELKINGTON, John. Enter the Triple Bottom Line.

[512] ZYLBERSZTAJN, David; LINS, Clarissa. Evidência de novos tempos. p. xvi.

[513] ELKINGTON, John. **Cannibals with forks**: the triple bottom line of 21st century business.

[514] “Por ser um conceito tridimensional, essa característica é utilizada, como vimos, como uma barreira defensiva ao status quo, alegando a necessidade de levar em consideração todos os aspectos relevantes das dimensões social e econômica ao se considerar também a dimensão ambiental. E

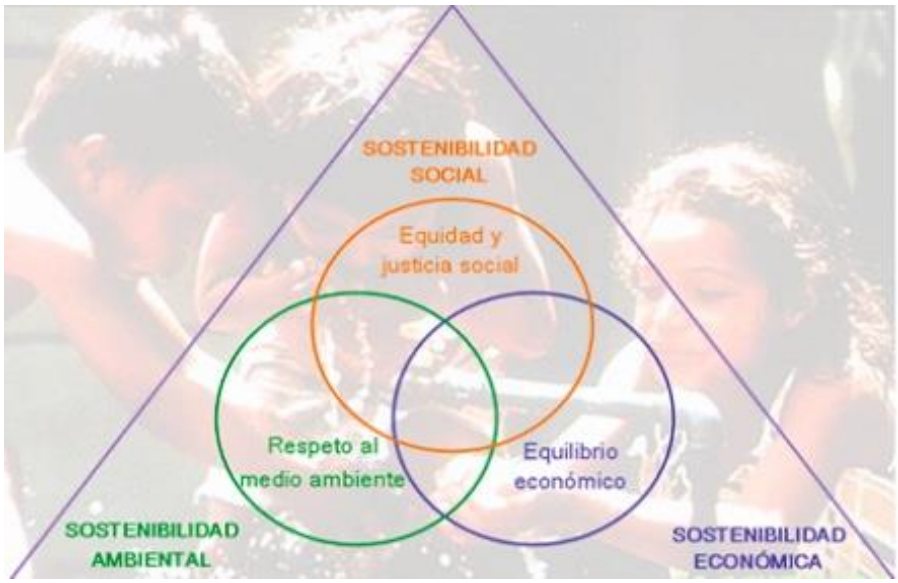
Da mesma forma, Canotilho[515] aponta os três pilares da Sustentabilidade, salientando que esta "perfila-se como um 'conceito federador' que, progressivamente, vem definindo as condições e pressupostos jurídicos do contexto da evolução sustentável". O autor ainda destaca que, internacionalmente, a Sustentabilidade mostra-se como um vetor essencial na política das relações entre os Estados, citando como exemplos a Convenção sobre as mudanças climáticas, a Convenção sobre a biodiversidade e a Convenção sobre o patrimônio cultural.

Sendo assim, verifica-se a multidimensionalidade da Sustentabilidade, onde há uma conexão entre os seres e as coisas, mostrando-se multidisciplinar, haja vista agregar meio ambiente, pessoas, economia, etc. Logo, as dimensões apresentam suas características individuais, mas devem ser tratadas em conjunto, em equilíbrio. Diante disso, passa-se agora à análise de cada uma das dimensões do tripé da Sustentabilidade, representado na figura abaixo:

por sustentabilidade econômica entendemos a preservação dos elementos centrais do modelo vigente. Por outro lado, pretende-se limitar as dimensões em compartimentos estanques. Mas é impossível separar as dimensões sociais e econômicas, uma vez que a economia ambiental é uma ciência social. E você não consegue entender a dimensão ambiental, a proteção do meio ambiente natural, separada dos fatores econômicos e sociais que o estão deteriorando" (tradução livre). BERMEJO, Roberto. **La gran transición hacia la sostenibilidad**. Madrid: Catarata, 2005. p. 40.

[515] CANOTILHO, José Joaquim Gomes. O Princípio da sustentabilidade como Princípio estruturante do Direito Constitucional. **Tékhne**. 2010, Vol VIII, nº 13, 007-018. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/pdf/tek/n13/n13a02.pdf. Acesso em: 27 set. 2020. p. 9-10.

Figura 1 – Dimensões da Sustentabilidade



Fonte: REAL FERRER, Gabriel. Calidad de vida, medio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía ¿Construimos juntos el futuro? **Revista NEJ** - Eletrônica, Vol. 17 - n. 3 - p. 305-326 / set-dez 2012 Disponível em: https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/4202/2413. Acesso em: 28 set. 2020.

3.2.1 Dimensão ambiental

A dimensão ambiental da Sustentabilidade é a mais conhecida, haja vista a recorrente associação quanto aos termos “Sustentabilidade” e “meio ambiente”. Além disso, segundo Cruz e Real Ferrer[516], foi a partir da “tomada de consciência de que o ecossistema planetário não seria capaz de resistir às agressões do modelo de vida recente”, o qual colocava em Risco a sobrevivência humana, que a preocupação com as questões ambientais se ampliou, levando a comunidade internacional a mobilizar-se no sentido de propor ações comuns, o que se deu a partir da Conferência de Estocolmo de 1972.

Essa “tomada de consciência” deu-se inicialmente com os impactos localizados (poluição de rios/córregos/ar, extração até o seu esgotamento de minerais/recursos não renováveis) passando para os impactos em nível global

[516] CRUZ, Paulo Márcio; REAL FERRER, Gabriel. Direito, sustentabilidade e a premissa tecnológica como ampliação de seus fundamentos. p. 9.

(deterioração da camada de ozônio, aquecimento global, aumento do nível dos oceanos, Riscos de resíduos nucleares).[517]

Nesse contexto, Sachs[518] afirma que "A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, de 1972, ocorrida em Estocolmo, colocou a dimensão do meio ambiente na agenda internacional". O autor ainda salienta que:

> A ONU tem tido um sucesso proeminente na promoção da conscientização ambiental, incorporando-a ao conceito de desenvolvimento multidimensional. Nos 20 anos decorridos entre as conferências de Estocolmo e a do Rio, alcançou-se um substancial progresso em termos de institucionalização do interesse pelo meio ambiente, com o lançamento do Programa do Meio Ambiente da ONU e com o avanço na proteção do meio ambiente global por uma série de tratados internacionais.[519]

Assim, diante da crise ambiental que se tem assistido, passou-se a questionar o crescimento econômico[520] que degrada a natureza. Dessa forma, a dimensão ambiental da Sustentabilidade desponta "como un criterio normativo para la reconstrucción del orden económico, como una condición para la sobrevivencia humana y un soporte para lograr un desarrollo durable, problematizando las bases mismas de la producción"[521].

---

[517] FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Tradução de Marise Manoel. Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001. p. 101.

[518] SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 48.

[519] SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. p. 59.

[520] Nesse contexto, Gudynas destaca que: "Las polémicas desatadas por el informe de "Los límites del crecimiento", así como la reconciliación entre economía y ecología propuesta por "Nuestro Futuro Común", pusieron sobre el tapete la pregunta sobre los reales impactos del desarrollo tradicional. El informe "Nuestro Futuro Común" intentaba hermanar el ambientalismo con la economía neoclásica, apuntando a concebir el crecimiento económico como un componente central del desarrollo. Otros, por el contrario, sostienen que una verdadera sustentabilidad es incompatible con el crecimiento económico, y que éste es distinto del desarrollo. Por lo tanto, un análisis sobre los impactos del crecimiento económico se vuelve una cuestión clave para analizar las estrategias en desarrollo sustentable". "As polêmicas desencadeadas pelo relatório "Limites do Crescimento", bem como a reconciliação entre economia e ecologia proposta por "Nosso Futuro Comum", levantaram a questão dos reais impactos do desenvolvimento tradicional. O relatório "Nosso Futuro Comum" buscou unir o ambientalismo à economia neoclássica, visando conceber o crescimento econômico como componente central do desenvolvimento. Outros, ao contrário, argumentam que a verdadeira sustentabilidade é incompatível com o crescimento econômico, e que este é diferente do desenvolvimento. Portanto, uma análise sobre os impactos do crescimento econômico torna-se uma questão chave para analisar estratégias de desenvolvimento sustentável" (tradução livre). GUDYNAS, Eduardo. **Ecología, economía y etica del desarrollo sostenible**. p. 67.

[521] ""[...] como critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como condição para a sobrevivência humana e suporte para alcançar um desenvolvimento duradouro, problematizando as

Para Jacobi[522], a dimensão ambiental da Sustentabilidade caracteriza-se de forma crescente "como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar". Sendo assim, o conhecimento deve ser produzido contemplando as relações entre os meios natural e social, "numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental".

Nesse norte, Neves entende a Sustentabilidade Ambiental como a "conservação geográfica, equilíbrio de ecossistemas, erradicação da pobreza e da exclusão, respeito aos direitos humanos e integração social" [523]. A perspectiva da Sustentabilidade em sua dimensão ambiental, segundo Gudynas,

> [...] requiere acompasar los procesos productivos a los límites y demandas ambientales. En esa tarea se producirán sustantivas modificaciones en los recursos disponibles, por lo que es indispensable que en forma simultánea se realicen tareas en el campo social atendiendo a la equidad y la calidad de vida. Los cambios de orientación hacia la sustentabilidad no pueden pasar por mantener, o acentuar las desigualdades o la pobreza, sino que deben mejorar las condiciones de calidad de vida. Es necesario delimitar un campo de la sustentabilidad en referencia al uso de recursos y los niveles de consumo. En el primer caso, existe un límite superior en la apropiación de recursos dado por las capacidades de carga y amortiguación de los ecosistemas; en la segunda dimensión, el consumo debe estar por arriba de una línea de la pobreza pero por debajo de un límite de la opulencia. Entre esos dos umbrales (pobreza-opulencia) se pueden lograr perfectamente una buena calidad de vida de acuerdo a los intereses y valoraciones de cada persona y grupo.[524]

---

próprias bases da produção" (tradução livre). LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidad, racionalidade, complejidad, poder. p. 15.

522 JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisa: revista de estudos e pesquisa em educação (Fundação Carlos Chagas), n. 118, mar. 2003. p. 190.

523 NEVES, Lafaiete Santos. **Sustentabilidade:** anais de textos selecionados do 5º seminário sobre sustentabilidade. Curitiba; Juruá. 2011. p. 17.

524 "[...] requer adequar os processos de produção aos limites e exigências ambientais. Nesta tarefa haverá modificações substanciais nos recursos disponíveis, por isso é imprescindível que as tarefas no campo social sejam realizadas simultaneamente, levando em consideração a equidade e a qualidade de vida. Mudanças na orientação para a sustentabilidade não podem passar por manter ou acentuar as desigualdades ou a pobreza, mas devem melhorar as condições de qualidade de vida. É preciso delimitar um campo de sustentabilidade no que se refere ao uso de recursos e níveis de consumo. No primeiro caso, há um limite superior para a apropriação de recursos dado pelas capacidades de suporte e proteção dos ecossistemas; Na segunda dimensão, o consumo deve estar

Diante disso, em uma dimensão ambiental leva-se em consideração "[...] la inviabilidad de la vida humana y de las sociedades durante mucho tiempo si estas se desarrollan en contradicción con los límites y procesos que las sostienen. Somos seres ecodependientes y como tales vivimos y somos en la naturaliza"[525].

Assim, a dimensão ambiental é bastante abrangente, visto que envolve uma mudança no comportamento dos indivíduos e da sociedade, com o intuito de preservação, cuidado e respeito para com a natureza, já que esta encontra-se no limite dos seus ecossistemas, dos quais há uma dependência para se viver com qualidade. Por conseguinte, Sachs explica que "[...] a natureza encontra novos equilíbrios, através de processos de utilização que obedeçam a seu ciclo temporal, preservando as fontes de recursos energéticos e naturais"[526].

A Sustentabilidade Ambiental é medida, segundo Boff[527], pelos seguintes indicadores: "controle de substâncias agressivas para a camada de ozônio; emissão de gases de efeito estufa; consumo de água por habitante; reutilização e reciclagem de resíduos; conservação ou resgate da cobertura vegetal; nível de cuidado consciente do capital natural e de responsabilidade socioambiental".

Nesse contexto, pode-se considerar como dimensão ambiental da Sustentabilidade todas aquelas intervenções em prol da utilização dos recursos naturais (solo, água, etc) de forma prudente, indicando, assim, "a importância de precaver as formas de ocupação em determinadas áreas suscetíveis a modificações provocando riscos diversos ao ambiente e à vida em um sentido amplo"[528]. Logo, tal

---

acima da linha da pobreza, mas abaixo do limite de riqueza. Entre estes dois limiares (pobreza-riqueza) uma boa qualidade de vida pode ser perfeitamente alcançada de acordo com os interesses e valorizações de cada pessoa e grupo" (tradução livre). GUDYNAS, Eduardo. **Ecología, economía y etica del desarrollo sostenible**. p. 87.

525 "[...] a inviabilidade da vida humana e das sociedades por muito tempo se se desenvolverem em contradição com os limites e processos que os sustentam. Somos seres eco-dependentes e, como tal, vivemos e estamos na natureza" (tradução livre). RIECHMANN, Jorge; REYES, Luis González; HERRERO, Yayo; MADORRÁN, Carmen. **Qué hacemos hoy cuando nos encontramos frente a la amenaza de una crisis mayor que la económica**: la ecológica. Madrid: Ediciones Akal, S. A., 2012. p. 35.

526 SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio Ambiente. São Paulo: Studio Nobel - Fundap. 1993. p. 27.

527 BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 141.

528 SILVA, Antonio Sergio da; SOUZA, José Gilberto de; LEAL, Antonio Cezar. A sustentabilidade e suas dimensões como fundamento da qualidade de vida. **Geoatos:** Revista Geografia em Atos, Presidente Prudente, v. 1, n. 12, p. 22-42, jun. 2012. Disponível em:

dimensão “pode ser avaliada pelas condições dos diferentes componentes ambientais que possam ser considerados como de interferência na qualidade da vida, quer na saúde física individual ou de grupos, no bem-estar social”[529].

Milaré menciona a Sustentabilidade Ambiental, dizendo ser aquela “inerente aos próprios recursos da natureza”, a qual se prende às cadeias ecossistêmicas. Ainda, o autor afirma que “sem essa Sustentabilidade haveria o comprometimento da própria biodiversidade, com a aceleração da sua perda, culminando em riscos aos ecossistemas” [530].

Nesse aspecto, Sachs[531] ressalta que “A conservação da biodiversidade entra em cena a partir de uma longa e ampla reflexão sobre o futuro da humanidade. A biodiversidade necessita ser protegida para garantir os direitos das futuras gerações”.

Para Canotilho, a dimensão ambiental da Sustentabilidade, visando a proteção e a manutenção dos recursos naturais a longo prazo, por meio de obrigações de condutas e resultados, deve impor:

> (1) que a taxa de consumo de recursos renováveis não pode ser maior que a sua taxa de regeneração; (2) que os recursos não renováveis devem ser utilizados em termos de poupança ecologicamente racional, de forma que as futuras gerações possam também, futuramente, dispor destes (princípio da eficiência, princípio da substituição tecnológica, etc.); (3) que os volumes de poluição não possam ultrapassar quantitativa e qualitativamente a capacidade de regeneração dos meios físicos e ambientais; (4) que a medida temporal das “agressões” humanas esteja numa relação equilibrada com o processo de renovação temporal; (5) que as ingerências “nucleares” na natureza devem primeiro evitar-se e, a título subsidiário, compensar-se e restituir-se.[532]

---

http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/1724/sergiosilva. Acesso em: 25 nov. 2019. p. 31.

[529] SILVA, Antonio Sergio da; SOUZA, José Gilberto de; LEAL, Antonio Cezar. A sustentabilidade e suas dimensões como fundamento da qualidade de vida. p. 32.

[530] MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente:** a gestão ambiental em foco, doutrina, jurisprudência e glossário. 5 ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2007. p. 65.

[531] SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. p. 67.

[532] CANOTILHO, José Joaquim Gomes. O Princípio da sustentabilidade como Princípio estruturante do Direito Constitucional. p. 9.

Sachs[533] estabelece alguns critérios para o alcance da Sustentabilidade em suas múltiplas dimensões. Quanto à dimensão ambiental/ecológica[534], o autor destaca que o primordial é "[...] respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais". Ainda como critérios para o seu alcance ressalta: "[...] - a preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; - limitar o uso dos recursos não renováveis".

A partir de uma visão holística em relação à dimensão ambiental da Sustentabilidade, Boff[535] fala em uma renovação do contrato natural entre a Terra e a humanidade, ressaltando que os direitos[536] não podem restringir-se somente aos seres humanos, haja vista que "Todos os seres possuem valor intrínseco, valor que implica um direito de poder continuar a existir e participar do processo da evolução ainda em curso".

Assim, o mencionado autor ressalta que "Esta visão permite renovar o contrato natural para com a Terra que, articulado com o contrato social entre os cidadãos, acaba por reforçar a sustentabilidade planetária"[537].

Feitas algumas considerações acerca da dimensão ambiental da Sustentabilidade, passa-se agora à dimensão econômica, lembrando sempre que por fazerem parte de um tripé, uma dimensão irá complementar a outra para que seus objetivos possam sem concretizar.

3.2.2 Dimensão econômica

A dimensão econômica da Sustentabilidade refere-se ao *equilíbrio econômico* e, "consiste esencialmente en resolver el reto de aumentar la generación

---

533 SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. p. 86.

534 Sachs traz a dimensão ambiental e também a dimensão ecológica, o que se entende, nesta pesquisa, como sinônimas, por isso aqui mencionadas em conjunto.

535 BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 122.

536 O autor traz como exemplo o reconhecimento de direitos da natureza, na Bolívia, os quais englobam: "- o direito de sua regeneração e de sua biocapacidade; o direito à vida, garantido a todos os seres vivos, especialmente àqueles ameaçados de extinção; o direito de uma vida pura, porque a Mãe Terra tem o direito de viver livre de contaminações e poluições de toda ordem; o direito do bem-viver, propiciado a todos os cidadãos; - o direito à harmonia e ao equilíbrio com todas as coisas da Mãe Terra; o direito de conexão com a Mãe Terra e com o Todo do qual somos parte". BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 122.

537 BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 123.

de riqueza, de un modo ambientalmente sostenible, y de encontrar los mecanismos para una más justa y homogénea distribución"[538].

Isso porque "Com a crise ambiental, a economia se vê obrigada a assumir sua responsabilidade na crescente degradação ecológica e na escassez de recursos naturais"[539]. Dessa forma, a Sustentabilidade surge com o objetivo de resgatar o lugar da natureza na teoria econômica, bem como nas práticas de desenvolvimento, estabelecendo novas condições de produção, em consonância com o meio ambiente, com o intuito de garantir a vida e um futuro para a humanidade.[540]

Almeida[541] entende que:

> A ideia de sustentabilidade está embutida na noção de renda, que é momento máximo que uma sociedade pode consumir em um ano e ainda continuar com a possibilidade de consumir o mesmo montante no ano seguinte - deixando intacta a correspondente capacidade de produzir e consumir. A capacidade de produzir, por sua vez, está relacionada à noção de capital, normalmente associado àquele construído pelo homem, que, na verdade, depende de duas outras formas de capital: o natural, fonte de matéria e energia e que também gera serviços ambientais, e o social, relacionado à qualidade das relações entre pessoas e grupos.

Para tentar resolver o desafio de "aumentar a geração de riqueza, de forma ambientalmente sustentável", Real Ferrer[542] destaca a transição para uma economia verde[543]. Para que isso aconteça, segundo o autor, há uma série de recomendações,

---

538 "[...] consiste essencialmente em resolver o desafio de aumentar a geração de riqueza, de forma ambientalmente sustentável, e em encontrar os mecanismos para uma distribuição mais justa e homogênea. REAL FERRER, Gabriel. Calidad de vida, medio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía ¿Construimos juntos el futuro? p. 321.

539 LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis.** Porto Alegre: Livraria do advogado, 2008. p. 37.

540 LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidad, racionalidade, complejidad, poder. p. 42.

541 ALMEIDA, Fernando. **Desenvolvimento sustentável. 2012 – 2050**: visão, rumos e contradições. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 148.

542 REAL FERRER, Gabriel. Calidad de vida, medio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía ¿Construimos juntos el futuro? p. 321.

543 "A Economia Verde é definida pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma ou UNEP, em inglês) como "uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz os riscos ambientais e a escassez ecológica". Ela tem três características principais: baixa emissão de carbono, eficiência no uso de recursos e busca pela inclusão social. A expressão "economia verde" substituiu o conceito de "ecodesenvolvimento" usado pelo canadense Maurice Strong, primeiro diretor-executivo do Pnuma e secretário-geral da Conferência de Estocolmo (1972) e da Rio-92. Com base no Relatório Bruntland de 1987, a partir da Rio-92, a expressão "economia verde" foi aceita oficialmente pela comunidade internacional e popularizada no mundo. Depois da conferência, a expressão foi absorvida por governos, empresas e pela sociedade civil, e empregada na formulação e execução tanto de políticas públicas quanto

dentre as quais: a) priorizar os setores mais “verdes” mediante subsídios/incentivos fiscais, com o objetivo de que os investimentos privados possam ser dirigidos a eles; b) estipular regras para que sejam proibidas ações prejudiciais ao meio ambiente; e, c) legalizar regulamentações para que o mercado contribua na conservação do meio ambiente, por meio de impostos e direitos de emissão.

No tocante ao outro desafio, ou seja, “encontrar os mecanismos para uma distribuição mais justa e homogênea”, Real Ferrer[544] menciona que a transição seria para uma economia cujo sistema de produção, distribuição e tomada de decisão fosse em harmonia com a Sustentabilidade e a equidade, tendo como objetivos a erradicação da miséria, a redução das desigualdades, o respeito ao meio ambiente, por meio de impostos ecológicos, subsídios sociais e uma contabilidade verde/ecológica.

A esse respeito, Leff ressalta que “La cuestion de la equidad y la distribución son considerados como ‘problemas de limites’ que surgen de la presión que ejerce una población creciente sobre recursos escasos y el impacto desigual de la degradación ambiental”[545].

Cechin[546] ressalta que

> [...] por trás do debate sobre o desenvolvimento sustentável está o debate sobre os recursos que o processo econômico utiliza e o despejo inevitável de resíduos nos ecossistemas. Desenvolvimento requer energia. E é ela que conecta os desafios da sustentabilidade ambiental com as dimensões social e econômica do desenvolvimento. No século XX, ficou evidente que a base de recursos na qual se fundamentou o crescimento econômico moderno tem uma série de problemas. Os recursos fósseis são desigualmente distribuídos pelo globo, o que gera potenciais conflitos geopolíticos. São recursos finitos

---

de iniciativas privadas ligadas à responsabilidade socioambiental. DICIONÁRIO AMBIENTAL ((O)) ECO. **O que é a economia verde.** Rio de Janeiro, mar. 2015. Disponível em: https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28986-o-que-e-a-economia-verde/. Acesso em: 30 set. 2020.

544 REAL FERRER, Gabriel. Calidad de vida, medio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía ¿Construimos juntos el futuro? p. 321-322.

545 “A questão da equidade e distribuição são consideradas como "problemas de fronteira" que surgem da pressão exercida por uma população crescente sobre os recursos escassos e o impacto desigual da degradação ambiental” (tradução livre). LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidad, racionalidade, complejidad, poder. p. 42-43.

546 CECHIN. Andrei. **A natureza como limite da economia**: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen. São Paulo: Editora Senac São Paulo/Edusp, 2010. p. 180-181.

> cuja exploração chegará a um pico em que o ritmo de exploração excederá a descoberta de depósitos acessíveis.

Diante disso, "[...] la sostenibilidad económica requerirá de instrumentos globales de redistribución de la riqueza, del mismo modo que operan en el interior de los Estados con fuerte contenido social. La miseria y la pobreza extrema, recordemos, no son sostenibles"[547].

Segundo Boff[548], a dimensão econômica da Sustentabilidade está envolta em um dilema. Isso porque o pensamento econômico dominante hoje é aquele que "supõe a dominação da natureza e a busca do benefício econômico", cujo questionamento central é: "ao produzir, *como ganhar mais*?". No entanto, a dimensão econômica da Sustentabilidade propõe que se continue a produzir, mas de forma a respeitar e manter a vitalidade da Terra e a de todos os seres (vivos e humanos), para a geração atual e a futura. Nesse contexto, o questionamento central é: "Como produzir, vivendo em harmonia com a natureza, com todos os seres vivos, com os seres humanos e com o divino?".

Para Sachs, a dimensão econômica da Sustentabilidade - a sua viabilidade - é "a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam"[549]. Sendo assim, "A sustentabilidade é uma maneira de repensar a produção e o processo econômico, de abrir o fluxo do tempo a partir da reconfiguração das identidades, rompendo o cerco do mundo e o fechamento da história impostos pela globalização econômica"[550].

Nesse contexto, Leff considera que

> El discurso dominante de la sostenibilidad promueve un crecimiento económico sostenido, soslayando las condiciones ecológicas y termodinámicas que establecen límites y condiciones a la apropiación y transformación capitalista de la naturaleza. Para ello, se busca incorporar la naturaleza al capital mediante una doble operación: por una parte se intenta internalizar los costos ambientales del progreso;

---

[547] "[...] a sustentabilidade econômica exigirá instrumentos globais de redistribuição da riqueza, da mesma forma que operam em estados de forte conteúdo social. Pobreza extrema e miséria, lembre-se, não são sustentáveis. REAL FERRER, Gabriel. Calidad de vida, medio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía ¿Construimos juntos el futuro? p. 322.

[548] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 133.

[549] SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento:** includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. p. 15.

[550] LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. p. 31.

> junto con ello, se instrumenta una operación simbólica [...] que recodifica al hombre, la cultura y la naturaleza como formas aparentes de una misma esencia: el capital. Así, los procesos ecológicos y simbólicos son reconvertidos en capital natural, humano y cultural, para ser asimilados al proceso de reproducción y expansión del orden económico, reestructurando las condiciones de la producción mediante una gestión económicamente racional del ambiente.[551]

O referido autor fala sobre a construção de um paradigma ecoprodutivo, o qual possibilitaria o estabelecimento de novos equilíbrios ecológicos, com o intuito de promover a Sustentabilidade em conjunto com o processo econômico. Além disso, possibilitaria uma mitigação da pobreza, melhorando a qualidade de vida da população, por meio de um processo descentralizado de produção, aberto às mais variadas espécies de desenvolvimento, de acordo com as condições de cada região, tanto ecológicas, quanto culturais.[552]

De acordo com Sachs[553], a Sustentabilidade Econômica está baseada na "alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado". Para o autor:

> Mais do que nunca, precisamos retornar à *economia política*, que é diferente da economia, e a um planejamento flexível negociado e contratual, simultaneamente aberto para as preocupações ambientais e sociais. É necessária uma combinação viável entre economia e ecologia, pois as ciências naturais podem descrever o que é preciso para um mundo sustentável, mas compete às ciências sociais a articulação das estratégias de transição rumo a este caminho.[554]

A dimensão econômica da Sustentabilidade é medida, segundo Boff[555], pelos seguintes indicadores: "consumo atual de energia por habitante; consumo de

---

[551] "O discurso dominante da sustentabilidade promove o crescimento econômico sustentado, ignorando as condições ecológicas e termodinâmicas que estabelecem limites e condições para a apropriação e transformação capitalista da natureza. Para isso, busca incorporar a natureza ao capital por meio de uma dupla operação: por um lado, tenta internalizar os custos ambientais do progresso; junto com isso, realiza-se uma operação simbólica que [...] recodifica o homem, a cultura e a natureza como formas aparentes de uma mesma essência: o capital. Assim, os processos ecológicos e simbólicos são convertidos em capital natural, humano e cultural, a serem assimilados ao processo de reprodução e expansão da ordem econômica, reestruturando as condições de produção por meio de uma gestão economicamente racional do meio ambiente" (tradução livre). LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidad, racionalidade, complejidad, poder. p. 21.

[552] LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidad, racionalidade, complejidad, poder. p. 48.

[553] SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. p. 26.

[554] SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. p. 60.

[555] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 140-141.

energia renovável; gastos de proteção do meio ambiente como porcentagem do PIB; ajuda pública ao desenvolvimento, como parte do PIB".

Para Sachs[556], a dimensão econômica da Sustentabilidade é extremamente necessária, mas não é condição prévia para as outras dimensões, "uma vez que um transtorno econômico traz consigo o transtorno social, que, por seu lado, obstrui a sustentabilidade ambiental".

Como critérios para o alcance da dimensão econômica, Sachs[557] destaca "[...] – desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; - segurança alimentar; - capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; - inserção soberana na economia internacional".

Portanto, a dimensão econômica ora abordada mostra-se como o desenvolvimento de uma economia equilibrada/sustentável, voltada para a melhoria da qualidade de vida humana e a manutenção dos ecossistemas. Para completar a abordagem do tripé ora proposto, passa-se agora à análise da dimensão social da Sustentabilidade.

3.2.3 Dimensão social

A dimensão social da Sustentabilidade busca construir uma civilização baseada no *ser*, "em que exista maior equidade na distribuição do *ter* e da renda, de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições de amplas massas de população e a reduzir a distância entre padrões de vida de abastados e não-abastados"[558].

A partir disso, Leff ressalta que a Conferência do Rio em 1992, "[...] al afirmar como fin último del desarrollo sustentable el pleno desarrollo de las capacidades afectivas e intelectuales de todo ser humano coloca a la calidad de vida

---

[556] SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. p. 71.
[557] SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. p. 86-87.
[558] SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI:** desenvolvimento e meio ambiente. p. 25.

en el centro de sus objetivos”[559]. Nesse norte, a dimensão social objetiva um desenvolvimento favorável à qualidade de vida das pessoas, aos seus direitos fundamentais como saúde, trabalho, educação, lazer, entre outros.

Em relação à qualidade de vida, Leff esclarece que seu conceito

> [...] ha sido considerado como una reivindicación social producto de la sociedad "pos materialista", desplazando la atención de las necesidades básicas promovidas por las políticas del bienestar del estado, hacia la satisfacción de necesidades de carácter más cualitativo. Así, la calidad de vida parecería estar por encima de las condiciones de pobreza y sobrevivencia. Sin embargo, en la óptica del tercer mundo, la calidad de vida toma sentido propio dentro de las condiciones de desarrollo de diferentes culturas, que definen sus estilos de vida, sus normas de consumo, sus gustos, deseos y aspiraciones. El concepto de calidad de vida pone el énfasis en los aspectos cualitativos de las condiciones de existencia, más allá de su valor económico, de la normalización de las necesidades básicas y su satisfacción a través de programas de beneficio social. [560]

Dessa forma, a procura por melhores condições de vida demonstra a situação caótica do bem-estar, fruto dos padrões relacionados à produção de bens e dos padrões homogêneos de consumo, bem como da degradação ambiental, já que os bens naturais são comuns a todos e, ainda, do acesso precário aos serviços públicos básicos. Tudo isso faz com que se reflita e se reavalie o real sentido da existência, da qualidade do consumo, do trabalho produtivo, dos salários, da distribuição de renda e riquezas, etc., enfim, a tudo que se relacione à satisfação das necessidades generalizadas do mercado na sociedade.[561]

---

[559] “[...] ao afirmar como meta final do desenvolvimento sustentável o pleno desenvolvimento das capacidades afetivas e intelectuais de cada ser humano, coloca a qualidade de vida no centro de seus objetivos” (tradução livre). LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidad, racionalidade, complejidad, poder. p. 269.

[560] “[...] tem sido considerado um produto de reivindicação social da sociedade "pós-materialista", deslocando a atenção para as necessidades básicas promovidas pelas políticas previdenciárias do Estado, para a satisfação de necessidades de natureza mais qualitativa. Assim, a qualidade de vida parece estar acima das condições de pobreza e sobrevivência. Porém, na perspectiva do terceiro mundo, a qualidade de vida ganha sentido próprio dentro das condições de desenvolvimento das diferentes culturas, que definem seus estilos de vida, suas normas de consumo, seus gostos, desejos e aspirações. O conceito de qualidade de vida enfatiza os aspectos qualitativos das condições de vida, além do seu valor econômico, a normalização das necessidades básicas e sua satisfação por meio de programas de benefícios sociais” (tradução livre). LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidad, racionalidade, complejidad, poder. p. 270.

[561] LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidad, racionalidade, complejidad, poder. p. 270-271.

Assim, Sachs ressalta que a dimensão social da Sustentabilidade é "fundamental por motivos tanto intrísecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta"[562]. Segundo o autor, a Sustentabilidade Social destaca-se "como a própria finalidade do desenvolvimento, sem contar com a probabilidade de que um colapso social ocorra antes da catástrofe ambiental"[563].

Segundo o entendimento de Boff[564],

> A sustentabilidade de uma sociedade se mede por sua capacidade de incluir a todos e garantir-lhes os meios de uma vida suficiente e decente. Ocorre que as crises que assolam todas as sociedades esgarçaram o tecido social e jogaram milhões na marginalidade e na exclusão. Surgiu uma nova classe de gente: os desempregados estruturais e os precarizados, quer dizer, aqueles que obrigam a executar trabalhos precários e com baixos salários.

Diante disso, como critérios para a conquista da dimensão social, Sachs[565] destaca: "[...] - alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; - distribuição de renda justa; - emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; - igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais".

A dimensão social da Sustentabilidade é medida, segundo Boff[566], pelos seguintes indicadores: "taxa de mortalidade infantil; esperança de vida ao nascer; participação no gasto nacional da saúde no PIB; taxa de desemprego; número de mulheres empregadas para cada 100 homens; níveis de transparência da coisa pública e de ética social".

Assim, "En la dimensión social, la sostenibilidad se relaciona con la capacidad de satisfacer las necesidades humanas de forma justa y con la condición de interdependencia que caracteriza a los seres humanos […]"[567].

---

[562] SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento:** includente, sustentável, sustentado. p. 15.
[563] SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. p. 71.
[564] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 19-20.
[565] SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. p. 85.
[566] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 141.
[567] "Na dimensão social, a sustentabilidade está relacionada à capacidade de satisfazer as necessidades humanas de forma justa e à condição de interdependência que caracteriza os seres humanos" (tradução livre). RIECHMANN, Jorge; REYES, Luis González; HERRERO, Yayo;

Real Ferrer destaca que

> El espectro de la sostenibilidad social es tan amplio como la actividad humana, pues de lo que se trata es de construir una sociedad más armónica e integrada, por lo que nada humano escapa a ese objetivo. Desde la protección de la diversidad cultural a la garantía real del ejercicio de los derechos humanos, pasando por acabar con cualquier tipo de discriminación o el acceso a la educación, todo cae bajo esta rúbrica.[568]

O debate acerca da dimensão social da Sustentabilidade, de acordo com o autor supracitado, está centralizado, dentre outros aspectos, no combate à exclusão. Para ele, exclusão significa "[...] la escasez crónica de oportunidades y de acceso a servicios, al mercado laboral, al crédito, a infraestructuras y a la justicia"[569]; além disso, a exclusão social "[...] se refiere a los procesos y situaciones que impiden la satisfacción de las necesidades básicas de las personas (trabajo, vivienda, educación, acceso a la sanidad) y su participación en la sociedade"[570].

Nesse contexto, Boff[571], a partir do *princípio da inclusão*, que visa o atendimento das necessidades fundamentais para todas as pessoas, indica nove necessidades básicas, as quais não se referem somente a bens materiais, mas a valores e práticas sociais. São elas: "*a subsistência, a proteção, o afeto (amar e ser amado), o entendimento (aceitar os outros como são e ser também aceito), a criatividade, a participação, o lazer, a identidade pessoal e cultural e a liberdade*" (grifos do autor). Para o autor, "Esta visão integradora das necessidades humanas nos obriga a mudar os conceitos de pobreza e de riqueza". Sobre isso, ele explica:

MADORRÁN, Carmen. **Qué hacemos hoy cuando nos encontramos frente a la amenaza de una crisis mayor que la económica**: la ecológica. p. 35-36.

568 "O espectro da sustentabilidade social é tão amplo quanto a atividade humana, pois se trata de construir uma sociedade mais harmoniosa e integrada, para que nada de humano escape a esse objetivo. Da proteção da diversidade cultural à garantia real do exercício dos direitos humanos, ao fim de qualquer tipo de discriminação ou acesso à educação, tudo se enquadra nesta rubrica" (tradução livre). REAL FERRER, Gabriel. Calidad de vida, medio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía ¿Construimos juntos el futuro? p. 322.

569 "[...] a escassez crônica de oportunidades e de acesso aos serviços, ao mercado de trabalho, ao crédito, à infraestrutura e à justiça" (tradução livre). REAL FERRER, Gabriel. Calidad de vida, medio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía ¿Construimos juntos el futuro? p. 322.

570 "[...]se refere aos processos e situações que impedem a satisfação de as necessidades básicas da população (trabalho, moradia, educação, acesso à saúde) e sua participação na sociedade" (tradução livre). REAL FERRER, Gabriel. Calidad de vida, medio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía ¿Construimos juntos el futuro? p. 322.

571 BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 139.

> A pobreza [...] não está apenas associada à insuficiência de renda, de saúde e de educação, mas à privação de capacitações[572] que roubam da pessoa oportunidades de se desenvolver e criar sua autonomia. A pessoa não quer apenas receber o pão, quer também conquistá-lo e fazê-lo. De forma semelhante, a riqueza não se define pela acumulação de bens materiais e pela conta no banco, mas pela capacidade de relacionar-se com os outros sem discriminações [...].[573]

Diante disso, "[...] el excluido es el que queda al margen del progreso social sin posibilidades reales de incorporarse al mismo. Los excluidos son muchos, pero muchos más aún son los individuos y colectivos en riesgo de exclusión"[574]. Por conseguinte, a exclusão social é entendida como um conceito multidimensional, haja vista afetar negativamente diferentes aspectos do desenvolvimento social e humano,

---

[572] Sen destaca três argumentos em favor da abordagem da pobreza como privação de capacidades: "1) A pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacidades; a abordagem concentra-se em privações que são *intrinsicamente* importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas *instrumentalmente*). 2) Existem *outras* influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades). 3) A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é *variável* entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional)" (grifos do sutor). SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 120-121.

[573] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 139-140.

[574] "[...] os excluídos são aqueles que permanecem à margem do progresso social, sem possibilidades reais de ingressar nele. Os excluídos são muitos, mas muitos mais ainda são indivíduos e grupos em risco de exclusão" (tradução livre). REAL FERRER, Gabriel. Calidad de vida, medio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía ¿Construimos juntos el futuro? p. 322.

os quais vão além de bens materiais, resultando em privações econômicas[575], sociais[576], políticas[577] e pessoais[578].[579]

Pode-se associar a dimensão social da Sustentabilidade ao desenvolvimento includente trabalhado por Sachs[580], o qual é definido em oposição ao crescimento perverso "excludente" (do mercado de consumo) e "concentrador" (de renda e riqueza). No desenvolvimento includente preza-se pela igualdade de

[575] Podem se citar como privações econômicas: rendimento insuficiente em relação ao contexto, emprego precário, falta de direitos (direitos alimentares, direitos ambientais) de acesso aos recursos. Além disso, a falta de recursos materiais que afetam a subsistência, decorrente da exclusão do mercado de trabalho. ARMIÑO, Karlos Pérez de; EIZAGIRRE, Marlen. Diccionario de Acción Humanitaria y Cooperaión al Desarrollo. **Exclusión social**. Disponível em: http://www.dicc.hegoa.ehu.es/listar/mostrar/96. Acesso em: 05 out. 2020.

[576] As privações sociais podem estar relacionadas a: ruptura dos laços sociais ou familiares que são fontes de capital social e mecanismos de solidariedade comunitária, marginalização da comunidade, alteração de comportamentos sociais e incapacidade de participação em atividades sociais (por exemplo, pessoas com baixos rendimentos são obrigadas diminuir suas relações sociais), deterioração da saúde, etc. Ainda, a dissociação dos laços sociais, a desfiliação e a fragilidade do quadro relacional; em outras palavras, a falta de integração na vida familiar e na comunidade a que se pertence. ARMIÑO, Karlos Pérez de; EIZAGIRRE, Marlen. Diccionario de Acción Humanitaria y Cooperaión al Desarrollo. **Exclusión social**.

[577] No tocante às privações políticas, entende-se como: a falta de poder, incapacidade de participar nas decisões que afetam suas vidas ou participação política (nos Estados Unidos foi demonstrado que diminui à medida que o status socioeconômico das famílias diminui). ARMIÑO, Karlos Pérez de; EIZAGIRRE, Marlen. Diccionario de Acción Humanitaria y Cooperaión al Desarrollo. **Exclusión social**.

[578] As privações pessoais geradas pela exclusão social podem ser caracterizadas pela ruptura da comunicação, a fragilidade do sentido e a erosão dos dinamismos vitais (confiança, identidade, reciprocidade, etc.). ARMIÑO, Karlos Pérez de; EIZAGIRRE, Marlen. Diccionario de Acción Humanitaria y Cooperaión al Desarrollo. **Exclusión social**.

[579] ARMIÑO, Karlos Pérez de; EIZAGIRRE, Marlen. Diccionario de Acción Humanitaria y Cooperaión al Desarrollo. **Exclusión social**.

[580] SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento:** includente, sustentável, sustentado. p. 81-82.

condições a acesso nos mais variados setores, como aos programas de assistência[581] e serviços públicos relacionados à educação[582], saúde[583] e moradia[584].

Entende-se, até o momento, que a Sustentabilidade Social se refere às transformações que devem ser realizadas para sustentar a efetividade dos direitos sociais fundamentais e a sua propagação no tempo, a fim de garantir uma melhor qualidade de vida para as sociedades atuais e as futuras, combatendo a exclusão, o desemprego, as desigualdades sociais, a fome, a miséria, etc. Dessa forma, a dimensão social da Sustentabilidade vai preocupar-se com aspectos relacionados à saúde, educação, alimentação, moradia, trabalho, transporte, lazer, segurança, previdência social, dentre outros.

A Sustentabilidade em sua dimensão social somente poderá ser alcançada se as outras dimensões do tripé também estiverem sendo respeitadas, visto que uma

---

[581] Segundo o autor, "Todos os cidadãos devem ter acesso, em igualdade de condições, a programas de assistência para deficientes, para mães e filhos, para idosos, voltados para a compensação das desigualdades naturais ou físicas. Políticas sociais compensatórias financiadas pela redistribuição de renda deveriam ir mais longe e incluir subsídios ao desemprego, uma tarefa praticamente impossível naqueles países onde apenas uma pequena minoria está empregada no setor organizado e onde o desemprego aberto é bem menos significativo que o subemprego". SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento:** includente, sustentável, sustentado. p. 81-82.

[582] Sachs explica que "A educação é essencial para o desenvolvimento, pelo seu valor intrínseco, na medida em que contribui para o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido de autonomia, bem como a autoconfiança e a auto-estima. É claro que tem também um valor instrumental com respeito à empregabilidade. Porém, a educação é condição necessária, mas não suficiente, para se ter acesso a um trabalho decente. Deve vir junto com um pacote de políticas de desenvolvimento, mesmo que alguns prefiram apresentá-la como uma panacéia. Um dos paradoxos que prevalecem hoje é o desemprego maciço de adultos existindo lado a lado com o intolerável fenômeno do trabalho infantil. Para poder colocar todas as crianças na escola é necessário distribuir bolsas para aqueles oriundos de famílias pobres, cuja sobrevivência depende do dinheiro que levam para a casa". Neste contexto, o autor destaca o programa pioneiro "Bolsa Escola", introduzido por Cristovam Buarque, em Brasília. SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento:** includente, sustentável, sustentado. p. 82.

[583] Em relação à saúde, o autor diz que "Mesmo sendo muito importante o acesso aos serviços de saúde, eles fazem parte de um objetivo mais amplo, que é o de melhorar a saúde das pessoas. Isto depende de uma alimentação adequada (segurança alimentar), do acesso à água limpa, da melhoria das condições de moradia e de trabalho, de uma melhor educação e de medidas preventivas, como a vacinação". SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento:** includente, sustentável, sustentado. p. 82-83.

[584] Quanto à moradia, Sachs destaca que "Existe um debate a respeito de a moradia ser ou não um serviço público. Tratá-la desta forma, nos países do antigo bloco soviético, não trouxe resultados satisfatórios. No entanto, a provisão de moradia decente para todos, preenchendo, desta forma, uma necessidade básica, é certamente um enorme desafio para o desenvolvimento includente. Daí a importância de políticas de moradias populares e, em particular, de esquemas baseados na autoconstrução assistida, nos quais as autoridades públicas se juntam aos esforços dos futuros moradores, cujo trabalho se constitui numa forma não monetária de poupança". SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento:** includente, sustentável, sustentado. p. 83.

depende da outra. Problemas ambientais geram problemas econômicos e sociais e vice-versa.

Para além do que foi tratado até o momento acerca do assunto, alguns estudos entendem que as dimensões da Sustentabilidade não se restringem somente ao tripé ambiental, econômico e social, sugerindo a existência de outras dimensões, conforme será visto a seguir.

3.3 REFLEXÕES SOBRE OUTRAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

Diante do que foi explanado anteriormente, verifica-se que a Sustentabilidade é dinâmica, levando em consideração as necessidades e aspirações humanas e de todos os seres vivos. Logo, não teria como ser estática diante das tantas transformações e mudanças que ocorrem a todo momento.

Assim, tendo em vista a ideia referente à possibilidade de uma nova dimensão da Sustentabilidade – a qual será considerada ao final deste tópico e desenvolvida no próximo capítulo, sendo, inclusive, um dos cernes desta tese - mostra-se relevante a exposição e a reflexão em relação a, sem o intuito de esgotar o tema, outras dimensões, que na atualidade passaram a ser objeto de estudos e debates na área da Sustentabilidade, a fim de justificar que esta pode/deve ser pensada e buscada além do tradicional tripé ambiental, econômico e social.

Nesse contexto, Boff[585] ressalta como um propósito maior a criação de "*um modo sustentável de vida*" (grifos do autor). Segundo ele:

> A concepção de sustentabilidade não pode ser reducionista e aplicar-se apenas ao crescimento/desenvolvimento, como é predominante nos tempos atuais. Ela deve cobrir todos territórios da realidade, que vão das pessoas, tomadas individualmente, às comunidades, à cultura, à politica, à indústria, às cidades e principalmente ao Planeta Terra com seus ecossistemas. Sustentabilidade é um modo de ser e de viver que exige alinhar as práticas humanas às potencialidades limitadas de cada bioma e às necessidades da presente e das futuras gerações.

[585] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 16.

Levando em conta o pensamento integrado e holístico ora referido, o conceito de Sustentabilidade é apresentado a partir de outras dimensões. Sachs[586] traz oito dimensões para a Sustentabilidade. Além daquelas já abordadas (ambiental/ecológica[587], econômica e social), ele apresenta outras como a cultural, a territorial, a política nacional e a política internacional.

A dimensão cultural[588], de acordo com Sachs[589], se refere às "mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação)", bem como à "capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas)", e, ainda, se relaciona com a "autoconfiança combinada com abertura para o mundo". Nesse contexto, Silva, Souza e Leal[590] entendem que

> [...] a dimensão cultural da sustentabilidade contribui para nos informar a qualidade de vida pelo exercício da cidadania cultural, como um direcionamento na investigação sobre o cotidiano das pessoas, seus espaços frequentados, a qualidade das ações públicas locais, pois a praça, o teatro, as festas religiosas e populares, dentre outros, fazem hoje parte das necessidades culturais cotidianas. Nesse caso, a oportunidade de frequência aos espaços culturais e às expressões diversas, deve ser socializada sem discriminação, de forma espacializada para que todos possam ter acesso igualitário, sem restrição a grupos.

Dessa forma, percebe-se que a dimensão cultural objetiva uma transformação não somente do pensar, mas do agir e dos modos de viver em sociedade, com o intuito de um despertar para a consciência universal. É "deixar de lado" as tradições que podem ser insustentáveis, buscando uma nova realidade para aquela cultura, expandindo-a globalmente.

---

586 O autor trata as dimensões como "critérios" para a Sustentabilidade. SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. p. 85-88.

587 Sachs menciona as dimensões ambiental e ecológica em separado, no entanto entende-se, no presente trabalho, que se tratam de dimensões com o mesmo significado.

588 Foladori destaca que: "A perda da diversidade cultural é uma das facetas da crise ambiental. As relações capitalistas têm profunda responsabilidade, já que o sistema capitalista é o único cuja economia não pode existir sem solapar as bases de todos os sistemas pré-capitalistas de produção". FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. p. 189.

589 SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. p. 85-86.

590 SILVA, Antonio Sergio da; SOUZA, José Gilberto de; LEAL, Antonio Cezar. A sustentabilidade e suas dimensões como fundamento da qualidade de vida. p. 36.

Em relação à dimensão territorial, Sachs[591] explica que se tratam de "configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público)". Além disso, busca-se: "melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento)".

Portanto, tal dimensão tem como objetivo o equilíbrio da ocupação tanto urbana quanto rural, com especial atenção para a melhoria da ocupação populacional, bem como da sua atividade econômica em consonância com o meio ambiente. Um exemplo a ser citado em relação à importância da dimensão territorial são os variados projetos relacionados às cidades sustentáveis[592].

A dimensão política nacional refere-se à "democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; um nível razoável de coesão social"[593]. Já a dimensão política internacional busca:

> [...] eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco); controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.[594]

---

[591] SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. p. 86.

[592] A respeito disso, importante citar o Programa Cidades Sustentáveis (PCS). Trata-se de "uma agenda de sustentabilidade urbana que incorpora as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural no planejamento municipal. Desde 2012, o PCS atua na sensibilização e mobilização de governos locais para a implementação de políticas públicas estruturantes, que contribuam para o enfrentamento da desigualdade social e para a construção de cidades mais justas e sustentáveis". PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. Disponível em: https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/pagina/pcs. Acesso em: 07 out. 2020.

[593] SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. p. 87.

[594] SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. p. 87-88.

Nesse aspecto englobam-se as políticas públicas voltadas para a Sustentabilidade, a partir do Poder público, os quais mostram-se carentes do pensamento sustentável em sua atuação, bem como a participação da sociedade na tomada de decisões, diante do processo democrático[595]. É fundamental que esses aspectos sejam levados em conta para que haja uma maior qualidade na produção de políticas públicas para que o objetivo final da Sustentabilidade seja alcançado. Ademais, quanto à política internacional, esta é fundamental para uma relação sustentável entre Estados soberanos.

Além das dimensões elencadas por Sachs, há estudos que se referem à dimensão tecnológica da Sustentabilidade. Esse é o pensamento de Bodnar, que, reconhecendo a importância da tecnologia[596] nos tempos atuais, entende que "na atual sociedade do conhecimento é imprescindível que também seja adicionada a dimensão tecnológica, pois é a inteligência humana individual e coletiva acumulada e multiplicada que poderá garantir um futuro mais sustentável" [597].

Tal ideia é reforçada pelo pensamento de Giansanti, quando diz que "tanto a limitação do crescimento quanto a gestão racional dos recursos forçam a busca de novas tecnologias, visando garantir a continuidade dos processos produtivos. Um exemplo é o estímulo à adoção das chamadas tecnologias limpas"[598].

---

[595] Neste aspecto, Silva, Souza e Leal opinam que "O estímulo à cultura participativa torna-se importante, pois envolve a sociedade em um sentido de corresponsabilidade, de compartilhamento, um aprendizado democrático por ações alternativas para a melhoria da qualidade de vida. Propostas de ações alternativas podem surgir em diálogo, por exemplo, junto à associação de bairro, ao sindicato e em demais espaços onde a sociedade possa discutir sobre sua melhoria de condições de vida". SILVA, Antonio Sergio da; SOUZA, José Gilberto de; LEAL, Antonio Cezar. A sustentabilidade e suas dimensões como fundamento da qualidade de vida. p. 35.

[596] Segundo Pinto, "[…] a **'Tecnologia**' tem de ser a teoria, a ciência, o estudo, a discussão da técnica, abrangidas nessa última noção as artes, as habilidades do fazer, as profissões e, generalizadamente, os modos de produzir alguma coisa. Este é necessariamente o sentido primordial, cuja interpretação nos abrirá a compreensão dos demais. A 'Tecnologia' aparece aqui como valor fundamental e exato de logos da técnica" (sem grifos no original). PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia.** Rio de Janeiro: Contraponto. 2005. V1. p. 219.

[597] BODNAR, Zenildo. A sustentabilidade por meio do direito e da jurisdição. **Revista Jurídica Cesumar - Mestrado**, v. 11, n. 1, p. 325-343, jan./jun. 2011. Disponível em: http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/1885/1262. Acesso em: 10 out. 2020. p. 331.

[598] GIANSANTI, Roberto. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atual, 1998. p. 14.

Nesse norte, o entendimento de Almeida[599] é claro:

> A criação de inovações sustentáveis envolve prover e estimular visões alternativas de mundo; assegurar o elo entre o desenvolvimento da inovação e seu valor na cadeia produtiva: procurar novas plataformas, assim como aperfeiçoar as já existentes; estimular o empreendedorismo, envolvendo estudantes e profissionais de diferentes gerações; promover pequenos negócios sem perder de vista sua reprodutibilidade para obter ganhos de escala; e, por fim, desafiar os modelos de negócios com cenários alternativos de futuro. O processo de gestão no desenvolvimento da inovação deve, desde a fase inicial, confrontar a ideia básica com o conceito de sustentabilidade e manter esse procedimento até o final.

Assim, o conceito de inovação ou novas tecnologias[600] orientadas para a Sustentabilidade recebe diferentes denominações, tais como: tecnologias verdes, tecnologias limpas, tecnologias ambientalmente sustentáveis/amigáveis[601] e, ainda, ecoinovação[602].

Vive-se, hoje, a era tecnológica, isso é fato inquestionável. A tecnologia é fator determinante do comportamento e do futuro da humanidade, dentro da

---

599 ALMEIDA, Fernando. **Os desafios da sustentabilidade:** uma ruptura urgente. p. 171.

600 Ressalta-se o entendimento de Pilau Sobrinho quando diz que "Deve-se visualizar uma relação harmoniosa entre homem, natureza e as novas tecnologias, estabelecendo-se os limites de exploração das novas tecnologias em relação ao meio ambiente e, acima de tudo, possibilitando que toda a sociedade tenha seu acesso, não ficando condicionada à questão da mercantilização da vida humana, buscando seu equilíbrio sustentável". PILAU SOBRINHO, Liton Lanes. **Desafios da sustentabilidade na era tecnológica**: (im) probabilidade comunicacional e seus impactos na saúde e meio ambiente. Itajaí: UNIVALI, 2017. Disponível em: https://www.univali.br/vida-no-campus/editora-univali/e-books/Documents/ecjs/E-book%202017%20DESAFIOS%20DA%20SUSTENTABILIDADE%20NA%20ERA%20TECNOL%C3%93GICA.pdf. Acesso em: 08 out. 2020. p. 55.

601 Estas podem ser entendidas como "[...] tecnologias de processos e produtos que geram poucos ou nenhum resíduo, tecnologias que protegem o meio ambiente e que são menos poluentes. São tecnologias que utilizam todos os recursos de uma forma mais sustentável, que reciclam mais resíduos e produtos, e ainda, que tratam os dejetos residuais de uma maneira mais aceitável". ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Agenda 21**. Rio de Janeiro: CMMED, 1992. p. 409.

602 "Eco-innovation is the production, assimilation or exploitation of a product, production process, service or management or business method that is novel to the organisation (developing or adopting it) and which results, throughout its life cycle, in a reduction of environmental risk, pollution and other negative impacts of resources use (including energy use) compared to relevant alternatives". "Ecoinovação é a produção, assimilação ou exploração de um produto, processo produtivo, serviço ou método de gestão ou negócio que seja novo para a organização (desenvolvendo ou adotando) e que resulte, ao longo de seu ciclo de vida, na redução do risco ambiental, poluição e outros impactos negativos do uso de recursos (incluindo uso de energia) em comparação com alternativas relevantes" (tradução livre). KEMP, René; PEARSON, Peter. **Final report of the MEI project measuring eco innovation.** Maastricht: UM Merit, 2007. Disponível em: https://www.oecd.org/env/consumption-innovation/43960830.pdf. Acesso em: 07 out. 2020. p. 7.

tecnossocidade. É a partir desse entendimento que Cruz e Real Ferrer[603] afirmam que "Se a sustentabilidade pretende a construção de um modelo social viável, já foi visto que, sem atender ao fator tecnológico, não se pode sequer imaginar como será essa sociedade". Assim, todas as outras dimensões da Sustentabilidade são influenciadas pelo fator tecnológico.

Os autores ora mencionados explicam que a utilização do termo "dimensões" deve-se ao fato de que em cada uma delas são identificados Riscos que podem levar a um colapso civilizatório. Diante disso, ações são necessárias para o alcance dessas dimensões, evitando que aqueles Riscos se tornem problemas maiores e garantindo um futuro para a humanidade em todos os seus pilares – ambiental[604], econômico[605] e social[606].[607]

Pensando em evitar Riscos deve-se considerar a tecnologia também como uma dimensão, visto que esta também pode ser uma ameaça para o futuro, se não for administrada corretamente, levando a uma catástrofe global. Assim, a dimensão tecnológica deve contribuir com o progresso nas outras dimensões, mas também, e principalmente, buscar o enfrentamento dos Riscos tecnológicos difusos. Além disso, a disponibilização da tecnologia para toda a sociedade é fundamental para o alcance

---

603 CRUZ, Paulo Márcio; REAL FERRER, Gabriel. Direito, sustentabilidade e a premissa tecnológica como ampliação de seus fundamentos. p. 18-19.

604 "Na dimensão ambiental, porque se está ciente de que um colapso nos ecossistemas poria em perigo a sobrevivência ou, pelo menos, as condições idôneas para que o homem possa se desenvolver como espécie". CRUZ, Paulo Márcio; REAL FERRER, Gabriel. Direito, sustentabilidade e a premissa tecnológica como ampliação de seus fundamentos. p. 22.

605 "Na dimensão econômica, finalmente, porque é preciso gerar novos bens para cada vez mais habitantes e introduzir mecanismos para garantir uma mais justa distribuição de riqueza, que ofereça uma vida digna para todos, já que sem dignidade não existe progresso civilizatório". CRUZ, Paulo Márcio; REAL FERRER, Gabriel. Direito, sustentabilidade e a premissa tecnológica como ampliação de seus fundamentos. p. 22.

606 "Na dimensão social, porque se reconhece que os modelos sociais tradicionais não são aptos para lidar com a sociedade global complexa e com múltiplos centros de poder. Por isso novas regras e instituições devem ser criadas, se não se pretende enfrentar uma profunda desintegração". CRUZ, Paulo Márcio; REAL FERRER, Gabriel. Direito, sustentabilidade e a premissa tecnológica como ampliação de seus fundamentos. p. 22.

607 CRUZ, Paulo Márcio; REAL FERRER, Gabriel. Direito, sustentabilidade e a premissa tecnológica como ampliação de seus fundamentos. p. 22.

da Sustentabilidade, tendo como premissa evitar o tráfego de tecnologias obsoletas e frequentemente “sujas”.[608]

Nesse contexto, Leff entende que

> [...] la tecnología se encargaría de revertir los efectos de la degradación ambiental en los procesos de producción, distribución y consumo de mercancías. La tecnología, que ha contribuido al agotamiento de los recursos, resolvería el problema de la escasez global haciendo descansar la producción en un manejo indiferenciado de materia y energía; los demonios de la muerte entrópica serían exorcizados por la eficiencia tecnológica. Los sistemas ecológicos reciclarían los desechos; la biotecnología inscribiría a la vida en el campo de la producción; el ordenamiento ecológico permitiría relocalizar y dispersar los procesos productivos, extendiendo el soporte territorial para un mayor crecimiento económico.[609]

A Sustentabilidade, por meio de sua dimensão tecnológica, tem respaldo na ideia de “integrar as partes para proteger o todo”, conforme Casagrande Jr[610]. Segundo o autor, ela pode ser entendida como “[...] processos de eficiência que podem economizar energia e recursos, diminuir poluição, aumentar produtividade com distribuição equitativa de renda e evitar desperdício de capital”.

Dessa forma, apesar de ainda existir variadas discussões e debates acerca do tema, entende-se que a tecnologia não é apenas um fundamento para as demais dimensões, mas uma própria dimensão, tão importante quanto as outras, a qual deve priorizar, para o seu alcance, aspectos relacionados à qualidade de vida e à dignidade humana. Ressalta-se que a tecnologia, se não utilizada de forma adequada, coloca

---

608 CRUZ, Paulo Márcio; REAL FERRER, Gabriel. Direito, sustentabilidade e a premissa tecnológica como ampliação de seus fundamentos. p. 22-27.

609 “[...] a tecnologia se encarregaria de reverter os efeitos da degradação ambiental nos processos de produção, distribuição e consumo de bens. A tecnologia, que tem contribuído para o esgotamento dos recursos, resolveria o problema da escassez global, fazendo com que a produção dependesse de uma gestão indiferenciada da matéria e da energia; os demônios da morte entrópica seriam exorcizados pela eficiência tecnológica. Os sistemas ecológicos reciclariam o lixo; a biotecnologia inscreveria a vida no campo da produção; o zoneamento ecológico permitiria a realocação e dispersão dos processos produtivos, ampliando o apoio territorial para maior crescimento econômico” (tradução livre). LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidad, racionalidade, complejidad, poder. p. 24.

610 CASAGRANDE JR, Eloy Fassi. **Inovação tecnológica e sustentabilidade:** integrando as partes para proteger o todo. Disponível em: http://aplicweb.feevale.br/site/files/documentos/pdf/23231.pdf. Acesso em: 06 out. 2020.

em Risco o futuro da humanidade[611]. Essa é a justificativa principal para reconhecê-la como dimensão da Sustentabilidade – a dimensão tecnológica.

A partir das reflexões acerca do tripé da Sustentabilidade, bem como de suas outras dimensões, conclui-se com a ideia segundo a qual

> [...] há a necessidade de desenvolver ferramentas que procurem mensurar a sustentabilidade em seus diferentes aspectos. Portanto, o aprofundamento do debate e da prática sustentável nos encaminha para as discussões sobre a necessidade de observar a utilização de métodos de mensurações para a sustentabilidade e de que forma vem sendo tratada, de maneira a configurar os diferentes interesses em também diferentes dimensões.[612]

Diante disso, o dinamismo da Sustentabilidade requer diferentes configurações, as quais traduzem-se em dimensões. A partir dessa constatação, entende-se que há outro fator que merece um estudo e análise aprofundado em relação à Sustentabilidade. Trata-se do seu fundamento mais intrínseco, sua base, que é a Dignidade da Pessoa Humana, pensada além do aspecto social.

Isso porque, "[...] a sustentabilidade somente terá significado quando a dignidade da pessoa humana for construída e respeitada na sua integralidade e atingir

---

[611] Em relação a isso, Perez Luño destaca que: "La revolución tecnológica ha redimensionado las relaciones del hombre com los demás hombres, las relaciones entre el hombre y la naturaleza, así como las relaciones del ser humano para consigo mismo. […] La plurisecular tensión entre naturaleza y sociedad corre hoy el riesgo de resolverse en términos de abierta contradicción, cuando las nuevas tecnologías conciben el dominio y la explotación sin límites de la naturaleza como la empresa más significativa del desarrollo. Los resultados de tal planteamiento constituyen ahora motivo de preocupación cotidiana. El expolio acelerado de las fuentes de energía, así como la contaminación y degradación del medio ambiente, han tenido su puntual repercusión en el hábitat humano y en el propio equilibrio psicosomático de los indivíduos". "A revolução tecnológica redimensionou as relações do homem com os outros homens, as relações do homem com a natureza, bem como as relações do ser humano consigo mesmo. [...] A tensão secular entre natureza e sociedade hoje corre o risco de ser resolvida em termos de contradição aberta, quando as novas tecnologias concebem o domínio e a exploração ilimitada da natureza como o empreendimento mais significativo do desenvolvimento. Os resultados de tal abordagem são agora uma questão de preocupação diária. O saque acelerado de fontes de energia, bem como a poluição e degradação do meio ambiente, tem tido impactos específicos no habitat humano e no equilíbrio psicossomático dos indivíduos" (tradução livre). PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. **Los derechos humanos en la sociedad tecnológica**. Madrid: Editorial Universitas, 2012. p. 107- 108.

[612] SILVA, Antonio Sergio da; SOUZA, José Gilberto de; LEAL, Antonio Cezar. A sustentabilidade e suas dimensões como fundamento da qualidade de vida. p. 37.

a todos”[613]. Além disso, “[...] a ideia de sustentável, de manutenção da vida, é intrínseca na pessoa”.[614]

Nesse contexto, é interessante a análise de Leff, quando diz que:

> El discurso de la sustentabilidad está conformado por variadas interpretaciones que responden a visiones, intereses y estratégias alternativas de desarrollo. Por una parte, las políticas neoliberales están llevando a capitalizar a la naturaliza, la ética y la cultura. Por outra, los princípios de racionalidad ambiental están generando nuevos proyectos sociales, fundados en la reapropriación de la naturaliza, en la resignificación de las identidades individuales y colectivas y en renovación de los valores del humanismo. [...] Las políticas neoliberales y el progresso de la tecnologia están llevando a la “capitalización de la vida”. El lugar sel ser humano en el contexto del desarrollo sostenible se há reducido a ver el impacto de la contaminación en la salud y la presión de la población sobre los recursos. El valor da vida y de la salud para la economia se establecen como el costo de la fuerza de trabajo en el mercado y las perdidas de benefícios económicos que implica la enfermedad del trabajador. Las companhias de seguros ponen um precio a la existência humana a través del mercado de la salud y de la vida. Empero, el valor de la vida no puede reducirse al precio de la fuerza de trabajo y a su contribución marginal en las ganacias del capital.[615]

Assim, verifica-se, conforme exposto por Leff, uma capitalização da vida humana, em que o sistema capitalista predominante faz gerar profundas crises e perdas para a humanidade, nos mais variados setores. As dimensões da Sustentabilidade têm o objetivo de tentar transformar esse cenário, trazendo

---

[613] DEMARCHI, Clóvis. Sustentabilidade tecnológica e dignidade humana: onde fica a pessoa neste contexto? In: SILVEIRA, Alessandra; ABREU, Joana Covelo de; COELHO, Larissa A. (Coord.). **Sustentabilidade tecnológica**: o papel das tecnologias digitais na promoção do desenvolvimento sustentável. Braga/Portugal: Pensamento Sábio, 2020. p. 97.

[614] DEMARCHI, Clóvis. Sustentabilidade tecnológica e dignidade humana: onde fica a pessoa neste contexto? p. 97.

[615] “O discurso da sustentabilidade é constituído por várias interpretações que respondem a visões, interesses e estratégias alternativas de desenvolvimento. Por um lado, as políticas neoliberais estão levando a capitalizar a naturalização, a ética e a cultura. Por outro lado, os princípios da racionalidade ambiental estão gerando novos projetos sociais, baseados na reapropriação da naturalização, na ressignificação das identidades individuais e coletivas e na renovação dos valores do humanismo. [...] as políticas neoliberais e o avanço da tecnologia estão levando à “capitalização da vida”. O lugar do ser humano no contexto do desenvolvimento sustentável foi reduzido para ver o impacto da poluição na saúde e a pressão da população sobre os recursos. O valor da vida e da saúde para a economia é estabelecido como o custo do trabalho no mercado e a perda dos benefícios econômicos que a doença do trabalhador acarreta. As seguradoras colocam um preço na existência humana por meio do mercado de saúde e vida. No entanto, o valor da vida não pode ser reduzido ao preço da força de trabalho e sua contribuição marginal para ganhos de capital” (tradução livre). LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidad, racionalidade, complejidad, poder. p. 269-270.

alternativas para essa mudança. Por isso, mostra-se extremamente oportuno pensar na Sustentabilidade a partir de uma dimensão humanista.

Justifica-se tal ideia, também, quando Boff diz que “[...] existe uma dimensão na pessoa que é a sua singularidade irredutível, que faz com que ela seja única e irrepetível no universo e na história, no passado, no presente e no futuro. Igual a ela nunca houve, não há nem haverá”[616].

Portanto, diante de tais reflexões, o próximo capítulo será desenvolvido a partir da análise da Sustentabilidade Humanista, tendo esta como fundamento a Dignidade da Pessoa Humana.

[616] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. p. 157.

CAPÍTULO 4

SUSTENTABILIDADE HUMANISTA

Neste último capítulo pretende-se analisar as Corporações Transnacionais no contexto da Sociedade Líquida global a partir da Sustentabilidade Humanista, objetivando responder ao problema da pesquisa que se refere à seguinte indagação: - A Sustentabilidade Humanista, na condição de dimensão da Sustentabilidade, pode ser considerada um preceito norteador apto a limitar o *modus operandi* das Corporações Transnacionais na Sociedade Líquida global?

Para isso, inicialmente far-se-á uma exposição quanto aos argumentos que definem a Sustentabilidade Humanista - entendida neste trabalho como uma nova dimensão da Sustentabilidade – a qual apresenta como fundamento a Dignidade da Pessoa Humana. Assim, será feita uma explanação acerca dos Direitos Humanos a partir da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, para após adentrar aos aspectos específicos relacionados à Dignidade da Pessoa Humana e, por fim, fundamentar e definir a Sustentabilidade Humanista.

Após isso e buscando responder ao problema proposto, apresentar-se-á a filosofia do Capitalismo Humanista a partir de Brunello Cucinelli, que em sua empresa, adota os fundamentos do humanismo e da Dignidade da Pessoa Humana para gerir seus negócios, demonstrando uma nova possibilidade de capitalismo em consonância com valores éticos e humanos, o qual se apresenta como a materialização da Sustentabilidade Humanista.

Ao final, objetiva-se responder à problemática proposta, analisando-se as hipóteses a ela relacionadas, quais sejam: 1) a ideia justificadora da Sustentabilidade Humanista a caracteriza como uma dimensão da Sustentabilidade; e 2) a Sustentabilidade Humanista poderia ser utilizada como um preceito norteador apto a limitar o *modus operandi* das Corporações Transnacionais na Sociedade Líquida global. Para isso, adentrar-se-á novamente em alguns aspectos relacionados ao Poder das Corporações Transnacionais na Sociedade Líquida global, destacando a

situação enfraquecida em que se encontram os Estados e, também, aspectos relacionados à Sustentabilidade corporativa.

4.1 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO FUNDAMENTO DA SUSTENTABILIDADE HUMANISTA

Antes de adentrar aos aspectos específicos relacionados à Dignidade da Pessoa Humana, considera-se oportuna uma breve explanação acerca dos Direitos Humanos[617], o que se fará tendo como marco temporal a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948[618], a fim de elucidar o contexto no qual o tema – Dignidade da Pessoa Humana - está envolto.

Perez Luño, após uma criteriosa análise quanto à terminologia, define Direitos Humanos como "[...] *un conjunto de facultades e instituciones que, en cada momento histórico, concretan las exigências de la dignidad, la libertad y la igualdad*

[617] O tema em apreço apresenta alguns impasses quanto a sua terminologia, tendo em vista a utilização de diferentes expressões para definir os Direitos Humanos, dentre as quais: "Direitos do Homem", "Direitos Humanos", "Direitos Humanos Fundamentais" e "Direitos Fundamentais". De acordo com Canotilho, "As expressões 'direitos do homem' e 'direitos fundamentais' são frequentemente utilizadas como sinònimas. Segundo a sua origem e significado poderíamos distingui-las da seguinte maneira: **direitos do homem** são direitos válidos para todos os povos e em todos os tempos (dimensão jusnaturalista-universalista); **direitos fundamentais** são os direitos do homem, jurídico-institucionalmente garantidos e limitados espacio-temporalmente. Os direitos do homem arrancariam da própria natureza humana e daí o seu caráter inviolável, intemporal e universal; os direitos fundamentais seriam os direitos objectivamente vigentes numa ordem jurídica concreta" (grifos do autor). CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. p. 393. Diante disso, neste trabalho elege-se a expressão "Direitos Humanos" por considerar ser a mais apropriada, a qual refere-se, como salienta Canotilho, à dimensão jusnaturalista universalista destes direitos, intrínseca ao ser humano, apresentando caráter inviolável, intemporal e universal. Ainda assim, com a pretensão de atender à necessidade de exatidão das citações, em algumas passagens utilizar-se-á a expressão "Direitos Fundamentais", mesmo que com as peculiaridades de Direitos Humanos.

[618] A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) da Assembleia como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos. Desde sua adoção, em 1948, a DUDH foi traduzida em mais de 500 idiomas – o documento mais traduzido do mundo – e inspirou as constituições de muitos Estados e democracias recentes. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 13 out. 2020.

humanas, las cuales deben ser reconocidas positivamente por los ordenamientos jurídicos a nivel nacional e internacional"[619] (grifos do autor).

Ao propor uma definição formal do conceito de Direitos Humanos, Ferrajoli afirma serem

> [...] todos aquellos derechos subjetivos que corresponden **universalmente** a 'todos' los seres humanos en cuanto dotados del *status* de personas, de ciudadanos o personas con capacidad de obrar; entendiendo por 'derecho subjetivo' cualquier expectativa positiva (de prestaciones) o negativa (de no sufrir lesiones) adscrita a un sujeto por una norma jurídica; y por '***status'*** la condición de un sujeto, prevista asimismo por una norma jurídica positiva, como presupuesto de su idoneidad para ser titular de situaciones jurídicas y/o autor de los actos que son ejercicio de éstas.[620] (sem grifo no original)

Desse modo, falar em Direitos Humanos é se ocupar da proteção dos interesses substanciais, imprescindíveis, vitais de todas as pessoas, sem levar em conta as situações ou peculiaridades de cada um. Disso resulta o caráter universal desses direitos, os quais são – ou ao menos deveriam ser - compartilhados por toda a humanidade e cuja importância faz com que estejam "fora do mercado" ou do alcance da política comum.[621] Trata-se, portanto, "de algo que é inerente à própria condição humana, sem ligação com particularidades determinadas de indivíduos ou grupos"[622].

---

[619] "[...] um conjunto de faculdades e instituições que, em cada momento histórico, especificam as exigências da dignidade humana, da liberdade e da igualdade, que devem ser reconhecidas positivamente pelos sistemas jurídicos a nível nacional e internacional" (tradução livre). PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. **Derechos Humanos, Estado de Derecho y Constituición**. 9ª ed. Madrid: Editorial Tecnos, 2005. p. 50.

[620] "[...] todos os direitos subjetivos que correspondem universalmente a "todos" os seres humanos, dotados de *status* de pessoa, cidadão ou pessoa com capacidade de agir; compreendendo por 'direito subjetivo' qualquer expectativa positiva (de benefícios) ou negativa (de não sofrer lesões) atribuída a um sujeito por uma norma legal; e por '*status*' a condição de sujeito, também prevista em norma legal positiva, como pressuposto da sua idoneidade para ser titular de situações jurídicas e/ou autor dos atos que delas decorrem" (tradução livre). FERRAJOLI, Luigi. **Los fundamentos de los derechos fundamentales**. Madrid: Editorial Trotta, 2001. p. 19.

[621] CARBONELL, Miguel. **Derechos fundamentales y democracia**. México: Instituto Federal Electoral, 2013. p. 21.

[622] COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 45-46.

Verifica-se na doutrina uma discussão relacionada à universalidade dos Direitos Humanos, ou seja, o debate entre os “universalistas” e os “relativistas”. Sobre isso, Piovesan[623] esclarece:

> Para os **universalistas**, os direitos humanos decorrem da dignidade humana, na condição de valor intrínseco à condição humana. Defende-se, nessa perspectiva, o mínimo ético irredutível – ainda que se possa discutir o alcance desse “mínimo ético” e dos direitos nele compreendidos.
> Para os **relativistas**, a noção de direitos está estritamente relacionada ao sistema político, econômico, cultural, social e moral vigente em determinada sociedade. Cada cultura possui seu próprio discurso acerca dos direitos fundamentais, que está relacionado às específicas circunstâncias culturais e históricas de cada sociedade. Não há moral universal, já que a história do mundo é a história de uma pluralidade de culturas. Há uma pluralidade de culturas no mundo, e essas culturas produzem seus próprios valores. (grifo nosso)

A autora[624] supracitada explica que “[...] para os universalistas, os relativistas, em nome da cultura, buscam acobertar graves violações a direitos humanos”. Por outro lado, “Na crítica dos relativistas[625], os universalistas invocam a visão hegemônica da cultura eurocêntrica ocidental, na prática de um canibalismo cultural”.

Acerca disso, após uma análise quanto às críticas à universalidade dos Direitos Humanos, Pérez Luño[626] defende que desde a modernidade até a sua concepção contemporânea (atual), emergente da Declaração da ONU de 1948, a

---

623 PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional:** um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 16-17.

624 PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional:** um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. p. 17.

625 Destaca-se aqui, a concepção multicultural de Direitos Humanos, defendida por Boaventura de Sousa Santos. O autor entende que “[...] enquanto forem concebidos como direitos humanos universais, os direitos humanos tenderão a operar como localismo globalizado – uma forma de globalização de-cima-para-baixo. Serão sempre um ‘choque de civilizações’ [...]. Para poderem operar como forma de cosmopolitismo, como globalização de-baixo-para-cima ou contra hegemónica, os direitos humanos têm de ser reconceptualizados como multiculturais. [...] Todas as culturas tendem a considerar os seus valores máximos como os mais abrangentes, mas apenas a cultura ocidental tende a formulá-los como universais. Por isso mesmo, a questão da universalidade dos direitos humanos trai a universalidade do que questiona pelo modo como o questiona. Por outras palavras, a questão da universalidade é uma questão particular, uma questão específica da cultura ocidental”. SOUSA SANTOS, Boaventura de. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 48, junho 1997, p. 11-32. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_RCCS48.PDF. Acesso em: 20 out. 2020. p. 18-19.

626 PÉREZ LUÑO, Antonio-Enrique. **La universalidad de los derechos y el Estado constituciona**l. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2002. p. 47-48.

universalidade é uma condição crucial na definição desses direitos. O autor explica que foi um grande avanço da modernidade a formulação da categoria dos Direitos Humanos, evitando limitações ou fragmentações quanto a sua titularidade. Assim, a titularidade dos Direitos Humanos não se restringe a determinadas pessoas ou grupos, mas é reconhecida como um atributo básico, intrínseco a todos os seres humanos, pelo simples fato de seu nascimento.

Nesse contexto, como já sugerido pelo próprio título deste subcapítulo, adota-se neste trabalho a concepção universalista dos Direitos Humanos, ou seja, aquela relacionada à Dignidade da Pessoa Humana como valor intrínseco à condição humana, em que os Direitos Humanos correspondem universalmente a todos os seres humanos – sociedade global, independentemente das características, culturas ou situações em que se encontrem.

Ao tratar do direito global, em particular da história dos Direitos Humanos, Clavero[627] entende que se estes direitos contituem um objeto (imaterial) perceptível e identificável, eles existem a partir do último trimestre de 1945, com a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), que os invocou e os concluiu no final de 1948, mediante sua Declaração Universal[628]. Segundo o autor:

---

[627] CLAVERO, Bartolomé. **Derecho global**: por una historia verosímil de los derechos humanos. Madrid: Editorial Trotta, 2014. p. 13.

[628] Segundo Clavero, a Declaração – como instrumento internacional – constitui uma fonte normativa nova. A partir disso, o autor levanta alguns questionamentos, traz informações, bem como reflete acerca da força normativa da Declaração. Nas palavras dele: "¿Qué valor tiene si no se plantea que los Estados la ratifiquen y además Naciones Unidas no se reservan ningún mecanismo específico de supervisión o adjudicación ni asignan ninguna competencia de tal índole a ninguna institución internacional? En la medianoche del 10 de diciembre de 1948, el presidente de la Asamblea, el jurista y político australiano H. V. Evatt, en su breve discurso de parabienes por la aprobación bastante mayoritaria, pues no unánime, ofrece una respuesta tan problemática y discutible como, para aquel primer largo momento de vigencia en solitario, segura y eficaz. Así recogen las actas tal pasaje clave del discurso de la presidencia, no tan improvisado como aparenta: ***'Esta Declaración constituye únicamente el primer paso, puesto que no es una convención que obligue a los Estados a observar los derechos fundamentales del hombre; tampoco se prevén en ella medidas de aplicación'.*** Por supuesto, una cosa es que una norma no prevea nada sobre su propia puesta en práctica y otra bien distinta que carezca de todo valor normativo, lo que sería un contrasentido. De la falta de previsión de mecanismos de supervisión o de adjudicación no cabe deducir sin más la carência de entidad normativa. Pero es tal cosa lo que se asevera en la Asamblea General inmediatamente tras la adopción de la Declaración Universal. Como no se trata de una convención, de esta clase bien conocida de tratado entre Estados, la nueva forma de instrumento internacional que la Declaración representa nace inerte a efectos prácticos. Resulta anuncio de norma y no una norma por sí misma. Tal es, al menos, el entendimento del presidente de la Asamblea misma que la adopta sin aparente objeción por parte de la concurrencia. En esto

> Antes, lo que hay son aspiraciones y figuraciones, con su propia y distinta historia, por supuesto, en las que suele luego proyectarse la categoría de derechos humanos tal y como si no se bastase a sí misma para legitimarse y, en consecuencia, necesitara el pedigrí de la larga duración.[629]

O caráter universal dos Direitos Humanos possibilitou a construção de um sistema internacional voltado para a proteção de tais direitos, desenvolvendo-se o Direito Internacional dos Direitos Humanos[630], a partir da Declaração de 1948, a qual se apresenta como a responsável pela concepção contemporânea dos Direitos Humanos, conferindo "lastro axiológico e unidade valorativa a esse campo do Direito,

---

hay acuerdo". "Que valor tem se não for proposto que os Estados a ratifiquem e, além disso, as Nações Unidas não reservem nenhum mecanismo específico de supervisão ou de adjudicação, nem atribuam competência desta natureza a nenhuma instituição internacional? À meia-noite de 10 de dezembro de 1948, o Presidente da Assembleia, o jurista e político australiano HV Evatt, em seu breve discurso de parabéns pela aprovação da maioria justa, bem não unânime, oferece uma resposta tão problemática e discutível como, por aquele primeiro longo momento de validade em solitário, seguro e eficaz. É assim que a ata registra um trecho tão fundamental do discurso da presidência, não tão improvisado quanto parece: ***'Esta Declaração constitui apenas o primeiro passo, pois não é uma convenção que obriga os Estados a observar os direitos fundamentais do homem; Nem estão previstas medidas de coação'.*** Claro, uma coisa é uma norma não prever nada sobre sua própria implementação e outra completamente diferente é não ter valor normativo, o que seria uma contradição em termos. A falta de provisão de supervisão ou mecanismos de atribuição não pode ser deduzida sem mais delongas que é uma entidade reguladora. Mas isso é o que é afirmado na Assembleia Geral imediatamente após a adoção da Declaração Universal. Por não ser uma convenção, desta conhecida classe de tratado entre Estados, a nova forma de instrumento internacional que a Declaração representa nasce inerte para os fins práticos. É o anúncio de uma norma e não uma norma em si. Tal é, pelo menos, o entendimento do próprio presidente da Assembleia que o adota sem aparente objeção do público. Nisto há acordo" (sem grifos no original) (tradução livre). CLAVERO, Bartolomé. **Derecho global**: por una historia verosímil de los derechos humanos. p. 30.

629 "Antes, o que há são aspirações e figurações, com história própria e diferente, claro, em que a categoria dos direitos humanos costuma se projetar depois como se não bastasse por si mesma se legitimar e, consequentemente, necessitar o pedigree de longa duração" (tradução livre). CLAVERO, Bartolomé. **Derecho global**: por una historia verosímil de los derechos humanos. p. 13.

630 Sobre isso, Garcia menciona que "O fenômeno da universalidade dos direitos humanos é diferente do fenômeno da internacionalização dos mesmos. A universalização é anterior aos mesmos, pois se dá já na construção teórica dos direitos, ainda como Direito Natural Racionalista, e segue seu curso desde as primeiras declarações de direitos. Já a internacionalização dos Direitos Humanos é um processo muito mais recente, pois se dá basicamente como resultado da barbárie da guerra, do desejo do nunca mais da Segunda Guerra Mundial, com o advento da Organização das Nações Unidas (ONU) e com a construção de pelo menos três sistemas internacionais de proteção de Direitos Humanos (ONU, Organização dos Estados Americanos e Conselho da Europa) e tem como marco documental inicial a fundamental Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948". GARCIA, Marcos Leite. Reflexões sobre o fenômeno dos "novos" direitos fundamentais e as demandas transnacionais. **Revista do Direito UNISC**, Santa Cruz do Sul, nº 33, p. 103-129, jan-jun 2010. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/228498819.pdf Acesso em: 29 out. 2020. p. 105.

com ênfase na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos".[631]

Esse sistema internacional de proteção aos Direitos Humanos inclui diversos tratados internacionais de proteção, revelando um espírito ético contemporâneo dos Estados, à proporção em que invocam a unanimidade internacional sobre temas primordiais relacionados aos Direitos Humanos, na pretensão da garantia do "mínimo ético irredutível", ou seja, de parâmetros protetivos mínimos.[632]

Ressalta-se que o surgimento da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948[633], deu-se "especialmente como reação aos crimes e catástrofes humanitárias da Segunda Guerra e dos diferentes regimes de terror" [634]. Assim, a concepção contemporânea[635] dos Direitos Humanos resultou da Declaração Universal de Direitos do Homem de 1948, em decorrência do fim da Segunda Guerra Mundial,

---

631 PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional:** um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. p. 13.

632 PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional:** um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. p. 13.

633 Trazendo informações sobre o processo histórico, desde a criação da Comissão de Direitos Humanos até a promulgação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, Comparato relata: "Durante a sessão de 16 de fevereiro de 1946 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, ficou assentado que a Comissão de Direitos Humanos, a ser criada, deveria desenvolver seus trabalhos em três etapas. Na primeira, incumbir-lhe-ia elaborar uma declaração de direitos humanos, de acordo com o disposto no artigo 55 da Carta das Nações Unidas. [...] A primeira etapa foi concluída pela Comissão de Direitos Humanos em 18 de junho de 1948, com um projeto de Declaração Universal de Direitos Humanos, aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro do mesmo ano. A segunda etapa somente se completou em 1966, com a aprovação de dois Pactos, um sobre direitos civis e políticos, e outro sobre direitos econômicos, sociais e culturais. [...] A terceira etapa, consistente na criação de mecanismos capazes de assegurar a universal observância desses direitos, ainda não foi completada. [...]". COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. p. 209.

634 KAUFMANN, Matthias. **Em defesa dos direitos humanos**: considerações históricas e de princípio. Tradução de Rainer Patriota. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2013. p. 44.

635 A respeito da concepção contemporânea dos Direitos Humanos, Piovesan explica que: "Essa concepção é fruto da internacionalização dos direitos humanos, que constitui um movimento extremamente recente na história, surgindo a partir do Pós-Guerra, como resposta às atrocidades e aos horrores cometidos durante o nazismo. Apresentando o Estado como o grande violador de direitos humanos, a Era Hitler foi marcada pela lógica da destruição e da descartabilidade da pessoa humana, que resultou no envio de 18 milhões de pessoas a campos de concentração, com a morte de 11 milhões, sendo 6 milhões de judeus, além de comunistas, homossexuais e ciganos. O legado do nazismo foi condicionar a titularidade de direitos, ou seja, a condição de sujeito de direito, ao pertencimento à determinada raça – a raça pura ariana". PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional:** um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. p. 8-9.

um momento extremamente complicado para a humanidade, diante das atrocidades acometidas durante o período de guerra.

Em relação a esses fatos, Comparato[636] ressalta:

> Ao emergir da 2ª Guerra Mundial, após três lustros de massacres e atrocidades de toda sorte, iniciados com o fortalecimento do totalitarismo estatal nos anos 30, a humanidade compreendeu, mais do que em qualquer outra época da História, o valor supremo da dignidade humana. O sofrimento como matriz da compreensão do mundo e dos homens, segundo a lição luminosa da sabedoria grega, veio aprofundar a afirmação histórica dos direitos humanos.

Com a promulgação da Declaração Universal, "a humanidade passou a ter em suas mãos um documento de luta que ingressou na cabeça de todos os seres humanos politicamente conscientes, unânimes na defesa de seus princípios, independentemente dos pontos de vista contraditórios". Além disso, proporcionou a ascensão de uma maior liberdade aos seres humanos, estimulando com mais clareza a consciência desses direitos e o entusiasmo para a sua defesa.[637]

Dessa forma, Kaufmann[638] ressalta que os Direitos Humanos constantes da Declaração Universal foram criados como reivindicações, estas de competência dos indivíduos para realizarem a sua busca, representando uma ordem mundial que lhes garanta tais direitos. Assim, haja vista Estado (seja ele Estado Federal ou confederação de Estados) e indivíduo serem componentes da mesma ordem mundial, esclarece-se o motivo pelo qual, frente o Estado, todo indivíduo tem direito às condições básicas de vida.

Não é a pretensão deste trabalho expor o teor, um a um, dos artigos constantes da Declaração Universal de 1948, o que se quer salientar é que se tratam de valores básicos universais aos quais toda a humanidade tem direitos, destacando-se o respeito à Dignidade da Pessoa Humana. Comparato[639] ressalta que hoje a

---

[636] COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. p. 44.

[637] ALMEIDA, Fernando Barcellos de. **Teoria geral dos direitos humanos**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1996. p. 111.

[638] KAUFMANN, Matthias. **Em defesa dos direitos humanos**: considerações históricas e de princípio. p. 53.

[639] COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. p. 210. O autor explica que "Tecnicamente, a Declaração Universal dos Direitos do Homem é uma *recomendação*, que a Assembleia Geral das Nações Unidas faz aos seus membros (Carta das Nações Unidas,

vigência dos Direitos Humanos é reconhecida independentemente "de sua declaração em constituições, leis e tratados internacionais, exatamente porque se está diante de exigências de respeito à dignidade humana, exercidas contra todos os poderes estabelecidos, oficiais ou não".

Nesse contexto, Ferrajoli enfatiza que

> Después del nacimiento de la ONU, y gracias a la aprobación de cartas y convenciones internacionales sobre derechos humanos, estos derechos son "fundamentales" no sólo dentro de los Estados en cuyas constituciones se encuentran formulados, son derechos supra-estatales a los que los Estados están vinculados y subordinados también en el plano del derecho internacional; no, pues, derechos de ciudadanía, sino derechos de las personas con independencia de sus diversas ciudadanías.[640]

Piovesan[641] destaca que a Declaração de 1948 mostrou-se inovadora ao adotar uma concepção contemporânea de Direitos Humanos, notadamente universal[642]. Essa universalidade[643] refere-se à "extensão universal dos direitos

artigo 10). Nessas condições, costuma-se sustentar que o documento não tem força vinculante. Foi por essa razão, aliás, que a Comissão de Direitos Humanos a concebeu, originalmente como uma etapa preliminar à adoção ulterior de um pacto ou tratado internacional sobre o assunto, [...]. Esse entendimento, porém, peca por excesso de formalismo". COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. p. 209-210.

640 "Após o nascimento da ONU, e graças à aprovação de cartas e convenções internacionais sobre direitos humanos, esses direitos são "fundamentais" não apenas dentro dos Estados em cujas constituições foram formulados, eles são direitos supraestatais para os quais os Estados estão vinculados e subordinados também no nível do direito internacional; não, então, direitos de cidadania, mas direitos das pessoas, independentemente de suas várias cidadanias" (tradução livre). FERRAJOLI, Luigi. **Los fundamentos de los derechos fundamentales**. p. 40.

641 PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional:** um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. p. 13.

642 Nesse contexto, Almeida salienta que: "Nenhum documento surgido no mundo é mais característico do caráter geral e amplo dos direitos fundamentais do que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948, no dia 10 de dezembro, data tão importante que passou a ser o Dia Internacional dos Direitos Humanos [...] Tanto na evolução histórica de sua elaboração como no seu texto, como na sua prática, como na promulgação de outros documentos subsequentes e decorrentes, a Declaração Universal se impregna do caráter **universalista** e **generalizante**" (sem grifos no original). ALMEIDA, Fernando Barcellos de. **Teoria geral dos direitos humanos**. p. 106.

643 A respeito do caráter universal dos Direitos Humanos, Carbonell se manifesta: "La universalidad de los derechos se refiere sobre todo al tema de sus titulares. Como ya se dijo, serán universales en el mayor grado posible todos los derechos cuyos titulares sean las personas sin más, con independencia de su lugar de nacimiento, circunstancias personales o características físicas o psicológicas. Si los derechos en efecto protegen bienes básicos, entonces es lógico que estén garantizados para todos los seres humanos del planeta sin excepción, pues siempre estarán necesitados de disfrutar de ese tipo de bienes". "A universalidade dos direitos refere-se sobretudo à questão dos seus titulares. Como já foi dito, todos os direitos cujos titulares sejam simplesmente pessoas, independentemente de seu local de nascimento, circunstâncias pessoais ou características físicas ou psicológicas, serão universais ao máximo possível. Se os direitos protegem

humanos", acreditando que "a condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos, considerando o ser humano um ser essencialmente moral, dotado de unicidade existencial e dignidade, esta como valor intrínseco à condição humana".

Segundo Péces-Barba, quando se fala em Direitos Humanos, refere-se, de modo simultâneo, "[...] a una pretensión moral justificada sobre rasgos importantes derivados de la idea de dignidad humana, necesarios para el desarrollo integral del hombre, y a su recepción en el Derecho positivo"[644]. Logo, a Dignidade da Pessoa Humana é o fundamento primordial para que se justifiquem os Direitos Humanos.

Dessa forma, a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 consagra de forma expressa a Dignidade da Pessoa Humana, ao estabelecer em seu art. 1º que "**todos os seres humanos**[645] nascem livres e iguais em **dignidade** e direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade", bem como em seu preâmbulo ao considerar que "o reconhecimento da **dignidade** inerente a **todos os membros da família humana** e

de fato os bens básicos, então é lógico que sejam garantidos a todos os seres humanos do planeta sem exceção, pois sempre precisarão usufruir desses bens" (tradução livre). CARBONELL, Miguel. **Derechos fundamentales y democracia**. p. 29.

644 "[...] a uma pretensão moral justificada sobre aspectos importantes derivados da ideia de dignidade humana, necessários para o desenvolvimento integral do homem, e à sua recepção no direito positivo" (tradução livre). PECES-BARBA, Gregorio. La diacronía del fundamento y del concepto de los Derechos: el tempo de la historia. In: PECES-BARBA, Gregorio. **Curso de Derechos Fundamentales**: teoria general. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 1995. p. 102.

645 A respeito dessa expressão, Clavero reflete: "Cuando solemnemente se proclama por la Declaración Universal que 'todos los seres humanos' (*all human beings*) son sujetos de los derechos o que, según van desgranándose, lo es 'toda persona' (*everyone*), 'los hombres y las mujeres' (*men and women*) por igual, ¿se comprenden realmente todos y cada uno o cada una? Si no, ¿cómo alcanza la Declaración a un resto una vez que la extensión se introduce? En la respuesta a esta serie de interrogantes, uno solo en el fondo, estaba efectivamente em juego la universalidad e igualdad de los derechos humanos con todos sus corolários". "Quando é solenemente proclamado pela Declaração Universal que 'todos os seres humanos' (todos os seres humanos) são sujeitos de direitos ou que, conforme eles se desdobram, é 'cada pessoa' (todos), 'homens e mulheres' (homens e mulheres) da mesma forma, cada um é realmente compreendido? Se não, como a declaração atinge um resto depois que a extensão é inserida? Na resposta a esta série de perguntas, uma só no fundo, a universalidade e a igualdade dos direitos humanos com todos os seus corolários estavam efetivamente em jogo" (tradução livre). CLAVERO, Bartolomé. **Derecho global**: por una historia verosímil de los derechos humanos. p. 29.

dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo". [646] (sem grifos no original)

Observa-se, portanto, o delineamento de uma ordem pública mundial, com fundamento no respeito à Dignidade da Pessoa Humana, haja vista a consagração de valores básicos universais. Isso pode ser visto desde o preâmbulo da Declaração Universal, onde é anunciada a dignidade atinente à toda pessoa humana. Dessa forma, para a Declaração, a mera condição de pessoa é premissa única e exclusiva para a titularidade de direitos. A partir disso, ocorre a incorporação de tal fundamento por tratados e declarações de Direitos Humanos[647], bem como a recepção nos ordenamentos constitucionais[648] dos Estados-nação, norteando também a ordem jurídico-constitucional nacional.

No caso do ordenamento constitucional brasileiro, a Constituição Federal Brasileira de 1988 prevê, em seu artigo 1º, inciso III[649], a Dignidade da Pessoa Humana como fundamento da República Federativa do Brasil. Nesse caso, então, a

---

[646] UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. **Universal Declaration of Human Rights.** Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por. Acesso em: 21 out. 2020.

[647] PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 204.

[648] De acordo com Silva, "Foi a Lei Fundamental da República Federal da Alemanha que, por primeiro, erigiu a dignidade da pessoa humana em direito fundamental expressamente estabelecido no seu art. 1º, nº I, declarando: "A dignidade humana é inviolável. Respeitá-la e protegê-la é obrigação de todos os Poderes estatais". Fundamentou a positivação constitucional desse princípio, de base filosófica, o fato de o Estado nazista ter vulnerado gravemente a dignidade da pessoa humana mediante a prática de horrorosos crimes políticos sob a invocação de razões de Estado e outras razões. Os mesmos motivos históricos justificaram a declaração do art. 1º da Constituição Portuguesa segundo o qual "Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária" e também a Constituição espanhola, cujo art. 10, nº 1, estatui que" A dignidade da pessoa, os direitos invioláveis que lhe são inerentes, o livre desenvolvimento da personalidade, o respeito à lei e aos direitos dos demais são fundamentos da ordem política e da paz social". E assim também a tortura e toda sorte de desrespeito à pessoa humana praticadas sob o regime militar levaram o Constituinte brasileiro a incluir a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito em que se constitui a República Federativa do Brasil, conforme o disposto no inc. III do art. 1º da Constituição de 1988". SILVA, José Afonso da. A dignidade da pessoa humana com valor supremo da democracia. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 212, p. 89-94, abr. 1998. ISSN 2238-5177. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/47169/45637>. Acesso em: 27 out. 2020. p. 89-90.

[649] "Art. 1º A **República Federativa do Brasil**, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como **fundamentos**: [...] III - a **dignidade da pessoa humana** (sem grifos no original). BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 21 out. 2020.

Dignidade da Pessoa Humana, além de condição intrínseca humana universal, passa a ser dotada de status constitucional formal, influenciando a própria ordem jurídica nacional.

Para Demarchi[650], "A ideia de Dignidade Humana está presente na evolução do pensamento da humanidade, não como conceito, visto ser moderno, mas como ideal nas sociedades". Nesse contexto, Sarlet[651] destaca que a percepção de Dignidade da Pessoa Humana como valor essencial e específico do ser humano remonta o pensamento filosófico e político clássico[652], tendo origem ideológica no pensamento cristão[653].

Dessa forma, apesar do objetivo inicialmente proposto referente à análise dos Direitos Humanos sob a ótica contemporânea, ao tratar sobre a Dignidade da Pessoa Humana verifica-se a necessidade de se fazer um recorte acerca de uma

---

650 DEMARCHI, Clóvis. A dignidade humana como fundamento para a positivação dos direitos fundamentais. In: DEMARCHI, Clóvis; OLIVEIRA NETO, José Francisco Oliveira de; ABREU, Pedro Manoel. **Direito, Estado e Sustentabilidade** [livro eletrônico]. São Paulo: Intelecto Editora, 2016. p. 29.

651 SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015. p. 31.

652 De acordo com o autor, "No pensamento filosófico e político da antiguidade clássica, verifica-se que a dignidade (*dignitas*) da pessoa humana dizia, em regra, com a posição social ocupada pelo indivíduo e o seu grau de reconhecimento pelos demais membros da comunidade, daí poder falar-se em uma quantificação e modulação da dignidade, no sentido de se admitir a existência de pessoas mais dignas ou menos dignas. Por outro lado, já no pensamento estóico, a dignidade era tida como a qualidade que, por ser inerente ao ser humano, o distinguia das demais criaturas, no sentido de que todos os seres humanos são dotados da mesma dignidade, noção esta que se encontra, por sua vez, intimamente ligada à noção da liberdade pessoa de cada indivíduo (o Homem como ser livre e responsável por seus atos e seu destino), bem como à ideia de que todos os seres humanos, no que diz com a sua natureza, são iguais em dignidade. Assim, especialmente em relação à Roma – notadamente a partir das formulações de Cícero, que desenvolveu uma compreensão de dignidade desvinculada do cargo ou posição social – é possível reconhecer a coexistência de um sentido moral (seja no que diz às vitudes pessoais do mérito, integridade, lealdade, entre outras, seja na acepção estóica referida) e sociopolítico de dignidade (aqui nno sentido de posição social e política ocupada pelo indivíduo. SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. p. 32-33.

653 Em relação a isso, Sarlet explica: "Muito embora não nos pareça correto, inclusive por nos faltarem dados seguros quanto a este aspecto, reivindicar – no contexto das diversas religiões professadas pelo ser humano ao longo dos tempos – para a religião cristã a exclusividade e originalidade quanto à elaboração de uma concepção de dignidade da pessoa, o fato é que tanto no Antigo quanto no Novo Testamento podemos encontrar referências no sentido de que o ser humano foi criado à imagem e semelhança de Deus, premissa da qual o cristianismo extraiu a consequência – lamentavelmente renegada por muito tempo por parte das instituições cristãs e seus integrantes (basta lembrar as crueldades praticadas pela 'Santa Inquisição') – de que o ser humano – e não apenas os cristãos – é dotado de um valor próprio e que lhe é intrínseco, não podendo ser transformado em mero objeto ou instrumento". SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. p. 31-32.

fundamentação anterior[654] à onda contemporânea, uma fundamentação filosófica[655], visto que a Dignidade da Pessoa Humana, nas palavras de Silva[656], "é um desse conceitos *a priori*, um dado preexistente a toda experiência especulativa, tal como a própria pessoa humana". À vista disso, no decorrer da história, dentre tantos pensadores que trataram sobre a dignidade humana, entende-se fundamental o pensamento de Kant como base teórica para a noção de Dignidade da Pessoa Humana nos tempos atuais.

A concepção de Kant acerca da Dignidade da Pessoa Humana é construída a partir da natureza racional do ser humano, assente na autonomia da vontade (autonomia ética do ser humano), esta entendida como um atributo pertencente somente aos seres racionais, considerando-a (a autonomia) como fundamento da

---

654 De acordo com Vecchi, Garcia e Pilau Sobrinho, "[...] a ideia de dignidade humana como atributo de todos os seres humanos, centrada no 'valor absoluto' de cada indivíduo do gênero humano, é uma construção social e histórica surgida no trânsito para a modernidade, distinguindo-se radicalmente do sentido que se dava à dignidade nas sociedades antigas e medievais, estando atrelada ao campo da filosofia moral e, posteriormente, aparecendo no campo da filosofia jurídica". VECCHI, Ipojucan Demétrius; GARCIA, Marcos Leite; PILAU SOBRINHO, Liton Lanes. O Princípio da Dignidade Humana e suas Projeções no Âmbito Laboral: possibilidades e limites. **Sequência (Florianópolis)**, Florianópolis, n. 85, pág. 249-286, agosto de 2020. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552020000200249&lng=en&nrm=iso. Acesso em 29 out. 2020. p. 257.

655 Peces-Barba ressalta que a origem da dignidade humana é uma construção da filosofia, dizendo: "En su origen, dignidad humana no es un concepto jurídico como puede serlo el derecho subjetivo, el deber jurídico o el delito, ni tampoco político como Democracia o Parlamento, sino más bien una construcción de la Filosofia para expresar el valor intrínseco de la persona derivado de una serie de rasgos de identificación que la hacen única e irrepetible, que es el centro del mundo y que está centrada en el mundo. La persona es un fin que ella misma decide sometiéndose a la regla, que no tiene precio y que no puede ser utilizada como medio, por todas las posibilidades que encierra su condición, que suponen esa idea de dignidad humana en el punto de partida. Estamos ante un deber ser fundante que explica los fines de la ética pública política y jurídica, al servicio de ese deber ser. Por eso, la dignidad no es um rasgo o una cualidad de la persona que genera principios y derechos, sino un proyecto que debe realizarse y conquistarse". "Em sua origem, a dignidade humana não é um conceito jurídico como direito subjetivo, dever jurídico ou crime, nem é um conceito político como Democracia ou Parlamento, mas sim uma construção da Filosofia para expressar o valor intrínseco da pessoa derivada de uma série de características identificadoras que o tornam único e irrepetível, que é o centro do mundo e que está centrado no mundo. A pessoa é um fim que ela decide submetendo-se à regra, que não tem preço e não pode ser usada como meio, por todas as possibilidades que contém a sua condição, que supõe aquela ideia de dignidade humana desde o início. Estamos perante um dever fundador que explica as finalidades da ética política e jurídica pública, ao serviço desse dever. Por isso, a dignidade não é um traço ou uma qualidade da pessoa que gera princípios e direitos, mas um projeto que deve ser realizado e realizado" (tradução livre). PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregorio. Reflexiones sobre la evolución histórica y el concepto de dignidad humana. In: ALMOGUERA CARRERES, Joaquín; et al. (org.). **Desafíos actuales a los derechos humanos:** la violencia de género, la inmigración y los medios de comunicación. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid/Editorial Dykinson, 2005, p. 15-36. p. 27.

656 SILVA, José Afonso da. A dignidade da pessoa humana com valor supremo da democracia. p. 91.

dignidade humana[657]. Nas palavras de Kant: "A vontade é concebida como a faculdade de se determinar a si mesmo a agir *em conformidade com a representação de certas leis.* E uma tal faculdade só se pode encontrar em seres racionais"[658] (grifos do autor). A partir deste argumento, o autor sustenta:

> O homem, e, duma maneira geral, todo o ser racional, *existe* como fim em si mesmo, *não só como meio* para o uso arbitrário desta ou daquela vontade. Pelo contrário, em todas as suas acções, tanto nas que se dirigem a ele mesmo como nas que se dirigem // a outros seres racionais, ele tem sempre de ser considerado *simultaneamente como fim*. Todos os objectos das inclinações têm somente um valor condicional, pois, se não existissem as inclinações e as necessidades que nelas se baseiam, o seu objecto seria sem valor. As próprias inclinações, porém, como fontes das necessidades, estão tão longe de ter um valor absoluto que as torne desejáveis em si mesmas, que, muito pelo contrário, o desejo universal de todos os seres racionais deve ser o de se libertar totalmente delas. Portanto o valor de todos os objectos que possamos *adquirir* pelas nossas acções é sempre condicional. *Os* seres cuja existência depende, não em verdade da nossa vontade, mas da natureza, têm contudo, se são seres irracionais, apenas um valor relativo como meios e por isso se chamam *coisas*, ao passo que os seres racionais se chamam *pessoas*, porque a sua natureza os distingue já como fins em si mesmos, quer dizer como algo que não pode ser empregado como simples meio e que, por conseguinte, limita nessa medida todo o arbítrio (e é um objecto do respeito).[659] (grifos do autor)

Disso resulta, ainda de acordo com o pensamento de Kant, que todo ser humano possui dignidade e não um preço. Tanto a humanidade como cada ser humano, este singularmente considerado, é tido como insubstituível e não possui nada equivalente a ele.[660] Logo, "a dignidade entranha e se confunde com a própria natureza do ser humano"[661]. Portanto, o filósofo destaca a qualidade intrínseca e, dessa forma, insubstituível da pessoa humana, afirmando:

> No reino dos fins tudo tem ou um **preço** ou uma **dignidade**. Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra como *equivalente*; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e, portanto, não permite equivalente, então tem ela dignidade. O que se relaciona com as inclinações e necessidades gerais do homem tem

---

657 SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. p. 35.

658 KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007. p. 67.

659 KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. p. 68.

660 COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. p. 20.

661 SILVA, José Afonso da. A dignidade da pessoa humana com valor supremo da democracia. p. 91.

> um *preço venal*; aquilo que, mesmo sem pressupor uma necessidade, é conforme a um certo gosto, isto é a uma satisfação no jogo livre e sem finalidade das nossas faculdades anímicas, tem um *preço de afeição ou de sentimento (Affektionspreis)*; aquilo porém que constitui a condição só graças à qual qualquer coisa pode ser um fim em si mesma, não tem somente um valor relativo, isto é um preço, mas um valor íntimo, isto é *dignidade*. [...] Esta apreciação dá, pois, a conhecer como dignidade o valor de uma tal disposição de espírito e põe-na infinitamente acima de todo o preço. Nunca ela poderia ser posta em cálculo ou confronto com qualquer coisa que tivesse um preço, sem de qualquer modo ferir a sua santidade.[662] (grifos do autor)

O que se verifica, portanto, é que as formulações de Kant sobre a dignidade humana foram decisivas para a compreensão do seu conceito atual. Inclusive, percebe-se que o próprio texto da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 é reflexo direto da teoria kantiana. Explica-se: quando o texto da Declaração expressa claramente que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos", entende-se, de acordo com o pensamento de Kant, a pessoa humana, dotada de autonomia[663] e liberdade, como um fim em si mesma, jamais devendo se tratadada como meio para atingir os próprios fins ou os de outrem – caracterizando assim a dignidade que lhe é intrínseca; além disso, na expressão "são dotados de razão e consciência" – aqui, mostra-se exatamente a natureza racional do ser humano, aludida por Kant.

Depreende-se disso que, tanto a concepção kantiana quanto a concepção contemporânea, relacionadas à Dignidade da Pessoa Humana, deixam claro que esta se trata do fundamento primordial da humanidade e do valor supremo[664] pertencente à cada indivíduo. Logo, "A dignidade do ser humano, fonte e medida de todos os valores, está sempre acima da lei, vale dizer, de todo o direito positivo"[665].

Retornando à concepção contemporânea acerca do tema, tem-se que, a partir de uma visão histórica, o entendimento proeminente relativo à Dignidade da Pessoa Humana, bem como aos Direitos Humanos, é resultado da dor e do

---

662 KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. p. 77-78.

663 Kant elucida: "Autonomia é, pois, o fundamento da dignidade da natureza humana e de toda a natureza racional". KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. p. 79.

664 Segundo Silva, "a dignidade da pessoa humana é um valor supremo que atrai o conteúdo de todos os direitos fundamentais do homem, desde o direito à vida". SILVA, José Afonso da. A dignidade da pessoa humana com valor supremo da democracia. p. 92.

665 COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. p. 30.

sofrimento, físico e moral pelos quais o ser humano passou. De acordo com Comparato[666], "[...] o remorso pelas torturas, as mutilações em massa, os massacres coletivos e as explorações aviltantes fazem nascer nas consciências, agora purificadas, a exigência de novas regras de uma vida mais digna para todos". Por isso, a concepção contemporânea dos Direitos Humanos, a partir da Declaração Universal de 1948, a qual, como já dito anteriormente, surgiu em virtude dos horrores da segunda Guerra Mundial, foi a "virada de chaves" para a instalação de uma proteção internacional dos Direitos Humanos, demonstrando a importância de assegurar a dignidade a todas as pessoas, compreendida - a dignidade - como "qualidade integrante e irrenunciável da própria condição humana"[667].

Ao tratar do tema, Miranda[668] elucida:

> a) A dignidade da pessoa humana reporta-se a todas e a cada uma das pessoas e é a dignidade da pessoa individual e concreta; b) Cada pessoa vive em relação comunitária, mas a dignidade que possui é dela mesma, e não da situação em si; c) O primado da pessoa é o ser, não o ter; a liberdade prevalece sobre a propriedade; d) Só a dignidade justifica a procura da qualidade de vida; e) A proteção da dignidade das pessoas está para além da cidadania portuguesa e postula uma visão universalista da atribuição de direitos; f) A dignidade da pessoa pressupõe a autonomia vital da pessoa, a sua autodeterminação relativamente ao Estado, às demais entidades públicas e às outras pessoas; [...] h) A dignidade da pessoa exige condições adequadas de vida material; i) O primado da pessoa é o ser, não o ter prevalece sobre a propriedade; j) Só a dignidade justifica a procura da qualidade de vida; l) A dignidade de cada pessoa é um prius em relação à vontade popular.

Tendo em vista que a dignidade é considerada "qualidade intrínseca e indissociável de todo e qualquer ser humano e certos de que a destruição de um implicaria a destruição do outro", resta claro que o respeito e a proteção à dignidade de cada ser humano, bem como de todos os seres humanos, instituem-se como meta eterna da humanidade.[669]

---

666 COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. p. 30-31.

667 SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. p. 43-44.

668 MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional** – Tomo IV: Direitos Fundamentais. 4. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2004. p. 199-200.

669 SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. p. 29.

Após uma criteriosa análise quanto ao significado de Dignidade da Pessoa Humana desde os seus primórdios, Sarlet sustenta o seu caráter multidimensional, definido-a como:

> [...] a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.[670]

Nesse sentido, Demarchi assinala que a dignidade humana é "uma condição da existência do ser como humano. [...]. O homem deve ser levado em conta como o primeiro elemento"[671]. Diante disso, Padilha dos Santos explica que "É para a proteção do valor da dignidade da pessoa humana que se organizou o sistema internacional de proteção dos direitos humanos"[672].

Depreende-se, portanto, que Dignidade da Pessoa Humana tem por escopo assegurar a todo ser humano, pelo simples fato de ser humano, as condições mínimas indispensáveis para uma existência vital digna. A dignidade é inerente à própria qualidade de pessoa humana, sendo esta razão suficiente para se ter respeitado um núcleo mínimo de direitos essenciais a essa existência.

Dessa forma, a Dignidade da Pessoa Humana, inerente ao homem, independe de qualquer outra peculiaridade[673] ou situação na qual este mesmo homem

---

670 SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. p. 70-71.

671 DEMARCHI, Clóvis. A dignidade humana como fundamento para a positivação dos direitos fundamentais. p. 42.

672 PADILHA DOS SANTOS, Rafael. Reflexões acerca do princípio da dignidade da pessoa humana como critério universal para a regulação do espaço transnacional. p. 45.

673 Acerca disso Kaufmann destaca que" "Um referencial mais consistente do conceito de dignidade humana nos é dado pelos processos de emancipação e combate à discriminação, nos quais, além da reivindicação de proteção, reivindica-se que o homem seja reconhecido em sua dignidade com independência de seu posto social, credo, cor e sexo. Aqui o ponto de partida é o fato de que essa dignidade, enquanto valor subtraído a uma juridicidade, seja concedida pelo menos a alguns homens e afaste critérios de exclusão irrelevantes para esse valor moral. O fato de se pertencer a uma classe social não justifica nenhum tipo de penalidade ou prerrogativa moral, uma vez que isso é moralmente irrelevante. Moralmente relevantes são, antes, aquelas necessidades e capacidades [...], em razão das quais um indivíduo pode sentir-se acolhido ou ameaçado por outrem".

esteja envolto, haja vista fazer parte do núcleo do ser humano; além disso, a Dignidade da Pessoa Humana deve garantir que o homem não seja tratado pelos outros como um meio para o alcance de seus fins.[674] Ressalta-se que "O uso do homem como mero meio poderia ser um dos sintomas de violação da dignidade humana"[675].

Interessante análise é feita por Sousa Santos[676], em relação à "hegemonia dos direitos humanos como linguagem da dignidade humana", a qual, segundo ele, "é incontestável". No entanto, o autor entende que a realidade é diversa, é perturbadora. Isso porque a maioria da população mundial, ao invés de serem sujeitos de Direitos Humanos, são na verdade objetos de discursos desses direitos. Nesse contexto, o autor segue refletindo:

> Deve, pois, começar por perguntar-se se os direitos humanos servem eficazmente a luta dos excluídos, dos explorados e dos discriminados ou se, pelo contrário, a tornam mais difícil. Por outras palavras, será a hegemonia de que goza hoje o discurso dos direitos humanos o resultado de uma vitória histórica ou, pelo contrário, de uma derrota histórica? No entanto, qualquer que seja a resposta dada a estas perguntas, a verdade é que, sendo os direitos humanos a linguagem hegemônica da dignidade humana, eles são incontornáveis, e os grupos sociais oprimidos não podem deixar de perguntar se os direitos humanos, mesmo sendo parte da mesma hegemonia que consolida e legitima a sua opressão, não poderão ser usados para a subverter. Ou seja, poderão os direitos humanos ser usados de modo contra-hegemônico? Em caso afirmativo, de que modo? Estas duas perguntas conduzem a duas outras. Por que há tanto sofrimento humano injusto que não é considerado uma violação dos direitos humanos? Que outras linguagens de dignidade humana existem no

KAUFMANN, Matthias. **Em defesa dos direitos humanos**: considerações históricas e de princípio. p. 59.

674 A respeito disso, nas palavras de Kaufmann: "Quando se fala de dignidade humana, entende-se uma dignidade que inere ao homem, que lhe é concedida independentemente de outro qualificativo, seja biológico, social ou moral. Desse modo, ela se distingue das diversas formas de dignidade contingente. Fala-se, por exemplo, de dignidade *social* em relação aos portadores de cargos políticos ou clericais; de *dignidade expressiva*, quando a aura de um homem sábio infunde reverência; por outro lado, fala-se da conduta indigna de um bêbado qualquer. A dignidade humana, ao contrário, consiste num conceito normativo, que deve proteger todo homem de ser tratado por outro homem como meio, isto é, como um simples objeto para consecução de seus fins. Isso implica que todos sejam tratados como possuidores de certo grau de dignidade contingente, o que é uma tentativa de proteger os homens de humilhações". KAUFMANN, Matthias. **Em defesa dos direitos humanos**: considerações históricas e de princípio. p. 55.

675 KAUFMANN, Matthias. **Em defesa dos direitos humanos**: considerações históricas e de princípio. p. 57.

676 SOUSA SANTOS, Boaventura de; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, 2013. p. 42-43.

> mundo? E se existem, são ou não compatíveis com a linguagem dos direitos humanos?

Ao refletir acerca das palavras de Sousa Santos, vislumbra-se a infeliz realidade a que muito seres humanos estão expostos, especialmente ao levar em conta a crise civilizatória que assola a sociedade global. Como visto no primeiro capítulo desta Tese, a humanidade vem enfrentando crises de diferentes tipos: econômicas, sociais, ambientais, culturais, etc, as quais refletem em uma crise humanitária global. Para tentar reverter esse quadro, ou ao menos amenizar os estragos que dele decorrem, é fundamental, antes de tudo, o respeito e garantia à Dignidade da Pessoa Humana, que, no contexto da Sustentabilidade pode transformar a realidade catastrófica e violadora que se apresenta.

Cabe reforçar, então, que a Dignidade da Pessoa Humana é valor, fundamento, qualidade essencial de cada ser humano, devendo ser assegurada, preservada e sustentada, a fim de que as pessoas possam viver, no presente e no futuro, com a certeza de que seus direitos – aqueles constantes da Declaração da ONU - serão garantidos universalmente, garantindo também o futuro da humanidade. A violação à Dignidade da Pessoa Humana pode levar ao colapso humanitário, tal como foi o resultado da Segunda Guerra Mundial, e isso deve ser evitado com todas as forças.

Nesse contexto, Padilha dos Santos salienta que

> A dignidade da pessoa humana aparece como valor supremo e com uma dimensão que se abre criticamente à dinamicidade cultural da sociedade e, enquanto limitador normativo da política, serve de alicerce orientativo para a busca de procedimentos para que se alcance o consenso fundamental. Isso significa interpretar a dignidade da pessoa humana como fonte de normatividade e com uma abertura axiológica que favorece o diálogo e, junto à racionalidade e à democracia, ative a possibilidade de uma cidadania cosmopolita.[677]

Por isso, segundo o autor, "A dignidade da pessoa humana pressupõe a participação de toda a sociedade na sua efetividade"[678]. Depreende-se de tal

---

[677] PADILHA DOS SANTOS, Rafael. Reflexões acerca do princípio da dignidade da pessoa humana como critério universal para a regulação do espaço transnacional. p. 45-46.

[678] PADILHA DOS SANTOS, Rafael. **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como regulador da economia no espaço transnacional:** uma proposta de economia humanista. 2015. Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Itajaí. Disponível em:

afirmação a ligação entre Dignidade da Pessoa Humana e Sustentabilidade, uma vez que esta, em sua concepção mais simples reflete uma necessidade, ou seja, sustentar as condições de vida humana, essa é a regra básica da existência humana e para que se efetive deve haver a colaboração de todos.

Nesse contexto, Staffen e Padilha dos Santos afirmam que "O tema da sustentabilidade deve ser pensado como aliado à dignidade da pessoa humana"[679]. A Dignidade da Pessoa Humana contribui no sentido de uma nova interpretação para o alcance da Sustentabilidade, a interpretação humanista, já que o ser humano, diante da sua capacidade física e intelectual, pode criar novas necessidades, ultrapassando as de mera subsistência. Tais capacidades criadoras do ser humano devem ser feitas em harmonia com a Dignidade da Pessoa Humana, garantindo, dessa forma, condições para a Sustentabilidade.[680] Inegável, portanto, ser a Dignidade da Pessoa Humana um dos fundamentos da Sustentabilidade.

Os autores supracitados concluem que recuperar o político, o social e o cultural frente à supremacia de uma razão econômica arruinada no que compete aos Direitos Humanos é o atual grande desafio da ciência jurídica. Desafio este que visa "auxiliar na formação de uma civilização mais humana e digna de viver". Logo, "Aliar a dignidade da pessoa humana à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável é uma resposta a este desafio".[681]

A partir disso, entende-se que a Dignidade da Pessoa Humana não apenas garante condições para a Sustentabilidade, mas apresenta-se como uma nova dimensão: a dimensão humanista. Nesta dimensão, as questões que a envolvem vão além daquelas relacionadas à dimensão social. Nesta dimensão, o fundamento principal é assegurar a dignidade humana à cada pessoa e, tendo por premissa a

---

https://www.univali.br/Lists/TrabalhosDoutorado/Attachments/69/Tese%20-%20RAFAEL%20PADILHA%20-%202015%20-%20Dupla.pdf. Acesso em: 30 out. 2020. p. 126.

679 STAFFEN, Márcio Ricardo; PADILHA DOS SANTOS, Rafael. O fundamento cultural da dignidade da pessoa humana e sua convergência para o paradigma da sustentabilidade. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.13, n.26, p. 263-288, Maio/Agosto de 2016. Disponível em: http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/814. Acesso em: 29 out. 2020. p. 265.

680 STAFFEN, Márcio Ricardo; PADILHA DOS SANTOS, Rafael. O fundamento cultural da dignidade da pessoa humana e sua convergência para o paradigma da sustentabilidade. p. 279.

681 STAFFEN, Márcio Ricardo; PADILHA DOS SANTOS, Rafael. O fundamento cultural da dignidade da pessoa humana e sua convergência para o paradigma da sustentabilidade. p. 284.

Sustentabilidade como um fim, como um ponto de chegada, garantir que cada pessoa seja respeitada no mais íntimo do seu ser, no presente e no futuro – esta é a ideia principal da Sustentabilidade.

A justificativa para se pensar na Sustentabilidade Humanista é explicada tendo em vista que, apesar de estar expresso em importante documento de alcance internacional – Declaração Universal dos Direitos Humanos -, bem como no ordenamento jurídico supremo nacional – Constituição Federal -, a Dignidade da Pessoa Humana não é respeitada e nem garantida como deveria ser. Pergunta-se: como mudar esse quadro? O que fazer para que soluções sejam encontradas? E a resposta pode se dar por meio da Sustentabilidade Humanista, cuja dimensão encontra fundamento na Dignidade da Pessoa Humana, tal como deve ser.

Ao tratar da Sustentabilidade no capítulo anterior, foi visto que além da concepção tridimensional, existem outras dimensões da Sustentabilidade, as quais justificam-se tendo em vista os Riscos relacionados às categorias a que pertencem, podendo levar a um colapso civilizatório. Logo, a violação à Dignidade da Pessoa Humana apresenta Riscos seríssimos para o futuro da humanidade, confirmando assim a necessidade de se buscar formas para sustentá-la no tempo, por meio da Sustentabilidade Humanista.

Como dimensão humanista da Sustentabilidade pode-se pensar naquela que é inerente à Dignidade da Pessoa Humana, ou seja, que vai ao encontro da proteção e garantia de que o ser humano seja tratado com dignidade, no mais íntimo do seu ser, independentemente da situação em que se encontre. Lembrando que a Sustentabilidade visa também a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões, as gerações futuras, tendo como norte a Sustentabilidade Humanista, podem vislumbrar uma vida mais digna, no sentido de ter sua dignidade efetivamente respeitada e garantida, diante das tantas situações degradantes a que muitas pessoas são submetidas. Além disso, a Sustentabilidade Humanista pode ser uma alternativa para o alcance de um verdadeiro progresso civilizatório, fundamentado na Dignidade da Pessoa Humana.

Pensando nisso e dando seguimento ao propósito da presente tese, que é responder a problemática referente à possibilidade de a Sustentabilidade Humanista, na condição de dimensão da Sustentabilidade, ser considerada um preceito norteador apto a limitar o *modus operandi* das Corporações Transnacionais na Sociedade Líquida global, far-se-á uma análise referente à filosofia empresarial do italiano Brunello Cucinelli, que adota os fundamentos do humanismo, bem como da Dignidade da Pessoa Humana, para gerir seu trabalho, sua empresa e sua vida.

4.2 A MATERIALIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE HUMANISTA

Dando seguimento à tentativa de construção da Sustentabilidade Humanista, chegou o momento de demonstrar como ela pode ser efetivada, inclusive e notadamente no âmbito empresarial. Isso será feito apresentando os ideais e realizações de um notável italiano: Brunello Cucinelli, conhecido como "o rei do cashmere". Cucinelli é CEO e fundador da mais importante companhia de moda italiana especializada em cashmere.[682] Sua história é exemplo de que a Dignidade da Pessoa Humana permeia o mais íntimo dos seres e é capaz de realizar grandes feitos.

Cabe trazer, já de início, algumas informações gerais acerca de sua biografia: Brunello Cucinelli nasceu em 3 de setembro de 1953 em Castel Rigone (Perúgia), oriundo de uma família de camponeses. Em 1978 ele fundou uma pequena empresa com o objetivo de colorir cashmere, cultivando, desde o início, o ideal de um trabalho baseado no respeito à dignidade moral e econômica do homem. Em 1982, após seu casamento, muda-se para a aldeia de Solomeo[683], tornando-a o objeto de

---

[682] "Embora menos conhecida do que impérios da moda italiana como Prada e Gucci, a Brunello Cucinelli é mais um ícone da alta moda, que fatura 450 milhões de euros e cresce 10% ao ano. A companhia vale 1,5 bilhão de euros na bolsa, e seu fundador tem 67% do negócio. No total, são 122 boutiques espalhadas pelas mais badaladas avenidas da moda do mundo (no Brasil, está no Shopping Cidade Jardim, em São Paulo). O carro-chefe são seus delicados pulôveres de cashmere, produzidos à mão e vendidos por milhares de euros por peça. Mas a empresa é também reconhecida por uma gestão única dos funcionários e da cidadezinha onde está instalada". CAUTI, Carlo. O bilionário do cashmere adora filosofia e encerra o dia às 17h30. **Exame Hoje.** 14 mar. 2017. Negócios. Disponível em: https://exame.com/negocios/o-bilionario-da-cashmere-adora-filosofia-e-encerra-o-dia-as-17h30/. Acesso em: 01 nov. 2020.

[683] Solomeo é um povoado medieval cuja fundação remonta provavelmente à recuperação de terras do século XII que salvou o vale do abandono, marcando assim o início da recuperação agrícola. As pessoas que trabalharam na recuperação construíram suas primeiras casas no topo da colina

seus sonhos e o grande laboratório de seus sucessos como empresário e humanista[684]. Três anos mais tarde, Cucinelli compra o castelo em ruínas da aldeia e faz dele a sede da empresa. Para adaptar as instalações de produção ao seu crescimento, em 2000, compra e reajusta fábricas antigas fora da cidade. Ele é apaixonadamente dedicado à restauração de Solomeo e a construção de um fórum de artes dedicado à cultura, à beleza e ao encontro[685]. Em 2013, Cucinelli apresenta a empresa na Bolsa de Valores de Milão. No mesmo ano estabelece uma escola de Artes e Ofícios em Solomeo. Por seu Capitalismo Humanista, ele recebeu muitos prêmios na Itália e no exterior, incluindo a nomeação em Filosofia e Ética das Relações Humanas na Universidade de Perugia, o Prêmio de Economia Global do

---

amena, porque o ar era mais puro. A Igreja de São Bartolomeu, datada do século XII, testemunha a estabilidade do povoamento; o castelo, construído pouco tempo depois, demonstra a necessidade dos aldeões de se defenderem das frequentes incursões e pilhagens daqueles tempos. A aldeia está localizada perto de uma estrada que, durante a Idade Média e provavelmente também na época romana, ligava Perugia a Castiglione del Lago e Chiusi. Em 1361, o centro habitado de Villa Solomei consistia em um palazzo, um "casamentum", doze domus, duas pequenas casas e a Igreja de São Bartolomeu. Na primavera de 1391, os cidadãos de Solomeo decidiram fortificar sua aldeia para defesa. Muito provavelmente, a construção do castelo foi autorizada por Meo “Iohannis Cole”, dono do palácio: aliás, nas atas da reunião da Câmara Municipal, Meo foi identificado como o “comissário”. A fortaleza foi construída ao lado de seu prédio, “Iuxta Pallatium Dicti Mei”. Embora o Castelo de Solomeo estivesse, em teoria, já concluído no final do século XIV, a vila ainda era referida como “Villa”. Durante o Renascimento, a Villa Solomei - assim foi nomeada e registrada nos jornais antigos - experimenta um crescimento populacional dinâmico. O cemitério isolado e romântico e a Villa Antinori do século XVIII falam da prosperidade duradoura da vila. Solomeo está no fundo do coração de Brunello, pois representa o núcleo de sua família, negócios e vida espiritual. CUCINELLI, Brunello. **Solomeo:** borgo dello spirito. Disponível em: https://www.brunellocucinelli.com/it/hamlet-of-the-spirit.html. Acesso em: 01 nov. 2020.

684 Segundo informações da reportagem realizada pela EXAME Hoje, “Cucinelli se tornou um dos estilistas e empresários mais amados da Itália também por sua paixão pelo território onde nasceu e fundou sua empresa. Nos últimos 30 anos, ele ‘adotou’ a vila de Solomeo, criando uma fundação que adquiriu e reformou todos os palácios históricos da vila medieval, trazendo-os de volta a seu antigo esplendor. Começando pelo castelo do século 12, que transformou metade em boutique e metade em museu. Cucinelli bancou de seu próprio bolso também a reforma das estradas, da iluminação pública e até das casas de outros proprietários. O objetivo era deixar a vila mais bonita. E por isso também adquiriu todos os galpões industriais abandonados que deturpavam a paisagem para derrubá-los. Chegou a construir um pequeno teatro em estilo renascentista, desenhado por ele próprio e com bustos de mármore de pensadores e escritores clássicos. Hoje, Solomeo se tornou uma pequena joia arquitetônica no centro da Itália. ‘Meu objetivo era deixar um legado para esse lugar, pois sempre acreditei que temos que valorizar nossa terra, não estragá-la’, disse ele a EXAME Hoje. CAUTI, Carlo. O bilionário do cashmere adora filosofia e encerra o dia às 17h30.

685 Sobre a paixão de Cucinelli pelas artes e pela cultura, de acordo com a reportagem realizada com ele pela EXAME Hoje, na sede da sua empresa, em 2017: “Em 2016, o empresário italiano promoveu um ‘bônus cultura’ para todos os trabalhadores: a empresa reembolsou a compra de livros, ingressos em cinemas, teatros e museus até 500 euros para os solteiros e 1.000 para quem tem família. ‘A cultura é o fundamento da criatividade, e a criatividade é fundamental para nós’, afirma. ‘São Bento, que nasceu em Norcia, aqui perto, sempre dizia ‘cuida a cada dia da mente com o estudo, e da alma com a oração e o trabalho’. Hoje trabalhamos demais. Estamos permanentemente conectados, e é preciso descansar para ser criativo’, diz”. CAUTI, Carlo. O bilionário do cashmere adora filosofia e encerra o dia às 17h30.

Kiel Institute para a Economia Mundial e a nomeação para Cavaliere da Grã-Cruz de Mérito da República Italiana.[686]

A partir disso, passa-se agora a contar, em breves linhas, um pouco da sua história de vida, para que se possa entender o fundamento dos seus ideais e realizações, bem como o que o inspirou a desenvolver um projeto inovador de empreendimento, voltado para o respeito à Dignidade da Pessoa Humana, resultando na sua filosofia do Capitalismo Humanista – já que é isso que rege a sua vida e o seu trabalho.

Definido como o "empresário-filósofo", Brunello Cucinelli vê seu negócio como uma esfera de ação para desenvolver e ampliar o sonho de um capitalismo que valorize o homem. Assim, por meio do livro *Il sogno di Solomeo: la mia vita e l'idea del capitalismo umanistico*[687], ele conta a sua própria história, ou seja, a de um camponês que, seguindo os valores humanistas, descobertos na vida e na filosofia rural, se torna um grande industrial. Além disso, ele apresenta o Capitalismo Humanista como sendo a diretriz de sua conduta como empresário desde o início, imaginando e criando essa definição para o seu negócio. Com este livro, então, Brunello Cucinelli refaz o percurso da sua vida e evoca o sentido de humanidade herdado dos filósofos, que o acompanharam todos os dias na procura da sabedoria e da prática virtuosa.

Cucinelli passou sua infância[688] morando no campo. Quando ele tinha cerca de doze anos, a família começou a planejar morar perto da cidade, onde a vida

---

[686] CUCINELLI, Brunello. **Il sogno di Solomeo**: la mia vita e l'idea del capitalismo umanistico. Milão: Feltrinelli, 2018.

[687] CUCINELLI, Brunello. **Il sogno di Solomeo**: la mia vita e l'idea del capitalismo umanistico.

[688] Em relação a esse período, Brunello destaca: "Della mia infanzia conservo un grande ricordo: non ho mai visto i miei genitori litigare. Mi è sempre presente l'immagine di mio padre, dei miei nonni e dei miei zii, uomini impegnati in un lavoro faticoso e spesso ingrato, i quali pregavano Iddio perché mandasse bel tempo, affinché il raccolto non fosse rovinato. Il loro esempio ha rappresentato per me un'esperienza indimenticabile cui tuttora ispiro la mia vita". "Tenho uma ótima memória da minha infância: nunca vi meus pais discutindo. Sempre me lembro da imagem de meu pai, meus avós e meus tios, homens empenhados em trabalhos árduos e muitas vezes ingratos, que oravam a Deus para que mandasse um bom tempo, para que a colheita não se estragasse. O exemplo deles representou para mim uma experiência inesquecível que ainda inspira minha vida" (tradução livre). CUCINELLI, Brunello. **La Dignità come forma dello Spirito**. Laurea magistrale honoris causa in Filosofia ed Etica delle relazioni. UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI PERUGIA, 2010. Disponível em: http://press.brunellocucinelli.com/yep-content/media/Libretto_Lectio_Doctoralis.pdf. Acesso em: 01 nov. 2020. p. 10.

era um pouco diferente.[689] Já há algum tempo, a vontade de deixar a terra havia se consolidado e, por parte do pai, a vontade de ir trabalhar na fábrica; esses foram os sonhos compartilhados por toda a família naquele período. Então, decidiram construir uma pequena casa em Ferro di Cavallo, uma cidade nos arredores de Perugia, pensando em se mudar para lá quando Cucinelli tivesse mais ou menos quinze anos, e foi o que aconteceu.[690] Aos 15 anos, um pouco antes de mudar com sua família para a cidade, ele passou a frequentar uma escola em Perugia, para fazer um curso de agrimensor[691].[692] Sobre isso, Cucinelli conta que:

> Dai quindici ai venticinque anni ho frequentato la scuola e mi sono diplomato geometra. Devo ammettere però che non ho studiato molto, perché non ero sufficientemente motivato e non provavo soddisfazione nel faticare sui libri. Ho comunque superato gli esami di maturità e poi mi sono iscritto all'Università, alla Facoltà di Ingegneria. Ho frequentato le lezioni per circa tre anni, durante i quali, però, ho dato un solo esame, quello di Geometria descrittiva. In queste poche annotazioni si condensa la mia esperienza di studente. L'evento più importante di quel periodo, ma anche di quelli successivi, fu l'incontro con la donna che poi sarebbe diventata mia moglie: avevamo entrambi circa diciassette anni; lei aveva finito gli studi di ragioneria e si decise ad aprire un piccolo negozio di abbigliamento. In qualche modo, fu proprio seguendola in questa esperienza che riscoprii il gusto del bello e cominciai ad apprezzare la moda.[693]

---

689 Sobre a mudança do campo para a cidade, Cucinelli destaca que: "In quegli anni lasciare la campagna e trasferirsi in città era frutto di un`aspirazione diffusa e sostenuta da un desiderio di benessere del quale, al momento, era possibile intravedere solo gli aspetti positivi. Per questo non à facile giudicare quela tendenza generale, bisogna soltanto prenderne atto. Non va però dimenticato che voci autorevolissime, più antiche di almeno due secoli, avevano ammonito contro la vita in città a favore della vitta in capagna e nei borghi: per Rousseau vivere in città era uno dei mali peggiori per l`uomo dei suoi tempi. Sta di fatto che spesso solitudine, povertà spirituale ed economica vanno a braccetto con il progresso delle città moderne, e contribuiscono a quel mal dell`anima con il quale dobbiamo poi convivere". "Naqueles anos, deixar o campo e mudar-se para a cidade era fruto de uma aspiração generalizada sustentada por uma vontade de bem-estar da qual, na época, só era possível vislumbrar os aspectos positivos. Por isso, não é fácil julgar essa tendência geral, basta reconhecê-la. No entanto, não se deve esquecer que vozes muito autoritárias, com mais de dois séculos, no mínimo, alertaram contra a vida na cidade a favor da vida no campo e nas aldeias: para Rousseau, viver na cidade era um dos piores males para o homem de seu tempo. O fato é que muitas vezes a solidão, as pobrezas espirituais e econômicas andam de mãos dadas com o progresso das cidades modernas e contribuem para aquela enfermidade da alma com a qual então temos que viver" (tradução livre). CUCINELLI, Brunello. **Il sogno di Solomeo**: la mia vita e l'idea del capitalismo umanistico. p. 47.

690 CUCINELLI, Brunello. **Il sogno di Solomeo**: la mia vita e l'idea del capitalismo umanistico. p. 47.

691 Depois de obter um diploma como agrimensor de construção, matriculou-se na faculdade de Engenharia, mas desistiu. CUCINELLI, Brunello. **La mia vita.** Disponível em: https://www.brunellocucinelli.com/it/my-life.html . Acesso em 30 out. 2020.

692 CUCINELLI, Brunello. **Il sogno di Solomeo**: la mia vita e l'idea del capitalismo umanistico. p. 45.

693 "Dos quinze aos vinte e cinco anos, frequentei a escola e me formei como agrimensor. Devo admitir, porém, que não estudei muito, porque não estava suficientemente motivado e não sentia satisfação

Quando da mudança para a cidade, o pai de Cucinelli passou a trabalhar em uma fábrica de cimento, no chão de fábrica, um trabalho árduo, principalmente porque o tratamento recebido pelo empregador não era dos melhores e, mesmo satisfeito com o novo compromisso, sofria com as humilhações[694]. Toda essa situação era visualizada por Cucinelli, que, a partir disso, passou a refletir sobre a importância do respeito à Dignidade da Pessoa Humana, especialmente no ambiente de trabalho.[695]

Portanto, desde cedo, Cucinelli presenciava seu pai trabalhando em um ambiente hostil e se tornou um observador atento do mundo, desenvolvendo assim seu sonho de promover um conceito de trabalho que garantisse "dignidade moral e econômica". Este é um elemento chave para entender sua personalidade e o sucesso de seu negócio, que Brunello considera não apenas como uma entidade geradora de riquezas, mas também como uma estrutura para desenvolver e alimentar seu sonho de um capitalismo que valorize o ser humano. Seu conhecimento das grandes figuras do passado sempre alimentou seus sonhos e ideais, mas ele está sempre olhando para o futuro distante, e cada ação e realização sua é projetada para durar ao longo dos séculos.[696]

---

em lutar com os livros. Porém, passei nos exames finais e depois me matriculei na Universidade, na Faculdade de Engenharia. Assisti às aulas por cerca de três anos, durante os quais, porém, dei apenas uma prova, a de Geometria Descritiva. Minha experiência como estudante está condensada nestas poucas notas. O acontecimento mais importante daquele período, mas também dos subsequentes, foi o encontro com a mulher que mais tarde se tornaria minha esposa: ambos tínhamos cerca de dezessete anos; ela havia terminado seus estudos de contabilidade e decidiu abrir uma pequena loja de roupas. De alguma forma, foi seguindo-a nessa experiência que redescobri o gosto pela beleza e comecei a apreciar a moda" (tradução livre). CUCINELLI, Brunello. **La Dignità come forma dello Spirito**. p. 12.

694 Em entrevista concedida à revista Forbes, em 2013, Brunello conta: "My father did a very hard job, never complaining about the work or the few earnings, but he was being humiliated by his boss. At home he would say, 'What have I done to God?' In those moments I said to myself, I don't know what I will do with my life, but whatever it is, I will do it for the dignity of humankind". "Meu pai tinha um emprego duro, nunca reclamava do seu trabalho ou de ganhar pouco, mas ele estava sendo humilhado pelo chefe. Em casa, ele dizia: 'Que mal eu fiz a Deus?' Nesses momentos, eu dizia a mim mesmo: 'Eu não sei o que eu vou fazer da minha vida, mas, o que quer que seja, eu farei pela dignidade da humanidade'" (tradução livre). CUCINELLI, Brunello. Brunello Cucinelli: Life By Design. **Forbes**. 24 abr. 2013. Disponível em: http://www.forbes.com/sites/richardnalley/2013/03/28/brunello-cucinelli-life-by-design/. Acesso em 01 nov.2020.

695 PADILHA DOS SANTOS, Rafael. **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como regulador da economia no espaço transnacional:** uma proposta de economia humanista. p. 43.

696 CUCINELLI, Brunello. **La mia vita.**

Então, no ano de 1978 abriu uma pequena empresa e cativou o mundo com sua ideia de colorir o cashmere.[697] Trabalhando sempre com muito afinco e vontade de realizar seus ideais, buscava sempre entregar seu produto ainda melhor do que o prometido, valorizando sempre o contato direto com o cliente, em todas as etapas e, dessa forma, "desenvolveu seu próprio senso de responsabilidade, característica tão valiosa ensinada pelos humanistas", ou seja, "um estilo que não era guiado exclusivamente ao lucro, mas ao ser humano".[698] Segundo Cucinelli:

> A partir desse momento iniciei esse projeto: produzir lucros sem causar danos à humanidade. Eu queria que esses produtos fossem produzidos sem provocar qualquer dano ao planeta e aos animais, ou seja, produzir em equilíbrio com a criação já que essa é a grande questão da vida. Eu acredito que no futuro devemos estar conscientes que o mundo é novo.[699]

Em 1982, após se casar com Federica Benda e ter duas filhas, Camilla e Carolina, Brunello mudou-se para Solomeo. Este lugar tornou-se o local de realização dos seus sonhos, mas também uma grande oficina onde pôde construir o seu sucesso como empresário e humanista. O mercado cada vez mais internacional acolheu

---

[697] CUCINELLI, Brunello. **La mia vita.** Em relação à origem do cashmere, Padilha dos Santos menciona: "O cashmere vem do Oriente, em uma região entre o Afeganistão, a Índia, a China e a Mongólia, em que são criadas as cabras hircus. As cabras, para resistir a ambientes hostis com invernos de -30oC e verões quentes, desenvolveram no pelo externo milhares de fibras macias e finas, concentradas em uma pequena superfície. Uma vez ao ano, na primavera, em um procedimento inócuo ao animal, os pastores retiram esse pelo, extraindo de cada cabra 250 gramas ao ano. Por isso, Cucinelli desloca-se anualmente para a Mongólia e para a China, a fim de selecionar o cashmere de melhor qualidade, que vem em duas cores: branco e marrom. São tingidos, transformados em coloridos, iniciando-se o procedimento para iniciar o pulôver de cashmere". PADILHA DOS SANTOS, Rafael. **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como regulador da economia no espaço transnacional:** uma proposta de economia humanista. p. 45.

[698] PADILHA DOS SANTOS, Rafael. **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como regulador da economia no espaço transnacional:** uma proposta de economia humanista. p. 44.

[699] CUCINELLI, Brunello. In: PILAU SOBRINHO, Liton Lanes; SILVA, Rogério da; PEREIRA DA SILVA, Juliana. (Org.). **Futuro**: novas tecnologias, novas formas de resolução de conflitos (Coleção Movimento Consumerista Brasileiro; v. 3). Itajaí: UNIVALI; Passo Fundo: UPF, 2018. p. 53.

calorosamente os seus produtos de qualidade made in Italy[700] e permitiu-lhe concretizar os seus ideais.[701] Em relação à Solomeo, Cucinelli relata:

> Tive um pouco de sucesso e decidi morar nesta pequena vila já que tinha nascido numa cidade aqui vizinha e meu desejo era contribuir na sua reestruturação e conservação, tornando-a completamente atraente para deixá-la como legado a todos que virão depois, já que somos guardiões *pro tempore*.[702]

Em relação à restauração de Solomeo, ao ser entrevistado – naquele mesmo lugar, no ano de 2017 - para um documentário realizado pelo Balcão do Consumidor da Universidade de Passo Fundo, pelo Professor Doutor Liton Lanes Pilau Sobrinho, Cucinelli conta que adquiriu grandes galpões industriais, que haviam sido construídos nos anos 70 e 80 e logo os demoliu para semear girassol, milho, oliva, com o objetivo de morar e trabalhar em um ambiente um pouco melhor. Tudo isso para devolver dignidade à terra, porque, segundo ele, a mãe-terra de todas as coisas tem necessidade de sua dignidade.[703]

No decorrer dos anos, então, Cucinelli dedicou-se ao cashmere, tornando-se um líder no segmento e buscando cada vez mais qualidade ao seu produto. Duas grandes inovações foram realizadas ao longo dos anos, a primeira quanto à cor, já que normalmente é utilizado em cores básicas como bege e cinza, trazendo então as cores do arco-íris ao produto; e, a segunda quanto ao uso como vestuário feminino,

---

[700] "A empresa de Cucinelli atualmente tem reconhecimento mundial, é uma das marcas mais importantes no negócio de luxo, sendo que suas coleções de cashmere estão presentes em mais de 60 países do Oriente e do Ocidente. Sua empresa tem negócios monomarca em Milão, Nova Iorque, Paris, Roma, Londres, Tóquio, Moscou, Genebra, Hamburgo, Miami, Las Vegas. O seu grupo tem 1.200 colaboradores internos (dentre os quais 800 trabalham em Solomeo) e aproximadamente 4.000 colaboradores externos. Integra-se no movimento de globalização e ingressa no mercado internacional para comercializar com americanos, alemães, japoneses, russos, indianos e chineses". PADILHA DOS SANTOS, Rafael. **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como regulador da economia no espaço transnacional:** uma proposta de economia humanista. p. 46.

[701] CUCINELLI, Brunello. **La mia vita.**

[702] CUCINELLI, Brunello. In: PILAU SOBRINHO, Liton Lanes; SILVA, Rogério da; PEREIRA DA SILVA, Juliana. (Org.). **Futuro**: novas tecnologias, novas formas de resolução de conflitos. p. 53.

[703] PILAU SOBRINHO, Liton Lanes. **Movimento Consumerista Brasileiro** - Volume III - Futuro, Novas Tecnologias, e Novas Formas de Resolução de Conflitos (português). Disponível em: https://www.upf.br/balcaodoconsumidor/multimidia/videos-documentarios/movimento-consumerista-brasileiro-volume-iii-futuro-novas-tecnologias-e-novas-formas-de-resolucao-de-conflitos. Acesso em: 25 nov. 2020.

diante da percepção de que o cashmere não deveria ser exclusividade apenas dos homens.[704]

Por conseguinte, em 2000, Cucinelli ampliou sua linha de produtos, passando a trabalhar também com calças, vestidos, casacos e camisas. Nos anos de 2006/2007 “formalizou com todas as linhas sua identidade empresarial”.[705] Segundo Padilha dos Santos[706]:

> Cucinelli firmou-se em seu ofício como um industrial artesão. Assim, é possível perceber que, mesmo sendo uma empresa que transcendente as fronteiras italianas, mesmo vivendo em um cenário capitalista neoliberal, mesmo integrando o ritmo lacerante da globalização, não precisou renunciar à identidade humana para privilegiar monotematicamente o exclusivo lucro ou maximização de mercados. O capitalismo posiciona no centro o capital, o humanismo posiciona no centro o ser humano. O sentido da vida não é preenchido apenas pela sede de capital, é preciso pensar na autorrealização do ser humano, que deve ser assim visada como essencial pela economia, e assegurada e estimulada pelo direito.

Assim, para Cucinelli, o homem constitui o ponto focal e o termo de referência de sua atividade, já que o seu olhar não é o *homo faber*, voltado exclusivamente para o lucro, mas o *homo sapiens* comprometido em realizar sua própria identidade. Tendo em vista a totalidade de seu potencial, o homem é valorizado em sua inteligência e sua capacidade criativa, bem como na disponibilidade com que está aberto a outros e contribui para a realização do bem comum. Esta é a visão filosófica que inspira a ação de produção de Cucinelli. Portanto, por ser concebida em função de um humanismo integral, sua empresa conseguiu estabelecer uma relação adequada entre a economia e a ética, entre a utilidade e o respeito pela dignidade do trabalhador. Ao mesmo tempo, uma vez que faz da beleza um instrumento para a elevação do espírito e a redenção das relações humanas da mercantilização, reintegrou o homem na natureza, tornando-o seu guardião privilegiado. Finalmente, combinando o gosto estético com a valorização do meio ambiente, demonstrou-se como o capitalismo, quando apropriadamente guiado, pode

---

[704] PADILHA DOS SANTOS, Rafael. **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como regulador da economia no espaço transnacional:** uma proposta de economia humanista. p. 45-46.

[705] PADILHA DOS SANTOS, Rafael. **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como regulador da economia no espaço transnacional:** uma proposta de economia humanista. p. 46.

[706] PADILHA DOS SANTOS, Rafael. **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como regulador da economia no espaço transnacional:** uma proposta de economia humanista. p. 45-46-47.

assumir uma face humana e constituir um veículo para promover o respeito mútuo e a coexistência pacífica.[707]

Dessa forma, desde que fundou a sua empresa, lá no início em 1978, Cucinelli buscou associar a produção de alta moda concomitante com seu amor pela arte e pela filosofia. À vista disso, tendo por premissa o respeito à Dignidade da Pessoa Humana e a valorização de cada funcionário, em sua empresa o expediente se encerra as 17h30 para todos, não há marcação de ponto na entrada e não há horas extras. Mensagens eletrônicas e telefonemas são proibidos fora do horário de expediente e, ainda, os funcionários tem um salário 20% a mais do que a média salarial do setor. A fábrica tem uma estrutura sustentável e o refeitório foi projetado como uma típica cantina italiana.[708]

Em relação ao seu amor pela filosofia, Cucinelli conta que a motivação a se aproximar do mundo do conhecimento foi o desejo de saber mais daquela dignidade que para ele pareceu tão importante quando da ofensa sofrida pelo seu pai. Então, aos dezenove anos começou a ler, buscando na filosofia algumas respostas para muitas das suas perguntas. O primeiro filósofo que leu foi Kant, o qual ele diz ter sido uma leitura difícil, porém repleta de verdades humanas. Segundo ele:

> Ricordo un'annotazione che trovai molto suggestiva e straordinariamente vera, quella in cui Kant dice: «Due cose mi emozionano in un modo particolare: il cielo stellato sopra di me e la legge morale dentro di me». In questa ho ritrovato gli ammonimenti di mio padre, quando a casa mi diceva spesso: «Devi essere una persona perbene. Mi raccomando, cerca di mantenere la parola che hai dato»[709].

A partir da leitura de Kant ele teve ainda mais sede pelo conhecimento, haja vista que ao mesmo tempo em que satisfazia suas perguntas, gerava muitas outras

---

[707] CUCINELLI, Brunello. **La Dignità come forma dello Spirito**. p. 6.

[708] CAUTI, Carlo. O bilionário do cashmere adora filosofia e encerra o dia às 17h30.

[709] "Eu me lembro de uma anotação que achei muito sugestiva e extraordinariamente verdadeira, aquela em que Kant diz: 'Duas coisas me movem de uma maneira particular: o céu estrelado acima de mim e a lei moral dentro de mim'. Nesta encontrei as admoestações do meu pai, quando em casa me dizia muitas vezes: 'Tens de ser uma pessoa decente. Por favor, tente manter a palavra que você deu'" (tradução livre). CUCINELLI, Brunello. **La Dignità come forma dello Spirito**. p. 14.

novas. Dessa forma, partiu em busca das ideias dos grandes filósofos gregos: Sócrates, Platão, Aristóteles.[710]

Inspirado, portanto, nas ideias dos grandes filósofos acerca da humanidade, Cucinelli buscou empreender de modo diferenciado. Segundo Padilha dos Santos, "Cucinelli sente que o tempo atual consente que a humanidade seja reprojetada, considerando as dificuldades enfrentadas nos campos econômico, moral e civil"[711]. Dessa forma, sonhando em tornar o trabalho mais humano, dando maior dignidade moral e econômica ao trabalho, o que para ele eleva a dignidade do homem, Cucinelli declara:

> Il sogno della mia vita, tuttavia, era quello di rendere l'attività lavorativa più umana, di dare dignità morale e economica al lavoro, perché, credetemi, il lavoro spesso è piuttosto duro e ripetitivo. Ero però anche convinto che esso eleva la dignità dell'uomo. E di questo obiettivo ho fatto il vero scopo della mia vita. Così, pur aspirando a ottenere profitti, perché credo nel capitalismo (ogni impresa deve produrre profitti, perché è la ragione della sua esistenza), al tempo stesso volevo che tali profitti non arrecassero mai danni all'umanità, o il meno possibile. Mi ripromettevo, per metodo e per finalità, che i profitti fossero realizzati nel rispetto della dignità e del valore della persona umana, e perciò che fossero orientati a uno scopo morale. Aristotele considera l'etica come la parte superiore della filosofia e proprio in tal senso volevo agire. Non sapevo se vi sarei riuscito, ma mi impegnavo ad operarein questa direzione con tutte le mie forze. Questo è lo spirito, questo è l'intento del mio lavoro.[712]

Seguindo seu objetivo de vida, em sua empresa, decidiu dividir os lucros de acordo com quatro critérios. A primeira parte é destinada ao empreendimento, para aquele empreendimento do qual ele diz ser o guardião e não o dono, explicando que ele é o maior acionista e responsável, mas apenas no sentido de garantir solidez e

---

[710] CUCINELLI, Brunello. **La Dignità come forma dello Spirito**. p. 14.

[711] PADILHA DOS SANTOS, Rafael. **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como regulador da economia no espaço transnacional:** uma proposta de economia humanista. p. 41.

[712] "O sonho da minha vida, no entanto, era tornar o trabalho mais humano, dar dignidade moral e econômica ao trabalho, porque, acredite, o trabalho muitas vezes é bastante difícil e repetitivo. Mas também estava convencido de que isso eleva a dignidade do homem. E eu fiz o propósito real da minha vida desse objetivo. Assim, enquanto aspirava a obter lucros, porque acredito no capitalismo (toda empresa deve produzir lucros, porque é a razão de sua existência), ao mesmo tempo eu queria que esses lucros nunca prejudicassem a humanidade, ou o mínimo possível. Prometi a mim mesmo, por método e por propósito, que os lucros seriam feitos com respeito à dignidade e ao valor da pessoa humana e, portanto, orientados para um propósito moral. Aristóteles considera a ética a parte superior da filosofia e precisamente nesse sentido eu queria agir. Eu não sabia se teria conseguido, mas me comprometi a trabalhar nessa direção com todas as minhas forças. Este é o espírito, esta é a intenção do meu trabalho" (tradução livre). CUCINELLI, Brunello. **La Dignità come forma dello Spirito**. p. 14.

estabilidade, já que sempre imaginou que se alguém se sente como um guardião e não um dono, então tudo assume um significado diferente, tudo se torna quase eterno. O segundo é reservado para a sua família, que mora em uma cidade pequena e, portanto, não tem necessidades especiais. O terceiro, o mais importante, vai para as pessoas que o ajudam no empreendimento, para que possam trabalhar de uma maneira melhor e viver de acordo com suas expectativas. A quarta, que é tão importante quanto as três primeiras, é a parte destinada a "embelezar o mundo", um conceito que pode se relacionar a qualquer tipo de iniciativa: ajudar alguém em necessidade, mas também restaurar uma igreja, construir um hospital, um jardim de infância, um teatro, uma biblioteca. E assim Cucinelli diz: “E qui devo dire che mi ha ispirato la grandezza di mente di uno dei miei maestri, l’imperatore Adriano, quando dice: ‘Mi sento responsabile delle bellezze del mondo’[713].

Segundo Cucinelli, o Capitalismo Humanista foi desde sempre o guia da sua conduta empreendedora, onde imaginou e levou para a sua empresa. Ele ressalta que foi por meio da vida camponesa que se formaram seus valores do compromisso com a vida, o respeito e a subsidiariedade em relação aos outros, bem como sua concepção espiritual em relação à natureza. Ainda, Cucinelli diz que a base para seu Capitalismo Humanista foi construída, por exemplo, no “bar da vila” onde frequentou na juventude, por ser lugar de diferentes encontros com os humanos, pessoas intensas e amáveis, a qual chama de universidade da alma. Também a universidade, como estudante da faculdade de engenharia, onde ficava fascinado com os aspectos sociais das reuniões entre meninos, com tantos temas diferentes e tratados de maneiras diferentes, mas com o objetivo único de consolidar suas ideias, colocando o respeito pelas pessoas em primeiro lugar. Portanto, seu Capitalismo Humanista tem a ideia clara da pessoa humana como valor primário, dando a ela dignidade moral e econômica.[714]

---

[713] “E aqui devo dizer que me inspirei na grandeza de espírito de um dos meus professores, o Imperador Adriano, quando diz: ‘Sinto-me responsável pelas belezas do mundo’” (tradução livre). CUCINELLI, Brunello. **La Dignità come forma dello Spirito**. p. 16.

[714] CUCINELLI, Brunello. **La mia idea di capitalismo umanistico**. Disponível em: https://www.brunellocucinelli.com/it/humanistic-capitalism.html. Acesso em 01 nov. 2020.

Nesse norte, a filosofia do Capitalismo Humanista de Cucinelli é sintetizada por Padilha dos Santos, que diz:

> Cucinelli tem uma proposta de economia que ingressa na globalização sem entrar no jogo de queda vertical da qualidade dos produtos ou de desvalorização do ser humano e da natureza. Pelo contrário, a grande motivação deste empreendimento envolve o bem-estar psicofísico, a qualidade de vida no ambiente de trabalho, a valorização do talento criativo, a *performance* empresarial, a qualidade do produto, a importância do cliente e do serviço prestado, o resgate da autêntica identidade cultural local (pela sua pretensão de promover o verdadeiro *made in Italy*), de construir um Centro de promoção de arte e cultura humanista com uma mensagem sem limite de fronteiras, expressando a virtude e a beleza por cada ação concretizada. Trata-se, assim, de um novo modelo de economia para inspirar o mundo globalizado contemporâneo. A ciência jurídica deve ocupar-se deste modelo enquanto lhe serve premissas para a orientação, coordenação e regulação econômica a partir de uma base normativa na dignidade da pessoa humana, trabalhada como valor e princípio para a constituição de relações econômicas vitais, e como fonte moral de direitos e deveres humanos.[715]

Assim, Cucinelli crê em um empreendimento humanista, onde os negócios devem obedecer da maneira mais nobre a todas as regras éticas que o homem desenvolveu ao longo dos séculos. Ele sonha com uma forma de Capitalismo Humanista moderno com fortes raízes antigas, no qual o lucro seja obtido sem dano ou ofensa a ninguém, e parte dele seja destinado a qualquer iniciativa que possa realmente melhorar a condição de vida humana, como: serviços, escolas, lugares de culto e herança cultural. Em sua organização, o ponto focal é o bem comum, que é a força motriz para a realização de ações prudentes e corajosas. Em sua empresa, as pessoas estão no centro de cada processo de produção, porque ele está convencido de que a Dignidade da Pessoa Humana só se restaura através da redescoberta da consciência. Para Cucinelli, o trabalho eleva a Dignidade da Pessoa Humana e os laços emocionais que daí derivam.[716]

Segundo o empresário, um dos grandes problemas a ser enfrentado é a relação empregador-empregado. Ele ressalta que seu pai nada sabia sobre seu empregador, não conhecia seus lucros, suas propriedades e muito menos a vida que

---

[715] PADILHA DOS SANTOS, Rafael. **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como regulador da economia no espaço transnacional:** uma proposta de economia humanista. p. 41-42.
[716] CUCINELLI, Brunello. **La mia vita.**

levava. Mas hoje isso mudou, ou seja, os empregados sabem tudo ou quase tudo sobre seu empregador. Diante disso, Cucinelli acredita que a base para uma relação de trabalho saudável e digna é a partilha das razões e dos propósitos do negócio, por todos os envolvidos e, sendo assim, qualquer pessoa que passe a trabalhar em uma de suas empresas irá saber tudo sobre ele e sobre a sua vida, evidenciando-se, com isso, uma relação baseada na confiança e na colaboração. Para ele, cada ser humano tem seu "dom de gênio", mesmo isso variando de pessoa para pessoa.[717]

Dessa forma, de acordo com Padilha dos Santos[718], "O empreendimento humanista liberta o ser humano da escravidão contemporânea, que consiste no homem estar à serviço do capital e não o capital à serviço do homem". Por conseguinte, diferentemente do capitalismo clássico, que é "desalmado por definição"[719], o Capitalismo Humanista

> [...] significa uma forma de economia humanista que se verifica em uma economia de mercado, em que ao objetivo de extrair lucro e do respeito aos princípios do livre mercado (como da concorrência, da livre iniciativa privada, da livre formação dos preços, da livre escolha de consumo) une-se o compromisso de realização de valores humanos promotores da riqueza existencial, social, ética, científica, artística e cultural, em respeito e aplicação em ato do princípio da dignidade da pessoa humana.[720]

Para Cucinelli, então, o trabalho como expressão do ser humano também se torna parte da espiritualidade e busca o propósito do bem supremo. Segundo ele, a geração de lucros é inata ao seu tipo de negócio, mas deixa bem claro que isso não é tudo para ele. O empresário enfatiza que não gostaria de viver em um mundo onde tudo se resume ao mero lucro e diz que o dinheiro só tem valor quando é gasto para melhorar a vida e o crescimento do homem, ressaltando que esse é o objetivo que ele luta para alcançar.[721]

---

[717] CUCINELLI, Brunello. **La Dignità come forma dello Spirito**. p. 18.

[718] PADILHA DOS SANTOS, Rafael. **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como regulador da economia no espaço transnacional:** uma proposta de economia humanista. p. 465-466.

[719] SISODIA, Raj; WOLFE, David B.; SHETH, Jag. **Empresas humanizadas:** pessoas, propósito, performance. Traduzido por Silvia Morita. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019. p. 49.

[720] PADILHA DOS SANTOS, Rafael. **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como regulador da economia no espaço transnacional:** uma proposta de economia humanista. p. 464.

[721] CUCINELLI, Brunello. **La mia vita.**

Na prática, o Capitalismo Humanista abarca a ideia de “viver em harmonia e sem prejudicar a Criação”, um conceito de “justiça”. Busca-se um lucro justo e sustentável em que: 1) haja um equilíbrio entre lucro e retribuição, ou seja, doando ao mundo como “guardiães da criação”, deixando às futuras gerações não o mundo que se encontra hoje, mas um muito mais amável; e, 2) o lucro seja de acordo com a ética, a dignidade e a moral, ou seja, não prejudicar a humanidade no processo, ou o mínimo possível.[722]

No que se refere à Dignidade da Pessoa Humana no contexto do Capitalismo Humanista, Cucinelli entende que a qualidade do local de trabalho é fundamental para elevar a dignidade, ou seja, deve ser um local de trabalho amigável, que permita aos trabalhadores olhar para o céu e para a paisagem. Além disso, deve haver uma jornada de trabalho justa. Para o empresário, como já visto anteriormente, nunca se deve estar online por motivos de negócios fora do horário de expediente, ressaltando que há um tempo para o trabalho e um tempo para a alma, e isso deve ser respeitado. Ademais, ele entende que mostrar estima e apreço pelo trabalho de alguém é essencial, podendo levar ao aumento da responsabilidade e da criatividade. Dessa forma, o Capitalismo Humanista é visto como uma grande harmonia, na qual o lucro, a retribuição, a tutela, a Dignidade da Pessoa Humana e a ética da verdade coexistem e se enriquecem.[723]

Nesse norte, prefaciando a obra “Empresas humanizadas: pessoas, propósitos, performance”, o professor da Universidade de Virginia, R. Edward Freeman, salienta que “o século XXI exige uma nova maneira de pensar sobre os negócios”[724] e refere:

> Grandes líderes empresariais canalizam os desejos de seus funcionários de serem parte de algo maior do que eles e de poderem ajudar a fazer o mundo um lugar melhor para os seus filhos no objetivo global de seus negócios. O lucro é um resultado. E, claro, não há garantias aqui. Às vezes, as empresas fazem o seu melhor em torno de um propósito e falham, ou elas não conseguem manter esse propósito à sua frente, ou as condições simplesmente mudam.

---

[722] CUCINELLI, Brunello. **La mia idea di capitalismo umanistico**.
[723] CUCINELLI, Brunello. **La mia idea di capitalismo umanistico**.
[724] SISODIA, Raj; WOLFE, David B.; SHETH, Jag. **Empresas humanizadas:** pessoas, propósito, performance. p. x.

Assim, abrir caminhos para que haja uma "compreensão do poder do capitalismo na transformação do nosso mundo para melhor"[725] é uma das formas de se pensar como o capitalismo pode ser bom para a sociedade, para a humanidade, para sustentar todas as relações humanas.

Nesse contexto, a filosofia que guia Cucinelli abarca capitalismo, economia, humanismo e Sustentabilidade. Sua empresa vai além do mundo dos negócios, vai ao mundo do espírito humano[726], caracterizando-se como uma empresa de capital humanista, que visa e se preocupa com o alcance da Sustentabilidade em todas as suas dimensões - ambiental, econômica, social, cultural, política, tecnológica[727] -, destacando-se como modelo de empresa especialmente voltada para a Sustentabilidade Humanista.

Dessa forma, quando Cucinelli se refere à "harmonia com a Criação", ele está falando de Sustentabilidade, já que, como ele mesmo diz, "harmonioso é sustentável". Para ele, um conceito justo e harmonioso de tempo, agricultura, restauração de cidades e aldeias antigas, desenhos de novos assentamentos, reconstrução de periferias é viável; o compromisso de implementar tudo isso é enorme, mas sustentável. Assim, justo significa relevante, inovador, oportuno, voltado para o futuro, respeitoso, harmonioso. Por conseguinte, a harmonia/Sustentabilidade é uma característica chave do Capitalismo Humanista, no qual se reflete um desejo

---

[725] SISODIA, Raj; WOLFE, David B.; SHETH, Jag. **Empresas humanizadas:** pessoas, propósito, performance. p. ix.

[726] FONDAZIONE BRUNELLO CUCINELLI. CUCINELLI, Brunello. **Solomeo:** Brunello Cucinelli, un'impresa umanistica nel mondo dell'industria. Perugia: Quattroemme, 2015. p. 44.

[727] No contexto da tecnologia, Cucinelli diz: "A tecnologia é útil para a produção, e o que realmente importa é encontrar a harmonia entre o tempo de criação e o modo de utilização: a máquina voadora inventada por Leonardo parecia maravilhosa naquela época, mas quanto tempo tivemos que esperar até que as pessoas estivessem prontas para usar isto? Hoje, a tecnologia gera novos produtos em velocidade acelerada e seu número e tipo de funções estão à frente do tempo. Cabe aos gênios contemporâneos, ao Leonardo de hoje, criar uma cronologia harmoniosa; é dever de todos usar a tecnologia com atenção e relevância. Seria ótimo se a ideia de uma nova monumentalidade levasse os gênios de hoje a legar marcos eternos de nosso tempo às gerações futuras, como os grandes povos do passado decidiram fazer. Da Internet aos robôs, o uso humanista da tecnologia é uma grande contribuição para a proteção consciente e voltada para o futuro da Criação, com o artesanato em primeiro lugar" (tradução livre). CUCINELLI, Brunello. **Armonia con il Creato e Umana Sostenibilità.** Disponível em: https://www.brunellocucinelli.com/it/harmony-and-human-sustainability.html. Acesso em: 10 nov. 2020.

contínuo de cuidar da Criação, que é natural. Logo, “o mundo não deve ser consumido, mas sim usado com moderação”.[728]

No contexto da “harmonia com a Criação” e da Sustentabilidade, então, a empresa Brunello Cucinelli é norteada por regras que regem os seus ideais para a vida e para o trabalho[729], a sua relação com a natureza (“Mãe Terra”)[730], com os

[728] CUCINELLI, Brunello. **Armonia con il Creato e Umana Sostenibilità.**

[729] “**Nossos Ideais para a Vida e para o Trabalho:** I. Amamos e respeitamos a Mãe Terra, cultivando-a de acordo com a natureza e acolhendo seus frutos como o presente mais querido. II. Não usamos mais do que o necessário e natural. Usamos o universo com bondade. III. Sempre agimos como guardiões fiéis e amorosos da criação. IV. Acreditamos na dignidade moral e econômica do ser humano. V. Trabalhamos apoiando o lucro certo e a harmonia entre lucro e presente. VI. Buscamos harmonia entre o trabalho certo e a confidencialidade humana. VII. Lembramos dos pais. Eles nos ensinaram a respeitar as leis, e nossa história está escrita em suas palavras. VIII. Acreditamos no universalismo do mundo e agimos com grande respeito por todas as civilizações. IX. Aceitamos as mudanças certas para viver o melhor de nossos tempos. X. Amamos os jovens e transmitimos a eles a esperança e o sonho de um futuro brilhante que os espera” (tradução livre). CUCINELLI, Brunello. **Armonia con il Creato e Umana Sostenibilità.**

[730] “**Nossa Mãe Terra:** I. Sempre buscamos o lucro justo alcançado com ética, dignidade e moral, fabricando produtos altamente artesanais que não prejudicariam a Criação, ou o mínimo possível. II. Reconhecemos plenamente a responsabilidade que temos pelo que construímos no planeta que nos hospeda. Por isso construímos nossas fábricas de acordo com o espírito do lugar, reformando e ajustando as instalações existentes e poupando a Terra em vez de consumi-la ainda mais. III. Qualquer plano de reforma de nossas fábricas sempre contém um plano paisagístico, um plano arquitetônico, um plano de manutenção e um plano para promover a duração das instalações ao longo do tempo. Nenhuma intervenção humana é aceitável, a menos que seja compatível com a regeneração da terra. IV. É um dever moral usar os recursos da Criação de acordo com as antigas leis da natureza. É por isso que o uso saudável das águas e a sua recuperação ocupam um lugar central no nosso projeto de vida e trabalho. O mesmo se aplica a todos os outros recursos, que usamos com elegância e com o maior enfoque nas alterações climáticas. V. Em todos os lugares do mundo, os antigos adoravam a Mãe Terra como uma divindade principal, cada qual de acordo com suas tradições. O seu valor não diminuiu ao longo dos séculos: por isso, as nossas colheitas - azeitonas, uvas, trigo, frutas - crescem de acordo com a natureza. Da mesma forma, nossos produtos naturais são usados para preparar alimentos que são servidos na cantina de nossa empresa. VI. Desde o início de nosso negócio, queríamos que nossos produtos de caxemira fossem feitos exclusivamente em nosso maravilhoso país, a Itália, para serem passados às próximas gerações. Queríamos que fossem feitos artesanalmente com matérias-primas de primeira qualidade. VII. Nossas mães nos ensinaram que a arte de cerzir e remendar destaca o valor das coisas. John Ruskin costumava dizer que devemos necessariamente aceitar o fim dos objetos que usamos, mas devemos fazer o nosso melhor para que durem mais. É justamente esse o propósito de consertar e na nossa empresa temos um departamento específico dedicado a isso. VIII. A Heritage nos ensinou desde o início a usar fibras naturais em nossos produtos. Esta escolha, como a da qualidade, permite-nos fazer a nossa parte para poupar a Criação. IX. Gostamos de fazer o melhor para apoiar nossos fornecedores de matéria-prima, garantindo-lhes dignidade moral e econômica. Estamos ansiosos para dizer aos nossos clientes que os produtos que eles compram são o resultado de um processo cuidadoso que respeita todas as partes interessadas que contribuem para sua fabricação. X. Como Péricles em Atenas, também nós fomos ensinados a ‘respeitar os magistrados e a lei, e lembrar que devemos proteger as vítimas da ofensa’. Também fomos ensinados a ‘respeitar as leis não escritas que residem no sentimento universal de o que é certo e bom senso’ (tradução livre). CUCINELLI, Brunello. **Armonia con il Creato e Umana Sostenibilità.**

colegas de trabalho[731] e com os parceiros[732]. Tais regras demonstram o compromisso da empresa com a Sustentabilidade em todas as suas dimensões e, em muitas delas evidencia-se o respeito e a valorização do ser humano em sua dignidade. Assim, os aspectos relacionados ao bem-estar do ser humano, ao respeito à Dignidade da Pessoa Humana, permeiam os ideais da empresa, restando claro que se trata da materialização da Sustentabilidade Humanista no âmbito empresarial.

A ideia da Sustentabilidade Humanista, impregnada na filosofia de Cucinelli, reflete-se inclusive na dedicatória que ele faz para as suas filhas no livro "Il sogno di Solomeo: la mia vita e l'idea del capitalismo umanistico", quando diz: "Mie amate figlie...dovete avere un sogno, deve essere un sogno che renda lieta non soltanto l'intera umanità del nostro tempo, ma anche quela a venire. [...]"[733]. Verifica-

[731] "**Aos Nossos Graciosos Colegas de Trabalho:** I. Sempre cuidamos para que nossos locais de trabalho fossem bem cuidados e acolhedores, proporcionando a todos os trabalhadores a possibilidade de olhar para cima e ver o céu. II. Todos nós trabalhamos uma quantidade razoável de horas e compartilhamos os mesmos horários de trabalho; ninguém está online por motivos comerciais aos sábados ou domingos. III. Sempre vimos que os salários eram em média um pouco mais altos para todos, sem distinção. IV. Na nossa empresa, queremos que todos tenham oportunidades iguais, com plena consciência do valor do próprio conhecimento. V. Temos procurado promover relações saudáveis de estima e confiança entre os trabalhadores, a quem chamamos "almas pensantes". VI. Acreditamos na relevância da cultura como forma de melhorar o ser humano. É por isso que tentamos promovê-lo gentilmente. VII. Temos consciência de que a transmissão do conhecimento desenvolve o talento. É por isso que criamos a Escola de Artes e Ofícios de Solomeo. VIII. Se a nossa empresa perdurar por séculos, como esperamos, isso será fruto da rotatividade de gerações que sempre promovemos ao longo do tempo. IX. É nosso costume nos reunirmos regularmente ao longo do ano para discutirmos assuntos, de forma que todos estejam atualizados sobre a evolução do negócio. X. Nunca paramos de procurar a genialidade nas pessoas e, quando a encontramos, fazemos o possível para melhorá-la" (tradução livre). CUCINELLI, Brunello. **Armonia con il Creato e Umana Sostenibilità.**

[732] "**Aos Nossos Estimados Parceiros:** I. Gostaríamos que seus locais de trabalho fossem agradáveis e acolhedores. II. Seria ótimo se o relacionamento com seus colegas de trabalho fosse sempre tão genuíno e tranquilo como é agora. III. Acreditamos no valor-chave denominado igualdade de pagamento, sem qualquer distinção. IV. Ao realizar trabalhos para nossa empresa, gostaríamos que seus colegas de trabalho dedicassem uma quantidade razoável de horas a essas tarefas sem sobrecarregar. V. Seria louvável se você também favorecesse uma rotatividade contínua de gerações, como fazemos. VI. Agradeceríamos se - em tudo o que você faz - você sempre levasse em consideração o desenvolvimento e o respeito da área local. VII. Desejamos muito que nossa atitude para com você continue a ser leal e autêntica. VIII. Consideramos valioso cooperar sempre em estreita colaboração - como é o nosso caso - com plena consciência de nossa total e mútua independência. IX. Ficaríamos felizes em continuar apoiando o planeta juntos, usando os recursos da Criação de acordo com as antigas leis da natureza. X. Gostaríamos de manter a louvável tradição das nossas reuniões anuais onde, discutindo o futuro e os nossos planos, reforçamos a relação agradável que partilhamos há tanto tempo" (tradução livre). CUCINELLI, Brunello. **Armonia con il Creato e Umana Sostenibilità.**

[733] "Minhas queridas filhas ... vocês devem ter um sonho, deve ser um sonho que faça feliz não só toda a humanidade de nosso tempo, mas também as que virão. [...]" (tradução livre). CUCINELLI, Brunello. **Il sogno di Solomeo**: la mia vita e l'idea del capitalismo umanistico. p. 10.

se, portanto, a preocupação e o empenho que ele tem em deixar um legado que faça a diferença no mundo, que busque a felicidade da humanidade, respeitando e valorizando a dignidade de cada pessoa, no presente, mas almejando também a perpetuação desta no futuro, para com as gerações que virão. Isso nada mais é do que a Sustentabilidade Humanista.

Depreende-se, então, que Cucinelli sonha com uma indústria global voltada para o Capitalismo Humanista e para a Sustentabilidade, esta em todas as suas dimensões, especialmente a humanista. Logo, no caso da empresa Brunello Cucinelli ocorre a materialização da Sustentabilidade Humanista. Diante disso, passa-se agora à análise das hipóteses apresentadas como resposta ao problema proposto nesta Tese.

4.3 A SUSTENTABILIDADE HUMANISTA FRENTE À ATUAÇÃO DAS CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS

Apesar do belo exemplo da empresa de Brunello Cucinelli, norteada pela filosofia do Capitalismo Humanista, a realidade predominante no atual cenário do mundo globalizado é oposta. No contexto da Sociedade Líquida global – esta analisada no capítulo 2 – verificou-se a dominação do mercado pelas Corporações Trasnacionais, as quais ditam suas próprias regras e regulamentações, principalmente nos âmbitos econômicos, financeiros e comerciais, em uma dimensão global. Com isso, ocorre o esfacelamento dos Estados nação, que perdem espaço e Poder, inclusive político[734], para essas Corporações Transnacionais, tendo, consequentemente, sua Soberania fragmentada.

[734] No que se refere ao Poder político pertencente às Corporações Transnacionais, Hernández Zubizarreta salienta: “El poder político se analiza en torno de *lobbies*, las privatizaciones, las fusiones y concentraciones, las prácticas irregulares y la violación de derechos humanos”. “O poder político é analisado em torno de *lobbies*, privatizações, fusões e concentrações, práticas irregulares e violação dos direitos humanos” (tradução livre). HERNÁNDEZ ZUBIZARRETA, Juan. **Las empresas transnacionales frente a los derechos humanos**: historia de una asimetría normativa. De la responsabilidad social corporativa a las redes contrahegemónicas transnacionales. Bilbao: Hegoa, Madrid: Omal, 2009. p. 109.

Nesse contexto, Dowbor destaca que:

> Não há dúvida que as empresas transnacionais constituem hoje a locomotiva dos processos econômicos. Trata-se do gigantesco peso das mega-empresas produtivas, que controlam os chamados produtos mundiais; trata-se também das empresas financeiras de grande porte que canalizam as poupanças do planeta para os países mais ricos, e em particular para os Estados Unidos; trata-se igualmente das empresas mundiais que controlam o sistema hoje articulado de informação, telecomunicação e televisão, e que constroem a imagem positiva das suas marcas e das suas visões do mundo através do controle da informação; trata-se enfim do poder tecnológico e de controle do conhecimento que estas empresas adquirem através do controle mundial de cerca de 80 a 90% da pesquisa e desenvolvimento do planeta, poder este que se concretiza nos acordos negociados no Trade Related Intellectual Property (TRIPs) sobre a propriedade intelectual, no quadro da Organização Mundial do Comércio. O poder econômico, tecnológico, político, e cultural deste núcleo central de transformações do planeta é bastante evidente. São cerca de 500 a 600 grandes empresas transnacionais que controlam este processo, articulam-se em reuniões de diversos tipos, e definem, gostemos ou não, os nossos rumos em termos de produção, de emprego, de valores, de meio-ambiente.[735]

Dessa forma, com a ascensão econômica das Corporações Transnacionais, os Estados nacionais perdem a centralidade, mesmo que ainda sejam dotados de Poderes importantes e seu controle ainda seja motivo de muitos conflitos. Como mencionado por Dowbor, as Corporações Transnacionais passaram a controlar a sociedade e, além disso, muitas vezes impondo seus interesses sobre os Estados, fragilizando a democracia e criando espaços para dúvidas e incertezas.

Evidencia-se, então, que o imenso Poder e a influência das Corporações Transnacionais alcançaram pilares sociais, políticos, culturais, tecnológicos e ambientais, o que não se mostra, muitas vezes, como característica positiva na era atual da humanidade. Diante da perda de espaço dos Estados, os países em desenvolvimento acabam cedendo sua tributação e flexibilizando direitos trabalhistas para essas Corporações Transnacionais com o objetivo de atraí-las para seus territórios, o que acaba gerando inúmeras consequências.

---

[735] DOWBOR, Ladislau. **O que acontece com o trabalho?** 3. ed. São Paulo, Editora Senac, 2006. p. 16.

Essa realidade tem tocado muito de perto inúmeros países, principalmente aqueles em desenvolvimento (pobres), haja vista apresentarem-se vulneráveis por razões econômicas, políticas, jurídicas e sociais. Essa vulnerabilidade dos Estados diante do poderio econômico, financeiro, técnico e informacional das Corporações Transnacionais permite a migração de partes do setor produtivo de tais empresas para esses países, em busca, como dito, de menores tributações, menores salários, etc, e, consequentemente, acabam abrindo campo para as violações aos Direitos Humanos.

É sabido que isso ocorre muito com corporações do setor vestuário, que concentra a maior parte da fabricação de seus produtos em países asiáticos – como Bangladesh, por exemplo – onde os trabalhadores recebem salários bem menores do que aqueles que seriam pagos aos trabalhadores que exercessem as mesmas funções em fábricas instaladas em países desenvolvidos (ricos) – como nos Estados Unidos, por exemplo. As Corporações Transnacionais geralmente concentram a sua matriz nesses países desenvolvidos, onde trabalham apenas os funcionários da alta administração, os quais recebem altos salários.

Utilizando-se do exemplo de Bangladesh, onde grande parte da população morre de fome, essas pessoas só têm a oferecer mão-de-obra barata; assim, as Corporações Transnacionais se aproveitam dessa vulnerabilidade explorando a mão-de-obra, colocando os operários para trabalhar em condições precárias e com salários baixíssimos, além de uma jornada de trabalho exorbitante. Sim, essas Corporações Transnacionais chegam gerando postos de trabalho, no entanto sem nenhuma preocupação com a dignidade do trabalhador, tampouco com a sua condição como ser humano.

Além disso, vendem sua marca fazendo campanhas no sentido de ajudar, o que geralmente é uma falácia. Por exemplo, informam que o lucro de parte da venda de determinado produto será destinado para abrigos infantis, quando na realidade estão explorando a própria mão-de-obra infantil em sua produção. O diagnóstico relativo à personalidade das Corporações Transnacionais, nesses casos, é de total descaso pelos sentimentos alheios, incapacidade de manter relações duradouras (caracterizando-se, assim, como relações líquidas), descaso pela segurança alheia, mentiras e trapaças para obter lucro, incapacidade de sentir culpa, bem como a

incapacidade de seguir as normas de conduta dentro da lei. Há uma sedução, uma manipulação, realizada de forma extremamente criativa pelas Corporações Transnacionais, criando ilusões quanto ao mundo corporativo, mas cujo objetivo é a distração diante dos reais problemas humanos que decorrem do seu modo de atuação.[736]

Tudo isso não é um acaso, é uma prática (pensada) e isso se evidencia diante desse modo de atuar das Corporações Transnacionais, que tem gerado muitos efeitos negativos e, dentre eles, a prática de violações aos Direitos Humanos, em que o desrespeito, a apatia e o desprezo à Dignidade da Pessoa Humana acaba sendo bastante contundente.

Diante dessa prática, aqui vale lembrar o relato de Cucinelli relacionado às humilhações sofridas por seu pai quando passou a trabalhar no "chão de fábrica", o que o levou a pensar de um modo diferente e criar sua empresa com valores humanos, éticos e em respeito à Dignidade da Pessoa Humana. Recordando que os funcionários que trabalham no setor de produção da empresa de Cucinelli, apesar de salários baixos, conforme ele mesmo diz, ainda recebem 20% a mais do que o piso salarial da categoria e, além disso, têm a possibilidade de trabalhar em um ambiente acolhedor e sustentável. O Capitalismo Humanista de Cucinelli traz esperanças e é voltado para a Sustentabilidade Humanista, como ele gosta de destacar.

Frente a isso, então, surge a problemática envolvendo a dimensão humanista da Sustentabilidade relacionada às Corporações Transnacionais. Conforme já mencionado, a Sustentabilidade está muito em voga, sendo inclusive estratégia de marketing para muitas dessas Corporações Transnacionais, que se utilizam do termo apenas para "agregar valor" aos negócios e serem "bem vistas" pela sociedade.

Por outro lado, o *modus operandi* dessas Corporações Transnacionais é o retrato da Sociedade Líquida, na qual a descartabilidade das pessoas, a individualização, a violação aos Direitos Humanos refletida na Dignidade da Pessoa

---

[736] BAKAN, Joel. **The Corporation**: the pathological pursuit of profit and power.

Humana, é recorrente e um problema muito sério. Na maioria das Corporações Transnacionais, as pessoas são tratadas como objetos, principalmente aquelas que trabalham nos setores de produção.

Portanto, tendo em vista tratar-se de uma forma de atuar bastante agressiva, a qual gera muitas consequências para a humanidade, verifica-se a necessidade de se interpôr limites à atuação dessas Corporações Transnacionais.

Nesse contexto, Piovesan[737] destaca que

> [...] no momento em que os seres humanos se tornam supérfluos e descartáveis, no momento em que vige a lógica da destruição, em que é cruelmente abolido o valor da pessoa humana, torna-se necessária a reconstrução dos direitos humanos, como paradigma ético capaz de restaurar a lógica do razoável.

Além da reconstrução dos Direitos Humanos, como salientado por Piovesan, é imprescindível a intervenção nesse modo de atuar das Corporações Transnacionais, já que o Poder destas, segundo Padilha dos Santos[738], é executado "sem qualquer debate público, sem quaisquer considerações humanistas, pois há aqui um poder de negociação que ultrapassa o sistema político, testemunhando-se a autogestão da atividade econômica em busca de maximização de lucros e de mercados". Diante disso, urge analisar as Corporações Transnacionais, no contexto da Sociedade Líquida global, a partir da Sustentabilidade Humanista.

Dowbor ressalta que "A economia se globalizou, com corporações transnacionais e gigantes financeiros operando em escala mundial, enquanto os governos continuam sendo em grande parte nacionais e impotentes frente aos fluxos econômicos dominantes"[739]. A Globalização trouxe oportunidades às empresas, especialmente às Corporações Transnacionais, para se moverem ao redor do mundo e, ressalta-se novamente, encontrarem lugares para investir, para expandir suas atividades em direção aos mais diversos locais em busca de atrativos mercados

---

[737] PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional:** um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. p. 9.

[738] PADILHA DOS SANTOS, Rafael. **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como regulador da economia no espaço transnacional:** uma proposta de economia humanista. p. 456.

[739] DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? p. 10.

consumidores, matérias-primas, mão-de-obra barata, isenções fiscais, dentre outros benefícios. A partir disso, as Corporações Transnacionais tornaram-se tão poderosas ou até mais que os Estados, provocando o enfraquecimento destes, bem como a fragmentação de sua Soberania.[740]

Nos dias de hoje, não basta associar as Corporações Transnacionais apenas a lucro e produtividade econômica. Além disso, outras pautas emergem, como o respeito à Dignidade da Pessoa Humana, à responsabilidade no que se refere aos Direitos Humanos, seja na cadeia produtiva, no entorno, no direito a um trabalho decente, no combate à discriminação, no respeito à diversidade. Isso pode sim ser possível, como bem demonstrou Brunello Cucinelli, com seu Capitalismo Humanista.

No entanto, como bem elucida Bauman:

> Hoje, os patrões tendem a não gostar dos empregados onerados de compromissos pessoais com os outros - em especial aqueles com compromisso firmes, sobretudo os de longo prazo. As severas exigências da sobrevivência profissional muitas vezes confrontam homens e mulheres com escolhas moralmente devastadoras entre as demandas de suas carreiras e o gostar dos outros. Chefes preferem empregar indivíduos desonerados, livres para errância, prontos para romper todos os laços diante de uma exigência de momento, que nunca pensam duas vezes quando devem se sacrificar “exigências éticas” em nome de “exigências de trabalho”.[741]

Isso ocorre muito no âmbito das Corporações Transnacionais, já que para essas empresas a única coisa que importa é o lucro, a produtividade e os resultados. As pessoas são objetos a serviço das exigências de trabalho. O que Bauman descreve pode ser visto como um tipo de discriminação, exclusão, o que torna esse tipo de comportamento das empresas insustentável. A Sustentabilidade, principalmente em sua dimensão social, busca exatamente o oposto desse padrão de comportamento, busca a inclusão. A Sustentabilidade Humanista, por sua vez, busca o respeito e a garantia à Dignidade da Pessoa Humana e, principalmente, a mudança desse “padrão

---

[740] Segundo Dowbor: “Temos uma finança global estruturada frente a um poder político fragmentado em 200 nações. E o poder dentro das próprias nações, nas suas diversas dimensões, é em grande parte fraturado por dissensões e facilmente capturado. Tornamo-nos sistemicamente disfuncionais”. DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? p. 132.

[741] BAUMAN, Zygmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?** p. 64.

de comportamento" das empresas, a fim de que haja uma transformação que se perpetue no futuro, para que isso mude e não mais ocorra.

Um dos motivos da empresa de Brunello Cucinelli ser considerada, neste trabalho, como a materialização da Sustentabilidade Humanista é que nela ocorre exatamente o oposto do que relatou Bauman na citação acima. Para Cucinelli, os laços, principalmente os familiares, são fundamentais e ele entende que seus funcionários têm que conviver com a família, por isso, a jornada de trabalho é reduzida, o envio de e-mails/mensagens relacionados a trabalho é proibido nos finais de semana e fora do horário de expediente. Logo, para Cucinelli a Sustentabilidade não é apenas buscar soluções e transformações para as questões ambientais, econômicas ou sociais, como fazem muitas empresas. Ele traz uma proposta diferenciada, no sentido de se buscar também a Sustentabilidade Humanista, aquela inerente à Dignidade da Pessoa Humana.

Segundo Elkington, "The concept of sustainability is entering the business language at different speeds in different parts of the world, with current and emerging values acting as brakes, gearboxes or accelerators"[742]. Sim, é verdade, não há uma empresa ou Corporação Transnacional que não se utilize do termo Sustentabilidade. É a famosa Sustentabilidade corporativa. No entanto, não se sabe se realmente está se buscando a Sustentabilidade ou se é, como já mencionado anteriormente, uma estratégia de marketing.

A Sustentabilidade corporativa tem como enfoque a adoção de práticas ambientais, sociais e econômico-financeiras, pelas empresas. É o famoso *Triple Bottom Line*, isto é, a linha dos três pilares da Sustentabilidade, tratada brevemente no capítulo anterior. De acordo com Zylbersztajn e Lins[743]:

> O conceito de sustentabilidade corporativa induz a um novo modelo de gestão de negócios que leva em conta, no processo de tomada de decisão, além da dimensão econômico-financeira, as dimensões

[742] "O conceito de sustentabilidade está entrando na linguagem dos negócios em velocidades diferentes em diferentes partes do mundo, com valores atuais e emergentes atuando como freios, caixas de câmbio ou aceleradores" (tradução livre). ELKINGTON, John. **Cannibals with forks**: the triple bottom line of 21st century business. p. 7.

[743] ZYLBERSZTAJN, David; LINS, Clarissa. Introdução: Evidências de novos tempos. In: ZYLBERSZTAJN, David; LINS, Clarissa. (Org.) **Sustentabilidade e geração de valor**. p. xv.

> ambiental e social. Tal conceito parte da constatação de que as atividades produtivas ou prestadoras de serviços geram externalidades, positivas e negativas. São exemplos de externalidades positivas o desenvolvimento econômico-social de determinada região a partir da instalação de uma indústria no local, ou, ainda, a melhoria da qualidade de vida de comunidades quando contempladas com oportunidades de emprego. Ao contrário, são exemplos de externalidades negativas a poluição do ar, a emissão de gases de efeito estufa, o aumento de ruído ou, ainda, o crescimento desordenado de determinado local em função de uma interferência não planejada por parte de uma atividade produtiva.

A Sustentabilidade corporativa, então, se trata de uma estratégia adotada pelas empresas, com o intuito de inovarem, agregrarem valor e diferencial aos seus produtos ou serviços, bem como à sua imagem, o que as torna mais competitivas no mercado. Tal estratégia se refere à adoção de práticas voltadas à Sustentabilidade em suas dimensões ambiental, econômica e social.

Mas será que essa Sustentabilidade corporativa é verdadeira? Ou está apenas no discurso ou ações de marketing das empresas/CorporaçõesTransnacionais? Sobre isso, Zylbersztajn e Lins[744], ressaltam:

> Sob a atual pressão mercadológica e da sociedade, a empresa que não incorporar o conceito de sustentabilidade, verdadeiramente, em sua gestão de negócios e não apenas no discurso ou nas ações de marketing, provavelmente terá dificuldades em sobreviver às próximas décadas. Uma montadora de automóveis não pode, por exemplo, usar recursos de comunicação para se vangloriar de “ser ambientalmente correta” apenas por adotar tapetes feitos a partir da reciclagem de garrafas pet, ignorando os impactos causados ao meio ambiente ao longo do ciclo de vida desse meio de transporte. Como é do conhecimento comum, a indústria de transporte é uma das mais poluidoras do mundo. Um carro é fabricado a partir de mais de uma tonelada de aço, além de utilizar borracha, vidro e plástico, e ainda é predominantemente movido a combustível fóssil. Assim, associar a gestão sustentável à utilização de tapetes reciclados não pode ser considerado um exemplo de sustentabilidade, pois corresponde apenas a uma ação de marketing.

Esse tipo de prática é muito comum. O exemplo acima citado é apenas um diante de muitos que ocorrem, mas que surtem efeito positivo nos resultados das Corporações Transnacionais, infelizmente. A realidade é que, nesses casos, não há

---

[744] ZYLBERSZTAJN, David; LINS, Clarissa. Introdução: Evidências de novos tempos. In: ZYLBERSZTAJN, David; LINS, Clarissa. (Org.) **Sustentabilidade e geração de valor**. p. xviii.

Sustentabilidade, o que existe é uma publicidade enganosa, falta de ética e de responsabilidade com um tema que é tão importante na realidade em que se vive, bem como com o ser humano que acredita nessa estratégia.

Não cabe neste trabalho analisar casos relacionados a isso, mas diante do que se vê, pode-se afirmar que o tema relacionado à Sustentabilidade corporativa ainda é uma incógnita. Por outro lado, existe a empresa de Brunello Cucinelli que se mostra diferente, já que ele acompanha todo o processo de produção, desde a compra de matéria-prima, observando se não existe trabalho escravo ou qualquer outro tipo de violação à Dignidade da Pessoa Humana. Além disso, produz produtos duráveis e não descartáveis, dessa forma respeitando o meio ambiente, já que gera o mínimo possível de resíduos e, ainda, o uso sustentável da água é preocupação central no processo de trabalho da empresa, dentre outras ações que ele realiza em busca da Sustentabilidade, ou como ele diz, em harmonia com a criação[745]. Assim, Cucinelli vai além da Sustentabilidade corporativa, ele enfoca todas as dimensões da Sustentabilidade e, principalmente, a humanista.

Nesse sentido, pensar na Sustentabilidade diante do capitalismo desenfreado e perverso seguido e promovido pelas Corporações Transnacionais demanda muito mais do que a preocupação com os aspectos ambiental, econômico e social: requer a atenção a valores ligados ao humanismo, à proteção da Dignidade da Pessoa Humana e, enfim, um capitalismo voltado às questões humanistas.

Dessa forma, partindo-se do pressuposto de que a Sustentabilidade é dinâmica e de que esse dinamismo requer diferentes configurações, as quais traduzem-se em dimensões, a Sustentabilidade Humanista apresenta-se como a dimensão da Sustentabilidade que é inerente à Dignidade da Pessoa Humana, sendo este o seu fundamento. Visa garantir o respeito à essa dignidade, que será refletida em condições dignas de existência. A Sustentabilidade Humanista é um preceito norteador que busca orientar a construção de uma sociedade mais humana, demonstrando, com isso, a valorização da condição de ser humano.

---

[745] CUCINELLI, Brunello. **Armonia con il Creato e Umana Sostenibilità.**

A Sustentabilidade Humanista tem como objetivo orientar a todos, quer seja Estado, sociedade ou empresas, em um contexto global, na busca por mudanças que evidenciem as potencialidades da civilização humana em suas várias expressões, por meio do respeito à sua dignidade. Além disso, a Sustentabilidade Humanista mostra-se como um preceito orientativo para a reconstrução da Dignidade da Pessoa Humana, como uma oportunidade para que as pessoas possam viver em condições dignas. Por meio dela, pode-se possibilitar a efetividade dos Direitos Humanos, mitigando as violações que os acometem.

Cabe frisar, novamente, que cada dimensão da Sustentabilidade apresenta características individuais, mas devem ser tratadas em conjunto, haja vista serem interdependentes e, consequentemente, nao se auto-excluírem, devendo estar todas em equilíbrio. Dessa forma, fazendo uma relação com as dimensões tradicionais da Sustentabilidade – ambiental, econômica e social – a dimensão humanista mostra-se indispensável para a concretização de todas as outras e vice-versa.

A Sustentabilidade Humanista relaciona-se intimamente com a Sustentabilidade Ambiental, já que a preocupação com a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações vai ao encontro da qualidade de vida de cada ser humano, refletindo, assim, na sua dignidade, em condições dignas de vida.

No contexto da Sustentabilidade Econômica, a relação com a Sustentabilidade Humanista evidencia-se diante dos objetivos relacionados à uma distribuição mais justa e homogênea de riquezas, à erradicação da miséria e a redução das desigualdades. Tratam-se de ações que irão possibilitar condições de vida com mais dignidade às pessoas.

Uma relação ainda mais próxima pode ser verificada entre a Sustentabilidade Humanista e a Sustentabilidade Social, o que por vezes pode levantar dúvidas quanto à sua diferenciação. A dimensão social busca melhores condições de vida dentro da sociedade, visando mais homogeneidade social e o combate à exclusão social, bem como a melhoria dos aspectos relacionados à saúde, educação, alimentação, moradia, trabalho, transporte, lazer, segurança, previdência social, dentre outros. Dessa forma, a relação entre a dimensão social e a dimensão

humanista pode ser confundida, mas entende-se que a última vai além do aspecto social, estando focada na dignidade de cada ser humano, em sua individualidade.

Toda essa explanação em torno da Sustentabilidade Humanista é verificada, no âmbito empresarial, com a filosofia do Capitalismo Humanista de Brunello Cucinelli, conforme tentou-se demonstrar anteriormente. Dessa forma, pensando nas Corporações Transnacionais, é valiosa a afirmação de Padilha dos Santos quando diz:

> É preciso enfrentar o desafio de se pensar em um sistema produtivo fundado a partir do humanismo, compromissado com direitos e deveres humanos, aplicando na prática o direito inato da dignidade da pessoa humana, para que se verifique um capitalismo humanista. Este é um ideal que pode ser aplicado mesmo em uma economia que ultrapassa as fronteiras nacionais e entra no cenário globalizado e transnacional.[746]

Da mesma forma, Junyent[747] ressalta a urgência por uma economia mais humana. Segundo ele, "La economia es algo que hacemos entre todos y, por conseguiente, la podemos cambiar, también, entre todos"[748]. O autor alega que para que o mundo mude, a economia deve mudar e as pessoas devem rever as formas de consumo, de produção, bem como suas relações. Nesse contexto, menciona: "Urge cambiar las reglas y construir una nueva economia basada en la cooperación"[749].

No sentido de uma economia humanista, também, Maréchal[750] afirma que "[...] é já tempo de a Economia restabelecer o diálogo com a Ética. Aqueles que afirmarem que uma atitude como esta não é 'económica' não fazem mais do que demonstrar um profundo desconhecimento das duas origens [...]". Dessa forma, a economia deve ser pensada juntamente com a ética, levando em conta a realidade da sociedade e da vida humana. "A economia neoliberal não pode ser tolerada enquanto

---

[746] PADILHA DOS SANTOS, Rafael. **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como regulador da economia no espaço transnacional:** uma proposta de economia humanista. p. 463-464.

[747] JUNYENT, Montse. **Esto no va a cambiar solo**: alegato de urgencia por una economia más humana. Barcelona: Editorial Comanegra, 2018.

[748] "A economia é algo que fazemos juntos e, portanto, podemos mudá-la, também, entre todos" (tradução livre). JUNYENT, Montse. **Esto no va a cambiar solo**: alegato de urgencia por una economia más humana. p. 24.

[749] "É urgente mudar as regras e construir uma nova economia baseada na cooperação" (tradução livre). JUNYENT, Montse. **Esto no va a cambiar solo**: alegato de urgencia por una economia más humana. p. 35.

[750] MARÉCHAL, Jean-Paul. **Humanizar a economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001. p. 128.

negação multidimensional dos direitos humanos e, especialmente, dos deveres humanos, gerando assim desigualdade, exclusão social e descompromisso com a sustentabilidade"[751].

Assim, Junyent[752] entende que as pessoas devem estar abertas a um novo paradigma na economia, construído a partir de um novo modelo de comportamento, ou seja, um modelo verdadeiramente humano, levando em conta os sentimentos, o altruísmo, a compaixão, a solidariedade e a cooperação. Da mesma forma, Maréchal[753] destaca que "É possível um outro mundo, mais humano, mais justo. Cabe a cada um participar na sua edificação". Toda essa mudança está ligada ao respeito à Dignidade da Pessoa Humana e é o que permeia, como já visto, os negócios de Brunello Cucinelli. Logo, a empresa de Cucinelli já está enquadrada neste novo modelo de economia, com o seu intitulado Capitalismo Humanista, demonstrando que a mudança é sim possível e sendo um referencial de empresa humanizada[754].

No âmbito das Corporações Transnacionais esse é um enorme desafio, conforme destaca Hernández Zubizarreta:

> La elaboración de propuestas orientadas al encuadramiento jurídico de las empresas transnacionales es uno de los mayores desafios de los sistemas jurídicos contemporáneos. La necesidad parte de dos hechos perfectamente constatados: la violación de los derechos humanos por parte de las mismas a lo largo del planeta y la dificultad de responsabilizarlas juridicamente, dificultad que está dando lugar a

---

751 PADILHA DOS SANTOS, Rafael; PILAU SOBRINHO, Liton Lanes. Capitalismo e humanismo: um novo cenário para a organização econômica. In: BRAVO, Alvaro Sanchez; GORCZEVSKI, Clóvis. PILAU SOBRINHO, Liton Lanes. **Direitos humanos & filosofia do direito**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2015. p. 384-385.

752 JUNYENT, Montse. **Esto no va a cambiar solo**: alegato de urgencia por una economia más humana. p. 42.

753 MARÉCHAL, Jean-Paul. **Humanizar a economia**. p. 224.

754 "Uma empresa humanizada é administrada de tal forma que seus *stakeholders* – clientes, colaboradores, fornecedores, parceiros comerciais, sociedade e muitos investidores – desenvolvem uma conexão emocional com ela, uma relação afetuosa não muito diferente dos torcedores com seus times favoritos. Empresas Humanizadas - ou *firms of endearment* – procuram maximizar seu valor para a sociedade como um todo, não apenas aos seus acionistas. Elas são as supremas criadoras de valores: criam valor emocional, espiritual, social, cultural, intelectual, ecológico, e, claro, financeiro. As pessoas que interagem com essas empresas sentem-se seguras, protegidas e plenas em suas transações. Elas apreciam trabalhar com ou para estas empresas, comprar delas, investir nelas, e tê-mas como vizinhas". SISODIA, Raj; WOLFE, David B.; SHETH, Jag. **Empresas humanizadas:** pessoas, propósito, performance. p. 04.

> la sustitución de la función normativa del Estado por regulaciones privadas.[755]

Dessa forma, o Poder político “nas sombras” está gerando a falência no sistema de democracia representativa, bem como um descontrole da atuação das Corporações Transnacionais no âmbito dos Estados. Incumbe às Administrações Públicas a responsabilidade pela aplicação e controle do cumprimento das normas nacionais e internacionais que, no contexto que aqui se analisa, e especialmente nos países pobres, não avança. Ressalta-se que a natureza jurídica das Corporações Transnacionais é a das pessoas jurídicas de direito privado com múltiplas localizações territoriais, mas com um único centro de decisão.[756]

A atividade das Corporações Transnacionais deve estar de acordo com a lei, mas a impunidade existente só pode ser explicada levando em conta a fragilidade dos Estados, principalmente aqueles em desenvolvimento, os empobrecidos, onde tais empresas vão instalar-se. Esses Estados muitas vezes são “fraturados”, seja pela chantagem de instituições internacionais ou pelo humor ultraliberal de seus governantes. Sendo assim, é diante da fragilidade dos ordenamentos jurídicos interno e internacional desses Estados que surgem as impunidades cometidas pelas Corporações Transnacionais[757], as quais violam os Direitos Humanos e ferem a Dignidade da Pessoa Humana.

Diante desse dilema, então, mostra-se necessário o fortalecimento dos Estados, o que por si só já seria suficiente, para interpôr limites à atuação das Corporações Transnacionais. No entanto, não tem se mostrado possível - ainda - em decorrência da corrupção política, da fragilidade das democracias, da vulnerabilidade

---

755 “A elaboração de propostas orientadas para o enquadramento jurídico das empresas transnacionais é um dos maiores desafios dos sistemas jurídicos contemporâneos. A necessidade decorre de dois fatos perfeitamente comprovados: a violação dos direitos humanos por eles em todo o planeta e a dificuldade de responsabilizá-los juridicamente, dificuldade que está levando à substituição da função normativa do Estado por regulamentos privados” (tradução livre). HERNÁNDEZ ZUBIZARRETA, Juan. **Las empresas transnacionales frente a los derechos humanos**: historia de una asimetría normativa. De la responsabilidad social corporativa a las redes contrahegemónicas transnacionales. p. 254.

756 HERNÁNDEZ ZUBIZARRETA, Juan. **Las empresas transnacionales frente a los derechos humanos**: historia de una asimetría normativa. De la responsabilidad social corporativa a las redes contrahegemónicas transnacionales. p. 255.

757 HERNÁNDEZ ZUBIZARRETA, Juan. **Las empresas transnacionales frente a los derechos humanos**: historia de una asimetría normativa. De la responsabilidad social corporativa a las redes contrahegemónicas transnacionales. p. 255.

econômica, principalmente nos países onde ocorre esse processo exploratório humano mais agressivo.

Em relação à corrupção política, Pérez Luño ressalta que:

> Hoy si nos asomamos a las primeras páginas de los periódicos, de la prensa, a las primeras noticias de los telediarios y de las televisiones, a las tertulias que se celebran en la radio y en la televisión, vemos que, por desgracia, la corrupcion está presente cotidianamente, constantemente, a cada dia. Y esto, como digo, es un gran lastre para el desarrollo del Estado de Derecho.[758]

No quesito relacionado à vulnerabilidade econômica, os Estados que recebem as Corporações Transnacionais, ou seja, recebem seus investimentos, não podem ou não querem desenvolver/fortalecer suas normas jurisdicionais, haja vista serem países pobres e incapazes de controlar tais empresas, pois seus governos participam da lógica neoliberal e, assim, da privatizações, desregulamentações e reformas do Estado.[759]

Diante deste cenário nebuloso e preocupante, mostra-se necessária uma atuação conjunta a favor de uma consolidação da democracia, notadamente nos países mais afetados, seja fortalecendo os Estados nacionais, seja por meio da união de Estados, que tenha condições de regulamentar, interpôr limites à atuação das CorporaçõesTransnacionais, bem como fiscalizar e punir efetivamente aquelas que não estão de acordo com as regras impostas de respeito aos Direitos Humanos. Deve haver um sistema diferente de governança. De acordo com Dowbor[760]:

> O mundo está claramente maduro para uma governança planetária, para que volte a haver um mínimo de coerência entre os espaços da economia e os espaços da política. Os fragmentos de governança global que surgiram com a Organização das Nações Unidas (ONU), o

---

[758] "Hoje, se olharmos as primeiras páginas dos jornais, da imprensa, das primeiras notícias do noticiário e da televisão, dos encontros sociais que acontecem no rádio e na televisão, vemos que, infelizmente, a corrupção está presente diariamente, constantemente, todos os dias. E isso, como eu disse, é um grande obstáculo ao desenvolvimento do Estado de Direito" (tradução livre). PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. "Corrupción política". In: BRAVO, Alvaro Sanchez; GORCZEVSKI, Clóvis. PILAU SOBRINHO, Liton Lanes. **Direitos humanos & filosofia do direito**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2015. p. 10.

[759] HERNÁNDEZ ZUBIZARRETA, Juan. **Las empresas transnacionales frente a los derechos humanos**: historia de una asimetría normativa. De la responsabilidad social corporativa a las redes contrahegemónicas transnacionales. p. 307.

[760] DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? p. 10.

> Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e semelhantes, ou ainda as reuniões ad hoc como as de um G8, G20 ou BRICS, claramente apontam para uma necessidade de repensar a articulação dos espaços e a geração de um sistema de governança.

Assim, diante do exposto, a Sustentabilidade Humanista, na condição de dimensão da Sustentabilidade, poderia ser utilizada como um preceito norteador apto a limitar o *modus operandi* das Corporações Transnacionais, seja pelos Estados - ao proverem políticas públicas com o intuito de orientar as empresas e as mais variadas esferas da sociedade, inclusive os próprios consumidores -, ou por outras formas de manutenção e criação de espaços públicos - inclusive transnacionais -, por meio de atos de governança, englobando a sociedade e outras empresas.

Além disso, a conscientização das empresas rumo a um capitalismo mais humano, orientada pela Sustentabilidade Humanista, é um fator determinante para essa mudança de padrão das Corporações Transnacionais, vislumbrando-se como exemplo a filosofia do Capitalismo Humanista de Brunello Cucinelli, o qual demonstrou ser possível aliar o sistema capitalista com o respeito à Dignidade da Pessoa Humana.

CONCLUSÕES

O objetivo geral desta pesquisa consistiu na busca por elementos teóricos com o intuito de verificar se a Sustentabilidade Humanista, na condição de dimensão da Sustentabilidade, pode ser considerada um preceito norteador apto a limitar o *modus operandi* das Corporações Transnacionais na Sociedade Líquida global.

Na Introdução desta pesquisa, formularam-se duas hipóteses para o problema de pesquisa, as quais se confirmariam, ou não, por meio dos fundamentos teóricos apresentados nos capítulos que compõem esta Tese.

Finalizada a pesquisa, as hipóteses então formuladas restaram confirmadas. A fim de confirmar tal verificação, apresenta-se os destaques dos principais pontos de investigação que foram discutidos no decorrer da Tese, os quais permitiram a sustentação da presente proposta teórica.

A primeira hipótese afirmou que a ideia justificadora da Sustentabilidade Humanista a caracteriza como uma dimensão da Sustentabilidade.

Visando confirmar tal hipótese, o Capítulo 3 analisou o paradigma da Sustentabilidade no século XXI, partindo-se da sua evolução histórico-conceitual, perpassando por suas tradicionais dimensões e trazendo reflexões sobre outras dimensões do fenômeno. A importância do estudo da Sustentabilidade é justificada tendo em vista a necessidade vital da preservação da vida no planeta, diante das consequências trazidas pelo fenômeno globalizatório, que gerou significativas mudanças nas mais variadas esferas do globo.

Verificou-se que a Sustentabilidade, apesar de originariamente possuir um significado ligado à ecologia/biologia, deixou de ser uma questão puramente ecológica e passou a abarcar outras dimensões, inicialmente formada pelo tripé ambiental, econômico e social, o que se deu a partir das grandes Conferências realizadas pela ONU, relacionadas ao tema, sendo a primeira delas no ano de 1972. Depois desta, houveram muitas outras, focando sempre no chamado “Desenvolvimento Sustentável”, entendido por Boff como um ideal de desenvolvimento a ser atingido dentro dos critérios da Sustentabilidade. Neste ideal, as dimensões ambiental,

econômica e social devem estar em equilíbrio, restando claro que a Sustentabilidade passou a abarcar aspectos que ultrapassam as questões ambientais.

Dessa forma, concluiu-se que a Sustentabilidade se refere ao conjunto de processos e ações que visam o atendimento das necessidades das gerações atuais e das gerações futuras, com o objetivo da continuidade, da expansão e da realização das potencialidades da civilização humana, em suas mais variadas expressões.

Após uma exposição quanto às peculiaridades das dimensões ambiental, econômica e social, refletiu-se sobre outras dimensões trazidas pela doutrina, especialmente por Sachs, que elenca oito dimensões da Sustentabilidade, as quais abarcam - além do tripé - as dimensões ecológica, cultural, territorial, política nacional e política internacional. Ainda, refletiu-se sobre a dimensão tecnológica da Sustentabilidade, fundamentada nas ideias de Cruz e Ferrer diante dos Riscos relacionados à tecnologia (e não só a ela) que podem levar a um colapso civilizatório - o que justifica as dimensões da Sustentabilidade - e, tendo em vista, as constantes transformações advindas da evolução tecnológica. Tais reflexões demonstraram o dinamismo da Sustentabilidade, levando em consideração as necessidades e aspirações humanas e de todos os seres vivos. Logo, verificou-se que as dimensões da Sustentabilidade têm o objetivo de trazer alternativas para essas necessidades e aspirações, em busca de transformações que possam de fato atendê-las.

Diante disso, sem o intuito de esgotar o tema, concluiu-se relevante a exposição e a reflexão em relação a outras dimensões, que na atualidade passaram a ser objeto de estudos e debates na área da Sustentabilidade, a fim de justificar que esta pode/deve ser pensada e buscada além do tradicional tripé ambiental, econômico e social, o que demonstra ser extremamente oportuna e adequada a ideia de se pensar na Sustentabilidade a partir de uma outra dimensão, a dimensão humanista.

Com o fim de rematar a confirmação da primeira hipótese, o Capítulo 4, inicialmente, se dedicou a discorrer sobre a Sustentabilidade Humanista, como uma nova dimensão da Sustentabilidade, a qual é fundamentada na Dignidade da Pessoa Humana. Nesse contexto, explanou-se brevemente acerca dos Direitos Humanos, tendo como marco temporal a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948,

adotando-se neste trabalho a concepção universalista dos Direitos Humanos, ou seja, aquela relacionada à Dignidade da Pessoa Humana como valor intrínseco à condição humana, em que os Direitos Humanos correspondem universalmente a todos os seres humanos – sociedade global, independentemente das características, culturas ou situações em que se encontrem. A base teórica para o desenvolvimento deste assunto englobou autores como: Pérez Luño, Ferrajoli, Péces-Barba, Kant, Carbonell, Sousa Santos, Piovesan, Sarlet, Comparato, Kaufmann, Clavero, Almeida, dentre outros.

Sob o pressuposto de que a Dignidade da Pessoa Humana é valor, fundamento, qualidade essencial de cada ser humano, devendo ser assegurada, preservada e sustentada, a fim de que as pessoas possam viver, no presente e no futuro, com a certeza de que seus direitos e sua dignidade serão garantidos universalmente, garantindo também o futuro da humanidade, entendeu-se que a violação à Dignidade da Pessoa Humana apresenta Riscos, os quais podem levar a um colapso humanitário/civilizatório, justificando, assim, a ideia da Sustentabilidade Humanista - fundamentada na Dignidade da Pessoa Humana – como uma nova dimensão da Sustentabilidade.

Dessa forma, confirma-se a primeira hipótese, ressaltando que a Sustentabilidade Humanista pode ser uma alternativa para o alcance de um verdadeiro progresso civilizatório, fundamentado na Dignidade da Pessoa Humana, desde que tal dimensão esteja em equilíbrio com as outras dimensões, haja vista serem interdependentes e, consequentemente não se auto excluírem, mostrando-se indispensáveis para a sua concretização recíproca.

A segunda hipótese de pesquisa afirmou que a Sustentabilidade Humanista poderia ser utilizada como um preceito norteador apto a limitar o *modus operandi* das Corporações Transnacionais na Sociedade Líquida global.

O caminho para a confirmação desta hipótese foi mais longo, trilhado desde o Capítulo 1, a partir do estudo do fenômeno da Globalização, onde destacou-se, já de início que se trata de um fenômeno diversificado que está reestruturando toda a sociedade global, já que com a abertura das fronteiras para a livre circulação de bens e capitais, por meio do fenômeno da Globalização, as relações sociais se ampliaram

globalmente. Ao demonstrar o fenômeno da Globalização utilizou-se uma vasta base teórica, dentre os quais: Giddens, Defarges, Arnaud, Sousa Santos, Wallerstein, Chesnais, Ferrarese, Santos, Beck, Bauman, Ianni, dentre outros, não menos importantes.

Dentre as peculiaridades da Globalização, chama-se a atenção para aquela que possui relação com esta Tese e é destacada por Beck: a Globalização como um processo no qual os Estados nacionais têm a sua Soberania, bem como sua identidade e seu Poder interferidos pelos atores transnacionais; no caso desta Tese, pelas Corporações Transnacionais. Logo, para analisar as Corporações Transnacionais é inevitável passar pelo fenômeno da Globalização. Assim, trazer à discussão esta perspectiva da Globalização, a partir de Ferrarese, significa que a Globalização representa uma fuga da economia do controle do Estado e uma tendência de afirmação da sua autonomia e autossuficiência em relação ao processo político. Os limites territoriais não são mais suficientes para uma economia que se desvincula do território e que detém as alavancas para condicionar a sociedade no sentido global. Eis a globalização econômica, provocando várias mudanças na área da Soberania e desenhando novos percursos para as instituições jurídicas.

Dessa forma, com a Globalização emergiu uma sociedade global, que passa constantemente por transformações. Neste contexto global, marcado por um forte desenvolvimento industrial, com profundas mudanças e incertezas, surgiram também Riscos para a sociedade, o que também se analisou, principalmente, a partir dos fundamentos de Giddens e Beck e chegando à Sociedade de Risco Global. A estrutura da Sociedade de Risco Global, de Beck, une áreas bastante distintas: o problema da natureza, a democratização da democracia e o futuro papel do Estado.

A partir das características da Sociedade de Risco Global e de alguns problemas advindos da Globalização, foram feitas algumas considerações relacionadas à uma possível Desglobalização, que seria um processo contrário ao da Globalização, sobre o qual alguns pensadores têm refletido, como alternativa para a transformação do caos global. Nesse contexto, demonstrou-se um debate doutrinário com opiniões divergentes acerca da existência da Desglobalização – a qual é defendida por Montebourg e Sapir -, bem como de ondas desglobalizatórias, estas

advindas das guerras e das Crises Econômicas, ou se na verdade seria uma estagnação da Globalização ou ainda, novas manifestações da Globalização, entendida deste modo por Sousa Santos. Ao final, a posição defendida - diante da ambiguidade ora apresentada - foi a de que se trata de uma estagnação da Globalização, a qual se apresenta sob uma nova roupagem, haja vista a percepção de que a Globalização é irreversível.

Para finalizar o Capítulo 1, cujo cerne foi o fenômeno da Globalização, explanou-se acerca da atual Crise Econômica mundial, dando ênfase às Crises Econômicas mundiais de 1929 e 2008, e citando, antes disso, as chamadas "policrises" elencadas por Morin como consequências da Globalização, demonstrando que a Globalização fez surgir crises múltiplas e variadas, em escala planetária. Concluiu-se, então, que o fenômeno da Globalização provocou uma transformação gigantesca no planeta e na sociedade como um todo. Fez surgir uma Sociedade de Risco Global, na qual incertezas e perigos dominam as mais diversas áreas na vida de cada pessoa, bem como no meio ambiente. Esses Riscos geram as crises, que, por sua vez, geram efeitos nefastos em todo o globo, caracterizando-se como um problema de dimensão transnacional, em que a Sociedade de Risco se apresenta como uma Sociedade Líquida, dominada pelas grandes Corporações Transnacionais e, na qual, a Soberania dos Estados encontra-se enfraquecida.

Com o objetivo, ainda, de confirmar a segunda hipótese, o Capítulo 2 apresentou as Corporações Transnacionais como atores principais do cenário global, no contexto da Sociedade Líquida. Neste capítulo, inicialmente foram feitas algumas considerações sobre o fenômeno da Transnacionalidade, adotando-se o conceito desta de acordo com Stelzer, que afirma tratar-se de uma das facetas da Globalização, a qual tem como características: permeabilidade fronteiriça; relações espacialmente não localizadas; ultracapitalismo; e, decadência político-jurídica soberana. Além de Stelzer, utilizou-se como base teórica - sobre a Transnacionalidade - autores como: Jessup, Ribeiro, Koh, Nye Jr., Piffer, Garcia, dentre outros. Após a explanação acerca da Transnacionalidade, analisou-se o Poder das Corporações Transnacionais - consideradas como um dos principais atores do cenário

transnacional - no contexto da Sociedade Líquida global, cujo tema norteou a problemática proposta nesta pesquisa.

Em relação às origens das Corporações Transnacionais, evidenciou-se que, apesar de um contexto histórico antigo, foi ao final da Segunda Guerra Mundial, com a ocorrência de um período de grande evolução do sistema capitalista, que estas passaram a atuar como principais atores dessa trajetória. Além disso, verificou-que, sob o pressuposto de que a Transnacionalidade se apresenta como um fenômeno reflexivo da Globalização, que o caráter transnacional destas corporações está ligado diretamente ao fenômeno da Globalização da economia.

No que se refere ao Poder das Corporações Transnacionais, denotou-se que se trata de um Poder que é notadamente econômico, mas que alcança também pilares sociais, políticos, culturais e ambientais. Além disso, como bem afirmou Dowbor, as Corporações Transnacionais são consideradas como o principal vetor de Poder mundial, agindo livremente no espaço planetário, ante à fragilidade dos Estados e a ausência de uma governança mundial. Verificou-se, portanto, que esse Poder exacerbado das Corporações Transnacionais, embora faça a economia girar, tem muitas consequências negativas para o planeta e para a sociedade, visto que a obsessão em obter lucros entra em conflito com questões ambientais, sociais e humanas. Isso ficou evidenciado diante do seu *modus operandi*, que pode ser sintetizado levando em conta que as Corporações Transnacionais têm como objetivo único a expansão de suas atividades em direção aos mais diversos locais em busca de um maior mercado consumidor e de maiores lucros. Elas se deslocam propositalmente aos países em desenvolvimento (os mais pobres) em busca de isenção de tributos, menores tarifas alfandegárias, menores custos com mão-de-obra e matérias primas baratas. Tais países, diante de sua vulnerabilidade econômica, acabam cedendo, o que facilita o acúmulo de riquezas para as Corporações Transnacionais, sendo este o seu lema de atuação.

Logo, o *modus operandi* das Corporações Transnacionais é a verificação da Sociedade Líquida, denominação criada por Bauman para a sociedade atual, no contexto da sua teoria da modernidade líquida, a qual também foi objeto de estudos. O objetivo de analisar a Sociedade Líquida levou em conta as características

predominantes na atual sociedade, principalmente quanto à descartabilidade das pessoas e das relações, marcada pela individualização, pelo consumismo exacerbado, pelo medo, pelas incertezas, bem como pela transformação das pessoas em mercadorias. Percebeu-se, portanto, que a liquidez da sociedade se apresenta como propulsionadora da grandeza das Corporações Transnacionais que, aliada aos Riscos produzidos até então, propiciaram domínios nos âmbitos econômicos, financeiros e comerciais, ditando suas próprias regras e regulamentações nesse importante universo global. Além disso, concluiu-se que a liquidez da sociedade se dá pela sua incapacidade de tomar forma fixa, já que se transforma diariamente, tomando as formas que o mercado global impõe. Com isso, há o enfraquecimento dos Estados, que tem sua Soberania ofuscada, dentre outros motivos, pelo Poder das Corporações Transnacionais.

Quanto aos Estados, estes foram analisados a partir do que se denominou “tempos líquidos”, tendo como base teórica, além de Bauman e Bordoni, autores como Canotilho, Miranda, Morais, Ferrajoli, dentre outros. Assim, restou claro que o Estado, nos tempos atuais, perdeu grande parte de seu genuíno Poder para forças de dimensão global ou supra estatal, cuja operação política se manifesta totalmente sem controle. Com isso, as finanças, os capitais de investimento, os mercados de trabalho e a circulação de mercadorias não são mais somente responsabilidade do Estado. Evidenciou-se, por meio dos aspectos analisados, o enfraquecimento ou esfacelamento dos Estados, bem como de sua Soberania, diante do mercado, ou do Poder de outros atores que emergiram no cenário transnacional, notadamente as Corporações Transnacionais. Dessa forma, percebeu-se que as Corporações Transnacionais são as responsáveis pelos lucros na economia mundial e, assim, os Estados necessitam de seu sustentáculo. Nesse quadro, estas corporações ditam a maneira de agir do próprio Estado, inclusive quando do desempenho das suas funções básicas. Com isso, seu Poder segue crescendo e seu modo de atuação se mostra cada vez mais agressivo, gerando inúmeras violações aos Direitos Humanos, atingindo assim a Dignidade da Pessoa Humana.

Diante deste quadro, verificou-se a necessidade de se frear esse Poder das Corporações Transnacionais, que tem se mostrado destrutivo. Para isso, pensou-se

na possibilidade da utilização da Sustentabilidade Humanista como um preceito norteador capaz de limitar esse modo de atuar agressivo e violador das Corporações Transnacionais. Assim, seguindo no caminho para confirmar a segunda hipótese de pesquisa, o Capítulo 4, além de justificar a ideia da Sustentabilidade Humanista com fundamento na Dignidade da Pessoa Humana, apresentou a filosofia do Capitalismo Humanista a partir de Brunello Cucinelli como a materialização da Sustentabilidade Humanista no âmbito empresarial e, após analisou a Sustentabilidade Humanista frente à atuação das Corporações Transnacionais.

No contexto da filosofia do Capitalismo Humanista a partir de Brunello Cucinelli, esta analisada tendo como base teórica o próprio Cucinelli e também o autor Padilha dos Santos, evidenciou-se a materialização da Sustentabilidade Humanista no âmbito empresarial, verificando-se que é possível, sim, uma empresa aliar o capitalismo com o humanismo e a Sustentabilidade, tal como foi realizado por ele. No decorrer da explanação acerca dos ideais e realizações de Brunello Cucinelli, mostrou-se a sua busca constante em percorrer seu caminho levando em consideração o respeito e a valorização à Dignidade da Pessoa Humana, o que refletiu inclusive no seu trabalho, em sua empresa. A materialização da Sustentabilidade Humanista é verificada na empresa de Brunello Cucinelli diante da preocupação e do empenho que ele tem em deixar um legado que faça a diferença no mundo, que busque a felicidade da humanidade, respeitando e valorizando a dignidade de cada pessoa, no presente, mas almejando também a perpetuação desta no futuro, para com as gerações que virão.

À título de encerramento quanto às considerações que levam à confirmação da segunda hipótese, analisou-se a Sustentabilidade Humanista frente à atuação das Corporações Transnacionais, destacando-se novamente aspectos relacionados ao Poder e domínio global destas ante ao enfraquecimento dos Estados, salientando-se com isso as recorrentes violações aos Direitos Humanos oriundas da atuação de tais empresas, as quais atingem de maneira exponencial a Dignidade da Pessoa Humana. Além disso, foram realizados alguns apontamentos relacionados à Sustentabilidade corporativa, o que se entendeu como algo que ainda levanta muitos questionamentos quanto à sua efetividade. Frente a isso, pensar na Sustentabilidade

diante do capitalismo desenfreado e perverso seguido e promovido pelas Corporações Transnacionais demanda muito mais do que a preocupação com os aspectos ambiental, econômico e social: requer a atenção a valores ligados ao humanismo, à proteção da Dignidade da Pessoa Humana e, enfim, um capitalismo voltado às questões humanistas.

Dessa forma, a Sustentabilidade Humanista apresenta-se como a dimensão da Sustentabilidade que é inerente à Dignidade da Pessoa Humana, sendo este o seu fundamento. Logo, na condição de dimensão da Sustentabilidade e levando em conta o seu objetivo que é o de orientar quanto à importância de se buscar alternativas para a construção de uma sociedade mais humana, diante da necessidade de se garantir uma vida mais digna para cada pessoa em sua individualidade, a Sustentabilidade Humanista mostra-se como um preceito orientativo para a reconstrução da Dignidade da Pessoa Humana, como uma oportunidade para que as pessoas possam viver em condições dignas.

Dessa forma, confirma-se a segunda hipótese da pesquisa, afirmando que a Sustentabilidade Humanista poderia ser utilizada como um preceito norteador apto a limitar o *modus operandi* das Corporações Transnacionais na Sociedade Líquida global.

Por conseguinte, a Sustentabilidade Humanista na condição de dimensão da Sustentabilidade e de preceito norteador, tendo em vista seu ineditismo, apresenta-se como um tema novo e instigante para futuras pesquisas na área da Sustentabilidade.

Este estudo traz esperanças e otimismo, diante de uma realidade que é perversa e individualista. Demonstra que se pode pensar em alternativas para melhorar e transformar o atual mundo líquido, inclusive por meio da Ciência Jurídica. Pensar no outro e respeitar a sua dignidade é papel de todos e se cada um fizer a sua parte, as próximas gerações poderão viver em um mundo muito melhor, com condições muito mais dignas de vida. Fica a reflexão.

REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS

ACHBAR, Mark; BAKAN, Joel; SHANDEL, Thomas. **The Corporation.** 2003. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Zx0f_8FKMrY&t=45s. Acesso em: 11 ago. 2020.

AGÊNCIA ESTADO. Avaliada em US$ 1,88 trilhão, Apple supera o PIB do Brasil. **InfoMoney**, 2020. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/mercados/avaliada-em-us-188-trilhao-apple-supera-o-pib-do-brasil/. Acesso em: 26 nov. 2020.

ALMEIDA, Fernando Barcellos de. **Teoria geral dos direitos humanos**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1996.

ALMEIDA, Fernando. **Desenvolvimento sustentável. 2012 – 2050**: visão, rumos e contradições. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ALMEIDA, Fernando. **Os desafios da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. (Epub)

AMORIM NETO, Octavio. Desglobalização. **Revista da Cultura**, [S.l.], v. 16, n. 28, p. 12-16, abr. 2017. ISSN 1984-3690. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/dacultura/article/view/1001>. Acesso em: 11 ago. 2019.

ARMIÑO, Karlos Pérez de; EIZAGIRRE, Marlen. Diccionario de Acción Humanitaria y Cooperaión al Desarrollo. **Exclusión social**. Disponível em: http://www.dicc.hegoa.ehu.es/listar/mostrar/96. Acesso em: 05 out. 2020.

ARNAUD, André-Jean. **O direito entre modernidade e globalização:** lições de filosofia do direito e do Estado. Tradução de Patrice Charles Wuillaume. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

ARNAUT, Danilo. Da biosfera à sociedade global: contribuições das teorias de risco para a sociologia da globalização. **Cadernos CERU**, *24*(1), 137-168. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/68592. Acesso em: 17 jul. 2020.

AZAM, Geneviève et. Al. La démondialisation, um concept superficiel et simpliste. **Mediapart.** 6 de junho de 2011. Disponível em: https://blogs.mediapart.fr/edition/les-invites-de-mediapart/article/060611/la-demondialisation-un-concept-superficiel-et-s. Acesso em: 28 jul. 2020.

BAKAN, Joel. **The Corporation**: the pathological pursuit of profit and power. New York: Free Press, 2003.

BARBÉ, Esther. **Relaciones Internacionales**. Madrid: Tecnos, 1995.

BASSOTO, Lucas. Conheça a maior dívida da história da humanidade. **Cointimes**. Economia, 2018. Disponível em: https://cointimes.com.br/conheca-a-maior-divida-da-historia-da-humanidade/. Acesso em: 25 jul. 2020.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de Crise**. Tradução de Renato Aguiar. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **44 Cartas do mundo líquido moderno**. Tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro: Zahar, 2011 (epub).

BAUMAN, Zygmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Tradução de José Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**: e outros temas contemporâneos. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

BAUMAN, Zygmunt. Entrevista com Zygmunt Bauman. **Tempo Social**, [São Paulo], v. 16, n. 1, p. 301-325, jun. 2004. Entrevista concedida a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ts/v16n1/v16n1a15.pdf. Acesso em: 21 ago. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:** as consequências humanas. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Retrotopía**. Traducción de Albino Santos Mosquera. Buenos Aires: Paidós, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadorias. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BAUMANN, Gerd. **The multicultural riddle**: rethinking national, ethnic, and religious identities. New York and London: Routledge, 1999.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva:** política,

tradição e estética na ordem social moderna. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BECK, Ulrich. **La Sociedad del riesgo global**. Traducción de Jesús Alborés Rey. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 2002.

BECK, Ulrich. **Liberdade ou capitalismo.** Ulrich Beck conversa com Johannes Willms. São Paulo, UNESP, 2003.

BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BERGGRUEN, Niclolas; GERDELS, Nathan. **Gobernanza inteligente para el siglo XXI**. Traducción de Federico Corriente Basús y Miguel Izquierdo Ramon. Madrid: Prisa Ediciones, 2012.

BERMEJO, Roberto. **La gran transición hacia la sostenibilidad**. Madrid: Catarata, 2005.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. 11. Ed. Brasília: Editora UNB, 1998.

BODNAR, Zenildo. A sustentabilidade por meio do direito e da jurisdição. **Revista Jurídica Cesumar - Mestrado**, v. 11, n. 1, p. 325-343, jan./jun. 2011. Disponível em: http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/1885/1262. Acesso em: 10 out. 2020.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOSSELMANN, Klaus. **The principle of sustainability**: transforming law and governance. Burlington: Ashgate, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 21 out. 2020.

CALDUCH CERVERA, Rafael. **Relaciones Internacionales**. Madrid: Edicionies Ciencias Sociales, 1991. Disponível em: https://www.ucm.es/rrii-e-historia-global/libro-relaciones-internacionales. Acesso em: 16 ago. 2020.

CALGARO, Cleide; PILAU SOBRINHO, Liton Lanes. Sustentabilidade e os problemas socioambientais na sociedade consumocentrista - DOI: 10.12818/P.0304-2340.2020v76p155. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, [S.l.], n. 76, p. 155-182, jan. 2020. ISSN 1984-1841. Disponível em:

<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/2083>. Acesso em: 21 set. 2020.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7. Ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. O Princípio da sustentabilidade como Princípio estruturante do Direito Constitucional. **Tékhne**. 2010, Vol VIII, nº 13, 007-018. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/pdf/tek/n13/n13a02.pdf. Acesso em: 27 set. 2020.

CARAÇA, João. A separação de culturas e o declínio da modernidade. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo; CARAÇA, João. (Org.) **A crise e seus efeitos**: as culturas econômicas da mudança. Tradução de Alexandra Figueiredo, Liliana Pacheco e Túlia Marques. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CARBONELL, Miguel. **Derechos fundamentales y democracia**. México: Instituto Federal Electoral, 2013.

CARDOSO, José Alvaro de Lima. A Grande Depressão será bem pior no Brasil. **Outras Palavras**. Mercado x Democracia, 2020. Disponível em: https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/a-grande-depressao-sera-bem-pior-no-brasil/#:~:text=A%20crise%20mundial%20atual%20%C3%A9%20muito%20grave%2C%20pois%20combina%3A%201.&text=Num%20dos%20cen%C3%A1rios%20projetados%20pelo,doen%C3%A7a%2C%20antes%20da%20hora%20adequada. Acesso em: 27 jul. 2020.

CASAGRANDE JR, Eloy Fassi. **Inovação tecnológica e sustentabilidade:** integrando as partes para proteger o todo. Disponível em: http://aplicweb.feevale.br/site/files/documentos/pdf/23231.pdf. Acesso em: 06 out. 2020.

CASTELLS, Manuel; CARAÇA, João; CARDOSO, Gustavo. Las culturas de la crisis económica: una introducción. In: CASTELLS, Manuel; CARAÇA, João; CARDOSO, Gustavo (Eds.). **Después de la crisis**. Traducción Dimitri Fernández Bobrovski. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

CAUTI, Carlo. O bilionário do cashmere adora filosofia e encerra o dia às 17h30. **Exame Hoje.** 14 mar. 2017. Negócios. Disponível em: https://exame.com/negocios/o-bilionario-da-cashmere-adora-filosofia-e-encerra-o-dia-as-17h30/. Acesso em: 01 nov. 2020.

CECHIN. Andrei. **A natureza como limite da economia**: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen. São Paulo: Editora Senac São Paulo/Edusp, 2010.

CERVANTES, Aleida Hernández. **La producción jurídica de la globalización económica:** notas de una pluralidad jurídica transnacional. Aguascalientes, San Luis Potosí, México: CENEJUS-UASLP-UNAM, 2014.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CLAVERO, Bartolomé. **Derecho global**: por una historia verosímil de los derechos humanos. Madrid: Editorial Trotta, 2014.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 1999.

CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Helena; BARALDI, Claudio. **Glosario sobre la teoría social de Niklas Luhmann.** Guadalajara, México: Anthropos/ Universidad Iberoamericana/Iteso, 1996.

COTTERRELL, Roger. **Sociological jurisprudence**: juristic thought and social inquiry. London and New York: Routledge, 2018.

COUTINHO, Marcelo. Pandemia e desglobalização. **Metaxy - Revista Brasileira de Cultura e Política em Direitos Humanos**. 2020-05-12. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy/announcement/view/462. Acesso em: 29 jul. 2020.

CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. A transnacionalidade e a emergência do Estado e do direito transnacionais. In: CRUZ, Paulo Márcio; STELZER, Joana (Orgs.) **Direito e Transnacionalidade**. Curitiba: Juruá, 2010.

CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. O novo paradigma do direito na pós-modernidade. **Revista de estudos constitucionais, hermenêutica e teoria do direito (RECHTD)**, São Leopoldo, v. 3, n. 1, p. 75- 83, jan./jun. 2011. Disponível em: http://www.revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/777/1761. Acesso em: 25 set. 2020.

CRUZ, Paulo Márcio; REAL FERRER, Gabriel. Direito, sustentabilidade e a premissa tecnológica como ampliação de seus fundamentos. In: SILVEIRA, Alessandra; ABREU, Joana Covelo de; COELHO, Larissa A. (Coord.). **Sustentabilidade tecnológica**: o papel das tecnologias digitais na promoção do desenvolvimento sustentável. Braga/Portugal: Pensamento Sábio, 2020.

CRUZ, Paulo Márcio. Soberania, Estado, Globalização e Crise. **Novos Estudos Jurídicos** - Ano VII - Nº 15 - p. 7-24, dezembro/ 2002. Disponível em: https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/323. Acesso em: 28 ago. 2020.

CUCINELLI, Brunello. **Armonia con il Creato e Umana Sostenibilità.** Disponível em: https://www.brunellocucinelli.com/it/harmony-and-human-sustainability.html. Acesso em: 10 nov. 2020.

CUCINELLI, Brunello. Brunello Cucinelli: Life By Design. **Forbes**. 24 abr. 2013. Disponível em: http://www.forbes.com/sites/richardnalley/2013/03/28/brunello-cucinelli-life-by-design/. Acesso em 01 nov. 2020.

CUCINELLI, Brunello. **Il sogno di Solomeo**: la mia vita e l'idea del capitalismo umanistico. Milão: Feltrinelli, 2018.

CUCINELLI, Brunello. In: PILAU SOBRINHO, Liton Lanes; SILVA, Rogério da; PEREIRA DA SILVA, Juliana. (Org.). **Futuro**: novas tecnologias, novas formas de resolução de conflitos (Coleção Movimento Consumerista Brasileiro; v. 3). Itajaí: UNIVALI; Passo Fundo: UPF, 2018.

CUCINELLI, Brunello. **La Dignità come forma dello Spirito**. Laurea magistrale honoris causa in Filosofia ed Etica delle relazioni. UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI PERUGIA, 2010. Disponível em: http://press.brunellocucinelli.com/yep-content/media/Libretto_Lectio_Doctoralis.pdf. Acesso em: 01 nov. 2020.

CUCINELLI, Brunello. **La mia idea di capitalismo umanistico**. Disponível em: https://www.brunellocucinelli.com/it/humanistic-capitalism.html. Acesso em 01 nov. 2020.

CUCINELLI, Brunello. **La mia vita.** Disponível em: https://www.brunellocucinelli.com/it/my-life.html . Acesso em 30 out. 2020.

CUCINELLI, Brunello. **Solomeo:** borgo dello spirito. Disponível em: https://www.brunellocucinelli.com/it/hamlet-of-the-spirit.html. Acesso em: 01 nov. 2020.

DAUVERGNE, Peter. – **Will big business destroy our planet?** – Polity, New York, 2018, 139p. ISBN 13: 978-1-5095-2400-6 – Politybooks.com.

DE GIORGI, Raffaele. **Direito, tempo e memória.** Tradução de Guilherme Leite Gonçalves. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

DE GIORGI, Raffaele. O risco na sociedade contemporânea. Tradução de Cristiano Paixão, Daniela Nicola e Samantha Dobrowolski. **Sequência**, Revista n.º 28, Ano 15, junho de 1994 - p. 45-54. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15873/14362. Acesso em: 21 jul. 2020.

DEFARGES, Philippe Moreau. **A mundialização:** o fim das fronteiras? Tradução de António Monteiro Neves. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

DEMARCHI, Clóvis. A dignidade humana como fundamento para a positivação dos direitos fundamentais. In: DEMARCHI, Clóvis; OLIVEIRA NETO, José Francisco Oliveira de; ABREU, Pedro Manoel. **Direito, Estado e Sustentabilidade** [livro eletrônico]. São Paulo: Intelecto Editora, 2016.

DEMARCHI, Clóvis. Sustentabilidade tecnológica e dignidade humana: onde fica a pessoa neste contexto? In: SILVEIRA, Alessandra; ABREU, Joana Covelo de; COELHO, Larissa A. (Coord.). **Sustentabilidade tecnológica**: o papel das tecnologias digitais na promoção do desenvolvimento sustentável. Braga/Portugal: Pensamento Sábio, 2020.

DIAS, Genebaldo Freire. **Pegada ecológica e sustentabilidade humana**. São Paulo: Gaia, 2002.

DÍAZ-SALAZAR, Rafael. **Desigualdades Internacionales !justicia ya!:** hacia um programa mundial de justicia global. Icaria editorial: Barcelona, 2011.

DICIO, **Dicionário Online** de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: https://www.dicio.com.br/aporia/. Acesso em: 29 ago. 2020.

DICIONÁRIO AMBIENTAL ((O)) ECO. **O que é a economia verde.** Rio de Janeiro, mar. 2015. Disponível em: https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28986-o-que-e-a-economia-verde/. Acesso em: 30 set. 2020.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DOWBOR, Ladislau. **O que acontece com o trabalho?** 3. ed. São Paulo, Editora Senac, 2006.

DUGNANI, Patricio. Globalização e Desglobalização: Outro Dilema da Pós-Modernidade. **Revista FAMECOS**, *25*(2), ID27918. https://doi.org/10.15448/1980-3729.2018.2.27918. Acesso em: 27 jul. 2020.

DUPAS, Gilberto. Ética e corporações: tensões entre interesse público e privado. **Organicom**, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 68-77, june 2008. ISSN 2238-2593. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138968>. Acesso em: 23 jul. 2019.

ELKINGTON, John. **Cannibals with forks**: the triple bottom line of 21st century business. London: Capstone, 1997.

ELKINGTON, John. Enter the Triple Bottom Line. In: HENRIQUES, Adrian; RICHARDSON, Julie (Ed.). **The triple bottom line, does it all add up?**: assessing the sustainability of business and CSR. London: Earthscan, 2004.

FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada.** São Paulo: Malheiros, 2000.

FARIA, José Eduardo. **O Estado e o Direito depois da crise**. São Paulo: Saraiva, 2011.

FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno**: nascimento e crise do Estado nacional. Tradução de Carlo Coccioli e Márcio Lauria Filho. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FERRAJOLI, Luigi. **Constitucionalismo más allá del Estado**. Traducción de Perfecto Andrés Ibáñez. Madrid: Editorial Trotta, 2018.

FERRAJOLI, Luigi. **Los fundamentos de los derechos fundamentales**. Madrid: Editorial Trotta, 2001.

FERRARESE, Maria Rosaria. **Le istituzioni della globalizzazione**: diritto e diritti nella società transnazionale. Bologna: Mullino, 2008.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Tradução de Marise Manoel. Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

FONDAZIONE BRUNELLO CUCINELLI. CUCINELLI, Brunello. **Solomeo:** Brunello Cucinelli, un'impresa umanistica nel mondo dell'industria. Perugia: Quattroemme, 2015.

FRYDMAN, Benoit. **O fim do Estado de Direito**: governar por *standards* e indicadores. Tradução de Mara Beatriz Krug. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

GARCIA, Marcos Leite. Direitos fundamentais e transnacionalidade: um estudo preliminar. In: CRUZ, Paulo Márcio; STELZER, Joana (Orgs.) **Direito e Transnacionalidade**. Curitiba: Juruá, 2010.

GARCIA, Marcos Leite. Reflexões sobre o fenômeno dos "novos" direitos fundamentais e as demandas transnacionais. **Revista do Direito UNISC**, Santa Cruz do Sul, nº 33, p. 103-129, jan-jun 2010. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/228498819.pdf Acesso em: 29 out. 2020.

GAZIER, Bernard. **Que sais-je? La crise de 1929**. 5. Ed. Paris: Puf, 2009.

GIANSANTI, Roberto. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atual, 1998.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Il mondo che cambia**. Come la globalizzazione ridisegna la nostra vita. Bologna: Mulino, 2000.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole:** o que a globalização está fazendo de nós. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges, 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GUDYNAS, Eduardo. **Ecología, economía y etica del desarrollo sostenible**. 5. Ed. Montevideo: Coscoroba Ediciones, 2004.

GUTIÉRREZ BASTIDA, José Manuel. **SUS TENERE**: Sostenibilidad vs. mercado y tecnología. España: Bubok, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **A constelação pós-nacional**: ensaios políticos. Tradução de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HABERMAS, Jurgen. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. Tradução de George Sperber, Paulo Astor Soethe e Milton Camargo Mota. 2. ED. São Paulo: Loyola, 2004.

HAN, Byung-Chul. **Sobre el poder.** Traducción de Alberto Ciria. Barcelona: Herder, 2016.

HERNÁNDEZ ZUBIZARRETA, Juan. **Las empresas transnacionales frente a los derechos humanos**: historia de una asimetría normativa. De la responsabilidad social corporativa a las redes contrahegemónicas transnacionales. Bilbao: Hegoa, Madrid: Omal, 2009.

HESPANHA, Pedro. Mal-estar e risco social num mundo globalizado: novos problemas e novos desafios para a teoria social. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A globalização e as ciências sociais.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

HESSEL, Stéfhane; MORIN, Edgar. **El camino de la esperanza**: uma llama a la movilización cívica. Traducción de Rosa Alapont. Barcelona: Ediciones Destino, 2012.

IANNI, Octavio. **A sociedade global.** 6. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IETTO-GILLIES, Grazia. **Transnational Corporations and International Production**: Concepts, Theories and Effect. Cheltenham, UK and Northampton, MA, USA: Edward Elgar, 2005.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisa: revista de estudos e pesquisa em educação (Fundação Carlos Chagas), n. 118, mar. 2003.

JESSUP, Philip C. **Direito Transnacional**. Tradução de Carlos Ramires Pinheiro da Silva. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

JESSUP, Phillip C. **Transnational law**. New Haven: Yale University Press, 1956.

JUNYENT, Montse. **Esto no va a cambiar solo**: alegato de urgencia por una economia más humana. Barcelona: Editorial Comanegra, 2018.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

KAUFMANN, Matthias. **Em defesa dos direitos humanos**: considerações históricas e de princípio. Tradução de Rainer Patriota. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2013.

KAWAMURA, Karlo Koiti. Atores das relações internacionais e o protagonismo das empresas transnacionais: possibilidades e limites dos regimes inrernacionais como instrumentos de sua regulamentação. **Dissertação (mestrado)** - Universidade

Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/96176. Acesso em: 16 out. 2019.

KEMP, René; PEARSON, Peter. **Final report of the MEI project measuring eco innovation.** Maastricht: UM Merit, 2007. Disponível em: https://www.oecd.org/env/consumption-innovation/43960830.pdf. Acesso em: 07 out. 2020.

KOH, Harold H. **Transnational Legal Process**. Faculty Scholarship Series. Paper 2096. New Haven: Yale Law School, 1996. Disponível em: https://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2902&context=fss_papers. Acesso em: 04 ago. 2020.

KOH, Harold H. **Why Transnational Law Matters**. Faculty Scholarship Series. Paper 1793. Yale Law School Legal Scholarship Repository. HeinOnline – 24 Penn St. Int'l L. Rev. 752 2005-2006. Disponível em: https://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2716&context=fss_papers. Acesso em: 02 ago. 2020.

KORTEN, David C. **When Corporations Rule the World.** Oakland, CA: Berrett-Koehler, 2015.

LA GARZA, Cecília De. Xenofobia. **Laborea/** [Online], Volume 7 Nº2 | 2011, posto online no dia 01 dezembro 2011. Disponível em: http://journals.openedition.org/laboreal/7924. Acesso em: 27 jul. 2020.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo**: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Instituto Rio Branco, 2006.

LATOUCHE, Serge; HARPAGÈS, Didier. **La hora del decrecimiento.** Traducción de Rosa Bertran Alcázar. Barcelona: Ediciones Octaedro, 2010.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno.** Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis.** Porto Alegre: Livraria do advogado, 2008.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidad, racionalidade, complejidad, poder. México: Siglo Ventiuno Editores, 1998.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **A monografia jurídica**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

LOURENÇO, Nelson. Sociedade global, risco e segurança. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**. 11(2): 211-219, maio-agosto 2019.

LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Rafaelle. **Teoría de la sociedad.** México: Universidad de Guadalajara/Univesidad Iberoamericana/ITESO, 1993.

LUHMANN, Niklas. **Sociologia do direito.** v. 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

MARÉCHAL, Jean-Paul. **Humanizar a economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MCLUHAN, Marshall. **Understanding Media**: The Extensions of Man. New York: McGraw-Hill Book Company, 1964.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, William W. **The limits to grouth**: a report for the club of rome's project on the predicament of mankind. New York: Universe Books, 1972.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente:** a gestão ambiental em foco, doutrina, jurisprudência e glossário. 5 ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 Global**. Disponível em: https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas,e%20o%20Desenvolvimento%20(CNUMAD). Acesso em: 16 set. 2020.

MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional** – Tomo IV: Direitos Fundamentais. 4. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.

MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. Tradução da edição portuguesa. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

MONTEBOURG, Arnaud. ¡**Votad las desglobalización! Los ciudadanos somos más poderosos que la globalización.** Barcelona: Paidós, 2011.

MORAIS, José Luis Bolzan de. **As crises do Estado e da Constituição e a transformação espacial dos direitos humanos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

MORAIS, José Luis Bolzan de. O fim da geografia institucional do Estado. A “crise” do Estado de direito! In: MORAIS, José Luis Bolzan de. (Org.) **O “fim” do Estado de direito**. 1. Ed. Florianópolis: Tirant Lo Blanch, 2018.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Tradução de Edgard de Assis Carvalho, Mariza Perassi Bosco. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **17 objetivos para transformar nosso mundo**. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/. Acesso em: 16 set. 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Agenda 2030**. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/. Acesso em: 22 set. 2020.

NAÇÕES UNIDAS. **Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio + 20.** Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/rio20. Acesso em: 16 set. 2020.

NAÇÕES UNIDAS. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo)**. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/milestones/humanenvironment. Acesso em: 14 set. 2020.

NAÇÕES UNIDAS. **Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2015**. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/summit. Acesso em: 16 set. 2020.

NAÇÕES UNIDAS. **Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD), Cúpula de Joanesburgo.** Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/milesstones/wssd. Acesso em: 16 set. 2020.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Nosso Futuro Comum**. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/milestones/wced. Acesso em: 14 set. 2020.

NALINI, José Renato. **Ética ambiental**. Campinas: Millennium, 2001.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estud. av.**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 set. 2020.

NEDEFF, Beatriz Araújo. Desglobalização x Reglobalização: as novas megatendências mundiais. **Revista Expressão**, v. 8, n. 1, (2019). Disponível em: https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/revistaexpressao/article/view/4502. Acesso em: 28 jul. 2020.

NEVES, Lafaiete Santos. **Sustentabilidade:** anais de textos selecionados do 5º seminário sobre sustentabilidade. Curitiba; Juruá. 2011.

NYE JR., Joseph S.; KEOHANE, Robert O. **Transnational Relations and World Politics:** An Introduction. International Organization, Madison, v. 25, n. 3, p. 329-349, 1971. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/2706043?origin=JSTOR-pdf. Acesso em: 03 ago. 2020.

OLIVIERO, Maurizio; CRUZ, Paulo Márcio. Reflexões sobre o Direito Transnacional. **Revista NEJ - Eletrônica**, Vol. 17 - n. 1 - p. 18-28 / jan-abr 2012. Disponível em: www.univali.br/periodicos. Acesso em: 31 out. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Agenda 21**. Rio de Janeiro: CMMED, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 13 out. 2020.

PADILHA DOS SANTOS, Rafael; PILAU SOBRINHO, Liton Lanes. Capitalismo e humanismo: um novo cenário para a organização econômica. In: BRAVO, Alvaro Sanchez; GORCZEVSKI, Clóvis. PILAU SOBRINHO, Liton Lanes. **Direitos humanos & filosofia do direito**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2015.

PADILHA DOS SANTOS, Rafael. **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como regulador da economia no espaço transnacional:** uma proposta de economia humanista. 2015. Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Itajaí. Disponível em: https://www.univali.br/Lists/TrabalhosDoutorado/Attachments/69/Tese%20-%20RAFAEL%20PADILHA%20-%202015%20-%20Dupla.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

PADILHA DOS SANTOS, Rafael. Reflexões acerca do princípio da dignidade da pessoa humana como critério universal para a regulação do espaço transnacional. In: DEMARCHI, Clóvis; OLIVEIRA NETO, José Francisco Oliveira de; ABREU, Pedro Manoel. **Direito, Estado e Sustentabilidade** [livro eletrônico]. São Paulo: Intelecto Editora, 2016.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica:** Teoria e Prática. 14.ed.rev.atual. e amp. Florianópolis: EMais, 2018.

PAULUS, Andreas. In: STOLLEIS, Michael; PAULUS, Andreas; GUTIÉRREZ, Ignacio. **El Derecho constitucional de la globalización.** Madrid: Fundación Coloquio Jurídico Europeo, 2013.

PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregorio. Reflexiones sobre la evolución histórica y el concepto de dignidad humana. In: ALMOGUERA CARRERES, Joaquín; et al. (org.). **Desafíos actuales a los derechos humanos:** la violencia de género, la inmigración y los medios de comunicación. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid/Editorial Dykinson, 2005.

PECES-BARBA, Gregorio. La diacronía del fundamento y del concepto de los Derechos: el tempo de la historia. In: PECES-BARBA, Gregorio. **Curso de Derechos Fundamentales**: teoria general. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 1995.

PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. “Corrupción política”. In: BRAVO, Alvaro Sanchez; GORCZEVSKI, Clóvis. PILAU SOBRINHO, Liton Lanes. **Direitos humanos & filosofia do direito**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2015.

PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. **Derechos Humanos, Estado de Derecho y Constituición**. 9ª ed. Madrid: Editorial Tecnos, 2005.

PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. **Los derechos humanos en la sociedad tecnológica**. Madrid: Editorial Universitas, 2012.

PÉREZ LUÑO, Antonio-Enrique. **La universalidad de los derechos y el Estado constitucional**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2002.

PIFFER, Carla; CRUZ, Paulo Márcio. Manifestações do direito transnacional e da transnacionalidade. p. 8-27, In: PIFFER, Carla; BALDAN, Guilherme Reibeito; CRUZ, Paulo Márcio (Orgs.) **Transnacionalidade e sustentabilidade**: dificuldades e possibilidades em um mundo em transformação. Porto Velho: Emeron, 2018.

PIFFER, Carla; CRUZ, Paulo Márcio. O direito transnacional e a consolidação de um pluralismo jurídico transnacional. **RDUNO**, v. 2, Jan-Dez/2019 p. 111-128. Disponível em: http://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/RDUno/article/view/5068. Acesso em: 07 ago. 2020.

PIFFER, Carla. **Transnacionalidade e imigração:** a possibilidade de efetivação dos Direitos Humanos dos Transmigrantes diante de Decisões de Regresso na Itália e na União Europeia. 2014. Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Itajaí. Disponível em: https://www.univali.br/pos/doutorado/doutorado-em-ciencia-juridica/banco-de-teses-com-dupla-titulacao/Paginas/default.aspx. Acesso em: 01 jul. 2020.

PILAU SOBRINHO, Liton Lanes; SIRIANNI, Guido; PIFFER, Carla. Migrações transnacionais e multiculturalismo: um desafio para a União Europeia. **Revista Novos Estudos Jurídicos** - Eletrônica, Vol. 19 - n. 4 - Edição Especial 2014. Disponível em: www.univali.br/periodicos. Acesso em: 02 ago. 2020.

PILAU SOBRINHO, Liton Lanes. A crise da globalização e o desafio de uma governança sustentável. In: DEMARCHI, Clóvis; OLIVEIRA NETO, José Francisco Oliveira de; ABREU, Pedro Manoel. **Direito, Estado e Sustentabilidade** [livro eletrônico]. São Paulo: Intelecto Editora, 2016.

PILAU SOBRINHO, Liton Lanes. **Comunicação e direito à saúde**. Sevilla: Punto Rojo Libros, 2016.

PILAU SOBRINHO, Liton Lanes. **Desafios da sustentabilidade na era tecnológica**: (im) probabilidade comunicacional e seus impactos na saúde e meio ambiente. Itajaí: UNIVALI, 2017. Disponível em: https://www.univali.br/vida-no-campus/editora-univali/e-books/Documents/ecjs/E-book%202017%20DESAFIOS%20DA%20SUSTENTABILIDADE%20NA%20ERA%20TECNOL%C3%93GICA.pdf. Acesso em: 08 out. 2020.

PILAU SOBRINHO, Liton Lanes. **Movimento Consumerista Brasileiro** - Volume III - Futuro, Novas Tecnologias, e Novas Formas de Resolução de Conflitos (português). Disponível em: https://www.upf.br/balcaodoconsumidor/multimidia/videos-documentarios/movimento-consumerista-brasileiro-volume-iii-futuro-novas-tecnologias-e-novas-formas-de-resolucao-de-conflitos. Acesso em: 25 nov. 2020.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia.** Rio de Janeiro: Contraponto. 2005.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional:** um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. São Paulo: Saraiva, 2006.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. Disponível em: https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/pagina/pcs. Acesso em: 07 out. 2020.

REAL FERRER, Gabriel. Calidad de vida, medio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía ¿Construimos juntos el futuro? **Revista NEJ** - Eletrônica, Vol. 17 - n. 3 - p. 305-326 / set-dez 2012 Disponível em: https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/4202/2413 Acesso em: 28 set. 2020.

REAL FERRER, Gabriel. **Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del Derecho**. Publicado en Revista de Derecho Ambiental, Abeledo Perrot, Buenos Aires, nº 32, octubre-diciembre 2012, págs. 65-82; y en Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza e Denise Schmitt Siqueira Garcia (Orgs.), Direito Ambiental, Transnacionalidade e Sustentabilidade, E-Book, Univali editora, Itajaí, 2013.

REICH, Robert Bernard. **Supercapitalismo**: como o capitalismo tem transformado os negócios, a democracia e o cotidiano. Tradução Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Condição Transnacionalidade. **Série Antropologia**, Brasília, v. 223, p.1-34, 1997. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie223empdf.pdf. Acesso em: 03 ago. 2020.

RIECHMANN, Jorge; REYES, Luis González; HERRERO, Yayo; MADORRÁN, Carmen. **Qué hacemos hoy cuando nos encontramos frente a la amenaza de una crisis mayor que la económica**: la ecológica. Madrid: Ediciones Akal, S. A., 2012.

ROBINS, Nick. **A corporação que mudou o mundo**: como a Companhia das Índias Orientais moldou a multinacional moderna. Tradução de Pedro Jorgensen. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

ROCHA, Leonel Severo. Direito, complexidade e risco. **Sequência.** nº 28, junho, 1994. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15870/14359. Acesso em: 21 jul. 2020.

RODRIGUES, Jorge Nascimento; DEVEZAS, Tessaleno. **PORTUGAL – O Pioneiro da Globalização**: A Herança das Descobertas. V. N. Famalicão, Portugal: Centro Atlântico, 2009.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento:** includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel - Fundap. 1993.

SANTOS JUNIOR, Raimundo Batista. **A globalização ou o mito do fim do Estado**. Ijuí: Unijuí, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 18ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SAPIR, Jacques. **La démondialisation**. Paris: Éditions du Seuil, 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SHIVA, Vandana. **Las nuevas guerras de la globalización:** semillas, agua y formas de vida. Traducción de Néstor Cabrera. Madrid: Editoral Popular, 2007.

SHIVA, Vandana. **Manifiesto para una democracia de la tierra**. Justicia, sostenibilidad y paz. Traducción: Albino Santos Mosquera. Barcelona: Paidós, 2006.

SILVA, Antonio Sergio da; SOUZA, José Gilberto de; LEAL, Antonio Cezar. A sustentabilidade e suas dimensões como fundamento da qualidade de vida. **Geoatos:** Revista Geografia em Atos, Presidente Prudente, v. 1, n. 12, p. 22-42, jun. 2012. Disponível em: http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/1724/sergiosilva. Acesso em: 25 nov. 2019.

SILVA, José Afonso da. A dignidade da pessoa humana com valor supremo da democracia. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 212, p. 89-94, abr. 1998. ISSN 2238-5177. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/47169/45637>. Acesso em: 27 out. 2020.

SISODIA, Raj; WOLFE, David B.; SHETH, Jag. **Empresas humanizadas:** pessoas, propósito, performance. Traduzido por Silvia Morita. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

SOUSA SANTOS, Boaventura de; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, 2013.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A globalização e as ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 2002, p. 38.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A ilusória desglobalização.** Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/572689-boaventura-a-ilusoria-desglobalizacao. Acesso em: 10 ago. 2019.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Os processos de globalização. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). **A globalização e as ciências sociais.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 48, junho 1997, p. 11-32. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_RCCS48.PDF. Acesso em: 20 out. 2020.

STAFFEN, Márcio Ricardo; PADILHA DOS SANTOS, Rafael. O fundamento cultural da dignidade da pessoa humana e sua convergência para o paradigma da sustentabilidade. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.13, n.26, p. 263-288, Maio/Agosto de 2016. Disponível em: http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/814. Acesso em: 29 out. 2020.

STELZER, Joana. O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica. In: CRUZ, Paulo Márcio; STELZER, Joana (Orgs.) **Direito e Transnacionalidade**. Curitiba: Juruá, 2010.

STIGLITZ, Joseph E. **Caída libre**: el libre mercado y el hundimiento de la economía mundial. Traducción de Alejandro Pradera y Núria Petit. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2015.

TEIXEIRA, Alessandra Vanessa; PIFFER, Carla. A sociedade líquida transnacional das corporações e a proposta de uma sustentabilidade humanista. In: PILAU SOBRINHO, Liton Lanes; CRUZ, Paulo Márcio; SILVA, Rogério. **Jurisdição constitucional, democracia e relações sociais** [recurso eletrônico]. Itajaí: Univali, 2019. Págs. 16-32.

TEIXEIRA, Alessandra Vanessa; PIFFER, Carla. Desglobalização ou novas manifestações da globalização. In: **Anais de Constitucionalismo, Transnacionalidade e Sustentabilidade**, 2019, p. 158-168. Disponível em: https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/acts/article/view/16655. Acesso em: 15 ago. 2020.

TEUBNER, Gunther. A Bukowina Global sobre a Emergência de um Pluralismo Jurídico Transnacional. **Impulso**, Piracicaba, v. 14, n. 33, p. 9-32, jan./abr. 2003.

THOMPSON, John B. A metamorfose de uma crise. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo; CARAÇA, João. (Org.) **A crise e seus efeitos**: as culturas econômicas da mudança. Tradução de Alexandra Figueiredo, Liliana Pacheco e Túlia Marques. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

TIROLE, Jean. **La economia del bien común**. Traducción de María Cordón Vergara. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2017.

TNI – Transnational Institute. **Psicopatas encantadores: a corporação moderna.** Uma entrevista com Joel Bakan. Disponível em: https://longreads.tni.org/charming-psychopaths-the-modern-corporation. Acesso em: 18 ago. 2020.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. **Universal Declaration of Human Rights.** Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por. Acesso em: 21 out. 2020.

UNITED NATIONS. **Our Common Future**. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

VECCHI, Ipojucan Demétrius; GARCIA, Marcos Leite; PILAU SOBRINHO, Liton Lanes. O Princípio da Dignidade Humana e suas Projeções no Âmbito Laboral: possibilidades e limites. **Sequência (Florianópolis)**, Florianópolis, n. 85, pág. 249-286, agosto de 2020. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552020000200249&lng=en&nrm=iso. Acesso em 29 out. 2020.

VOZMEDIANO, Jesús. **El hombre insostenible**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis**: An Introduction. Durham and London: Duke University Press, 2006.

ZYLBERSZTAJN, David; LINS, Clarissa. Evidência de novos tempos. In: ZYLBERSZTAJN, David; LINS, Clarissa. (Org.) **Sustentabilidade e geração de valor**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.